

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

HIERARQUIA, IGUALDADE E DIFERENÇA: LUTAS POR RECONHECIMENTO
NO SUL DO BRASIL

RICARDO MAYER

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia

Orientador: Professor Dr. Raúl Enrique Rojo

Porto Alegre, março de 2005

RICARDO MAYER

HIERARQUIA, IGUALDADE E DIFERENÇA: LUTAS POR RECONHECIMENTO
NO SUL DO BRASIL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovado em 2005

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Danilo Martuccelli
Université Lille III - França

Prof. Dr. Emil Albert Sobottka
PPGCS-FFCH-PUCRS

Profa. Dra. Claudia Lee Williams Fonseca
PPGA-IFCH-UFRGS

Profa. Dra. Cinara Lerrer Rosenfield
PPGS-IFCH-UFRGS

Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva
PPGS-IFCH-UFRGS

Prefácio

Esse trabalho não teria sido possível sem a grande e generosa paciência do Prof^o. Dr. Raúl Enrique Rojo que me aceitou como orientando. Por tudo, deixo registrada a minha enorme gratidão. As eventuais omissões e/ou lacunas deste trabalho são de minha inteira responsabilidade.

Cabe agradecer também pela permanente disponibilidade e pelos momentos que desfrutamos juntos durante o período em que este trabalho foi realizado ao amigo de longa data Carlos R. Hees.

Não posso esquecer a fraterna e solidária camaradagem, que decorreu da convivência em momentos distintos, com João Anibal G. dos Santos que prematuramente nos deixou e com Anne Marie Wautier que como companheira de jornada partilhou conosco algumas inquietações teóricas e práticas. Agradeço, sobretudo, pelas discussões levadas a cabo, que podem ter fecundado algumas das opções teóricas tomadas neste trabalho.

A Unisc e aos colegas do departamento de Ciências Humanas pela atmosfera favorável à realização deste trabalho. Menciono, especialmente, Marcelo Ribeiro pela agradável e intensa convivência no período em que este trabalho foi realizado.

A CAPES, por ter concedido uma bolsa que permitiu meu estágio junto ao CADIS - EHESS, no período de março de 2002 a março de 2003. Aqui cabe um agradecimento especial ao Prof^o. Dr. Michel Wieviorka pela gentil acolhida no Centre d'Analyse et d'Intervention Sociologiques, cujo *sejour* foi fundamental para os rumos da reflexão e problematização teórica do objeto empírico sobre o qual se debruça o presente estudo. Cito também os nomes de Lydia Meschy e Jacqueline Longéras pela calorosa acolhida e simpatia pelo Brasil nos primeiros momentos de minha estadia em Paris, bem como de Véronique Zhao e Fernanda Bitencourt Ribeiro pela camaradagem e convívio partilhado na EHESS. Não posso deixar de

mencionar minha gratidão para com Marcelo Cogo e Liziane Mayer, bem como o apoio moral de minha família, que com paciência compreendeu minhas ausências e tribulações no período final de redação da tese. Neste aspecto, agradeço especialmente a dedicação e compreensão de minha companheira Débora Mello.

Agradeço, por fim, aos trabalhadores que dispuseram de seu tempo para falar-me sobre sua experiência e as lutas que os mobilizam num contexto onde as perspectivas de futuro são cada vez mais marcadas pela incerteza.

Caso tenha esquecido de alguém, escuso-me desde já, expressando minha gratidão a todos aqueles que em algum momento privaram comigo.

Porto Alegre, março de 2005.

À João Aníbal
In memoriam

Resumo

Este estudo busca investigar as lógicas da ação em cooperativas de produção e associações de catadores de lixo no bojo de processos de reestruturação econômica que não somente precarizam as condições de emprego, mas também implicam em processos de desassalariamento da força de trabalho. Tomando como perspectiva analítica a sociologia da experiência de François Dubet, decompomos as lógicas da ação de trabalhadores com inserção social distinta, ou seja, um primeiro grupo caracterizado por uma cultura operária e sindical e um segundo grupo caracterizado por um processo de dissociação em relação ao mundo do trabalho formal. Neste sentido, procurou-se investigar: a) as formas de inserção e integração sociais configuradas pelas relações de solidariedade, b) a dimensão da racionalidade estratégica de cada grupo traduzida nas lutas por reconhecimento, e, c) os processos de subjetivação expressos na afirmação identitária de cada coletivo de trabalhadores. Ou seja, quais as condições de possibilidade da ruptura com as hierarquias que organizam e estruturam o universo de coletivos de trabalhadores com origens sociais tão diversas quando confrontados com o princípio meta-social da igualdade? Noutras palavras, quando compelidos com a necessidade de organizar uma cooperativa ou associação, enquanto alternativa palpável de subsistência, os trabalhadores se deparam com um contexto bem diverso da situação de assalariamento. Com efeito, a experiência associativa irá implicar que a adesão à cooperativa ou associação deve ser livre e voluntária e que a gestão e os processos de deliberação devem ser democráticos. A partir da pesquisa de campo verificou-se um processo de subjetivação marcado por estratégias distintas nas cooperativas e associações: enquanto nas cooperativas a adesão dos trabalhadores era caracterizada por uma certa ambivalência entre o compromisso com o projeto de construção da cooperativa e uma postura pautada por um certo pragmatismo tipificado por um campo de possíveis restrito no tocante as alternativas de inserção social, nas associações de catadores de lixo verificou-se um processo de ruptura com os padrões de sociabilidade primária acentuadamente hierarquizados a partir da participação das mulheres nas associações, bem como um efetivo compromisso com o projeto associativo. Na esfera da ação coletiva, a constituição de cooperativas a partir de empresas em situação falimentar revelou uma nova estratégia sindical marcada por uma ação defensiva ante os processos de reestruturação econômica que eliminam postos de trabalho. Já, na ação coletiva das associações constatou-se um movimento de luta pelo reconhecimento de direitos e recuperação da cidadania. Tal movimento é caracterizado por uma lógica do respeito possuindo uma dupla inflexão, ou seja, por um lado busca romper no âmbito da esfera privada com a dominação masculina expressa num código de honra, cuja conseqüência mais dramática se traduz na violência doméstica, e por outro lado se constata um movimento em direção à esfera pública a partir da articulação de uma associação com um movimento social traduzindo desta maneira a reivindicação pelo reconhecimento da dignidade de indivíduos sujeitos a todo tipo de reconhecimento recusado.

Palavras-chave: sociologia política do reconhecimento; lutas por reconhecimento; hierarquia; igualdade; solidariedade; reciprocidade; lógicas da ação; lógica do respeito; regimes de interação; cooperativas de produção; empresas autogestionárias; associações; associações de catadores de lixo; economia solidária.

Abstract

This work aims at researching the logics of action in production cooperatives and garbage scavengers associations in the bulge of economic restructuring processes which not only turn precarious the conditions of working but also imply in processes of progressive degradation of the wage-earning workforce. Taking François Dubet's sociology of experience as an analytical perspective, it is analyzed the logics of action of workers with distinct social insertion, that is, a first group characterized by a syndicate worker's culture, and a second group characterized by a process of disaggregation in relation to the universe of formal working. In this case, it was investigated: a) the forms of social insertion and integration configured by relations of solidarity; b) the dimension of the strategic rationality of each group expressed in struggles for recognition; and c) the processes of subjectification expressed in identity affirmation of each specific group of workers. It means, which are the possibilities of rupture with hierarchies that organize and structuralize the universe of collective of workers with social origins so diversified when confronted to the meta-social principle of equality? In other words, when compelled to the need of establishing a cooperative or association while it is a touchable alternative for subsistence, the workers face a really diversified context about the waging circumstances. In effect, the associative experience will imply that the adhesion to cooperative or association must be free and voluntary and that the management and the processes of deliberation must be democratic. From the field research was evidenced a process of subjectification marked by distinct strategies in the cooperatives and associations. While in the cooperatives the adhesion of workers was characterized by a certain ambivalence between the compromise with the project of building the cooperative and an attitude ruled by a certain pragmatism represented by a range of possibilities very restrict concerning the alternatives of social insertion, in the garbage scavengers associations was evidenced a process of rupture with the patterns of primary sociability highly hierarchized from the participation of women in the associations, as well as an effective compromise with the associative project. In the sphere of collective action, the formation of cooperatives coming from companies in bankrupting situation revealed a new strategy of the syndicates marked by a defensive action in front of the processes of economic restructuring that eliminate work positions. Now, in the collective action of the associations was verified a movement of struggle for recognition of rights and recovery of citizenship. This movement is characterized by a logic of respect having a double inflexion, it means, on one side tries to break, in the private sphere, with the male domination expressed in a code of honor, whose most dramatic consequence is manifested on domestic violence suffered by women, and on the other side is verified a moving towards the public sphere from the articulation of an association with a social movement expressing that way the claiming for recognition of dignity to individuals submitted to all kind of recognition refused.

Key words: political sociology of recognition; struggles for recognition; hierarchy; equality; solidarity; reciprocity; logics of action; logic of respect; interaction regimes; production cooperatives; auto management companies; associations; garbage scavengers associations; solidary economy.

Sumário

Prefácio	3
Resumo	6
Abstract	7
Sumário	8
Introdução	10
1. Uma sociologia política do reconhecimento	20
1.1. A lógica do respeito: hierarquia e igualdade como regimes de interação	23
1.2. Igualdade e diferença: entre políticas de redistribuição e reconhecimento	43
2. Associação, identidade e solidariedade	69
2.1. A constituição do ator social	71
2.2. A constituição da identidade	77
2.3. A solidariedade	84
2.3.1. As formas da solidariedade	90
2.4. O fenômeno associativo	96
3. A economia plural	109
3.1. A lógica da reciprocidade	111
3.2. Exclusão social, economia informal e economia popular	118
3.3. A outra economia	130
4. A gramática da ação nas cooperativas de produção	141
4.1. Apresentação das cooperativas	144
4.2. A configuração das lógicas da ação	147

4.2.1. Entre a solidariedade funcional e a solidariedade contratual	156
4.2.2. Entre o compromisso e o pragmatismo ou a gramática da racionalidade estratégica dos trabalhadores em cooperativas de produção	173
4.2.3. A construção da identidade	191
4.3. Os regimes de interação: da hierarquia à igualdade	195
5. A gramática da ação nas associações de catadores e a experiência da democracia	210
5.1. Apresentação das associações	213
5.2.1. A lógica da integração social: entre a solidariedade serial e a solidariedade fusional	217
5.2.2. As lutas por reconhecimento: a gramática dos conflitos sociais dos trabalhadores das associações de catadores de lixo	227
5.2.2.1. A lógica do respeito e a esfera pública	235
5.2.2.2. A lógica do respeito e a esfera privada	239
5.2.3. A construção da identidade	245
5.3. Os regimes de interação: entre a hierarquia e a igualdade	256
Conclusão	267
Referências bibliográficas	275
Anexo 1	290
Anexo 2	292

Introdução

Neste estudo são investigadas as relações sociais que se estabelecem entre os trabalhadores na constituição de cooperativas de produção e associações de catadores de lixo no bojo de processos de reestruturação produtiva que não somente precarizam as condições de emprego, mas também implicam em processos de desassalariamento da força de trabalho. Processos que segundo Gorz (2004), estariam sinalizando no horizonte o esgotamento de uma modalidade específica de pertencimento social e mesmo de um modelo de sociedade. O modelo de sociedade identificado por Castel (1998) como sociedade salarial. O salário constitui a um só tempo uma modalidade de exploração da força de trabalho e um modo de integração e diferenciação social nas sociedades capitalistas. Para Gorz (2004), estaríamos confrontados com uma crise do trabalho enquanto forma de integração e inserção social nas sociedades capitalistas. Não se trata, aqui bem entendido, do trabalho enquanto categoria epistemológica, antropológica ou econômica, mas do trabalho enquanto espaço privilegiado de inscrição social a partir do qual se desdobram redes e vínculos de solidariedade. Estamos tratando de uma forma específica de inserção social que notabiliza as sociedades capitalistas e é marcada pela mercantilização do trabalho. Trata-se do trabalho abstrato, suscetível e ser alienado de quem o fornece, de ser objeto de compra e venda num mercado de trabalho, de uma modalidade particular de exploração do trabalho inventada e imposta pelo capitalismo manufatureiro no fim do século XVIII. Segundo Gorz, a sociedade salarial sempre esteve cindida pela divisão, pelo antagonismo entre as classes sociais. Nestes termos, os trabalhadores não se integravam na “sociedade”, mas na classe, no sindicato, no coletivo de trabalho que se configuravam nas suas formas de inserção social. Sua identidade, seu processo de subjetivação se constituía nas lutas para transformar o trabalho e sua existência, o que conformava, por seu turno suas estratégias de mudança.

No Brasil, última década do século XX foi caracterizada como um período onde processos crônicos de precarização e degradação das condições de vida da população assumiram graves proporções. Em particular, chama atenção a crise do emprego que pode ser interpretada como um profundo movimento de desestruturação do mercado de trabalho nos termos mesmo de um processo de desassalariamento aludido anteriormente. Tal processo está calcado em três elementos, a saber: o primeiro está vinculado à presença em larga escala de um desemprego crônico; o segundo elemento está relacionado à regressão do emprego formal; por fim, o terceiro elemento surge no bojo do processo de reestruturação econômica em curso no país, provocando uma significativa destruição de postos de trabalho sem a mesma contrapartida quanto à quantidade de empregos criados (Baltar, 1998; Baltar *et alii*, 1998; Pochmann, 1999; Singer, 1998).

Para mais além de um fenômeno conjuntural, a desestruturação do mercado de trabalho assume uma dimensão estrutural estando ligada ao processo de reestruturação econômica em curso no país. Em linhas gerais, a contração do mercado interno em decorrência da crise econômica que assolou o país no início da década de oitenta, estimulou a adoção de uma estratégia de reconversão exportadora por parte dos setores mais dinâmicos da indústria brasileira. De modo a enfrentar os novos padrões de produtividade e competitividade impostos por esta inserção crescente da indústria no mercado externo, um novo conjunto de estratégias empresariais, vertebradas pelo imperativo do enxugamento dos custos de produção, delineou um cenário de acentuada concorrência econômica permeado de um lado, por processos falimentares de empresas tradicionais, e de outro tipificado pela incerteza e insegurança permanente em relação ao emprego por parte de um amplo contingente da classe trabalhadora.

Não obstante, se as últimas duas décadas são avaliadas como “perdidas” do ponto de vista do crescimento econômico e da criação de novos postos de trabalho, o mesmo não pode ser dito quando tratamos da organização da sociedade civil. O aprofundamento dos processos de invalidação social acima referidos associado ao crescente descomprometimento por parte do Estado com a

questão social foi respondido pelo afloramento no seio da sociedade civil organizada de um conjunto de iniciativas vertebradas pelo princípio da solidariedade. Esta questão também tem se convertido ultimamente em objeto de um intenso debate de natureza interdisciplinar que, via de regra, tem extrapolado o mundo acadêmico, visto o enorme interesse que desperta nos mais variados setores da sociedade organizada. Sendo identificadas como um ressurgimento do cooperativismo ou ainda percebida nos termos de uma economia solidária, as práticas de entre-ajuda pautadas pela noção de reciprocidade têm vicejado em várias regiões do país sendo documentadas por vários autores (Avritzer, 1997; Gaiger, 1999; 2000a; 2000b; Singer, 1998; Souza, 2000; Tiriba, 2000; Vieitez, 1997). A proliferação de um conjunto de práticas de entre-ajuda, disseminadas por movimentos sociais e associações civis concorreu para reformular o próprio conteúdo da ação coletiva passando a estar acoplado à construção, no nível local, da idéia de comunidade autônoma e solidária. Na região sul do Brasil, para citar um exemplo, proliferam iniciativas desta natureza que contam com apoio de sindicatos, movimentos sociais e órgãos públicos. Reunindo desde empresas de autogestão filiadas a ANTEAG¹ – 265 empresas, com cerca de 35 mil trabalhadores –, passando por cooperativas de trabalhadores – em torno de 285 no RS congregando cerca de 21,7 mil trabalhadores –, cooperativas de produção agropecuária implantadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST – nos assentamentos da reforma agrária, e culminando na organização de setores sociais historicamente a margem de uma tradição político-associativa, tais como os catadores de lixo, tal processo aos poucos vem delineando os contornos de uma nova sociedade civil.

Diversamente da situação de assalariamento que estabelece uma relação desigual no tocante a compra e venda de força de trabalho pautada na subordinação desta ao capital, bem como na apropriação privada dos resultados do trabalho, os empreendimentos de economia solidária – implicando uma renovação do cooperativismo – estão fundados em princípios que gravitam em torno das noções de autonomia e cooperação. Assim, se postula que a adesão ao

¹ Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária.

empreendimento deve ser livre e voluntária; que a gestão deve ser democrática, de modo que cada participante representa um voto; que toda e qualquer decisão deve ser tomada pela maioria; que a participação de todos deva ser igualitária; que os lucros devem ser distribuídos por todos os sócios em função do número de quotas que possuem e parte dele reinvestido no empreendimento em decisão resultante de uma assembléia; enfim, que a autonomia também seja assegurada em todos os acordos firmados com outras organizações e empresas.

Tendo isso em conta, nos surgem as seguintes questões: como se desenvolve a experiência da democracia nestas associações? Ou mais especificamente, como trabalhadores de origem social tão diversa quanto aqueles que participam da constituição de cooperativas de produção e aqueles que se engajam na formação de uma associação de catadores de lixo se confrontam com a noção de igualdade? Considerando que tal noção está assentada sobre um princípio meta-social² de representação da sociedade, e que, ao mesmo tempo, a gramática das relações sociais não se coaduna de antemão com a isonomia, quais as condições de possibilidade do princípio igualitário na medida que as hierarquias se reproduzem e limitam o campo de possíveis da democracia? Tais questões poderiam ser interpretadas a partir da vigência de um regime de interação, cujo respeito à norma igualitária, bem como a um estatuto hierárquico estariam enredados na trama diária das relações sociais. Quase que um regime de interação dual no qual as sociabilidades que caracterizam o espaço privado por vezes ficam imbricadas no espaço público desvelando ao mesmo tempo uma relação ambivalente em relação à norma igualitária, bem como sua frágil institucionalização. Aqui, as hierarquias evidenciam as sociabilidades primárias caracterizando-as por um princípio de personalização que ressalta o primado da pessoa em detrimento das funções que elas cumprem e a norma igualitária tipificaria as sociabilidades secundárias marcadas por um princípio de impessoalidade onde uma exigência de eficiência e eficácia funcional se sobreporia às pessoas incumbidas de exercer uma determinada função.

² Conforme Touraine (2001).

Não que não possa haver uma eventual sobreposição entre os dois princípios de hierarquia e igualdade, segundo mesmo contextos sociais bem específicos, mas, a mera proposição de uma dualidade como explicação de nossas sociabilidades e a suposição de que a reprodução de relações pessoais indexadas pela hierarquia são de algum modo perenes e moldam as sociabilidades de nossas sociedades nos remeteria em última instância a um essencialismo demasiado culturalista³. A questão está em saber então de que modo é possível a experiência da democracia em espaços marcados tradicionalmente por um regime de interação hierárquico. Ou, de outro modo, como se constitui uma nova estrutura de valores crítica às sociabilidades organizadas em torno do princípio de hierarquização das relações sociais. Desta forma, partindo do pressuposto de que uma postura refratária em relação à norma universal e igualitária poderia estar relacionada à modernização seletiva que vem moldando a sociedade brasileira desde o século XIX⁴, e, ao mesmo tempo, procurando escapar de uma possível indeterminação dos princípios de hierarquia e igualdade nos espaços privado e público, procuramos avançar a hipótese de que uma eventual transição de um regime de interação⁵ marcado preponderantemente pela hierarquia para um regime de interação mais igualitário poderia estar relacionada à constituição de atores sociais no âmbito de um processo de lutas pelo reconhecimento de direitos sociais. A constituição de atores sociais num contexto caracterizado por uma conjugação de situações de acentuada privação socioeconômica com uma cultura política marcada pelo clientelismo no tocante a provisão de serviços públicos sinalizaria novas formas de participação associativa corroborando uma tendência na qual a constituição de um espaço público, as perspectivas de organização da sociedade civil, e mesmo a própria invocação da idéia de comunidade, estabelecem um novo campo de possíveis não mais limitado ao estreito círculo das sociabilidades primárias no que se refere às possibilidades e estratégias de subsistência da população mais marginalizada.

³ Conforme DaMatta (1978).

⁴ Ver Souza (2000).

⁵ Para a abordagem dos regimes de interação nos inspiramos amplamente em Martuccelli (2002) e Goffman (1991).

Com efeito, uma sociologia do reconhecimento, ou seja, análise crítica das relações sociais que ensejam o desrespeito ou a relação de reconhecimento consubstanciada no respeito se constitui numa perspectiva teórica para a compreensão dos modos de inserção e integração sociais. Aqui, iremos nos deparar com a sobreposição de dois tipos de injustiça, a saber, a injustiça sócio-econômica e a injustiça cultural. Pois, qualquer instituição econômica presume uma dimensão cultural que lhe é constitutiva; da mesma maneira, toda prática cultural de algum modo também está enraizada na esfera da reprodução material. Assim, antes de se configurarem em esferas separadas, injustiça sócio-econômica e injustiça cultural se reforçam reciprocamente. Ou seja, de um lado, uma distribuição da renda iníqua associada à exploração, a precarização ou exclusão dos mercados de trabalho, e, de outro, o preconceito cultural, o reconhecimento recusado e o desrespeito que numa combinação variável resultam em violência econômica e simbólica repercutindo institucionalmente no aparelho estatal e na economia.

Nestes termos, a questão do reconhecimento ganha mais nitidez quando consideramos que determinados conflitos sociais configuram um tipo de injustiça de natureza cultural ou simbólica remetida a padrões sociais de representação, interpretação e comunicação dominantes. Para ilustrar, nos reportamos a dominação cultural – que ocorre quando alguém é submetido a padrões de interpretação e comunicação aviltantes; o reconhecimento recusado – que ocorre quando há opacidade ou se é invisível às práticas representacionais, comunicativas e interpretativas de uma cultura; e, por fim, o desrespeito – que ocorre quando se está sujeito ao desprezo, preconceito e humilhação no âmbito das representações públicas ou nas relações sociais tramadas no dia-a-dia.

Ao mesmo tempo, a crise do trabalho aludida anteriormente, enquanto forma privilegiada de inserção e integração sociais nas sociedades capitalistas coloca em xeque uma forma de reconhecimento social para amplas camadas da classe trabalhadora. A existência de direitos trabalhistas, bem como o simples reconhecimento de uma ocupação envolvem o reconhecimento social de um estatuto e mesmo de um tipo específico de cidadania social relativa ao mundo do

trabalho. Ademais, o trabalho também é reconhecido como instância de produção coletiva, como resultado de uma práxis coletiva que transcende a singularidade dos trabalhos realizados por indivíduos concretos. Este reconhecimento está relacionado também a conceptualização do trabalho enquanto trabalho abstrato, ou seja, como o reconhecimento da atividade laboral como trabalho em geral independentemente das formas particulares que assume. Para além de sua transformação em mercadoria, a conceptualização do trabalho enquanto trabalho abstrato também contribui para que o trabalho surja como uma atividade pública coletiva fazendo com que o trabalhador ocupe, através dos seus organismos de representação o espaço público. O reconhecimento no âmbito das relações sociais de produção também conforma identidades, o que também produz as variantes de solidariedade resultantes de uma divisão social do trabalho. Desta forma, o trabalho enquanto categoria sociológica desempenha, um papel central na organização da existência individual. Neste sentido, o trabalho pode se traduzir num certo tipo de coerção moral, num dever ser, numa relação social plena de obrigações recíprocas que terminam solidarizando os grupos sociais.

Assim, a partir da sociologia da experiência de François Dubet (1996), analisamos as lógicas da ação de trabalhadores com inserção social distinta, ou seja, um primeiro grupo caracterizado por uma cultura operária e sindical e um segundo grupo caracterizado por processos de dissociação em relação ao mundo do trabalho formal. Neste sentido, investigamos: *a)* as formas de inserção e integração social configuradas pelas relações de solidariedade que se desdobram numa tipologia que prevê quatro tipos de solidariedade, a saber, a solidariedade funcional, caracterizada pela diferenciação e especialização de funções, a solidariedade contratual, caracterizada pelo estabelecimento do acordo e do pacto como a forma mais eficaz para persecução de interesses individuais, a solidariedade serial, caracterizada pela semelhança e pela intercambialidade de todos os membros da associação e a solidariedade fusional caracterizada pela ética da convicção e pela práxis; *b)* a dimensão da racionalidade estratégica que se desdobra no âmbito da ação coletiva nas lutas por reconhecimento levadas a cabo por cada grupo social, e no âmbito da racionalidade individual se caracteriza

por posturas práticas que vão do compromisso ao pragmatismo; e, por fim c) os processos de subjetivação expressos na afirmação identitária de cada coletivo de trabalhadores.

Quanto aos procedimentos metodológicos adotados neste estudo, a definição do universo empírico de nosso objeto de pesquisa teve como primeiro critério sua representatividade em termos de um determinado perfil de trabalhadores caracterizados pelo ativismo sindical e por sua inserção no mundo da produção. Ou seja, buscamos selecionar duas cooperativas de produção constituídas no âmbito dos processos de reestruturação produtiva que acometeram a economia do país na década de noventa. Considerou-se neste também aspecto, o ramo de produção e a categoria profissional, bem como o envolvimento dos sindicatos com a formação das cooperativas. Buscava-se nos trabalhadores das cooperativas investigadas uma cultura política advinda de uma trajetória de mobilização e engajamento nas lutas promovidas pelo sindicato da categoria. Tais critérios tinham por objetivo estabelecer as condições de possibilidade de uma comparação por contraste da experiência destes trabalhadores com relação à democracia ou com aquilo que viemos a denominar posteriormente de regime de interação igualitário. Partia-se da premissa de que a transição de uma estrutura de relações sociais permeada pela hierarquia ou nos termos que passamos a utilizar, um regime de interação hierárquico, poderia dificultar o estabelecimento de uma nova forma de regulação social a partir do princípio meta-social da igualdade. No outro extremo, selecionamos três associações de catadores de lixo da região metropolitana de Porto Alegre também a partir de sua representatividade. Porém o critério de representatividade escolhido foi a medida da reprodução de antigas sociabilidades pautadas por um regime de interação hierárquico a partir mesmo de uma possível predominância das sociabilidades primárias sobre as sociabilidades secundárias. Ademais, considerou-se também um segmento social sem tradição associativa, sem, portanto uma cultura e socialização política anterior. Trata-se de um segmento social objetivado por padrões culturais de não reconhecimento, humilhação e desrespeito sistemático na sua trama diária de relações sociais. Nestes termos

realizamos um total de 99 entrevistas semi-estruturadas⁶, das quais 56 nas duas cooperativas de produção, sendo que foram 25 entrevistas entre os 130 trabalhadores associados à CMTC – Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas e 30 entrevistas entre os 230 trabalhadores associados a Geralcoop – Cooperativa dos Trabalhadores em Metalurgia de Guaíba; quanto as associações foram realizadas um total de 39 entrevistas, das quais 27 entrevistas de um coletivo de 120 associados ao CEA – Centro de Educação Ambiental, e 12 entrevistas entre os 52 associados à Associação de Catadores do Loteamento Cavahada. Realizamos ainda mais 4 entrevistas na Associação dos Catadores de Gravataí Luta e Solidariedade em decorrência de seu vínculo com o MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável e 1 entrevista com um dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas envolvido com a constituição de uma das cooperativas de produção. Os dados recolhidos na entrevista foram interpretados a luz das lógicas da ação propostas por Dubet (1996), aludidas acima.

Por fim, este estudo está distribuído em cinco capítulos organizados da seguinte forma: no primeiro capítulo desenvolvemos uma sociologia política do reconhecimento, na qual são tratados a lógica do respeito, a partir de uma definição relacional desta noção; a noção de regimes de interação caracterizados a partir do contexto social que envolve e define a gramática política da interação que será marcada ou por sociabilidades verticais, ou por sociabilidades horizontais; e, as políticas de reconhecimento e redistribuição. No segundo capítulo procuramos abordar o fenômeno associativo e uma gramática da ação desdobrada nas formas de integração e inserção sociais configuradas nas relações de solidariedade, na racionalidade estratégica configurada nas relações de reconhecimento, e nos processos de subjetivação consubstanciados na construção e afirmação da identidade. No terceiro capítulo enfocamos a economia plural nos seus desdobramentos possíveis: economia informal, economia popular e economia solidária discutindo a lógica da reciprocidade como fundamento heurístico desta última. No quarto capítulo, analisamos as lógicas da ação de

⁶ Para o roteiro das entrevistas semi-estruturadas, vide anexo 1.

trabalhadores associados a duas cooperativas de produção – CMTC e Geralcoop – constituídas na década de noventa. Neste capítulo também é discutida a experiência dos trabalhadores em relação à democracia, bem como o tipo de regime de interação predominante nesta situação. Por fim, no quinto capítulo, analisamos as lógicas da ação dos catadores de lixo de duas associações de reciclagem de resíduos sólidos procurando identificar o padrão de sociabilidade característico de cada associação. A identificação de tal padrão nestas associações nos permitiu discernir também o regime de interação que marca o cotidiano das relações sociais de ambas associações.

1. Uma sociologia política do reconhecimento

Introdução

A idéia de igualdade se constituiu num princípio universal que orientou a expansão gradual e sucessiva dos direitos nas sociedades modernas. No entanto, sua institucionalização não conduziu tais sociedades a nada que se aproxime, de fato, de uma igualdade real. A crítica sociológica tem sido desafiada desde sua origem pela persistência de diferentes tipos de hierarquias sociais que se reproduzem sob a égide da equação liberal da igualdade formal de todos perante a lei. Nesse sentido, a teorização sociológica, bem como a discussão pública na sociedade civil em torno desta questão, ganhou complexidade a partir da demanda pelo reconhecimento de novos direitos que não se cingiam às questões relativas à igualdade socioeconômica pura e simplesmente. Trata-se de questões relacionadas ao reconhecimento da diferença – indexada a partir de categorias como, por exemplo, cultura, gênero, etnia – que ganham legitimidade a partir da mobilização de vários movimentos sociais desde os anos 60 do século XX. Partindo da ficção igualitária das sociedades modernas, tais demandas buscam reconhecer a dignidade do outro enquanto sujeito de direitos.

Mas, tal discussão não é nova. Se procurarmos por sua origem filosófica, iremos encontrar na conhecida dialética do senhor e o escravo de Hegel⁷ seu

⁷ Trata-se do episódio que ilustra o desenvolvimento da consciência-de-si na “Fenomenologia do Espírito”, cujo resumo que pode ser feito da seguinte forma: há um combate entre dois homens. Um arrisca sua vida nesta luta, demonstrando assim que é um homem livre, superior mesmo à sua vida. Seu oponente, que não ousa arriscar a vida, termina sendo vencido. O vencedor não mata o prisioneiro, ao contrário, conserva-o na condição de escravo como testemunha e espelho de sua vitória. Com efeito, o senhor submete o escravo para poder fruir os prazeres da vida. Ao não trabalhar mais, pois tem o escravo para tanto, o senhor não conhecerá mais a adversidade do mundo material. O senhor gozará de toda liberdade e terá o reconhecimento de sua superioridade no olhar submisso de seu escravo que será despojado dos frutos de todo seu trabalho numa situação de sujeição absoluta. No entanto, essa situação vai se transformar dialeticamente dado que a posição do senhor encerra uma contradição interna, qual seja: a condição de senhor só pode existir em função da existência do escravo, que termina por condicionar a sua. Assim, a condição de senhor só é reconhecida como tal pela consciência do escravo e também porque vive do trabalho desse escravo. Nesse sentido, ele acaba sendo uma espécie de escravo de seu escravo. Deste modo, o escravo, que antes era muito mais o escravo da vida do que o escravo de seu senhor, pois foi pelo medo da morte que se submeteu, vai acabar encontrando uma nova forma de

momento inaugural na era moderna. Temos na relação entre senhor e escravo um reconhecimento unilateral: o senhor arriscou tudo para obter um reconhecimento agonístico e aristocrático e o escravo é aquele que diante da morte recua, renunciando assim ao reconhecimento. Mas, será pela servidão que o escravo transformando a natureza através do seu trabalho encontrará seu reconhecimento nas obras que produz. E tal reconhecimento espelhado nos produtos de seu trabalho implicará num auto-reconhecimento de si como ser humano. Noutras palavras, o escravo toma consciência de sua liberdade pelo trabalho e pelas coisas que produz. Segundo Martuccelli (2002), subjaz a dialética do senhor e do escravo a transição de uma ordem social hierárquica, na qual o indivíduo persegue a distinção derivada do reconhecimento pelo outro de sua posição estamental, para uma ordem social igualitária no bojo do advento do capitalismo na qual o reconhecimento estará fundado na capacidade de empreender e acumular bens materiais. Também podemos perceber nas provações e humilhação experimentadas pelo escravo no âmbito desta relação dialética com o senhor o prenúncio das tensões que envolvem o reconhecimento denegado da diferença.

Já, segundo Schnapper (1998), o primeiro registro de uma reflexão propriamente sociológica sobre o reconhecimento⁸ nos será fornecido por Montesquieu. Para além de qualquer relativismo cultural, Montesquieu preconiza

liberdade. Submetido a uma situação adversa na qual só conhece provações, aprende a se afastar de todos os eventos exteriores, a libertar-se de tudo o que o oprime, desenvolvendo uma consciência pessoal. Mas, principalmente o escravo sempre ocupado com o trabalho, aprende a vencer a natureza ao utilizar suas leis e recupera uma certa forma de liberdade traduzida no domínio da natureza mediante seu trabalho. Por fim, através do trabalho servil o escravo termina conquistando sua liberdade. Nestes termos, o escravo, transformado pela adversidade e pelo próprio trabalho, ensina a seu senhor que a verdadeira liberdade constitui-se no domínio de si mesmo. Para aprofundar a discussão sobre o reconhecimento ver a esclarecedora "Introdução à leitura de Hegel" de Alexandre Kojève (2002, p.21-31; 49-54); bem como a própria seção A do capítulo 4 da "Fenomenologia do Espírito" de Hegel (1992, p.142-151). Para uma introdução à discussão sobre os processos de socialização relacionada à dialética do reconhecimento ver Dubar (1997, p.81). Não obstante, há também uma via de acesso anti-hegeliana para a discussão do reconhecimento entre senhor e escravo desdobrada a partir da "Genealogia da Moral" de Nietzsche (1998). Para uma crítica da dialética hegeliana a partir de uma filosofia da diferença ver especialmente "Nietzsche e a Filosofia" de Deleuze (1987).

⁸ Chamamos a atenção para o fato de que a reflexão sobre a alteridade não surgiu com o advento da modernidade. Para um detalhamento da discussão sobre a alteridade e a diferença na antiguidade clássica e na idade média ver Schnapper (1998, p.45-69).

um certo universalismo que deve ser percebido menos de forma substantiva do que como um princípio, ou seja, como a possibilidade de todos os homens pertencerem à espécie humana antes de qualquer outro tipo de pertencimento. Tal compreensão sendo tributária do iluminismo concorre para reduzir o universal a uma categoria específica do gênero humano, a saber, o indivíduo soberano ocidental será personificado pelo homem, branco, adulto, heterossexual e trabalhador. Os grupos sociais discrepantes em relação a esta norma dominante quando não forem invisíveis socialmente serão percebidos por sua natureza exótica e excêntrica ou na pior das situações objeto de processos de invalidação social.

Uma sociologia do reconhecimento, ou seja, uma análise das relações sociais que ensejam a denegação ou a atribuição de respeito e auto-estima pode se constituir num esquema interpretativo seja para a compreensão da lógica da solidariedade, seja para a compreensão dos conflitos que caracterizam a sociedade contemporânea. Entretanto, como veremos a seguir, tal discussão não deve ser desenvolvida de modo a se sobrepor às reivindicações por igualdade socioeconômica. As demandas por reconhecimento e por redistribuição devem caminhar lado a lado. De outra parte, a remissão à moralidade presente na reivindicação por respeito enunciada pelas classes trabalhadoras, por exemplo, não deve ser reduzida a uma falsa consciência ou ainda como conseqüência de uma violência simbólica resultante de relações sociais opressivas. Contrariamente, talvez seja mais frutífero heurísticamente perceber em que medida a moralidade nas classes trabalhadoras pode se constituir num recurso fundamental para a construção e afirmação identitária em segmentos sociais desfavorecidos. Nesse aspecto, a demanda por respeito pode configurar uma resposta prática às relações sociais de dominação. Tal resposta pode se traduzir numa situação de conformidade social daqueles que estão em situação de inferioridade, como também pode implicar na reivindicação de reconhecimento social de sua existência pelo Estado e demais estratos sociais dominantes no sentido da luta por dignidade. Esses são os termos da discussão que será desenvolvida a seguir. Num primeiro momento, iremos caracterizar os regimes de interação que

subjazem às sociabilidades que predominam em diferentes espaços sociais buscando interpretar o sentido que a relação social encerrada na noção de respeito pode encarnar. Para num segundo momento discutir as tensões produzidas pelas demandas pelo reconhecimento da diferença *vis-à-vis* à norma igualitária que notabiliza as sociedades modernas.

1.1. A lógica do respeito: hierarquia e igualdade como regimes de interação

O princípio da igualdade foi entronizado historicamente pelas sociedades modernas ao constituírem uma ordem social fundada a partir da participação política dos cidadãos definidos primordialmente por seus direitos civis e políticos. Isso é mais evidente de um ponto de vista dos discursos e ideologia que legitimaram esse tipo de sociedade. Não obstante, mesmo em sociedades igualitárias nas quais uma individualidade abstrata e impessoal caracteriza a sociabilidade de seus espaços públicos⁹, um outro tipo de relação social calcado

⁹ Segundo Habermas (1992, p.92), a esfera pública pode ser definida como o espaço para a formação da opinião pública. Tratar-se-ia de um fenômeno social elementar no qual circulam conteúdos e se toma posição ante as questões suscetíveis de engajar, mediante um agir comunicativo, uma coletividade. Não obstante, tal formulação acerca da esfera pública se mostra um tanto restrita ao reduzi-la à compreensão liberal-burguesa deste conceito. A distinção entre público e privado encerra antes outras significações: de partida é reveladora a mesma origem etimológica dos radicais latinos que formam as palavras **público** e **público**, a saber, tais palavras são formadas a partir do antepositivo latino *pubes(is)* que significa o pêlo que caracteriza a puberdade; por extensão, significa também a parte do corpo coberta por esse pêlo, a púbis; designa ainda a **população adulta masculina, com idade de usar armas e de tomar parte nas deliberações das assembléias** (Houaiss, 2001). Assim, não é outro o sentido da crítica desenvolvida por Fraser (1992) quando propõe a noção de contrapúblicos subalternos para contrapor-se aos públicos dominantes. As noções de público e privado, portanto não são neutras, presumem determinadas classificações sociais utilizadas discursivamente para legitimar alguns interesses ou deslegitimar outros. Já, conforme Cohen & Arato (2000), os conceitos de esfera pública e de sociedade civil coexistem lado a lado: pois, enquanto o conceito de esfera pública sinaliza os processos de comunicação que caracterizam a política democrática, o conceito de sociedade civil contempla a existência de grupos, associações e movimentos que são necessários tanto para a formação de públicos como para sua influência política. Não obstante, para efeito de nossa discussão, por espaço privado iremos subtender a esfera doméstica e por espaço público

na hierarquia se institui de modo a estabelecer o lugar de cada um no âmbito de uma ordem maior. Ou seja, ainda que a hierarquia caracterize um tipo de ordem social discrepante em relação à modernidade, a compreensão de seus possíveis desdobramentos é fundamental para se esquadriñar a sociabilidade que caracteriza as sociedades contemporâneas. Assim, ao mesmo tempo em que se constitui na alteridade teórica da modernidade e num princípio de análise de um tipo específico de interação social, a hierarquia caracteriza uma relação social de tipo comunitário da qual deriva laços de solidariedade que fazem do indivíduo parte de uma coletividade. A posição, o estatuto de cada um está remetido diretamente a uma hierarquia que torna o indivíduo dependente da coletividade da qual faz parte. Acompanhando Dumont (1999), podemos perceber que a hierarquia supõe sempre um princípio de ordenação referido a um conjunto maior, de modo que toda relação social irá consistir nos desdobramentos possíveis deste princípio de ordenação¹⁰. A sociabilidade que irá caracterizar tal tipo de sociedade irá atribuir para cada indivíduo um tipo de atenção ou consideração particular em virtude da posição estatutária por ele ocupada no âmbito desta estrutura social. Em termos durkheimianos, a consciência coletiva em vigor neste tipo de sociedade irá constranger cada um a respeitar o outro em função da posição ocupada na hierarquia social¹¹.

Com efeito, tais princípios ensejam mesmo a conceptualização de uma ordem de interação¹² demarcada pelas seguintes características: a) a exigência de reciprocidade entre os indivíduos que se encontram em presença uns dos outros;

iremos subtender o Estado, a sociedade civil e suas organizações. Ver também Melucci (2001, p.136-140).

¹⁰ A relação hierárquica é definida por Dumont (1999) não como uma escala de ordens superpostas, ou ainda como uma série de indivíduos de estatuto e dignidade decrescentes, mas sim como uma relação social onde há o englobamento do contrário, ou seja, uma relação na qual Y faz parte de X, mas ao mesmo tempo é distinto dele. Y deve seu lugar na estrutura social à X. Portanto, há uma relação hierárquica entre Y e X.

¹¹ A etimologia da palavra hierarquia também contribui para a compreensão do sentido deste tipo de relação social: segundo Houaiss (2001), sua origem provém do latim tardio *hierarchia* 'hierarquia eclesiástica', que por sua vez é derivado do grego *hierós* que significa 'sagrado' mais o grego *arkhê* que significa 'comando, autoridade'.

¹² Para efeito de nossa argumentação teorizamos a noção de ordem de interação a partir da síntese conceptual de Goffman (1991) e de sua proposição em termos de regime de interação por Martuccelli (2002).

b) duas formas de identificação, a saber, uma classificação a partir de categorias tais como, classe social, gênero, etnia, e idade e outra individual que lhe atribui uma forma de identidade fundada em seus predicados individuais; e, c) a existência de um conjunto de convenções estáveis capazes de proporcionar previsibilidade à interação social (Goffman, 1991). Não obstante, a noção de ordem de interação por si só não esgota as condições de possibilidade das formas de sociabilidade¹³. É necessário considerar ainda, segundo Martuccelli (2002), uma dimensão mais ampla que pode ser definida como um regime de interação, ou seja, o contexto social que envolve e define a gramática política da interação que será caracterizada ou por sociabilidades verticais, ou por sociabilidades horizontais.

Assim, cada tipo de sociabilidade percebida a partir de regimes de interação hierárquicos ou igualitários irá implicar numa forma de reconhecimento dos indivíduos segundo seu modo de inserção e pertencimento social. No âmbito das sociabilidades primárias haverá a demanda por respeito às relações hierárquicas que organizam as posições e lugares ocupados por cada membro no seu grupo primário. No âmbito das sociabilidades secundárias haverá a demanda por respeito aos direitos e deveres de cada um definidos legal ou estatutariamente. Aqui, a noção de respeito ou de outro modo à relação social que tal noção encarna pressupõe ao mesmo tempo uma relação de reconhecimento entre aqueles que participam da interação social e uma tensão entre os princípios de hierarquia e igualdade. Para além da simples definição lexical de respeito relativa aos usos variados deste vocábulo peculiar ao senso comum e a sua possível diversidade semântica vamos considerar para efeito de nossa argumentação a abordagem proposta por Pharo (2001) que compreende o respeito a partir de uma definição suficientemente abstrata para não reduzi-lo a algum de seus sentidos possíveis. Deste modo, o respeito se traduz numa posição prática da primeira pessoa que consiste para esta em limitar sua liberdade de ação de maneira a não atingir um valor eminente – a saber, a reputação, a estima social, a moralidade, a

¹³ Ou seja, conforme Caillé (2000), as sociabilidades primárias e secundárias características das esferas privada e pública respectivamente.

honra ou a dignidade – que ela reconhece em uma pessoa ou em um objeto, ou que uma outra pessoa ou grupo social porventura atribui a um objeto¹⁴.

De um ponto de vista filosófico, historicamente concebido, as relações sociais de reconhecimento são desenvolvidas teoricamente por Charles Taylor (1998) de modo a caracterizar a constituição da identidade moderna: ou seja, para Taylor o reconhecimento e a construção da identidade constituem sua legitimidade enquanto objeto teórico somente na modernidade. Em épocas pré-modernas, o problema da construção da identidade dos indivíduos definia-se a partir das posições estatutárias diferenciadas que configuravam as relações sociais de reconhecimento determinadas a partir das posições ocupadas pelos indivíduos na estratificação social destas sociedades. Aqui, a noção de honra estamental¹⁵ irá desempenhar um papel importante nos processos de diferenciação social a partir da indicação de pertencimento de classe, do sentimento de exclusividade e *status* atribuídos *a priori*. Nesse sentido, a ética da honra implicava, sobretudo, em distinção social, ou seja, estava associada à observância de um conjunto de códigos e estatutos legais que regulamentavam os privilégios e as hierarquias da sociedade feudal. A honra consistia, portanto, num privilégio atribuído à bem poucos¹⁶. Por oposição à noção de honra, temos nas sociedades modernas, republicanas e democráticas, a noção universalista e igualitária de dignidade. Ela parte do pressuposto de algo que é comum a todos os seres humanos e que concorre para a institucionalização da igualdade consubstanciada na noção de cidadania. Tais noções ensejariam um tipo de política social, cujo intuito seria equalizar direitos e privilégios de modo a evitar a distinção entre cidadãos e

¹⁴ Pharo (2001) estabelece a partir de uma sociologia semântica do respeito seu estatuto lógico e ontológico definindo suas condições de possibilidade, bem como as conseqüências sociais da ausência de respeito configurada no desrespeito, no desprezo, na indiferença, ou seja, nas formas de violência simbólica que se manifestam quando não se reconhecem os direitos humanos.

¹⁵ A noção de honra estamental constitui-se apenas num tipo específico de honra. Para Weber (1990), a honra configura um mecanismo de atribuição de valor social estruturada a partir do sistema de valores de cada sociedade e que implica sempre em algum tipo de reconhecimento social. Voltaremos a esta questão mais adiante.

¹⁶ O mesmo sentido foi preservado nas sociedades modernas quando alguém é homenageado com distinções honoríficas, com condecorações de algum tipo. Para a reconstrução histórico-filosófica desta questão a partir da ótica do reconhecimento ver Taylor (1997, p.277; 2002, p.54; 1998).

subcidadãos. A noção de dignidade faz referência, por conseguinte, à esfera pública e às sociabilidades secundárias que a caracterizam.

Na esteira da reflexão tayloriana, um aporte sociológico percuciente para a investigação empírica das questões relacionadas ao reconhecimento social nos é fornecido por Honneth (2002). A partir dos escritos do jovem Hegel do período de Jena e dos trabalhos de Georg Herbert Mead, Axel Honneth propõe um esquema teórico para a compreensão das relações sociais de reconhecimento nas esferas de reprodução social. O ponto de partida para a formulação teórica de Honneth¹⁷ parte da premissa que a reprodução da vida social se produz sob o imperativo de um reconhecimento recíproco dos sujeitos que participam dos processos de interação social no tríplice registro das relações afetivas, das relações jurídicas e das relações de solidariedade¹⁸. Esse tríplice registro das esferas de reprodução da vida social é definido a partir de um horizonte normativo que se estabelece entre o outro concreto – os sujeitos – das relações afetivas e as esferas das relações jurídicas e das solidariedades comunitárias enquanto duas formas distintas de realização do outro generalizado¹⁹. Nesse sentido, Honneth irá propor uma tipologia das formas de reconhecimento verificável empiricamente a partir de uma fenomenologia das três esferas de reprodução da vida social. Cada modo de reconhecimento irá implicar numa forma de reconhecimento, numa possibilidade de desenvolvimento, num tipo específico de auto-realização, numa forma de

¹⁷ Honneth (2002) rompe com a filosofia da consciência hegeliana e desenvolve sua reflexão teórica a partir da perspectiva do pragmatismo lingüístico, ou seja, parte do pressuposto de que o significado das formas lingüísticas é definido pelo seu uso. Assim, tendo em vista que o uso da linguagem se efetua sempre no contexto de uma comunidade lingüística, seu significado é produzido no curso do entendimento intersubjetivo. Nesse sentido, o reconhecimento – ou o respeito na linguagem ordinária – deve ser percebido não enquanto um fenômeno psicológico de ordem pré ou extralingüístico, mas sim como um problema constituído a partir do uso intersubjetivo da linguagem corrente.

¹⁸ Ver genealogia desta tipologia das formas de reconhecimento conforme Honneth (2002, p.115-6).

¹⁹ Estamos operando aqui não apenas com expectativas cognitivas de comportamento, mas, sobretudo com expectativas normativas, pois é justamente a progressiva assimilação de comportamento normativo de um número cada vez maior de indivíduos que possibilita ao sujeito a capacidade abstrata de generalizar e deste modo participar das interações sociais. É esse processo de reconhecimento recíproco que é definido como outro generalizado, ou seja, na sua ação o sujeito leva em consideração a expectativa e o comportamento de todos os demais sujeitos que participam da interação social.

desrespeito e respectiva conseqüência em termos de agressão, violência simbólica e invalidação social. Para efeito de nosso estudo, iremos priorizar nesta exposição às formas de reconhecimento referidas ao outro generalizado destacando especialmente as relações de solidariedade enquanto modalidade de reconhecimento recíproco essencial para a coalescência dos laços sociais.

A primeira etapa do reconhecimento mútuo teorizado por Honneth (2002), dá conta dos processos de individuação e socialização que se verificam no âmbito das relações primárias de afeto entre pais e filhos no âmbito da família. É no interior das relações afetivas que se constituem os sujeitos a partir da percepção recíproca de suas carências. Ou seja, as carências e afetos só podem ser correspondidos quando são reconhecidos ensejando autoconfiança e segurança ontológica no curso dos primeiros momentos da socialização infantil. A autoconfiança se constituiria aqui numa forma primária de reconhecimento desenvolvida nas primeiras etapas dos processos de socialização e individuação da criança nas relações que esta estabelece com sua mãe²⁰.

Desta primeira forma de reconhecimento calcado nas relações primárias, distinguem-se as relações jurídicas: nessas só é possível uma compreensão de nós mesmos enquanto sujeitos de direitos quando sabemos, inversamente, quais obrigações devemos observar face ao outro generalizado. É apenas da perspectiva normativa deste que aprendemos a reconhecer os outros membros da coletividade enquanto portadores de direitos iguais e, assim, nos assegurar do cumprimento social de algumas de nossas expectativas. Isso se constitui num aspecto da estrutura do reconhecimento jurídico que pressupõe também uma operação cognitiva, a saber: o discernimento sobre quais situações empíricas se aplicará um direito universalmente válido. Será justamente neste espaço de interpretação dos fatos referida a norma jurídica que poderá ocorrer à reivindicação pelo reconhecimento de direitos.

²⁰ Para a teorização deste processo, ver sua reconstrução por Honneth (2002) a partir das pesquisas de Donald Winnicott.

O argumento de Honneth (2002) se vale da periodização histórica proposta por Thomas H. Marshall (1970)²¹ sobre a gradativa ampliação dos direitos fundamentais que irão ensejar os direitos sociais que se materializaram no século passado para ilustrar o teor do seu paulatino reconhecimento. Nesse sentido, o ponto de partida de Marshall está situado na ruptura entre ordenamentos jurídicos tradicionais e modernos: é somente com a separação entre as pretensões jurídicas individuais e as atribuições sociais associadas ao *status* que surge o princípio universal da igualdade que, a partir de então, irá regular toda ordem jurídica de modo a repudiar a consagração legal de privilégios. Tal princípio estará presente, enquanto uma exigência implícita, na seqüência histórica das gerações sucessivas de direitos descritos por Marshall: ou seja, nestes termos os direitos políticos de igual participação por parte de todos os cidadãos irão se configurar originariamente apenas como um resultado derivado dos direitos civis estabelecidos no século XVIII²². Os direitos políticos de participação só se constituem numa geração de direitos propriamente dita quando, a partir de sua ampliação e aprofundamento, transformam a esfera pública de modo que face às demandas por igualdade política de grupos sociais excluídos não é mais possível contrapor nenhum argumento efetivamente convincente. Esse processo irá alcançar o século XX somente quando se impuser definitivamente a convicção de que todo membro de uma coletividade política deve poder participar igualitariamente do processo democrático de formação da vontade coletiva²³.

²¹ Exporemos brevemente como a teorização de T. H. Marshall (1970) é operacionalizada no âmbito da argumentação de Honneth. Não obstante, a expansão gradual e sucessiva dos direitos em diversos contextos nacionais não obedece a uma lógica linear, nem tampouco pode ser compreendida somente a partir da experiência britânica. Aqui, a noção de “gerações de direitos”, proposta por Bobbio (1992), talvez seja mais adequada para dar conta do fato que a materialização dos direitos em diferentes sociedades nacionais estará relacionada à conformação assumida pelo Estado a partir de diferentes inflexões políticas, segundo o período histórico e a conjuntura econômica do momento. Para o caso do Brasil, ver Carvalho (2001).

²² O direito de participação no processo político de formação da vontade coletiva restringia-se, então, aos indivíduos juridicamente livres capazes de comprovar a posse de uma determinada renda ou propriedade da terra.

²³ Esse processo irá se estender no Brasil até as primeiras décadas do século XX, pois o sufrágio universal estabelecido pela Constituição de 1891 contemplava apenas eleitores masculinos, alfabetizados e com mais de 21 anos sendo que o voto era aberto. Deste modo, votaram na primeira eleição para a presidência da República em 1894 somente 2,2% da população. Essa cifra

O momento seguinte desse processo relaciona-se à conquista e ampliação dos direitos sociais de bem-estar. O exercício dos direitos civis e políticos se constituía numa ficção jurídica sem o estabelecimento das condições materiais para sua fruição. Assim, a institucionalização dos direitos sociais a partir das pressões da classe trabalhadora irá estabelecer um mínimo de segurança socioeconômica e proteção jurídica enquanto condições necessárias para o reconhecimento jurídico do sujeito como pessoa de direito. Aqui, o princípio da igualdade inerente ao direito moderno teve seu foco ampliado e estendido, tanto em termos das suas novas atribuições, quanto às coletividades e grupos sociais que buscava beneficiar. No primeiro caso, a postulação da igualdade formal busca fazer face à desigualdade real tornando objeto de consideração jurídica crescentes dimensões da vida das classes trabalhadoras; enquanto que, no segundo caso, tem-se a universalização das relações jurídicas que são adjudicadas a grupos sociais que antes eram objeto de discriminação ou exclusão social. É no âmbito da ampliação da esfera dos direitos adjudicados historicamente que Honneth concebe uma luta pelo reconhecimento, ou seja, os litígios que se seguem a uma experiência de reconhecimento denegado ou de desrespeito traduzem conflitos em torno tanto do conteúdo material quanto do alcance social do estatuto de uma pessoa de direito. Nestes termos, a experiência do reconhecimento jurídico ao traduzir para os grupos sociais marginalizados o reconhecimento público e universal de seus direitos, enquanto indivíduos moralmente imputáveis, pode concorrer para estabelecer também sua condição de pertencimento como membros de uma coletividade que compartilha com os demais membros os mesmos direitos para a participação política nos processos democráticos. Não obstante, a exposição deste argumento expressa antes uma correlação conceitual, pois uma fenomenologia do reconhecimento constitui o conceito de reconhecimento numa noção verificável empiricamente apenas na sua forma negativa, dado que enquanto realidade empírica sua constatação é sentida

irá crescer para 5,6% da população na última eleição presidencial da Primeira República em 1930. Além de impedir a participação política da maioria da população do país, o fato do voto não ser secreto ensejava o controle político dos eleitores pelas oligarquias estaduais. O sufrágio feminino será conquistado somente em 1932. Para maiores detalhes, ver Carvalho (2001).

com maior intensidade quando de sua ausência. Assim, somente representações sociais da experiência de desrespeito permitem inferir a auto-estima e o auto-respeito que podem derivar do reconhecimento jurídico dos indivíduos como pessoas de direito.

A terceira dimensão dos processos de interação social destacada por Honneth (2002) enfoca as relações de solidariedade comunitárias. A solidariedade enquanto modo de reconhecimento pressupõe um conjunto de valores compartilhados por uma coletividade com vistas à persecução de objetivos comuns. Com efeito, tais relações ao presumirem a consideração e estima social recíproca por parte dos indivíduos que pertencem a uma coletividade irão destacar as características e atributos particulares que notabilizam os seres humanos em suas diferenças pessoais. Ou seja, diferentemente do reconhecimento jurídico que é balizado por princípios abstratos e universais, o reconhecimento derivado das relações de solidariedade irá privilegiar a eticidade concreta dos grupos sociais primários e secundários²⁴. Assim, se a estima social está relacionada ao tipo de eticidade predominante em cada contexto social, o seu alcance social e possibilidade de simetria estará vinculado ao descentramento das visões de mundo, isto é, à pluralização do horizonte de valores socialmente definidos na comunidade. Noutras palavras, quanto mais a eticidade preponderante estiver descentrada e quanto mais a ordenação hierárquica prevalecente ceder a uma concorrência horizontal, tanto mais a estima social terá uma feição individualizante, ensejando desta forma relações de natureza simétrica. Deste modo, a estima social se constitui numa grandeza variável historicamente e isso se torna mais evidente quando analisamos as características dessa forma particular de reconhecimento na mudança que nela se verificou na transição das sociedades tradicionais para as modernas. A mudança de que estamos tratando pode ser ilustrada na passagem histórica do conceito de honra para as categorias de reputação ou prestígio social. Aqui, uma gramática da honra é capaz de

²⁴ A eticidade concreta, a partir da qual se move a moral convencional, diz respeito às questões do bem viver e opera no âmbito das “certezas do mundo da vida”. Conforme a distinção hegeliana entre eticidade e moralidade: a primeira consubstancia-se nas normas, leis e costumes de uma sociedade, a segunda se expressa na interiorização das normas, na consciência do “dever” e opera no plano da ação. Para um maior detalhamento, ver Habermas (1989).

revelar a significação social que tal noção pode assumir segundo contextos sócio-históricos diferentes. Ela presume uma equação entre concepções axiológicas e uma estrutura hierárquica na qual a prescrição de comportamentos, bem como a designação de posições de maior ou menor valor nesta escala, será traduzida num gradiente de reputação social definido em termos de honra. Ou seja, uma eticidade convencional estabelece uma estratificação vertical das tarefas, papéis e funções sociais, cuja observância concorrerá para que o indivíduo seja merecedor da honra apropriada ao estamento do qual faz parte²⁵. Nessa situação a honra implicará num signo de distinção e reputação social adquirida pelo cumprimento das expectativas de comportamento atreladas eticamente a seu *status* social. Segundo tal padrão estamental de organização e distribuição de privilégios, as formas de reconhecimento dele derivadas terão uma configuração de relações simétricas no interior da comunidade, mas assimétricas quando se tratar de relações com indivíduos não pertencentes ao estamento. Entre grupos sociais definidos estatutariamente as relações de reconhecimento traduzidas enquanto estima social serão ordenadas hierarquicamente, de modo a permitir aos membros do cada grupo estimar as capacidades de um indivíduo estranho ao respectivo estamento. Mas, se a estima social desempenhou um papel na determinação da posição social ocupada pelo indivíduo, através da honra, no âmbito das sociedades estamentais, com os processos de modernização capitalista²⁶ teremos uma gradual dissolução das hierarquias axiológicas. O lugar antes preenchido pela noção de honra na esfera pública cederá lugar aos poucos às noções de prestígio e reputação social que passaram a servir de medida da estima social de um indivíduo na sociedade. Na esfera pública, a universalização jurídica da

²⁵ Segundo Weber (1990), os estamentos surgem a partir de comunidades detentoras de algum tipo de monopólio constituído a partir da apropriação hereditária de privilégios traduzidos em algum tipo de estima social específica. Os estamentos podem surgir e subsistir a partir de associações baseadas em economias de consumo litúrgico-monopolista, feudal ou patrimonial-estamental.

²⁶ Poderíamos caracterizar esses processos tornando explícita sua racionalidade: a lógica da mercadoria ao ensejar a redução de todos os produtos e atividades a valores de troca irá concorrer para a dissolução de quaisquer relações históricas de dependência pessoal, bem como para a dependência recíproca de todos produtores. Um processo no qual a troca e o valor de troca irão se constituir no denominador comum destas relações, nos remetendo à expressão “*tudo que é sólido se desmancha no ar*”, consagrada pelo Manifesto Comunista. Ver também os *Grundrisse* Marx (1989).

igualdade converterá a honra em dignidade; mas, na esfera privada, sua percepção irá sinalizar a reprodução de relações assimétricas entre os membros do grupo primário.

Com efeito, no contexto das sociedades contemporâneas, a noção de honra enquanto relação de reconhecimento social irá caracterizar especialmente as sociabilidades que se verificam na esfera privada. No universo das sociabilidades primárias, os direitos e deveres que se estabelecem entre aqueles que pertencem ao grupo familiar, por exemplo, não são os mesmos que se constituem entre iguais. Temos aqui uma reciprocidade entre membros hierarquizados a partir de uma escala de valores distintos fundada sobre as relações que se instituem entre pai, mãe, filhos, avós, tios, agregados, etc. A posição de cada um se distingue pelo lugar ocupado nas relações de aliança e filiação e pela valorização hierárquica diferencial segundo o gênero masculino ou feminino. A distinção de cada posição nesta relação hierárquica está associada à construção e preservação da honra, que se constitui no valor a partir do qual cada família se percebe e é percebida no seio de uma comunidade pelas outras famílias. Portanto, o respeito à honra configura um conceito relacional e coletivo que delimita uma coletividade, um grupo de pessoas concretas e não indivíduos abstratos²⁷. Assim, a honra atribuída a uma pessoa irá depender de sua ação face ao conjunto hierarquizado de regras as quais está submetida. De modo mais concreto, a honra masculina e a honra feminina estão referidas mutuamente e seu lugar privilegiado será a esfera privada. Assim, por exemplo, a eventual desonra da mulher estará associada à ruptura com os valores, tais como virgindade ou fidelidade que asseguram uma identidade feminina sacralizada no âmbito da família e hierarquicamente subordinada ao poder masculino. Já, a preservação da honra masculina estará situada nos limites entre a esfera privada e a esfera

²⁷ Discutiremos a oposição conceptual entre indivíduo e pessoa mais adiante na caracterização da justaposição dos regimes de interação.

pública, estando associada a sua função de provedor enquanto chefe de família²⁸ (Machado, 1986).

Nestes termos, a honra não se constitui apenas numa relação de reconhecimento cristalizada na noção de respeito, mas também num capital social a ser preservado, expresso num conjunto de signos bem visíveis cujo suporte é dado por uma estrutura social desigual e hierárquica. Ademais, as relações de solidariedade derivadas das redes de parentesco e mesmo de vizinhança tenderiam a ficar confinadas nas suas próprias fronteiras não contemplando, dessa forma, a possibilidade da construção de solidariedades de outro tipo (Martin, 1995). Ou seja, se por um lado as solidariedades familiares e comunitárias configuram um importante fator de integração social, por outro, cabe também reconhecer os seus limites²⁹. Contrariamente, as sociabilidades secundárias, características de espaços públicos, serão marcadas por relações de reconhecimento nas quais a estima social irá configurar-se a partir do respeito mútuo de todos que pertencem ao grupo social. A solidariedade irá caracterizar um tipo de relação social no qual cada membro do grupo se percebe estimado por todos na mesma medida. Nesse aspecto, a solidariedade será entendida enquanto uma interação social na qual os sujeitos se estimam reciprocamente de forma simétrica.

Mas, não devemos confundir a construção ideal-típica dos regimes de interação com a exposição esquemática da transição de um modelo hierárquico para um modelo igualitário pura e simplesmente. Podemos considerar também a justaposição desses modelos, estabelecendo uma situação a meio caminho da

²⁸ A honra na família não se restringe apenas à reciprocidade que se estabelece no âmbito das relações de gênero. Também está presente nas relações que se estabelecem entre ascendentes e descendentes. Não vamos desenvolver aqui os múltiplos aspectos que podem estar encerrados nesta noção, apenas destacamos a centralidade deste conceito para a compreensão da configuração das relações sociais nas famílias das classes trabalhadoras enquanto uma totalidade hierárquica. Não obstante, para autores como Vidal (2003), a importância atribuída ao tema da honra deve ser relativizada quando o relacionamos às classes trabalhadoras. Nestes contextos, os conflitos ligados à sexualidade estariam mais conectados aos temas da “reputação” e da “respeitabilidade”. Para um maior aprofundamento, ver Machado (1986) e Fonseca (2000), especialmente o capítulo 5 de seu livro.

²⁹ Arendt (1991) assinala que historicamente a família tem se caracterizado mais pela violência e pelo despotismo do que pela persuasão.

hierarquia e da igualdade sem deduzir que tal sobreposição seja o resultado de uma modernização incompleta ou ainda que derivem de uma interpretação idealizada deste processo. Se a modernidade e a democracia se perfilam conceptualmente em torno do princípio da igualdade, o mesmo não se produz sem que sejamos confrontados com decalagens e descontinuidades, e mesmo obstáculos e resistências. Trata-se, pois, de problematizar as tensões e sobreposições configuradas entre os dois regimes de interação.

Se não nos deparamos mais com a predominância de um regime de interação hierárquico, enquanto traço característico e fundamental das sociedades modernas, não podemos ignorar a reprodução sistemática da desigualdade sob os auspícios da equação liberal da igualdade formal de todos perante a lei. Nas sociedades feudais tínhamos um conflito de norma contra norma e não de norma contra fato, posto que as relações sociais desiguais entre os estamentos que compunham aquela ordem social estavam consagradas institucionalmente pela existência de privilégios explícitos. No entanto, no contexto das sociedades democráticas e igualitárias, a institucionalização da liberdade e da igualdade não foi suficiente para materializar a igualdade real entre os indivíduos. Ao inverso, a institucionalização da equação liberal, assegurando livre acesso ao mercado e livre acesso ao processo político, acaba concorrendo para a reprodução da desigualdade real ao neutralizar ideologicamente as relações sociais de exploração capitalista das classes trabalhadoras. Não obstante, a crítica sociológica à equalização ideológica daqueles que de fato permanecem desiguais é capaz de revelar a persistência e reprodução sistemática de novos padrões de hierarquização social nas sociedades contemporâneas³⁰. Essas hierarquias sociais, constituídas a partir das clivagens de classe social, de relações de gênero e das relações étnico-raciais, estabelecem uma geometria variável das relações de dominação presentes nestas sociedades. Estaremos confrontados, portanto, mais com uma desigualdade que se multiplica e reproduz-se continuamente sendo indexada a partir das categorias de classe, gênero e etnia, do que com

³⁰ Ver Offe & Wiesenthal (1984).

desigualdades fundadas na hereditariedade, no pertencimento estamental ou na tradição.

Mas, a justaposição dos princípios da hierarquia e da igualdade ou mesmo a existência de um regime de interação dual, configurado por uma tensão permanente entre a prescrição normativa de relações sociais horizontais e práticas sociais que primam por um ordenamento vertical destas relações sociais, tem sido teorizada a partir de alguns traços que caracterizariam as sociedades latino-americanas. Tratar-se-ia, neste caso, de um tipo de sociabilidade marcado por um regime de interação, cujo respeito à norma igualitária, bem como à posição estatutária, terminam se confundindo na trama cotidiana das relações sociais. Um regime de interação, no qual a sociabilidade característica da esfera privada por vezes se sobrepõe à esfera pública, revela ao mesmo tempo uma relação ambivalente ante a norma igualitária, bem como uma debilidade em termos de sua institucionalização. Enquanto noutros contextos nacionais a eventual sobreposição dos princípios de ordenação das relações sociais ainda prevalece sob a forma de traços residuais das sociedades tradicionais, estaríamos diante de um regime de interação dual percebido como característico do *modus vivendi*, como aspecto peculiar da sociabilidade das sociedades latino-americanas. Analisando a especificidade cultural do Brasil, DaMatta (1978) propõe uma sociologia do dilema brasileiro esquadrihando a oposição entre o universo tradicional e íntimo das relações familiares, marcadas pela personalização das relações sociais e por princípios hierárquicos, e o universo moderno e impessoal das normas, das leis, da cidadania e das instituições fundado na noção de igualdade. DaMatta constrói sua interpretação do caso brasileiro a partir da distinção fundamental entre a categoria de indivíduo, que demanda sempre por um tratamento impessoal, e a categoria de pessoa, que exige sempre um tratamento particularizado³¹. Estamos

³¹ Em suas elaborações teóricas as categorias analíticas de indivíduo e pessoa são opostas. Cada categoria identifica um tipo específico de ação social cujo sentido é orientado por valores distintos. O indivíduo abstrato e impessoal pertence a um mundo desencantado, caracterizado por extensos processos de racionalização e pela distinção entre fato e valor. Dividido entre um valor e outro se move alternadamente entre uma ação racional com respeito a fins – calcada no cálculo e na instrumentalização de outros indivíduos e na preponderância da relação com as coisas em detrimento da relação com os homens – e uma ação orientada por valores, tais como liberdade,

diante, portanto de uma combinação entre dois regimes de interação cuja preponderância, segundo o contexto ou conveniência social irá ser marcada, de um lado, por um ordenamento hierárquico das relações de solidariedade, e de outro, por um ordenamento igualitário das relações de reciprocidade. No caso brasileiro, a prevalência da locução “*você sabe com quem está falando?*”³² estaria reivindicando a reposição da hierarquia num contexto social que deveria ser caracterizado pela impessoalidade e pela equivalência de todos face à norma igualitária. Tal tipo de locução encerraria um rito autoritário de enunciação e distinção de posições sociais, e sua presença constrangedora na linguagem cotidiana seria reveladora do esforço para se manter uma ordem hierárquica ameaçada, por vezes, por ideais igualitários. A norma igualitária prevaleceria apenas na superfície de uma sociabilidade que em situações de conflito seria flexionada pelas relações pessoais. Nesse caso, o tratamento impessoal e universal pode até ser percebido como uma pena, um ônus ou, no limite mesmo, como uma humilhação, e o confronto com este tipo de situação remeteria o ator, segundo DaMatta, ao universo cálido e acolhedor das relações pessoais. Assim, ante o universo glacial e hostil da norma igualitária a mobilização das relações sociais fundadas na família, na vizinhança, no parentesco ou no compadrio irá traçar os contornos de uma sociabilidade relacional, ou seja, de um tipo de relação social onde o que irá importar para os atores imersos na interação será,

autonomia e igualdade. Contrariamente, a pessoa estaria situada numa rede de relações pessoais hierarquizada segundo o lugar ocupado por cada um numa determinada totalidade. Sua identidade e individualidade são dependentes desta totalidade, a qual está necessariamente vinculado. Enquanto, para o indivíduo, as relações de solidariedade são horizontais, para a pessoa, elas serão sempre verticais. Enfim, pode-se afirmar que o lugar do indivíduo por oposição ao lugar ocupado pela pessoa, está localizado nas sociedades nas quais as estruturas sociais segmentárias, tais como tribos, clã e família são sobrepujadas pelas sociabilidades secundárias características das associações. A noção de indivíduo encontra seu maior desenvolvimento nas ideologias modernas. Para a distinção entre indivíduo e pessoa ver Mauss (2003), DaMatta (1978) e Duarte (1986).

³² Esta expressão pode encontrar outros equivalentes nas seguintes locuções: “*quem você pensa que é?*”; “*onde você pensa que está?*”; “*recolha-se a sua insignificância!*”; “*vê se te enxerga!*”; “*você não conhece o seu lugar?*”; “*veja se me respeita!*”; “*mais respeito!*”; etc. Cada qual busca cumprir a função de restabelecer a hierarquia indicando a posição que cada um deve ocupar na ordem social (DaMatta, 1978). Para contrastar com o caso brasileiro é interessante a interpretação, de Guillermo O’Donnell (1984), da sociabilidade hierarquizada da sociedade argentina que consubstancia-se na locução: “*¿Y a mi, que me importa?*”.

sobretudo, a relação pessoal. Um tipo de sociabilidade marcado pelo primado dos elos personalizados nos interstícios da regra e da norma legal³³.

A recorrência à locução “*you know who you are talking to?*” para demarcar diferenças e restituir hierarquias não esclarece apenas as posições ocupadas por aqueles que participam da interação, mas poderia denotar também uma aversão e mesmo desconfiança em relação à efetividade de normas igualitárias. Mas, para compreender a lógica subjacente à articulação dos princípios de hierarquia e igualdade, devemos ser capazes de explicar qual elemento é o dominante e qual é o subordinado na equação das relações sociais. A simples proposição de uma dualidade enquanto traço característico de nossas sociabilidades constitui-se antes numa aporia do que num esquema explicativo. A suposição de que a reprodução das relações pessoais e familísticas é de algum modo perene, moldando desse modo as sociabilidades de nossas sociedades, pressuporia em última instância um essencialismo de viés culturalista. Nestes termos, não se pode compreender a hierarquia valorativa que preside a ação social sem que nos reportemos a uma teoria da estratificação social. E, neste caso, como bem destaca a crítica de Souza (2000) à interpretação culturalista da sociabilidade brasileira proposta por DaMatta, temos a correlação da oposição das categorias de indivíduo e pessoa apenas com espaços sociais privilegiados – a casa e a rua – sem haver referência a classes ou grupos sociais. Aqui, sente-se a falta de um nexos entre uma visão de mundo e estratos sociais determinados que se constituiriam nos suportes desta visão de mundo. Sem que se indique como um dado conjunto de normas e valores se institucionaliza no curso dos processos de modernização, toda referência a uma escala de valores, tais como hierarquia ou igualdade para indexar as relações sociais, permanece indeterminada. Caberia antes esclarecer como estão imbricados o acesso diferencial a bens materiais e

³³ Um outro aspecto do primado da hierarquia sobre a igualdade na postulação da existência de regime de interação dual seria dado pela recorrência ao “*jeitinho*” para resolução de questões ou conflitos com a norma igualitária. Não obstante, enquanto a indexação da interação a partir da locução “*you know who you are talking to?*” expressaria a vertente autoritária e hierárquica de nossa sociabilidade, o “*jeitinho*” expressaria o modo cordial desta mesma sociabilidade. Ambas dependem da lógica da situação e buscam personalizar relações sociais marcadas pela impessoalidade e universalidade da regra. Para uma discussão mais aprofundada do “*jeitinho*”, ver Barbosa (1992).

simbólicos e a constelação de valores que conforma a representação do mundo dos diferentes estratos sociais que compõem a sociedade brasileira.

De modo alternativo, podemos sugerir que uma postura refratária, em relação à norma universal e igualitária, poderia estar relacionada à modernização seletiva³⁴ que vem moldando a sociedade brasileira desde o século XIX. Mais especificamente, nos reportamos às conseqüências de um tipo de modernização cujos processos de racionalização e juridificação³⁵ das relações sociais não se difundiram completamente, restringindo-se quando muito à economia e as esferas da alta burocracia estatal. A seletividade deste processo de modernização concorre então para a reprodução da desigualdade em grande escala no que tange ao acesso da maior parte da população à provisão de bens públicos de modo a gerar uma condição de subcidadania ou uma cidadania regulada, que na expressão de Wanderley G. dos Santos (1998) traduzir-se-ia num sistema de estratificação ocupacional definido pelas normas legais. Neste contexto, são cidadãos todos aqueles que estão inseridos em algumas das ocupações reconhecidas e definidos legalmente e a ampliação da cidadania se efetuará através do acréscimo do conjunto de direitos que beneficiam determinadas categorias profissionais em detrimento de amplos segmentos sociais. Assim, são subcidadãos todos aqueles cuja ocupação não é reconhecida pela lei. Segundo W. G. dos Santos, o vínculo entre cidadania e ocupação estabelecerá os pré-requisitos institucionais para a inflação dos conceitos de marginalidade e mercado informal de trabalho, dado que estas duas categorias irão abrigar todos aqueles que estão desempregados, subempregados ou ainda aqueles cuja ocupação não tenha sido regulamentada pela lei. Outra interpretação que endossa o caráter seletivo dos processos de modernização no Brasil é desenvolvida por Reis (1995). Discutindo o fenômeno da desigualdade à luz das relações de solidariedade na América Latina, Reis relaciona o pouco comprometimento com questões ligadas à esfera pública à combinação de situações de acentuada privação socioeconômica com uma cultura política e identidade social tuteladas, ao longo de uma história

³⁴ Ver Souza (2000).

³⁵ Conforme Habermas (1988).

recente, por um Estado corporativista. Em conseqüência, a constituição de uma esfera pública, as perspectivas de organização da sociedade civil e mesmo a própria invocação da idéia de comunidade, amesquinham-se circunscrevendo as possibilidades e estratégias de organização da população aos círculos restritos da esfera privada. Neste sentido, estaríamos confrontados com a prevalência de uma moralidade fundada sobre os laços sociais mais elementares – uma moral do coração³⁶ – sobre qualquer outro tipo de juízo moral, o que de resto obstaculizaria a constituição de projetos coletivos assentados numa solidariedade cívica. A partir do primado destes vínculos e valores tradicionais sobre a possibilidade dos indivíduos associarem-se com vistas a sua participação na esfera pública, Reis (1995), aduz a noção de “familismo amoral”³⁷ para tipificar a racionalidade de amplas camadas da população, bem como uma possível postura refratária à conformação de uma identidade social capaz de ultrapassar o acanhado universo das relações familiares.

No bojo destes processos geradores de uma desigualdade social crônica, a situação de discriminação de classe vivenciada pelas classes trabalhadoras na relação que estabelecem com os outros estratos sociais da sociedade brasileira é bem destacada por Vidal (2003). Para este autor, a violência simbólica contida no déficit de efetividade dos direitos sociais repercute no discurso das populações marginalizadas através da reivindicação por respeito e no sentimento de humilhação experimentado quando interagem com representantes do Estado ou com indivíduos pertencentes aos estratos sociais superiores. No limite, o desrespeito sistemático dos indivíduos pertencentes às camadas mais pauperizadas implica no seu não reconhecimento enquanto indivíduos pertencentes à mesma sociedade. Os direitos civis se convertem numa ficção jurídica e sua desumanização irá se traduzir de várias formas no tratamento de

³⁶ Ou seja, trata-se de uma moral baseada nas relações afetivas do grupo primário, e nestes termos é correto tudo aquilo que beneficia e/ou maximiza os ganhos e vantagens materiais do grupo familiar independentemente de qualquer outro tipo de consideração de natureza moral. Para uma discussão mais detalhada sobre a questão da moralidade, ver Habermas (1989).

³⁷ Reis (1995), utiliza a noção de “familismo amoral” inspirada na pesquisa de Edward Banfield (1958) num pequeno povoado da Itália. Mais especificamente: “*The Moral Basis of a Backward Society*”. Ver também Esteves (1998).

que são objeto e nos processos de invalidação social consubstanciados no reconhecimento recusado.

Tal percepção também é corroborada por Honneth (2002) ao conceber os direitos como um conjunto de pretensões individuais com cuja satisfação um indivíduo pode contar de maneira legítima tendo em vista sua efetividade. Isso pressupõe que este indivíduo como membro de uma coletividade deve poder participar em condições de igualdade de sua ordem institucional. Se, no entanto, lhe são denegados certos direitos, então podemos presumir tacitamente que este indivíduo não é imputável moralmente na mesma medida que os outros membros da sociedade. Assim, a ofensa e o desrespeito não se configuram apenas como um certo tipo de injustiça, mas designam também um tipo de comportamento lesivo através do qual os indivíduos são também atingidos na compreensão que possuem de si mesmos. O não reconhecimento e a opacidade da dominação vivida por estes segmentos da população termina por remetê-los a uma condição de subclasse³⁸, obliterando completamente suas possibilidades de inserção numa ordem social competitiva.

De outra parte, se as condições de vida extremamente precárias das camadas sociais mais marginalizadas podem concorrer para a persistência de uma visão holística acerca da ordem social em detrimento de concepções abstratas fundadas no ideal de igualdade das democracias modernas, também se constata o surgimento e desenvolvimento – ainda que contraditório e heteróclito – de valores igualitários em alguns espaços de participação popular bem localizados na sociedade brasileira³⁹. Assim, a reivindicação por respeito acaba traduzindo não somente uma escolha pelas antigas relações de cunho hierárquico entre dominantes e dominados, mas também uma demanda por igualdade que será de natureza complexa⁴⁰. Nestes termos Vidal (2003), irá identificar três configurações

³⁸ Ver Mingione (1988) e a discussão sobre exclusão social a partir de Castel (1995).

³⁹ Estamos nos referindo ao espaço público constituído pelos novos movimentos sociais, pelo fenômeno do novo associativismo e por práticas configuradas por experiências de participação popular, tais como o Orçamento Participativo, como atestam, respectivamente, os trabalhos de Doimo (1995), Avritzer (1997) e Santos (2002).

⁴⁰ Abordaremos a questão da igualdade complexa na próxima seção do presente capítulo.

assumidas pela noção de respeito que pode ser percebida segundo os regimes de interação hierárquico e igualitário. A primeira está relacionada ao sentido do respeito quando vinculado a relações hierárquicas nos limites de uma representação orgânica da sociedade. A noção de igualdade aqui não é plausível. Ante uma situação de invalidação social que reforça o sentimento de inferioridade, o pertencimento e a inserção social será dependente da proteção dos dominantes. A gestão paternalista da força de trabalho ilustra bem este tipo de situação. Representa também resquícios de um mundo rural, no qual a vassalagem como correlata da patronagem conforma uma identidade pessoal submissa e subserviente sempre sujeita à rejeição e repúdio de parte daquele que manda. A segunda configuração pressupõe o reconhecimento de uma certa forma de igualdade entre os indivíduos sem que, no entanto, seja totalmente abandonada a visão hierárquica da sociedade. Nesta disposição, a reivindicação por respeito estará baseada no tema cristão da dignidade da pessoa humana, que, aliás, serve de mote para muitas denúncias do destino injusto reservado aos mais desfavorecidos. No contexto dos regimes democráticos, a ambivalência da invocação por respeito atinge talvez seu paroxismo: isto é, a reivindicação pela igualdade tanto pode embasar o primado do indivíduo sobre a sociedade, como expressar o vigor de uma representação orgânica e hierárquica da sociedade. Já na terceira configuração, a exigência de respeito expressa a recusa de uma sociedade hierárquica na qual as posições estão demarcadas de antemão. Trata-se de uma disposição social na qual o respeito pressupõe o reconhecimento da identidade absoluta de todos indivíduos. Todos devem contar com a expectativa de mobilidade social numa sociedade em que nenhuma diferença essencial irá impedir o acesso a uma posição desejada. A reivindicação de igualdade, no sentido moderno do termo, é afirmada quando todos indivíduos podem se considerar membros de uma sociedade que possibilita o acesso às oportunidades de igual participação nos processos de redistribuição e provisão de bens públicos. A participação em espaços públicos possibilitando a constituição de sociabilidades secundárias comporta, neste aspecto, uma pedagogia política na qual a conquista da autonomia individual assume uma conotação emancipatória, principalmente se

enfocarmos tais processos a partir da questão de gênero. A constituição destes espaços públicos, a partir de movimentos de caráter associativo e institucional, possibilita novas formas de inserção social ante o espaço doméstico das sociabilidades primárias que tanto pode proteger quanto constranger.

Não obstante, para a maioria da população, a cidadania ainda é percebida mais em termos de uma proteção jurídica e menos em termos da adesão a um código de valores universais. Pois, o acesso diferencial e seletivo aos bens públicos ainda enseja o desenvolvimento de práticas patrimonialistas de apropriação privada do Estado que resultam na predominância de uma sociabilidade particularista substitutiva dos precários sistemas de proteção do Estado, bem como de redes de solidariedade ancoradas nas relações comunitárias (Sorj, 2000). Assim, a dificuldade de se reconhecer naquilo que é efetivamente público, ou seja, a dificuldade em ser contemplado pelos mecanismos de proteção social que materializam os direitos sociais, acaba remetendo o ator a uma lógica particularista que percebe a noção de cidadania em termos negativos.

1.2. Igualdade e diferença: entre políticas de redistribuição e reconhecimento

Até aqui, temos discutido as condições de possibilidade de participação democrática, a partir da problematização de diferentes regimes de interação, em contextos sociais marcados por uma sociabilidade vertical. Consideramos a prevalência das relações sociais fundadas nas solidariedades primárias, para além da esfera privada, e possíveis obstáculos à constituição de solidariedades abstratas calcadas nas sociabilidades secundárias. As tensões e contradições da participação foram abordadas tendo em vista a concretização de valores igualitários enquanto ideal normativo das sociedades modernas. A partir de uma

sociologia do reconhecimento, discutimos as pré-condições subjacentes à atribuição de respeito através das noções de honra e dignidade. O respeito foi definido como uma relação social de reconhecimento consubstanciada na limitação da liberdade de ação, de modo a não ferir valores suscetíveis de sacralização – tais como, a reputação, a estima social, a moralidade, a honra ou a dignidade –, que são reconhecidos em uma pessoa ou em um objeto. Assim, dependendo do valor reverenciado o respeito poderá implicar ou no reconhecimento de relações hierárquicas robustecendo a autoridade ou a afirmação de valores igualitários a partir, por exemplo, da reivindicação pelo reconhecimento dos direitos sociais de comunidades marginalizadas.

Não obstante, a concepção de igualdade esteve assentada até o momento numa aceção universalista do conceito suscetível de reduzir o universal a uma categoria específica do gênero humano. Trata-se de uma concepção de igualdade correlata à idéia de um cidadão abstrato que interioriza a separação entre o público e o privado. A ordem pública é a ordem da razão governada por princípios universais, é o espaço da autonomia e isonomia de todos cidadãos que fazem política; a ordem privada é constituída pelas relações afetivas e pelo domínio da sexualidade, conformando um universo mais ou menos irracional dos sentimentos cuja personificação se manifesta de maneira cabal nas mulheres, nas crianças, enfim, nos indivíduos pertencentes a categorias desprovidas da faculdade de julgar, de discernir racionalmente e participar do espaço público. Temos, então, uma concepção na qual o cidadão será definido e encarnado pela figura do homem público. E, esta figura do cidadão abstrato acabou colonizando inteiramente o espaço público, instaurando seus códigos e valores como os únicos passíveis de legitimidade, bem como relegou para os bastidores da vida social, ou seja, ao espaço doméstico, todos elementos discrepantes desta norma dominante (Khosrokhavar, 2001).

Mas, não nos deparamos pura e simplesmente com a noção de igualdade a partir de uma fenomenologia do social. Para Touraine (2001), a idéia da igualdade repousa sobre um princípio meta-social de representação, ou seja, num princípio exterior às relações sociais, ao mesmo tempo que a lógica do social exclui de

antemão a referência a qualquer princípio isonômico, pois, quando pensamos na igualdade estamos pensando num princípio normativo refutado sistematicamente pela trama cotidiana das relações sociais. Corolário disso é que toda relação social comporta uma relação de poder e que nessa medida não existe relação social exclusivamente horizontal. Assim, não é outro o sentido assumido pelas noções de cidadania e direitos humanos senão submeter uma ordem social desigual à ordem do direito⁴¹.

Com efeito, se a noção de igualdade característica dos regimes democráticos contemplava os anseios e expectativas por emancipação econômica e política das classes trabalhadoras, colocando em xeque antigas formas de estruturação das relações sociais, ela também contribuiu para a invisibilidade das formas de dominação indexadas por categorias de gênero, etnia, opção sexual ou pessoas portadoras de deficiência ao identificar o gênero humano ao indivíduo branco pertencente ao gênero masculino. Aqui, a problemática do reconhecimento irá se impor de forma mais nítida se considerarmos determinados conflitos sociais que não se restringem à dimensão da injustiça socioeconômica. Trata-se de questões relacionadas às aspirações de minorias culturais⁴² que se organizam a partir das categorias aludidas anteriormente e cujas reivindicações não podem ser interpretadas somente à luz do paradigma econômico da redistribuição. Tais questões configuram um tipo de injustiça de natureza cultural ou simbólica e são remetidas a padrões sociais de representação, interpretação e comunicação dominantes. Para exemplificar, podemos citar a dominação cultural – que ocorre quando se é submetido a padrões de interpretação e comunicação aviltantes; o reconhecimento denegado – que ocorre quando se é invisível às práticas representacionais, comunicativas e interpretativas de uma cultura; e o desrespeito – que ocorre quando se é submetido à difamação e humilhação pelas representações públicas ou nas interações cotidianas. Para Charles Taylor (1998),

⁴¹ Ver Touraine (1974, p.32; 1984, p.109; 2001, p.86).

⁴² Embora óbvio, não é demais destacar o alerta de Habermas (2003, p.238) para não confundir a especificidade de cada movimento nas suas reivindicações pelo reconhecimento do direito à diferença. É o caso da questão de gênero: as mulheres não constituem uma minoria cultural. É neste sentido que é necessário também guardar as diferenças entre os movimentos reivindicatórios.

há duas formas elementares de reconhecimento nas sociedades contemporâneas, a saber, a) a primeira, já mencionada anteriormente, possui um caráter universalizante e é caracterizada pelo princípio da *dignidade* a partir da expansão da ficção igualitária da cidadania liberal; e b) a segunda possui um caráter particularizante e é caracterizada pelo princípio da *autenticidade* a partir da reação dos movimentos de contracultura nos anos 60 à definição tanto de uma identidade pautada por papéis sociais predeterminados, quanto à predominância de uma racionalidade instrumental⁴³. Aqui, o princípio da dignidade está relacionado à justiça redistributiva e à titularidade de direitos iguais inerente a noção de cidadania. O princípio da autenticidade, por sua vez, está relacionado a um ideal expressivista que ganha força moral no pensamento ocidental a partir de Rousseau e Herder. Segundo Taylor (1999, p.464), Rousseau está na origem de uma profunda transformação da cultura moderna em direção a exploração da intimidade, à liberdade de autodeterminação e da autonomia radical e Herder revigora o individualismo das luzes ao propor que a noção de diferença é fundamental nos processos de individuação. Aqui, não estamos tratando apenas de variações dentro de uma mesma natureza humana ou ainda de diferenças entre indivíduos bons e maus, mas, antes da concepção de que cada um de nós possui uma maneira própria de viver a vida que deve ser experimentada de modo original e autêntico. Não obstante, ambos guardam uma distância crítica em relação ao ideal iluminista de uma natureza humana suscetível de ser aperfeiçoada constantemente pelo uso da razão ou mesmo liberada dos escolhos da tradição. Herder antecipa ainda, conforme Dumont (1985, p.137-8), a

⁴³ Mais especificamente, o movimento hippie surgia contestando valores e preconizando um estilo de vida cuja ideologia poderia ser resumida no slogan "paz e amor"; o movimento de maio de 68 também trazia consigo uma forte crítica à sociedade capitalista; o feminismo radical politizava as relações de gênero; a subcultura homossexual criticava uma sociedade heterocêntrica; ou seja, na crítica social veiculada pelos movimentos de contracultura, a liberação pessoal e a liberação social andavam juntas no sentido de rejeitar uma certa ordenação histórica das relações sociais pautadas por convenções e proibições da família patriarcal, da sociedade burguesa e do Estado burguês. Dentre as inúmeras questões que mobilizavam tais movimentos contraculturais, a rejeição das instituições burguesas se fazia em nome de uma ilimitada autonomia do desejo humano e pressupunha a realização de uma individualidade emancipada de todo tipo de coerção. Ou seja, o ideal de autenticidade era reivindicado ante as determinações e massificação do sistema capitalista (Hobsbawm, 1995, p.325-7). Para um maior detalhamento desta discussão ver também Boltanski & Chiapello (1999, p.529-535).

reivindicação do direito à diferença no contraponto que faz ao universalismo da razão iluminista: em vez de um indivíduo abstrato representando a espécie humana, mas despojado de toda particularidade, ele propõe uma concepção de indivíduo que só pode afirmar-se enquanto tal a partir dos seus modos de ser, pensar e agir que ganham sentido somente em virtude do seu pertencimento a uma comunidade cultural determinada. Tal perspectiva corrobora a visão rousseauiana acerca da natureza social do homem ou que sua pertença a uma comunidade concreta é condição necessária para a sua formação. Ou seja, legitima-se nestes autores a idéia de uma ética da autenticidade segundo a qual cada um deve ter assegurado a plena expressão de sua individualidade⁴⁴.

Segundo Taylor (1998; 2002), o tema da autenticidade pode também ser explorado tanto em relação a grupos sociais quanto em relação a indivíduos, ou seja, a dimensão coletiva está ligada diretamente à política da diferença, quando é necessário o reconhecimento de uma identidade de grupo social minoritário ante a possibilidade de assimilação por uma identidade majoritária ou dominante⁴⁵; a dimensão individual está referida à plena liberdade de expressão e realização pessoal. De resto, a questão da autenticidade buscaria complementar a dimensão universalizante e homogeneizante presente no princípio da dignidade com temas ligados ao reconhecimento identitário.

Mas, as demandas por justiça também podem ser conciliadas de um outro modo. Nesse sentido, a formulação teórica de Michael Walzer (1999), propõe a noção de uma igualdade complexa para tratar a questão da diferença, ou seja, seu

⁴⁴ Taylor encara Rousseau como um acorde dissonante do iluminismo, pois este ao mesmo tempo em que criticava a noção naturalista de progresso rejeitando a idéia de que para nos tornarmos melhores necessitávamos simplesmente “*de mais razão, mais cultura, mais lumières*”, também preconizava um ideal de autenticidade que revalorizava o retorno à natureza para subtrair-se a uma razão calculista que aos poucos passava a predominar (1997, p.459-60); ao mesmo tempo, também enfatiza a importância assumida pela crítica à perspectiva racionalista inscrita no iluminismo anglo-francês consubstanciada no pré-romantismo alemão que mesmo antes do movimento estético *sturm und drang* – tempestade e impulso –, já preconizava através de Herder que: “*cada um de nós tem a sua maneira original de ser humano: cada pessoa possui a sua própria medida.*” (1998, p.50; 1997, p.481s).

⁴⁵ A identidade de gênero não se constitui numa identidade minoritária, no entanto, ela pode subsumir na identidade dominante a partir das assimetrias que caracterizam a dominação masculina (Habermas, 2003).

aporte busca conjugar as questões relativas ao reconhecimento e a igualdade com a defesa de uma abordagem pluralista da justiça com vistas à distribuição de bens sociais. Neste aspecto, as diversas categorias de bens sociais irão configurar-se em esferas específicas reguladas por seus princípios internos de distribuição. Assim, por exemplo, dinheiro, trabalho, poder político, saúde e educação constituem esferas de justiça, cujos princípios devem ser definidos socialmente pela comunidade. Deste modo, sua reflexão irá articular dois tipos de pluralismo: a) um pluralismo acerca da natureza dos bens sociais a serem distribuídos – tais como, renda, poder, trabalho, educação, tempo livre; e, b) um pluralismo acerca das formas de pertencimento identitário e cultural. Com efeito, Walzer parte da constatação que todo e qualquer grupo social constitui-se sempre numa comunidade distributiva, no seio da qual a dominação será exercida através dos bens sociais (1999, p.21). Aqui, a possibilidade da igualdade se constitui numa relação social complexa mediada pelo conjunto de bens sociais existentes e a questão de sua justa distribuição radicar-se-á na observância dos princípios peculiares a cada esfera de justiça de modo que uma não venha a preponderar sobre as demais. Cada um desses bens conforma *per se* uma ordem ou esfera distributiva no âmbito da qual devem corresponder determinados critérios definidos pelo grupo ou comunidade em questão. Não há, portanto, nesta lógica distributiva lugar para um critério universal capaz de regular a distribuição de todos bens sociais. Cada esfera distributiva possui sua autonomia relativamente à definição de critérios a partir da significação social de cada bem para o grupo ou comunidade. Desta situação derivam duas conseqüências configuradas na distinção operada por Walzer entre o *predomínio* e o *monopólio* de um bem. Assim, o predomínio de um bem ou conjunto de bens irá caracterizar uma situação de injustiça quando se sobrepujar a outros domínios ou esferas de justiça. Por sua vez, o monopólio irá ocorrer quando o bem que caracteriza uma determinada esfera constituir propriedade exclusiva de um dado grupo social. Tratam-se aqui, de dois tipos de injustiça bem diferentes dando lugar, por seu turno, a diferentes tipos de reivindicações igualitárias: a primeira demanda que enseja a reivindicação pela igualdade simples irá exigir que o bem dominante seja repartido de maneira igual

entre todos os membros da comunidade. De acordo com esta visão é o monopólio de um bem que irá se constituir na fonte da injustiça. No entanto, para Walzer (1999), a igualdade simples é algo irrealizável, pois mesmo que a igualdade seja alcançada numa esfera de bens determinada, a dinâmica da desigualdade social irá se produzir noutras esferas a partir mesmo das diferenças existentes entre os indivíduos. Neste sentido, a justiça se move contra a sujeição e a iniquidade e não contra a diferença.

É nesse sentido, que o autor destaca um segundo tipo de reivindicação consubstanciada na noção de uma igualdade complexa na qual não há lugar para que a distribuição de um único bem se converta no denominador comum de todas as esferas. Nestes termos, será o predomínio de um bem sobre as outras esferas que irá caracterizar a injustiça social. Assim, por exemplo, o que caracteriza a injustiça é o fato de um único bem, o dinheiro, possibilitar o acesso a uma gama variada de bens – tais como, saúde, educação, etc – cuja distribuição deveria ser presidida por outros princípios distributivos. É o que ocorre nas sociedades capitalistas onde tudo é reduzido a um equivalente universal. Neste processo, toda gama de bens sociais existente ao ser medida por este equivalente universal tem suas respectivas esferas de justiça suplantadas pela lógica da mercadoria. Ou seja, quando trabalho, saúde e educação são mercantilizados a autonomia destas esferas é rompida, e conseqüentemente, seus significados sociais, bem como seus critérios de distribuição, são corrompidos produzindo, por fim, injustiça social.

Assim, somente uma teoria pluralista da justiça presente na concepção de uma igualdade complexa seria capaz de contemplar a crescente complexidade e diferenciação social das sociedades contemporâneas, dado que, a noção de uma igualdade simples opera apenas de modo a equalizar cada vez mais as questões relacionadas à distribuição dos diferentes bens sociais de maneira uniforme não reconhecendo, portanto, os diferentes critérios⁴⁶ que podem estar vinculados à gama de bens sociais a ser distribuída. Aqui, é necessário reiterar a natureza social de todos os bens, ou seja, sua significação não é dada pela natureza, nem

⁴⁶ Segundo Walzer (1999), existem três princípios distributivos fundamentais, a saber, livre-troca, merecimento e necessidade.

tampouco ponderada de maneira idiossincrática. Cada bem possui um significado histórico particular, segundo a sociedade na qual é produzido, e tal significação social irá concorrer para a determinação dos critérios que irão regular sua justa distribuição. Assim, não há nenhum critério distributivo intrínseco a um bem em si, mas, sempre relativo a uma dada comunidade, pois, para Walzer (1999), é somente a partir de uma comunidade política, no âmbito da tradição que a constitui e das representações sociais partilhadas pelos seus membros, que a questão da justiça pode ser colocada nos seus devidos termos. A partir de tal perspectiva é possível pensar sobre a justiça sem procurar um ponto de vista universal ou mesmo definir princípios gerais válidos para todas sociedades. Sustentar o pluralismo dos bens sociais é, para Walzer (1999), admitir uma proposição ao mesmo tempo, particularista e universalista, ou seja, trata-se de perceber que o reconhecimento constitui-se em algo universal enquanto aquilo que é reconhecido configura-se em algo local e particular.

Com efeito, o pluralismo social de Walzer se constitui num antídoto que nos previne contra a possibilidade de hipostasiarmos a significação social de qualquer bem. Por outro lado, devemos nos prevenir também contra a possibilidade de hipostasiarmos a diferença cultural absolutizando uma pertença identitária. Isso concorre para evitar uma distinção entre políticas de reconhecimento e redistribuição que só é pertinente do ponto de vista analítico. Dependendo do contexto social em que tais demandas são formuladas, cremos até que tais noções estão remetidas uma a outra reciprocamente. Nos termos de nossa discussão, tal questão será desenvolvida de forma mais metódica por Nancy Fraser (2001) que irá explorar a profunda imbricação entre a injustiça socioeconômica e a injustiça cultural. Ou seja, qualquer instituição econômica possui uma dimensão cultural que lhe é constitutiva; da mesma forma, toda prática cultural de algum modo também está enraizada na esfera da reprodução material. Portanto, antes de se constituírem em esferas separadas injustiça socioeconômica e injustiça cultural terminam se reforçando mutuamente. De um lado, a má distribuição da renda, a exploração, a precarização ou exclusão dos mercados de trabalho, de outro, o preconceito cultural, o reconhecimento denegado e o

desrespeito que numa combinação variável resultam em violência simbólica, cristalizando-se institucionalmente no aparelho estatal e na economia. Deste modo, a exclusão econômica impede a produção e o acesso à cultura constituindo, portanto, um círculo vicioso de dominação cultural e econômica.

Mas, ante a injustiça socioeconômica, de modo geral, as políticas redistributivas tendem a apresentar um viés universalista configurado, por exemplo, numa política tributária ou numa política de renda mínima. Elas pressupõem, sobretudo, uma melhor distribuição seja da riqueza socialmente produzida, seja do trabalho socialmente necessário para a produção de bens e serviços em qualquer sociedade. Diante da injustiça cultural, as políticas de reconhecimento tendem a apresentar um viés particularista configurado, por exemplo, em políticas com o intuito de revalorizar as identidades desrespeitadas – através de estratégias de apoderamento de grupos fragilizados, bem como a produção cultural de grupos discriminados. No mesmo sentido, a elaboração de políticas de reconhecimento e valorização da diversidade cultural, deve ser conjugada a políticas de transformação da ordem simbólica no sentido da desconstrução das noções que subjazem às diferenciações identitárias⁴⁷.

Da mesma forma, Fraser (2001) argumenta que a distinção entre os dois tipos de políticas somente faz sentido se formos analisá-las tendo em vista possíveis contradições suscetíveis de produzir um conflito entre redistribuição e reconhecimento, pois, de resto qualquer política de redistribuição destinada a sanar a injustiça socioeconômica irá pressupor uma concepção subjacente de reconhecimento. A situação inversa irá obedecer à mesma lógica. Não obstante, os dois tipos de demandas podem ser de difícil conciliação, pois enquanto as reivindicações por reconhecimento promovem a diferenciação entre grupos sociais, as reivindicações redistributivas tenderiam a eliminá-las. É o que Fraser denomina dilema redistribuição *versus* reconhecimento. Contudo, tal oposição poderia se configurar somente ante os grupos sociais cuja identidade se constitui

⁴⁷ Segundo Fraser (2001), pode haver uma tensão entre políticas que visam reconhecer identidades desvalorizadas e políticas que visam desconstruir as formas de representação aviltadas através das quais tais identidades são construídas.

exclusivamente a partir de uma determinação econômica ou cultural. É mais razoável neste sentido, pressupor grupos ambivalentes, segundo mesmo a noção utilizada por Fraser, ou seja, trata-se de grupos sociais atravessados por determinações oriundas tanto da esfera econômica, quanto da esfera cultural. As categorias de gênero e etnia servem para ilustrar, ideal-tipicamente, tal situação, pois, ambas conformam coletividades que sofrem a injustiça de natureza socioeconômica, bem como o reconhecimento denegado de sua especificidade cultural. Senão vejamos, a categoria gênero está inscrita na economia política a partir da distinção entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo na esfera doméstica. A segunda modalidade é ocupada historicamente pelas mulheres enquanto um trabalho não assalariado, mas que é fundamental para a reprodução da força de trabalho na sua totalidade. No próprio âmbito do trabalho assalariado, se reproduzem em graus variáveis as formas históricas de sujeição feminina ao poder masculino verificadas na esfera privada. A ocupação diferencial de cargos e funções na divisão do trabalho também acaba relegando as mulheres as funções com menor remuneração. Tais formas de opressão devem ser equacionadas através de políticas redistributivas, cujo sentido é eliminar a especificidade de gênero.

De outra parte, há um arbitrário cultural que privilegia as normas relativas à identidade masculina em detrimento da identidade feminina. Assim, atributos, estereótipos e prescrições consubstanciam-se em formas de classificação que podem desvalorizar o feminino concorrendo, desta forma, para relegar as mulheres a uma condição subalterna. Mas, não se trata somente da violência simbólica configurada na difusão, por vezes, de uma imagem fútil e pueril do feminino, bem como de processos de coisificação do corpo e da sexualidade, pois as mulheres são vitimadas também por múltiplas formas de violência doméstica, assédio e agressão sexual que se disseminam nos diversos quadrantes da vida cotidiana. Estas situações de invalidação social repercutem ainda no *deficit* de participação das mulheres na esfera pública especialmente nos processos eleitorais para a composição dos corpos deliberativos, bem como nas várias instâncias decisórias do aparelho estatal. Tais formas de discriminação devem ser

objeto de políticas de reconhecimento, cujo sentido é valorizar a especificidade de gênero.

Aqui, as políticas de reconhecimento buscam reparar a injustiça que decorre de padrões sociais de representação androcêntricos traduzidos num reconhecimento denegado das mulheres e de suas questões no espaço público, ou seja, numa dominação que se torna opaca por não ser reconhecida enquanto tal⁴⁸. A superação deste tipo de dominação pressupõe a desconstrução das orientações culturais subjacentes às práticas sexistas o que pode implicar numa estratégia de contra-hegemonia no sentido da constituição de contrapúblicos, cujo objetivo seria propor visões alternativas à opinião pública dominante sobre as questões em tela (Fraser, 1992). Pressuporia, ainda, estratégias de apoderamento, cujo objetivo seria recuperar a imagem e auto-estima aviltada pelas representações dominantes.

A mesma analogia pode ser operada em relação às populações afrodescendentes que, segundo o argumento de Fraser (2001), também constituem coletividades ambivalentes, ou seja, possuem uma inscrição na economia política através da posição que ocupam na divisão social do trabalho. Neste aspecto, os cargos e funções mal-remunerados, os empregos de menor prestígio e qualificação, os trabalhos mais árduos e insalubres tendem a ser ocupados numa proporção significativamente maior por afrodescendentes. Aqui, uma determinada estruturação das relações étnico-raciais decorrentes em grande medida do passado colonial e escravista concorre na estruturação de mercados de trabalho periféricos e subalternos. Tratada desta forma a configuração de mercados de trabalho, perpassados por relações étnico-raciais iníquas, demanda políticas redistributivas cujo sentido seria a eliminação da racialização da divisão

⁴⁸ Por exemplo, conforme Fraser (1992), a violência doméstica só começou a fazer parte do debate público há pouco tempo, pois antes predominava a visão de que tal questão se constituía num assunto eminentemente privado. Esta questão ganhou um estatuto público muito em decorrência da ação promovida pelo movimento feminista que mediante a constituição de um contrapúblico disseminou o entendimento de que a violência doméstica configura-se numa prática corrente em sociedades androcêntricas. Aqui, a noção de contrapúblico é constituída a partir dos indivíduos pertencentes a grupos sociais subalternos, a saber, mulheres, afrodescendentes, homossexuais que fazem circular na esfera pública representações e interpretações de sua identidade e interesses que contestam as visões dominantes difundidas na esfera pública.

social do trabalho. E, com isso, apagar também toda e qualquer diferença identitária fundada em critérios étnico-raciais.

Entretanto, o racismo também possui uma dimensão ancorada na cultura. O preconceito étnico-racial está associado a determinados padrões culturais eurocêntricos que constroem estereótipos sobre a cultura negra, que a circunscreve apenas a uma representação sensorial e emocional da cultura humana notabilizada somente pelo exotismo, sensualidade, sedução, misticismo, musicalidade, etc. Ademais, o reconhecimento denegado do racismo enquanto prática social disseminada na trama cotidiana das relações sociais contribui para a sua reprodução como forma de discriminação étnico-racial. Por fim, o desrespeito configurado na injúria, na ofensa e na pilhéria infame presente nas interações diárias dá a tônica da violência simbólica que caracteriza as relações étnico-raciais. Nestes termos, o combate à segregação e discriminação racial irá demandar políticas de reconhecimento, cujo intuito será patrocinar a expressão da cultura negra em suas várias dimensões⁴⁹, bem como da afirmação identitária afrodescendente. A desconstrução dos padrões culturais eurocêntricos, especialmente aqueles institucionalizados no aparelho de Estado e na economia, a partir dos quais a cultura negra é avaliada, bem como dos esquemas classificatórios que estigmatizam a população afrodescendente, irá requerer a conjugação de políticas de redistribuição com políticas de reconhecimento. Não obstante, tais políticas irão obedecer a lógicas opostas: enquanto o primeiro tipo de política busca eliminar diferenças étnico-raciais, o segundo se esforça por preservar tais diferenças⁵⁰.

⁴⁹ Ou seja, não apenas restrita a sua dimensão estético-expressiva, mas contemplando também as dimensões do saber teórico-empírico.

⁵⁰ Tendo construído um dilema entre as políticas de redistribuição e reconhecimento, Fraser (2001), procurou equacioná-lo através de dois tipos políticas, a saber, a) políticas de ação afirmativa: trata-se de políticas cujo intuito é a correção das conseqüências indesejadas produzidas por determinados arranjos sociais, sem, no entanto, perturbar o arcabouço que gera tais injustiças; e, b) políticas transformativas: trata-se das políticas que visão corrigir o arcabouço gerador das injustiças. As políticas de ação afirmativas estão associadas ao Estado liberal e concorrem para afirmar a diferenciação entre os grupos sociais que reivindicam o reconhecimento, porém podem gerar ressentimento entre os grupos sociais excluídos de tais políticas; as políticas transformativas estariam associadas a um modelo de Estado social-democrata ou socialista e buscariam transformar as estruturas político-econômicas que geram a injustiça. Não obstante, por seu

Entretanto, para Fraser (2003), a emergência dos conflitos identitários e a ênfase nas políticas de ação afirmativa podem estar contribuindo menos para complementar as lutas por redistribuição, tornando-as mais ricas e complexas, do que para marginalizar, eclipsar e mesmo substituí-las. É o que a autora denomina problema da substituição, cuja consequência mais evidente seria colocar em xeque a possibilidade mesmo de conceptualizar a questão da justiça social a partir da norma igualitária. Para não substituir o enfoque na redistribuição pelo enfoque no reconhecimento, ou mesmo evitar o dilema entre as duas concepções de justiça, Fraser (2003) irá propor uma concepção bidimensional de justiça, ou seja, trata-se de contemplar numa única perspectiva as preocupações tradicionais da justiça distributiva com as questões ligadas à teoria política do reconhecimento. Ou seja, combinar os temas do desemprego, da exploração e da desigualdade, etc, com as questões do não reconhecimento, do desrespeito e das hierarquias estatutárias, etc, constituindo assim uma perspectiva bifocal de justiça. Para além do tratamento formal e esquemático destas questões, quando nos confrontamos com uma fenomenologia das várias formas de injustiça social constatamos que os dois tipos de injustiça se sobrepõem, estando imbricados um no outro se reforçando mutuamente, mormente se encararmos o cruzamento da questão de gênero com a questão étnico-racial.

Não obstante, não basta sobrepor os dois tipos de demandas para conciliar redistribuição e reconhecimento. Para tanto é preciso, segundo Fraser (2003, p.36), examinar estas duas dimensões da justiça a partir de uma norma comum. Ou seja, é necessário um único princípio normativo que abrigue ambas reivindicações sem, contudo, reduzi-las uma a outra. Com este intuito, Fraser recorre ao princípio de *paridade de participação*, segundo o qual a justiça pressupõe arranjos sociais que possibilitem a interação enquanto pares de todos os membros da sociedade. Para que tal paridade participativa seja possível duas condições devem ser satisfeitas, a saber: a) em primeiro lugar, deve haver uma distribuição de recursos materiais que assegure a independência e voz de todos

conteúdo utópico, tal proposta se constitui mais como um ideal normativo a partir do qual se pode criticar a ênfase no reconhecimento em detrimento da redistribuição.

participantes. Isso, como condição para impedir a prevalência da dependência e desigualdade econômicas enquanto obstáculos à paridade de participação. Neste aspecto, busca-se eliminar arranjos sociais que institucionalizam a privação, a exploração e as disparidades na distribuição de renda, trabalho e lazer que impedem a interação entre todos como pares; b) em segundo lugar, a paridade participativa exige que os padrões culturais institucionalizados traduzam respeito recíproco entre todos os participantes, assegurando iguais oportunidades para que cada um obtenha a consideração e estima social. Tal critério busca evitar que padrões culturais institucionalizados continuem a depreciar e aviltar sistematicamente determinadas categorias de indivíduos e as características a eles associadas. Desse modo, busca-se eliminar padrões culturais institucionalizados que sonham o direito a determinados indivíduos ou grupos sociais de participar plenamente nas interações, seja porque lhes é imputada uma diferença excessiva, seja porque não se reconhece sua particularidade. Tais condições buscam nutrir uma concepção bidimensional da justiça que contemple tanto a distribuição quanto o reconhecimento, sem subsumir um aspecto no outro.

Mas, se a paridade de participação constitui-se num critério normativo cujo objetivo é ponderar os pesos que devem ser atribuídos à estrutura socioeconômica e a posição estatutária – ou seja, à redistribuição e ao reconhecimento –, deve-se evitar também, segundo Fraser (2003), os riscos da reificação identitária que ocorre quando as lutas pelo reconhecimento não promovem a interação e o respeito entre diferenças, mas estimulam antes a segregação social e o preconceito, o retraimento identitário e a formação de guetos e enclaves grupais, o patriarcalismo e o autoritarismo. Para se precaver desse risco, Fraser (2003) irá propor uma redefinição do conceito de reconhecimento no sentido de uma concepção *não-identitária* desta noção, cuja consequência mais imediata será o abandono de suas conceptualizações correntes. Ou seja, de um modo geral, o reconhecimento tem sido teorizado através da ótica da identidade. Nesse sentido, o que demanda por reconhecimento seria a identidade cultural específica de determinados grupos sociais. Por seu turno, o reconhecimento denegado se consubstancia na

depreciação de tal identidade pelo grupo social dominante e no conseqüente dano moral infligido aos indivíduos pertencentes ao grupo social subalterno. Tal dano pode ser reparado mediante a implementação de uma política de reconhecimento⁵¹ que busca corrigir os efeitos nocivos e prejudiciais na auto-imagem do grupo subalterno através da refutação da validade desta imagem pejorativa projetada pela representação cultural dominante. Assim, os indivíduos pertencentes a grupos sociais subalternos devem contestar tais imagens em prol de novas representações de si mesmos por eles próprios construídas. Após forjar uma nova identidade coletiva, devem apresentá-la publicamente de modo a granjear o respeito e a consideração social dos outros grupos sociais que conformam a sociedade em questão. Se tal política for bem sucedida o reconhecimento é alcançado, obtendo-se uma relação não distorcida consigo mesmo que antes decorria do reconhecimento denegado. Nestes termos, do ponto de vista da questão da identidade, a política do reconhecimento irá se traduzir em política da identidade.

Segundo Fraser (2003, p.81), se tal abordagem da questão da identidade possui o mérito de iluminar algumas conseqüências não negligenciáveis relacionadas ao sexismo e ao racismo, ao mesmo tempo, ela deixa a descoberto dois aspectos essenciais: por um lado, pode contribuir para a reificação das identidades coletivas ocultando formas de sujeição duplamente indexadas⁵², ou seja, encobrindo o cruzamento da questão de gênero com a questão étnico-racial; por outro lado, a questão da identidade problematiza o reconhecimento denegado como uma forma de dominação derivada de determinados padrões culturais sem relacioná-lo à questão da distribuição, prejudicando assim o tratamento dos vários aspectos da justiça. É nesse sentido que Fraser (2003, p.49) reformula a questão do reconhecimento. Nestes termos, o reconhecimento passará a ser tratado como uma questão de estatuto social, ou seja, tratar-se-á de uma determinada ordenação das relações sociais, derivadas de padrões culturais

⁵¹ Configuradas geralmente em políticas de ação afirmativa e estratégias de apoderamento.

⁵² As formas de sujeição podem ser indexadas pelas categorias de classe social, gênero, etnia-raça, opção sexual, etc.

institucionalizados, que irá constituir um estatuto depreciado para alguns indivíduos e grupos sociais face aos grupos sociais dominantes nas interações sociais, repondo desta forma uma ordem social hierárquica. O que irá demandar reconhecimento, nesse sentido, não será a identidade específica de um grupo social, mas antes o estatuto individual de seus membros enquanto parceiros de pleno direito na interação social. Deste modo, o reconhecimento denegado não significa necessariamente a depreciação e deformação de uma identidade coletiva, mas sim a sujeição social, ou seja, o impedimento da participação paritária na vida social. A reparação desta patologia social derivada deste tipo de injustiça social requer uma política de reconhecimento, o que não significa uma política de identidade. Tal política de reconhecimento visará o processo de invalidação social inscrito num determinado estatuto social adjudicado para, deste modo, procurar superar a subordinação buscando instituir o indivíduo, antes reconhecido de maneira distorcida, como um membro pleno da sociedade. Noutras palavras, busca-se atacar as condições sociais que remetem alguém a uma condição de subcidadão para torná-lo capaz de participar no mesmo patamar de igualdade dos outros cidadãos.

Para Fraser, a questão do reconhecimento a partir do estatuto social exige o exame dos padrões culturais institucionalizados que desenham os contornos da posição social ocupada pelos indivíduos. Nas situações em que tais padrões configuram os indivíduos como pares, com as mesmas condições de participar no mesmo patamar que os demais na vida social, então estaremos diante de um reconhecimento recíproco e de uma igualdade estatutária. Mas, quando os padrões culturalmente institucionalizados configuram alguns indivíduos como incapazes, inferiores, subalternos, marginais, excluídos, ou mesmo invisíveis segundo as representações sociais dominantes, portanto, como algo de menor valor do que os membros plenos na interação social, então estaremos diante do reconhecimento denegado ou de uma subordinação estatutária.

Neste sentido, uma análise do reconhecimento denegado irá decifrar uma relação social de subordinação hierárquica que se reproduz mediante padrões culturais institucionalizados historicamente, cuja prevalência se manifesta quando

instituições condicionam a interação de modo a impedir a paridade de participação. Os exemplos são variados e se multiplicam incluindo desde políticas de recursos humanos que definem perfis de empregabilidade seletivos e excludentes, políticas sociais que estigmatizam mães solteiras, práticas policiais como a identificação do que é passível de suspeição associando muitas vezes um dado perfil étnico-racial com a criminalidade, etc. Em cada uma destas situações a interação social é regulada por um padrão cultural institucionalizado que constitui algumas categorias de indivíduos como normativas e outras como deficientes, inferiores, ou desviantes. Em consequência, é recusado a alguns indivíduos o próprio estatuto da cidadania na medida em que não podem exercer seus direitos plenamente participando na interação no mesmo patamar de igualdade que os outros cidadãos. E sempre que isso ocorre estamos diante de uma forma de injustiça social que poderá engendrar a reivindicação pelo reconhecimento, pelo respeito à dignidade ou à autenticidade, à igualdade ou à diferença.

Do ponto de vista de Fraser (2003), a política de reconhecimento busca então desinstitucionalizar determinados padrões culturais que obstaculizam a participação paritária e, ao mesmo tempo, criar as condições para que tal seja possível. O reconhecimento concebido a partir de um modelo de estatuto busca evitar a reificação da identidade, pois, ao concentrar-se nos efeitos das normas institucionalizadas sobre as capacidades de interação e não na identidade coletiva, não hipostasia a cultura, bem como não substitui a mudança social pela engenharia da identidade. No mesmo sentido, ao não privilegiar políticas específicas para o reconhecimento recusado que valorizam as identidades coletivas existentes, evita a essencialização destas configurações identitárias. Por fim, ao estabelecer a paridade participativa como critério normativo, a lógica do estatuto subordina as reivindicações de reconhecimento a processos democráticos de justificação pública. Contornando, dessa maneira, o monologismo autoritário da política de autenticidade a ênfase no reconhecimento em detrimento da redistribuição pode redundar numa espécie de

multicomunitarismo esclerosado⁵³, pois, se estereótipos apenas são reciclados de modo a moldar uma identidade positiva, também podem concorrer para o surgimento de um comunitarismo autoritário e repressivo suscetível de enclausurar as identidades individuais.

O esquema teórico de Fraser busca preservar o foco na análise dos conflitos que surgem a partir da desigualdade socioeconômica numa conjuntura política na qual a proliferação de identidades estaria avocando para si a centralidade dos conflitos sociais nascidos a partir das lutas por reconhecimento. No entanto, segundo Íris Young (1997), tal esquema dicotômico não explica a razão pela qual na maior parte dos casos a injustiça socioeconômica anda junto com as injustiças culturais. De modo alternativo, as políticas de reconhecimento são imprescindíveis para que a igualdade socioeconômica seja perseguida e, simultaneamente, as políticas de redistribuição acabam se constituindo também numa condição necessária para o reconhecimento das especificidades culturais. Aqui, chega a ser quase um truísmo o fato de que as políticas econômicas comportam profundas implicações culturais. Com efeito, tal crítica também é corroborada por Souza (2003), ao observar que Nancy Fraser não estaria contemplando a hipótese de que a desigualdade entre classes sociais também possa estar calcada em princípios que giram em torno da questão do reconhecimento. Ou seja, princípios cuja eficácia se manifesta na opacidade de um certo ordenamento social que, de forma subliminar, obriga classes inteiras ao reconhecimento recusado e a baixa auto-estima e, como conseqüência disso, à legitimação de uma provisão diferencial e seletiva de bens e serviços públicos precários. Nesse sentido, a questão do reconhecimento deve ser teorizada também em relação ao princípio da dignidade e às questões suscitadas pelas desigualdades socioeconômicas.

⁵³ A argumentação de Bauman (2003) em torno da contenda entre redistribuição e reconhecimento também reforça a posição de Fraser. Com efeito, conforme o autor, as lutas por reconhecimento devem ser admitidas antes no terreno da dignidade do que no da autenticidade, pois, as demandas restritas à distinção cultural podem promover a segregação social, enquanto as reivindicações por políticas redistributivas desdobradas a partir do princípio igualitário se constituem, por excelência, em veículos de integração social. Neste sentido, não são diferentes as palavras de Touraine: "*il faut rejeter l'idée d'une société multicommunautaire, alors qu'il faut défendre la société multiculturelle*" (1997b, p.312).

Mas, Íris Young (2000) argumenta ainda sobre os riscos derivados do recalque da diferença. Segundo a autora, a obstrução do reconhecimento da diferença se traduziria em três conseqüências opressivas, a saber: *a)* o risco da assimilação dos grupos sociais excluídos a um estilo de vida dominante que ofusca as diferenças específicas destes grupos, cuja experiência cultural e formas de socialização difere dos grupos privilegiados; *b)* os grupos dominantes sem o aporte da diferença não se percebem enquanto parte, mas tendem a se identificar com a universalidade e a encarnar a representação da totalidade dos interesses da sociedade; e, *c)* o desprezo gerado em relação aos grupos excluídos é capaz de gerar uma auto-imagem desvalorizada de si mesmos. Para Íris Young, as diferenças existentes entre os grupos sociais não devem ser vistas como um desvio de uma norma dominante, mas sim como variações culturais desta norma. Por conseguinte, antes de suprimir toda e qualquer diferença é mais razoável preservá-la e afirmá-la, daí o sentido que assumem as lutas por reconhecimento ante a um imperialismo cultural fundado na opressão e dominação de grupos sociais que se encontram em desvantagem estrutural. Aqui, a opressão é percebida a partir de processos institucionais que impedem que determinados indivíduos desenvolvam suas capacidades e potencialidades, e, por dominação, se refere às condições institucionais que obstaculizam os indivíduos de participarem na definição de suas ações. São esses mesmos grupos sociais, coincidentemente, oprimidos e dominados, que demandam mecanismos institucionais que lhes assegurem o acesso efetivo aos espaços de representação política. Isso requer uma auto-organização destes grupos, bem como a capacidade de formular, elaborar suas reivindicações e a noção de sua diferença (Young, 2000, p.:68).

Mas, ainda ressoa a questão: como coadunar de modo coerente igualdade e diferença sem exacerbar as hierarquias? A pergunta é pertinente, pois, como adverte Simonetta Tabboni (2001), não há reconhecimento da diferença sem que, ao mesmo tempo, a desigualdade seja agravada. Se, por um lado às políticas da diferença se prontificam em valorizar determinadas particularidades culturais de um dado grupo social, isso não ocorre sem que tais diferenças sejam objeto de

uma hierarquização no mundo social. O reconhecimento de uma diferença, o respeito pelo que há nela de autenticamente humano se constitui aqui, segundo mesmo os termos de Michael Walzer⁵⁴, num bem social distribuído desigualmente a partir da discriminação positiva que subjaz às políticas da diferença. Assim, mesmo uma avaliação positiva dos estigmas, estereótipos e preconceitos não deixa também de constituir hierarquias a partir das expectativas normativas acerca do comportamento dos grupos sociais discriminados⁵⁵. O estigma desacredita tais grupos sociais e o eventual ressentimento gerado nos grupos sociais que ficam a margem das políticas da diferença também é capaz de ratificar hierarquias sociais localizadas. Ademais, ainda segundo Tabboni, o clamor pela diferença pode derivar, no limite, numa conduta puramente defensiva desaguando numa rejeição de todo tipo de universalismo identificado, por fim, a uma forma de dominação; da mesma forma que o clamor pela igualdade também pode se converter, no limite, num instrumento de dominação ao nivelar todas as diferenças e traduzir em seu nome os interesses dominantes.

Mas, uma crítica mais acerba em relação à diferença é formulada ainda por Pierucci (1998), ao indicar as aporias e mesmo os riscos da definição da diferença enquanto um princípio norteador das lutas políticas. Para o autor, a lógica diferencialista irá implicar sempre em alguma espécie de discriminação, pois a tentativa de conjugar igualdade e diferença passaria ao largo do fato de que toda apologia da diferença irá presumir algum tipo de hierarquização das relações sociais. Porquanto, é o princípio diferença enquanto ponto de vista cognitivo e operatório que organiza as hierarquias que fundam, por exemplo, a divisão sexual do trabalho. Os atributos compartilhados coletivamente irão ser ponderados diferencialmente e sua correlação com a divisão do trabalho será definida a partir de práticas sociais que ou caracterizam privilégios notabilizando a diferença, consagrando a distinção ou, ao contrário, penalizam determinados indivíduos negando-lhes a consideração devida justamente por sua diferença. Ao se insurgir contra um universalismo abstrato a política da diferença terminará elegendo o

⁵⁴ Enquanto esfera de justiça autônoma. Ver Walzer (1999).

⁵⁵ Ver Goffman (1988).

corpo como referente concreto último da reivindicação identitária, pois, embora sejam invocados pertencimentos ancorados na cultura, tais como etnia, nação ou religião demarcando as chamadas identidades hifenizadas⁵⁶, chamam especialmente a atenção àqueles que elegem o corpo para constituir uma nova hierarquia de valores baseados em pertencimentos primários e mesmo naturais, tais como sexo, gênero, idade, deficiência física, enfermidade, etc. que se configuram no suporte sobre o qual se criam comunidades parciais, bem como identidades específicas. O que há em comum nesta construção de novas identidades não é mais o pertencimento à espécie humana, à classe social ou à cidadania abstrata – sem que haja alguma discriminação seja ela de sexo, etnia ou idade –, mas aquilo que revela a inscrição natural num dado grupo de origem. A aporia presente na reivindicação por políticas da diferença reside no fato de que o surgimento de novas diferenças está sempre pautado em categorias que nos remetem ao “natural”, ou seja, justamente naquilo que deveria ser “desconstruído”, mas que parece se configurar num tipo de essencialismo ou reificação da diferença. O risco encerrado nesta explosão das identidades pode se traduzir na fragmentação da esfera política recoberta por um sem número de particularismos que chegam ao paroxismo, por uma sucessão de diferenças que rejeitam toda perspectiva igualitária, pela ausência de qualquer unidade possível a partir das inúmeras diferenças, e por fim, pelo retraimento e isolamento comunitarista. Não obstante, apesar das eventuais conseqüências nocivas, do ponto de vista da constituição de uma esfera pública democrática, produzidas pela exacerbação da diferença, tal discurso pode encarnar uma dimensão emancipatória se conciliar a questão da autenticidade com a reconstrução do “universal” que ao mesmo tempo contemple a diferença sem, no entanto, reificá-la mediante a conformação de novas identidades.

Tratar-se-ia neste caso, segundo os termos de Touraine (1997), de uma recomposição do mundo, ou seja, de reintegrar tudo aquilo que foi defenestrado da modernidade pelo predomínio de um racionalismo voluntarista que procurando avassalar todos os domínios da vida não se consumou da forma tão promissora

⁵⁶ Afro-americanos, hispano-americanos, afro-brasileiros, ítalo-brasileiros, etc.

quanto apostavam os arautos do iluminismo⁵⁷. Aqui, resta-nos uma imagem de vazio transmitida, veiculada pela modernidade, de um poder sem centro articulado por uma extensa rede de fluxos e transações econômicas. A imagem que emerge das sociedades modernas é a de uma sociedade reificada pela lógica instrumental dos mercados, cujo funcionamento elide o campo de ação dos atores sociais. De outra parte, para resistir ao mundo objetivado dos mercados, o indivíduo refugia-se, enclausura-se no universo da identidade comunitária reivindicando um enraizamento fundado em categorias meta-sociais, quer seja a origem étnica, quer seja o engajamento na comunidade religiosa, por exemplo. Nestes termos, para escapar à situação ambivalente que caracteriza a baixa modernidade, o indivíduo deve superar sua passividade e converter-se em ator social mediante a autoprodução de si mesmo como sujeito (Touraine, 1994; 1997).

Para Touraine (1997), não se pode mais contrapor o mundo vivido ao sistema, pois o sujeito somente se constitui quando se coloca contra o universo da instrumentalidade e o apelo identitário da comunidade. Esta última situação de crise corresponde a um processo de desmodernização traduzindo-se na dissociação completa entre as trocas econômicas que se abatem sobre as cabeças de uma população despolitizada e suas experiências cotidianas convertidas numa fragmentação variada das identidades culturais. O que conduz a uma reconstrução das identidades a partir de seus vínculos culturais, e não mais a partir da integração funcional num dado subsistema. Mas, a desmodernização também se constitui numa ruptura entre sistema e ator, o que produz efeitos colaterais e complementares, a saber: a desinstitucionalização e a dessocialização. Por desinstitucionalização deve-se compreender a

⁵⁷ Suas conseqüências já foram bem diagnosticadas por Weber ao assinalar que esse processo de racionalização crescente, ao dissolver gradualmente as cosmologias tradicionais, produziu também um desencantamento do mundo que, a seu tempo, não foi acompanhado por nada que pudesse cumprir as funções de, por exemplo, propiciar sentido e unidade à vida. Ao invés disso, o mundo então desencantado, acabou ficando desprovido de todo sentido ético, sendo objetificado por uma racionalidade *meio-fins* cujo *telos* é a dominação do mundo. O que se ganhou em termos de controle se perdeu em termos de sentido. O que triunfou então, foi uma racionalidade instrumental que, enquanto meio, subverteu os fins pretendidos. O seu predomínio muito antes de tornar plausível o reino da liberdade, terminou nos conduzindo ao domínio impessoal das leis do mercado e das administrações burocraticamente organizadas. Para maior detalhamento desta interpretação ver a síntese de Habermas (1987, p.:213-350) do diagnóstico weberiano da modernidade.

deslegitimação das normas e códigos legais, bem como do enfraquecimento dos padrões de julgamento das condutas reguladas por tais instituições. Por dessocialização deve-se entender o desaparecimento dos papéis, normas e valores sociais a partir dos quais o mundo vivido é construído. Aqui, a dessocialização é, conforme Touraine (1997), consequência dos processos de desinstitucionalização da economia e da política. Ou, dito de outra forma, na medida em que um sistema de produção pressupõe a organização de relações sociais de produção, a economia de mercado regulada cada vez mais por novos padrões de competitividade internacional – que primam pela redução constante dos custos de produção – e pelos movimentos especulativos do capital financeiro impulsionado pelas novas tecnologias da informação, dissocia-se cada vez mais das relações sociais de produção. Com efeito, estilos de vida dessocializados marcados, tanto por uma postura hedonista em relação ao mundo, quanto por uma postura recalcitrante em relação às novas formas de gestão do trabalho assalariado, entram em choque com os requerimentos do novo *ethos* do trabalho⁵⁸ necessário à produção industrial. A coerência de outrora, entre as normas de produção, as normas de consumo e as do sistema político, se estilhaçou. Dito de outro modo, a incorporação de novos indivíduos à lógica do consumo de massa termina traduzindo uma contradição, que se não chega a solapar a legitimidade do sistema econômico enquanto tal engendra intensos processos de exclusão social: ou seja, ao mesmo tempo em que é governado por uma racionalidade que persegue a eficácia, a maximização, enfim, o incremento contínuo da produtividade – o que reclama de parte do indivíduo um repertório de valores éticos e morais coerentes com a velha ética protestante calcada na temperança, na frugalidade e na abstinência dos prazeres mundanos –, tem-se como lógica interna deste sistema econômico um estímulo desenfreado para um consumo que

⁵⁸ Caracterizado pelo trabalho em equipe, pela flexibilidade e adaptabilidade constantes e por competências que mobilizam a subjetividade dos trabalhadores no sentido de seu engajamento em relação aos valores e a missão da empresa. Aqui, por "*missão*" não se deve entender somente a incumbência que alguém é encarregado de cumprir, ou seja, esse termo ganha toda sua força ilocucionária quando empregado na retórica do discurso gerencial, pois interpela moralmente os trabalhadores no sentido de sua implicação para com a empresa. Não se trata somente de desempenhar uma mera tarefa ou função, mas antes de realizar uma "*missão*". Para maiores detalhes do novo *ethos* do trabalho, ver Sennett (1999) e Boltanski & Chiapello (1999).

prima pela dissipação e satisfação imediata de todo e qualquer desejo, bem como da expressão e modelagem permanente do *self* segundo os padrões prescritos pela indústria cultural. Assim, com a erosão da ética protestante, o capitalismo teria perdido sua ética transcendental resultando numa entropia de sentido que colocaria em xeque não só uma dada estrutura de caráter, como também a plena capacidade do sistema garantir sua reprodução⁵⁹.

Nestes termos, segundo Touraine (1997), ou o indivíduo se encerra num conjunto de comportamentos estereotipados, que de tão diversos não propiciam um princípio de unidade para a personalidade, ou ainda ele busca esta unidade na tradição cultural, na religião ou na libido, que da mesma forma também não propõem nenhum princípio para a construção da personalidade. Dessa forma, deparamo-nos com o paradoxo central de nossas sociedades: ou seja, na mesma medida em que temos uma economia cada vez mais mundializada numa ampla rede poliárquica a partir das novas tecnologias, a personalidade deixa de ser projetada para o futuro buscando no passado ou na satisfação de um desejo pulsional a-histórico sua razão de ser. Sucintamente: o sistema e o ator não operam mais na mesma perspectiva, desacoplaram-se, e agora se encontram em oposição direta.

Neste sentido, conforme Touraine (1997), trata-se de pensar as possibilidades de reconstrução do sujeito a partir daquilo que é suscetível de obstruir tal processo: a saber, as lógicas instrumentais e comunitárias. Tendo em vista que o sujeito constitui-se na vontade do indivíduo em se tornar ator, o processo de subjetivação constitui-se num desejo de individuação. Tal processo somente pode se desenvolver se existir uma interface entre o universo da instrumentalidade do mercado e o universo da identidade comunitária. Estamos tratando aqui, da possibilidade de um duplo afastamento tanto em relação à

⁵⁹ Segundo a interpretação conservadora proposta por Bell (1987), que deve ser relativizada no tocante à capacidade do capital assegurar sua reprodução. De outra parte, não se pode reduzir tais processos à generalização de um hedonismo e narcisismo desenfreados, pois segundo Taylor (2002), tal fenômeno representa antes a forma degradada da realização do ideal da autenticidade como aspecto dos processos de individualização crescente que notabilizam a modernidade. Sobre a mercantilização da autenticidade, ver Boltanski & Chiapello (1999, p.544).

racionalidade instrumental, quanto ao pertencimento comunitário, que surge como condição necessária para instaurar uma comunicação intersubjetiva livre de coerções⁶⁰. Mas, não se trata aqui de um sujeito com pretensões universalizáveis, um sujeito que encarna a razão de outrora, mas sim de uma noção de sujeito que busca contemplar seus processos de individuação, bem como o reconhecimento da diversidade cultural.

Portanto, a recomposição do mundo consiste então em recuperar aquilo que foi recalcado, reprimido, manipulado, instrumentalizado, dominado por uma compreensão unidimensional da racionalidade. Assim, quer se trate dos afetos e das emoções, da natureza e seus recursos, das culturas e tradições menosprezadas, dos indivíduos e povos tutelados, a política do sujeito deve vir à baila. Neste aspecto, ganha força para Touraine o tema do reconhecimento do outro, porém não nos marcos de um multiculturalismo desenfreado, mas na busca da reintegração e comunicação entre culturas e da conciliação entre igualdade e diferença.

Em suma, para Touraine *et alii* (2001; 2005), é um equívoco contrapor pura e simplesmente igualdade e diferença a partir do argumento de que a postulação da diferença gera desigualdade. Porquanto, não se trata aqui de procurar a quadratura do círculo, dado que a desigualdade já está dada da forma mais cabal em todos os espaços da vida humana, mas, de reconhecer a diferença para reconstruir a noção de igualdade não para reafirmar a equação liberal, mas para afirmar a relação de igualdade entre aqueles que pensam e se concebem de forma diferente. Não obstante, Touraine termina também advertindo sobre os riscos da obsessão identitária. Considerando que, o clamor pelo reconhecimento de uma diferença identitária pode, no limite, atender tanto uma exigência democrática quanto respaldar um comunitarismo autoritário suscetível de encerrar os membros de uma comunidade étnica, religiosa ou o que quer que seja no

⁶⁰ A possibilidade de uma comunidade ideal de fala constitui-se apenas como *horizonte normativo*, a partir do qual podemos avaliar patologias produzidas nas esferas de reprodução social do mundo vivido. Para maior detalhamento, ver Habermas (1988; 1989).

interior de uma tradição, é necessário operá-lo nos marcos dos direitos culturais conjugados à observância dos direitos sociais e políticos.

2. Associação, identidade e solidariedade

Introdução

É possível constatar no último quartel do século XX uma mudança nos padrões de ação coletiva preponderantes até então. Tal mudança indica a ruptura com um certo padrão homogeneizante de ação coletiva cujo caráter e conteúdo classista definia a identidade, os adversários e o sentido social da ação dos movimentos sociais dos trabalhadores. Esse período também foi caracterizado por uma conjuntura político-econômica que concorreu para arrefecer as energias e o imaginário utópico destes movimentos sociais historicamente comprometidos com a crítica à sociedade capitalista, concorrendo assim para redesenhar antigos compromissos e lealdades de classe. Tratou-se de uma conjuntura atravessada, sobretudo, por uma crise, cujo desenlace contribuiu para fragmentar as antigas solidariedades de classe, produzindo um amplo leque de movimentos sociais organizados a partir de pautas cujo denominador comum poderia ser talvez resumido como um conjunto de estratégias de defesa em relação aos avatares dos processos de modernização capitalista. Essa mudança pode ser tipificada de um modo geral a partir da constatação de quatro fenômenos, quais sejam: a) uma significativa perda de influência do movimento sindical nas formas de ação coletiva⁶¹; b) o surgimento de um padrão de ação coletiva acoplado à construção de novas formas de solidariedade local; c) as formas assumidas pela ação coletiva passam a ser caracterizadas por uma grande heterogeneidade, especialmente se levarmos em consideração o surgimento de um amplo e diversificado movimento associativo originário das camadas médias, cujas pautas de reivindicações contemplam desde movimentos culturais até movimentos de caráter corporativo⁶²; e, por fim, d) a mudança nos padrões de ação coletiva também pode ser caracterizada pela diversificação temática que se configurou através do

⁶¹ Ver Lapointe (1998) e Lévesque *et alli* (1998).

⁶² Ver Boschi (1987).

surgimento de associações cuja razão de ser orbitava em torno de questões tais como, os direitos humanos, a violência, a ecologia e o feminismo (Avritzer, 1997). Essa caracterização concorre para corroborar o fato de que a institucionalização tem sido um aspecto marcante das novas formas de ação coletiva configuradas nos processos de constituição de associações que se verificaram na última década em diversas regiões do planeta⁶³. Não obstante, para além de uma discussão relativa à institucionalização das formas que assume a ação coletiva⁶⁴, é necessário desenvolver uma abordagem do fenômeno associativo a partir de suas condições de possibilidade teórica. Assim, nos afastamos da evidência da definição vocabular de associação, dado que tal noção não se reduz apenas ao referente empírico do fenômeno associativo, pois, o ato mesmo de se associar termina interrogando diretamente algumas categorias sociológicas fundamentais, bem como seus pressupostos metateóricos.

Desse modo, para fundamentar nossa argumentação em torno da noção de associação iremos discutir, no que segue, os seus fundamentos e condições de possibilidade no intuito de uma formulação teórica que irá privilegiar a definição das lógicas da ação, da construção da identidade e das relações de solidariedade no âmbito do quadro institucional de uma associação. Com efeito, para abordar o fenômeno associativo, iremos discutir num primeiro momento a constituição do ator social e os processos de subjetivação a partir das sociologias da ação e da experiência de Touraine (1973) e Dubet (1996) respectivamente. Num segundo momento, discutiremos as condições de possibilidade das relações de solidariedade e seus desdobramentos teóricos, tendo em vista as diferentes formas de sociabilidade e a ambivalência entre a integração social e a integração funcional que se estabelecem nos marcos destas organizações.

⁶³ Ver Ibarra *et alli* (1998) e Barthélemy (2000).

⁶⁴ Aqui a descrição de Alberoni (1991) da vida social enquanto um processo, que vai da ebulição e efervescência da mobilização até o cotidiano rotinizado da instituição, pode ajudar na compreensão de ações coletivas que dão seus primeiros passos rumo à institucionalização.

2.1.A constituição do ator social

Para Touraine (1973), a sociedade pode ser compreendida a partir da interação entre três sistemas conceptuais: o sistema de ação histórica – SAH –, que compreende os conflitos de classe pelas grandes orientações societárias, bem como a definição das formas de dominação derivadas destas relações sociais; o sistema institucional e político – SIP – que corresponde aos conflitos sociais, bem como às disputas por hegemonia política e à tradução em regras, normas e leis definidas a partir das macro-orientações do sistema de ação histórica; e, por fim, o sistema organizacional – SO – que corresponde às formas de integração social através das relações de solidariedade desdobradas no âmbito das sociabilidades primárias e secundárias.⁶⁵ Esses três sistemas de análise possuem uma autonomia relativa e conformam um campo de possíveis entre si no qual a sociedade é capaz de autoproduzir-se a si mesma. Para a análise da ação coletiva, Touraine (1973) irá propor as seguintes categorias analíticas: a) o *princípio de identidade*: que corresponde à definição do ator social por excelência. Segundo Touraine (1973), no caso de um movimento social, por exemplo, não haverá possibilidade desse se organizar se tal definição não estiver consciente. Entretanto, a formação de um movimento precede amplamente a conformação desta consciência. Aqui, é importante reter que, para Touraine, o ator é constituído fundamentalmente pelo conflito e pelo reconhecimento do que está em jogo – “*l'enjeu de la lutte*” – no âmbito de uma determinada disputa. Noutros termos, o ator histórico é definido na prática das relações sociais, da mesma maneira que o ator político é definido no campo da decisão política; b) *princípio de oposição*: um movimento se organiza somente a partir do momento em que pode nomear seu adversário, ainda que sua ação prescindia desta identificação. Nesse caso, é o conflito que faz surgir o adversário, conformando a consciência dos atores em disputa. A dimensão do conflito é essencial em todo movimento social.

⁶⁵ Ver também Touraine (1965, p.48).

Embora os interesses econômicos estejam sempre presentes em maior ou menor medida, um movimento social não existe enquanto não traduzir o conflito em termos do modelo cultural que dá conteúdo e sentido às posições em disputa. Os movimentos sociais não podem ser definidos somente a partir da categoria de classes sociais. Existem, portanto, movimentos de cidadãos, de consumidores, ambientais, etc., que podem se configurar enquanto manifestações da ação coletiva; e, c) *princípio de totalidade*: a existência de um conflito não é suficiente para definir um movimento social. Todos movimentos sociais demandam por um princípio de totalidade para serem reconhecidos enquanto tal. O princípio de totalidade também é a expressão do sistema de ação histórica, a partir do qual os adversários situados na dupla dialética das classes sociais disputam a hegemonia. Um movimento social engajado num conflito pode mobilizar apenas um dos elementos⁶⁶ do sistema de ação histórica para controlar e orientar os agentes sociais, cuja função é assegurar a existência de um dos elementos do S.A.H. Não obstante, os movimentos sociais mais vigorosos são aqueles que conseguem estabelecer sua hegemonia em mais de um elemento do S.A.H.

Segundo Touraine (1978), se tais categorias dão conta primeiramente dos movimentos sociais é porque estes se constituem na forma de ação coletiva mais elaborada e desenvolvida, porém somente as narrativas épicas conciliam a realidade histórica a este ideal. De modo que podemos empregar tais categorias para analisar outras configurações da ação coletiva tipificadas por Touraine (1973), em termos de projeto a partir da correlação entre os três princípios analíticos – identidade, oposição, totalidade – efetuada pelos atores sociais. Contudo, a noção de projeto só é útil empiricamente se diferenciarmos os diferentes níveis de coordenação da tríade identidade, oposição, totalidade. Dito de outro modo, longe de se constituir apenas num gradiente de intensidade, o projeto é definido pelas relações entre os elementos constitutivos da ação coletiva. Com efeito, o primeiro nível de projeto é aquele onde os elementos identidade, oposição e totalidade não estão relacionados um ao outro: trata-se da ação

⁶⁶ A saber, um modelo cultural, um modo de acumulação e um modo de conhecimento (Touraine, 1973).

coletiva mais embrionária. O segundo nível de projeto é aquele onde os elementos estão relacionados dois a dois: identidade – oposição; identidade – totalidade; oposição – totalidade. Por fim, o terceiro nível é aquele onde os três elementos estão integrados coerentemente no conjunto identidade – oposição – totalidade, configurando então um movimento social. Uma análise combinatória destes princípios pode ensejar, portanto, a seguinte tipologia: identidade + oposição: forças de reivindicação que tem consciência daquilo que são e contra o que elas lutam, mas não definem a legitimidade global de sua ação; totalidade + identidade: ações reformistas nas quais os atores situam os *enjeux*, afirmam sua identidade, mas não sabem contra quem ou pelo que eles se opõem; totalidade + oposição: ações de crítica social, que definem sua legitimidade no âmbito dos *enjeux* centrais e nas quais os atores têm consciência pelo que ou contra quem eles se batem, mas sem afirmação de sua posição identitária.

Enfim, certos grupos articulam apenas um dos três elementos: ou seja, quando tivermos apenas a conformação da identidade, estaremos diante de grupos de pressão que são capazes de definir o que são, mas não contra quem ou contra o quê eles se batem e nem aquilo que pode legitimar sua ação; quando tivermos apenas a definição da oposição, estaremos diante de grupos de protesto que são capazes de definir contra o quê eles lutam, mas não o que são, nem quais são os *enjeux* de sua ação; e, finalmente, quando tivermos apenas a compreensão da totalidade estaremos diante de movimentos de idéias que reconhecem os *enjeux* da ação, mas, ao mesmo tempo, carecem de afirmação identitária, bem como da capacidade de identificação de adversários. Da mesma forma que a expressão “*a anatomia do homem é a chave para a compreensão da anatomia do macaco*”, empregada por Marx para explicar seu princípio de análise n’O método da economia política, a utilização das categorias analíticas identidade, oposição e totalidade pode dar conta do nível de reflexividade assumido pelas ações coletivas nas suas mais diversas configurações, em termos de projeto com conteúdo, propósito e formas de organização.

Com efeito, para François Dubet (1996), os três sistemas conceptuais aludidos anteriormente ensinam uma representação teórica da sociedade que

contempla a possibilidade de pensá-la a partir de três lógicas da ação, quais sejam: a integração social, a ação estratégica e a subjetivação e que culminam, por seu turno, em diferentes tipos de relação social. Para evitar uma concepção de ação social a partir de um sujeito hipersocializado, um tipo de ação previamente determinada, quase que programada pelo sistema social, Dubet (1996) prefere falar em experiência social. Aqui, a noção de experiência social se revela mais apropriada na própria medida que não é mais possível reduzir a ação social a interiorização de papéis, nem tampouco a pura persecução de interesses individuais. Tal noção remete antes ao fato de que os atores são compelidos a gerir várias lógicas de ação referidas, por sua vez, às lógicas do sistema social que, no entanto, já não se constitui como “um sistema”, mas como a presença simultânea de um conjunto de sistemas estruturados por princípios autônomos. Ao mesmo tempo, a conjugação das lógicas da ação que organizam a experiência não possui centro algum, sua combinatória não está ancorada ou subordinada a uma lógica fundamental. Ou seja, sua unidade não está dada, mas resulta de uma experiência socialmente construída a partir da heterogeneidade das lógicas e racionalidades da ação. Nesse sentido, uma ação é coincidentemente uma orientação subjetiva e uma relação, e sua articulação definirá não só a lógica da ação, mas também a própria natureza das relações sociais.

Nestes termos, cada experiência social irá se constituir a partir da articulação das três lógicas e racionalidades da ação acima elencadas. Decompondo este tríplice registro das lógicas de ação teremos a seguinte configuração: a primeira lógica da ação é constituída a partir da concepção de sujeito que se pode extrair da sociologia durkheimiana e cuja definição será dada pelo grau de interiorização das normas e valores de seu contexto social, bem como pela posição ocupada num sistema hierarquizado de *status*. Neste registro de sociabilidade, prevalece a questão das formas de solidariedade que tornam possível algum tipo de integração social que poderá ser de natureza comunitária ou societária⁶⁷. É aqui que se pode conceber a coalescência dos vínculos sociais marcados por sociabilidades primárias ou secundárias, por relações sociais

⁶⁷ Ver Dubar (1997, p.87).

horizontais ou verticais, ou mesmo ainda por relações de solidariedade mecânica ou orgânica. Da mesma forma, as questões relativas aos possíveis déficits de integração social poderão ser tratadas como patologias sociais a partir da noção de anomia, pois, um sistema de relações sociais pode se decompor quando entra em crise se desorganizando e engendrando situações de marginalização, exclusão e invalidação social, as mais diversas⁶⁸.

Mas, as relações sociais não se resumem somente à questão da integração social. Na segunda lógica da ação iremos, nos deparar com o sistema político e com processos institucionais de legitimação política desencadeados entre o Estado e a sociedade civil. Pode-se falar então numa esfera política que compreende formas variadas de pressão, influência e participação política, através de associações, sindicatos ou partidos políticos, tendo em vista a disputa pela redistribuição de bens públicos, o reconhecimento de direitos sociais e/ou culturais ou mesmo a luta pelo poder político. Aqui, as questões relacionadas à preservação do *status quo* ou a demandas por reconhecimento social poderão deflagrar, por exemplo, conflitos e mobilizações políticas pela defesa ou reivindicação de direitos sociais, através da definição de uma ação estratégica⁶⁹ com vistas à consecução dos objetivos políticos perseguidos pelas organizações em liça. A título de ilustração, nos casos analisados no presente estudo, os destinatários das ações políticas levadas a efeito pelas associações são, em grande medida, constituídos pelos poderes públicos instituídos, seja para o reconhecimento da atividade profissional, seja para a gestão dos resíduos passíveis de reciclagem. Já, as patologias referidas a esta lógica da ação estarão relacionadas à obstrução da ação a partir do cerceamento do seu campo de

⁶⁸ Trata-se de situações caracterizadas pela ausência de perspectivas, de projeto individual ou coletivo que podem derivar da crise das formas de inserção social, seja pelo desemprego de longa duração, seja pela ruptura das relações de solidariedade primária. Sobre os processos de invalidação social, ver Castel (1998).

⁶⁹ A ação é estratégica quando é ponderada a partir de critérios de escolha racional e da observância do grau de influência sobre as ações de outros atores sociais. Neste sentido, as relações sociais também podem ser percebidas a partir do modelo do mercado, porém, não podem ser reduzidas a esta única dimensão de racionalidade. Ver Dubet (1996, p. 126), Dubet & Martuccelli (1999, p. 83) e Habermas (1987, p.367).

possíveis, bem como as crises de legitimação da ação a partir da incoerência entre os fins e os meios empregados para perseguí-los.

Por fim, a lógica da ação mais abstrata é configurada por relações sociais que atravessam o tecido social por inteiro. Trata-se de relações sociais que perpassam as formas de integração social e os conflitos político-institucionais, imprimindo nas hierarquias e estratificações sociais existentes seu caráter de classe. Além de traduzirem um processo de subjetivação, tais relações também se configuram nos modos de conhecimento, de acumulação e no modelo cultural hegemônico em cada sociedade que definem, por sua vez, o campo da historicidade ou a capacidade da sociedade de produzir-se a si mesma. Noutras palavras, a capacidade dos indivíduos conjugarem os princípios da identidade, da oposição e da totalidade irá concorrer para conformar o próprio campo de possíveis da ação coletiva em termos das relações de solidariedade, da definição das estratégias de intervenção e dos objetivos no âmbito da esfera política e da própria possibilidade da sua constituição como atores sociais a partir da afirmação de sua identidade de classe. As patologias que atingem os processos de subjetivação estão relacionadas, por seu turno, às formas de alienação que tolgem a capacidade de agir dos atores. A cisão entre concepção e execução, entre o trabalhador e sua obra, implica na reificação das relações sociais que se apresentam como forças e mecanismos incompreensíveis que se abatem sobre o sujeito tal qual leis naturais. A alienação também é a perda de sentido, é o desencantamento do mundo corroído pela racionalidade instrumental, é a perda da possibilidade de compreender o mundo, sua totalidade enquanto resultado dos trabalhos humanos.

Com o intuito de esclarecer, de forma sintética, o esquema da análise das relações sociais no tríptico registro da integração social, da ação estratégica e dos processos de subjetivação, é possível esboçar o seguinte quadro:

Nível da ação	Sistema de ação	Lógicas da ação
Organizacional	Integração social	Relações de solidariedade
Institucional	Ação estratégica	Lutas por reconhecimento
Histórico	Subjetivação	Afirmação identitária

Fonte: adaptado de Dubet (1987, p. 35).

2.2. A constituição da identidade

O advento da modernidade marca o ocaso de padrões de organização social, onde os indivíduos e as coletividades estabeleciam laços sociais com locais específicos, por meio das quais suas identidades pessoais e coletivas eram nitidamente determinadas, quando não dadas de antemão. Assim, por exemplo, a estabilidade que caracterizava as relações sociais de servidão entre o camponês e o feudo, ou ainda a identidade de membro de uma família clânica estruturada em torno da propriedade rural, a situação de grande proprietário de terras, bem como a condição de subordinação do peão de estância a este último, conformavam situações nas quais a identidade e o destino pessoal e coletivo estavam estreitamente ligadas à condição de servo ou trabalhador, de um local e de um senhor.

Lentamente os processos de modernização ao dissolverem tais padrões de organização acabam configurando situações caracterizadas pela ambivalência: se, por um lado, libertam o indivíduo dos grilhões da tradição e vínculos de sujeição feudal ou rural, por outro, ao desencaixá-lo de sua antiga trama de relações

sociais acabam por deixá-lo livre para vender sua mão-de-obra⁷⁰ num mercado de trabalho em troca de salário. Antes, preso a terra e a um senhor, tinha uma identidade fixa, agora na condição formal de cidadão não deve obrigações de natureza pessoal a ninguém e pode viver onde bem entender. Para a grande maioria dos indivíduos confrontados com a condição moderna, a construção de sua identidade será organizada em torno do trabalho: o lugar ocupado em relação à propriedade dos meios de produção será determinante na constituição de uma identidade de classe, cujos desdobramentos se expressarão em formas de organização e estratégias de luta política, o que de resto também irá proporcionar novas formas de encaixe ancoradas na sociabilidade fabril que desenhava o destino pessoal e coletivo da classe trabalhadora. Entretanto, os processos de reestruturação econômica que se sucederam no último quartel do século XX nas mais diversas latitudes concorreram para estilhaçar, para fragmentar aos poucos a homogeneidade e conseqüente identidade classista que as classes trabalhadoras experimentaram pelo menos na maior parte de sua história. Embora o trabalho permaneça como uma categoria central nas sociedades tardo-capitalistas as transformações nos processos de produção e organização do trabalho, bem como na estrutura produtiva⁷¹ observadas neste período, contribuíram para o esmaecimento das antigas lealdades de classe características das sociedades industriais. Com efeito, a fragmentação da identidade de classe desaguou em novas categorias tais como identidades raciais e étnicas, nacionalistas, comunitárias, religiosas, de gênero, homossexual que concorrentemente ou

⁷⁰ Rompendo com a evidência de algumas noções, cuja naturalização por vezes impede sua tematização e questionamento, Polanyi (1988, p.97) define *mão-de-obra* como o termo técnico usado para designar aqueles que são compelidos a vender sua força de trabalho enquanto mercadoria no mercado.

⁷¹ As novas tecnologias e os novos métodos de organização do trabalho, associados ao desemprego estrutural e à degradação e precarização das condições de utilização da força de trabalho, estabeleceram um novo cenário no qual o antigo discurso de exortação da unidade de classe e as estratégias políticas implementadas pelo movimento sindical parecem pouco eficientes e eficazes na mobilização e organização dos trabalhadores. Por seu turno, esses são interpelados por discursos gerenciais, formas de organização do trabalho e políticas de recursos humanos baseadas em bônus por produtividade que os concitam ao trabalho em equipe e ao engajamento em relação à produção e à “cultura” da empresa. Para mais detalhes ver Antunes (1999), Gounet (1999) e Sennet (1999).

imbricadas e superpostas passaram a adquirir uma maior influência na construção da identidade pessoal e coletiva.

Mas, ante um contexto marcado pela apologia à diferença e reivindicações identitárias de toda ordem, cuja ênfase sobrepuja o próprio apelo à igualdade⁷², é necessário estabelecer uma definição conceitual de identidade. Nestes termos, Castells (1996b), propõe uma primeira abordagem ao relacionar a construção social das identidades com as relações de poder que se abatem sobre cada contexto indicando uma distinção entre a forma e a origem de construção das identidades. Assim, teríamos: *a)* identidade legitimadora: veiculada pelas instituições dominantes cumpre a finalidade de expandir e racionalizar a dominação; *b)* identidade de resistência: construída por atores sociais que se encontram em posições e situações desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, de modo a estabelecer formas de resistência sustentadas por princípios distintos e mesmo antagônicos aos que presidem as instituições da sociedade; *c)* identidade de projeto: surge quando os atores sociais, valendo-se dos meios materiais e culturais a sua disposição, constroem para si uma nova identidade de modo a redefinir sua posição na sociedade e ao mesmo tempo buscar a transformação de toda estrutura social.

Mais especificamente, Melucci (1982) avançando nessa discussão irá desenvolver uma reflexão estabelecendo os fundamentos e a definição do conceito propriamente dito. Assim, primeiramente a noção de identidade pode ser apreendida a partir de três elementos principais, a saber: *a)* a noção de permanência e constância de um sujeito – individual ou coletivo – ao longo do tempo independentemente das variações do ambiente; *b)* a noção de unidade do sujeito que permite diferenciá-lo, delimitá-lo em relação a outros sujeitos; e, por fim *c)* a identidade constitui-se como relação entre dois elementos que permite se reconhecer e ser reconhecido. A identidade individual é, portanto, a capacidade de um ator falar e agir diferenciando-se do outro e permanecendo idêntico a si mesmo. Todavia, a auto-identificação de um ator deve gozar de um

⁷² Ver Pierucci (1999).

reconhecimento intersubjetivo para fundar a identidade individual, dado que a unidade do sujeito individual é produzida e mantida através de sua auto-identificação ancorada no pertencimento a um grupo social, o que sinaliza a dificuldade de separarmos rigidamente os aspectos individual e coletivo da construção da identidade.

Do ponto de vista individual, a identidade se constitui como um processo de aprendizagem caracterizado pela irreversibilidade e complexidade crescentes em direção a autonomização do sujeito. Ou seja, enquanto processo de socialização e integração num dado universo simbólico de cultura, a autonomização do sujeito também implica um processo de individuação que enseja uma independência crescente em relação ao sistema social. Dessa forma, a identidade individual e autônoma relaciona-se à capacidade do sujeito integrar de modo coerente uma variedade de vivências passadas, bem como sua experiência do presente na unidade e continuidade de sua biografia individual. Segundo Melucci (1982), a presença de uma identidade é colocada em evidência, sobretudo, pelas situações de crise: por exemplo, quando o indivíduo é desligado de seus pertencimentos tradicionais ou quando é confrontado com um novo sistema de normas e racionalidades. No limite, tais conflitos podem até comprometer sua identidade pessoal, se o indivíduo não reestruturar suas ações segundo novas orientações.

Na mesma medida, para Melucci (1982), podemos formular o conceito de identidade em termos coletivos a partir daqueles elementos que asseguram a um grupo ou a uma sociedade a sua continuidade e permanência ao longo do tempo. Noutras palavras, a noção de identidade estabelece quais são os limites de um agrupamento social em relação a seu entorno natural e societal. Concorre também para regular as atribuições do indivíduo definindo os requisitos necessários para estar integrado a um grupo social, bem como os critérios para se reconhecer e ser reconhecido como membro desta coletividade. O conteúdo de tal identidade e a sua permanência ao longo do tempo podem variar significativamente segundo o tipo de agrupamento ou sociedade a que nos referimos. Assim, por exemplo, é possível reconhecer na transição das sociedades tradicionais para as sociedades urbano-industriais mudanças no

processo de identificação: ou seja, o fundamento da identidade numa sociedade tradicional é sempre de uma ordem meta-social sendo organizado em torno de um universo mítico ou ainda coincide com a figura sacralizada do senhor. A dessacralização dos fundamentos da identidade tradicional estabelece as condições para que ela seja reconhecida como produto social dos processos de socialização e individuação que conduzem aos mecanismos de atribuição e reconhecimento da identidade moderna.

Com efeito, do ponto de vista da ação social pode-se definir a noção de identidade como a capacidade de um ator reconhecer as conseqüências de sua ação, o que por sua vez pressupõe três condições: *a)* uma capacidade de auto-reflexão do ator sobre si mesmo – a ação não é puramente instrumental, mas antes, a produção axiológica de sentido para ação; *b)* a percepção da capacidade de atribuir efeito, resultado à sua ação; e, *c)* a continuidade temporal, o que possibilita ao ator correlacionar passado e futuro vinculando a ação social a seus efeitos. De outra parte, a solidariedade de um grupo no âmbito de uma ação coletiva também surge enquanto garantia da identidade, pois se constitui em meio a disposição do indivíduo para restabelecer o reconhecimento que lhe permite agir em situações de conflito. A partir das relações de solidariedade, o ator se afirma enquanto sujeito e pode enfrentar as rupturas que eventualmente podem se abater sobre as relações sociais.

Em termos analíticos, Melucci (1982) propõe um conjunto de categorias que permitem analisar a constituição da identidade a partir de quatro pólos conceituais. Como vimos acima, a identidade é, sobretudo, uma relação que compreende a capacidade de se reconhecer e ser reconhecido por outro ator. Ou seja, ela se constitui ante uma relação de alteridade o que enseja a primeira polaridade entre auto-reconhecimento e hetero-reconhecimento. Com efeito, a constituição da identidade também se articula em torno da capacidade do ator afirmar sua diferença em relação a outrem, bem como ser reconhecido como diferente pelos outros. Assim, tem-se uma auto-afirmação da diferença e uma hetero-afirmação da diferença. Aqui, a identidade se configura num equilíbrio tenso entre quatro pólos, porém a identidade também pode assumir outras configurações parciais

quando o papel desempenhado pela alteridade na constituição da identidade é nulo ou incompleto. Nestes termos, poderíamos ter as seguintes possibilidades de operacionalização empírica deste modelo analítico: a) uma identidade segredada: estabelece-se quando o ator se identifica e afirma sua diferença independentemente do outro, como por exemplo, em certas patologias individuais e determinadas fases de movimentos marginais de contra-cultura no tocante ao ator coletivo; b) uma identidade heterodireta: constitui-se a partir da predominância de condutas heterônomas como em determinadas fases do desenvolvimento infantil; c) uma identidade rotulada: surge a partir da estigmatização de determinados indivíduos ou grupos sociais em decorrência da depreciação de determinados atributos em contextos sociais específicos; e, d) uma identidade desviante: configura-se quando o ator se identifica apenas a partir da sua diferença em relação a outrem.

Por fim, para Melucci (1982), a múltipla inserção do indivíduo numa sociedade altamente diferenciada, bem como seu pertencimento a uma pluralidade de sistemas, é capaz de repercutir sobre a identidade do sujeito gerando descontinuidade e fragmentação da sua experiência individual. Ou seja, os atores adotam simultaneamente vários pontos de vista, de modo que a identidade passa a ser definida a partir de diferentes perspectivas. Nesse sentido, segundo Dubet (1996), pode-se pensá-la a partir do tríplice registro da integração social, da ação estratégia e dos processos de subjetivação. No primeiro registro, a identidade é visualizada a partir da incorporação pelo indivíduo da experiência vivida no decurso de sua socialização primária e secundária⁷³, conformando para ele quase que uma espécie de segunda natureza quando se refere, por exemplo, à aquisição da língua materna, ao pertencimento comunitário, ao sexo, à religião, à classe social, etc. Trata-se, portanto, de uma identidade vivida como atribuição social em decorrência da qual o indivíduo se define como um ser social. Enfim, de uma identidade arraigada a uma história pessoal que remete em última instância a

⁷³ Segundo Dubar (1997, p.95-6), a socialização primária corresponderia a imersão do indivíduo no mundo vivido, a socialização secundária pode ser resumida como um processo de interiorização de “*submundos institucionais especializados*”, bem como “*a aquisição de saberes especializados e de papéis sociais direta ou indiretamente ancorados no mundo do trabalho*”.

uma filiação, a um nome, a uma tradição. No registro da ação estratégica, a identidade é construída pelos atores como um recurso, num contexto no qual a sociedade não é mais percebida como um sistema integrado, e sim como um campo de disputa, como um espaço concorrencial, cuja representação ideal-típica é capaz de coadunar-se com a noção de mercado. O ator irá definir sua identidade em termos da noção weberiana de estatuto, ou seja, como a probabilidade que o indivíduo possui de influenciar os outros em virtude dos recursos, do capital simbólico, dos atributos relacionados a sua posição. Em conteúdo, a identidade percebida como recurso não difere da identidade integradora, mas se configura antes como sua realização no âmbito de uma disputa ou concorrência. No registro da subjetivação⁷⁴, a identidade é percebida como uma possibilidade a partir do distanciamento crítico assumido pelo sujeito em relação à integração e à ação estratégica. Porque o sujeito não se reduz apenas nem aos seus papéis, nem aos seus interesses, pode-se representá-lo também a partir do engajamento e comprometimento com modelos culturais alternativos suscetíveis de conformar novos padrões de socialização e individualização *vis-à-vis* aos modelos culturais dominantes. Não obstante, também há a possibilidade de afirmação da identidade individual e coletiva a partir do momento em que o sujeito é capaz de assegurar a coerência entre passado e futuro, a partir de um equilíbrio entre auto-reconhecimento – identidade –, e hetero-reconhecimento – alteridade –, o que lhe permite visualizar na sua capacidade de agir de forma autônoma aquilo que o identifica enquanto ator social. Ao mesmo tempo, identidade e alteridade configuram-se nas duas dimensões constitutivas de todo e qualquer vínculo e relação social, sendo que podem ser percebidas a partir do princípio de solidariedade.

⁷⁴ É importante frisar que não estamos tratando aqui do sujeito da razão universal ou do sujeito histórico do historicismo. O sujeito se define antes a partir de uma lógica cultural pela qual ele é capaz de distinguir-se em relação à lógica da integração social, bem como à lógica da ação estratégica. Ver Dubet (1996, p.130).

2.3. A solidariedade

Configurando-se numa das dimensões da sociabilidade, a construção da identidade enseja a constituição de relações de solidariedade capazes de sedimentar, de cimentar os laços de qualquer coletividade ou grupo social. Neste sentido, é incontornável a discussão das relações de solidariedade a partir das interpretações teóricas acerca da coalescência dos laços sociais proposta por Durkheim (1893)⁷⁵. Se os processos de modernização engendram uma crise das relações de solidariedade, a intuição heurística de Durkheim sobre a distinção entre a solidariedade mecânica e a solidariedade orgânica é útil para problematizar as relações sociais e seus diferentes contextos. E, se, como Durkheim, consideramos que a solidariedade mecânica está assentada na semelhança – ou para antecipar nossa discussão futura, na igualdade – e que a solidariedade orgânica está assentada na diferenciação de funções – ou na diferença – também podemos problematizar, a partir destas categorias, as questões relacionadas à inclusão social que afetam as sociedades contemporâneas.

Não obstante, conforme Zoll (1998), é necessário fazer um reparo relativo a um descompasso empírico das categorias propostas por Durkheim. Se nos atermos à formulação teórica de Durkheim, a idéia de uma solidariedade mecânica estaria confinada no âmbito das chamadas sociedades segmentárias, ou seja, no contexto das sociedades primitivas em vias de desaparecimento. Entretanto, se olharmos para os processos de modernização que se verificaram no século XX, constatamos que a noção de uma solidariedade mecânica prevalece em vários contextos sociais, mormente naqueles marcados por uma cultura operária. A solidariedade mecânica deu conta da coesão social e da solidariedade de classe

⁷⁵ Tal tipologia também reflete não somente a distinção de Tönnies (1887) entre comunidade – *Gemeinschaft* – e sociedade – *Gesellschaft*, mas também a que Weber estabelece entre ação comunitária e ação societária (1990, p.33).

vivenciada pelas classes trabalhadoras, pelo menos até o advento da crise da chamada sociedade salarial⁷⁶. As relações de solidariedade da classe trabalhadora estiveram assentadas de modo predominante até pelo menos o último quartel do século XX, numa certa homogeneidade cultural associada ao universo fabril, bem como por um coletivo de trabalhadores, sua existência e trajetória profissional dependia em grande medida da sua capacidade de mobilização e pressão através da ação sindical para obtenção de conquistas salariais e melhores condições de trabalho. Com efeito, pode-se afirmar também que um dos aspectos que distinguiram este período foi um certo consenso entre as organizações representativas das classes trabalhadoras, o patronato, e o Estado-Providência, no sentido de coadunar as reivindicações dos trabalhadores com a preservação das margens de lucro, tendo como pano de fundo uma sociedade afluyente que resultava da extraordinária expansão capitalista de então (Hobsbawm, 1995, p.276).

Contudo, as transformações associadas aos processos de reestruturação econômica⁷⁷, que se desenharam de forma mais nítida no final do século passado, concorreram para a intensificação dos processos de diferenciação. De modo mais específico, os trabalhadores foram confrontados com um cenário onde a segmentação e a flexibilização das condições de uso da força de trabalho se constituíram nos aspectos mais marcantes deste processo. De modo geral, configurou-se um arranjo fabril, cujas características mais evidentes seriam, de um lado, a existência de um pequeno contingente de trabalhadores objetivado pelas

⁷⁶ Para utilizar a expressão com que Castel conceitua os padrões de regulação fordistas (1995, p.418).

⁷⁷ Já se consolidou um consenso teórico acerca destes processos de reestruturação econômica: segundo não só os teóricos da regulação (Aglietta, 1979; Boyer, 1992; Lipietz & Leborgne, 1988), mas também de acordo com autores tais como Chesnais (1996), Harvey (1992) e Antunes (1999), ele deve ser localizado no esgotamento do fordismo: um regime de acumulação capitalista que permitiu, nos trinta anos que se seguiram a II Guerra Mundial, o surgimento de uma sociedade afluyente nos EUA e na Europa Ocidental. O aguçamento, em meados dos anos 1960, da conflituosidade fabril no interior do paradigma industrial fordista faz cair drasticamente a produtividade, cuja resposta é dada com a elevação da composição orgânica do capital, o que reduz suas margens de sobre-valor. Também cresce o desemprego e com ele, os custos dos encargos sociais do Estado-Providência, diminuindo ainda mais a rentabilidade global do sistema. Tudo isso, em conjunto, proporá ao capital o problema vital da reorganização material de suas bases de acumulação.

políticas de treinamento e estabilização da mão-de-obra, bem como de uma acentuada diminuição dos níveis hierárquicos das estruturas de cargos e salários das empresas com maior aporte tecnológico, e pelas correspondentes demandas por novas competências e qualificações; e de outro, pela persistência de situações mais precárias de emprego que viriam a incidir sobre o contingente majoritário, desqualificado e instável da classe trabalhadora submetida a relações de subcontratação e baixos salários, que remeteriam a uma utilização predatória de sua força de trabalho. Tal processo de diferenciação vem se desdobrando a mais de duas décadas e suas manifestações mais evidentes podem ser sentidas no lento declínio da ação sindical verificado neste período⁷⁸.

Mas, quando discutimos a crise da solidariedade, tendo em vista as formas que ela assume nas sociedades contemporâneas, somos também confrontados com a crise das solidariedades abstratas que derivam deste conceito de geometria variável configurado pela noção de cidadania. Trata-se aqui de uma crise advinda do colapso da sinergia entre Estado, mercado e sociedade civil organizada que assegurou durante a vigência do Estado-Providência o equacionamento entre a produção em massa, o consumo em massa e a proteção social. Com o fortalecimento conjunto da condição salarial e dos sistemas públicos de proteção e assistência social ter-se-á, segundo Roustang *et alii* (1997, p.21), o desenvolvimento de uma solidariedade abstrata e institucional que, operando às expensas das solidariedades tradicionais, contribuiu para atenuar as desigualdades sociais perpetradas pelo mercado. De modo mais específico, a evolução da condição salarial combinada a um conjunto de políticas sociais, característicos do compromisso fordista, ensejou um processo que redundou numa forma abstrata de integração social e num incremento da autonomia individual derivado da conversão da força de trabalho em mercadoria. Tal processo teria contribuído para erodir as sociabilidades comunitárias, nas quais o indivíduo encontrava-se solidamente integrado a um grupo social bem restrito, a saber: as redes de parentesco e vizinhança. Com a institucionalização dos mecanismos de proteção social, estas solidariedades tradicionais aos poucos se

⁷⁸ Ver Barthélemy (2000) e Lévesque *et alii* (1998).

enfraqueceram e acabaram sendo substituídas por processos de burocratização e juridificação⁷⁹ que terminaram por desacoplar a solidariedade de suas redes de sociabilidade primárias⁸⁰. Neste processo de coisificação da solidariedade, a socialização dos indivíduos através dos equipamentos coletivos, bem como a intervenção social do Estado-Providência através de suas políticas sociais, teria conduzido a uma passividade, desresponsabilização e ausência de implicação de parte dos indivíduos, concorrendo desta forma para banalizar a idéia de cidadania e questionar a própria legitimidade deste sistema (Roustang *et alii*, 1997, p.26).

Mas, a interpretação da crise das relações de solidariedade deve ser nuançada e percebida mesmo com alguma cautela. A admissão da crise da solidariedade operária enquanto uma crise da solidariedade mecânica pode ser precipitada, dado que a coesão social que, por vezes, se manifesta entre os trabalhadores pertencentes a uma empresa que se encontra em processo falimentar pode sinalizar um elevado grau de coalescência das relações sociais. A situação inversa também pode se verificar num cenário marcado pela recessão, pelo desemprego crônico e por estratégias gerenciais que visam fragmentar e individualizar a força de trabalho no sentido de diluir a solidariedade operária.

Não obstante, o fato de se problematizar as condições de possibilidade da solidariedade mecânica suscita de imediato a questão das condições que ensejam uma solidariedade orgânica. Diferentemente da solidariedade baseada na homogeneidade de um grupo que compartilha uma identidade coletiva, Durkheim teorizou sobre um tipo de solidariedade que se desenvolve a partir da diferenciação, uma solidariedade calcada na diferença. Entretanto, suas condições de possibilidade estariam dadas apenas a partir das mutações sócio-culturais que se verificaram a partir dos anos 60. Ou seja, a transformação das relações de solidariedade estaria relacionada ao surgimento das sociedades pós-industriais, as quais teriam conhecido uma mudança nos padrões de ação coletiva caracterizada pela diversificação temática em torno de questões tais como, o

⁷⁹ Ver Habermas (1988).

⁸⁰ Para mais detalhes sobre estes processos, ver Martin (1995, p.56-9).

feminismo, a ecologia e os direitos humanos, etc⁸¹. Para Wiewiorka (1997), a produção de diferenças⁸², nas sociedades contemporâneas, surge como um elemento cada vez mais destacado no curso da experiência individual e coletiva em termos até da definição do engajamento político. As diferenças suscetíveis de moldar a imagem das sociedades contemporâneas não se restringiram à questão de gênero, nem tampouco a etnicidade. Elas terminam por nos remeter as fronteiras do social ao expressarem demandas pelo reconhecimento dos problemas e de identidades conformadas por inúmeras questões, dentre as quais podemos destacar as identidades constituídas a partir de uma reformulação positiva do significado do estigma, tais como as doenças crônicas e deficiências de ordem física ou mental. Quando indivíduos soropositivos se organizam em associações⁸³ para reivindicar uma política pública de distribuição de medicamentos ou ainda para lutar contra a discriminação aos portadores do HIV, eles conformam uma identidade que os aproxima de outros grupos sociais que são objeto de discriminação e opressão social. Aqui, os exemplos podem ser multiplicados a partir deste cenário marcado pela proliferação identitária, pelo reconhecimento de uma condição particular relativa à afirmação ou imputação de uma identidade cultural específica.

É nesse sentido que Cohen & Arato (2000)⁸⁴ argumentam destacando o desafio, proposto pela questão da diferença enquanto característica das sociedades plurais, ao princípio da solidariedade. Tratar-se-ia aqui de superar todo e qualquer etnocentrismo para tornar possível a postulação da diferença. Com efeito, o *conceito moderno de solidariedade* prescindiria de empatia ou ainda de semelhança em relação a quem se é solidário. A solidariedade pressuporia antes a capacidade de identificar-se com o não-idêntico ou, noutras palavras, implicaria na aceitação do outro enquanto outro (Cohen & Arato, 2000, p.431). A

⁸¹ Tal é a interpretação de Alain Touraine (1984) dos movimentos de contestação social que surgiram na década de 60.

⁸² Ver a segunda seção do capítulo 1.

⁸³ Tais como o GAPA – Grupo de Apoio e Prevenção à Aids.

⁸⁴ Na esteira da reflexão habermasiana.

partir da aceitação deste conjunto de diferenças concretas é que podemos perceber a idéia de uma solidariedade orgânica no âmbito das sociedades contemporâneas.

O terreno para a conformação da solidariedade orgânica, pensada nestes termos, é constituído na sociedade civil a partir de uma rede associativa que termina desempenhando um papel coadjuvante face ao Estado na implementação de políticas sociais. Concorre para tanto o aprofundamento dos processos de invalidação social que, somado ao crescente desengajamento por parte do Estado com a questão social, tem sido respondido pelo afloramento no seio da sociedade civil organizada de um conjunto de iniciativas vertebradas pelo princípio da solidariedade. Ou seja, a intensificação destes processos de exclusão social⁸⁵ nas últimas duas décadas também foi acompanhada pela emergência de um novo associativismo impulsionado, em grande medida, por uma miríade de movimentos sociais urbanos. A precarização e diminuição dos direitos e serviços sociais aos quais a população normalmente tinha acesso contribuíram, portanto, para a proliferação de um conjunto de práticas de entre-ajuda, disseminadas por movimentos sociais e associações civis⁸⁶. Neste contexto, o próprio conteúdo da ação coletiva foi reformulado, passando a estar acoplado à construção, no nível local, da idéia de comunidade autônoma e solidária (Avritzer, 1997, p.162).

A reformulação do conteúdo da ação coletiva pode implicar, portanto, no âmbito da argumentação desenvolvida até o momento, numa afirmação da solidariedade orgânica. Solidariedade orgânica esta que está atrelada a novas formas de experimentação social cada vez mais diversificadas que terminam integrando parcelas da população cuja experiência e cultura política prévias jamais chegou a contemplar algum tipo de participação cívica ou associativa.

⁸⁵ Valemo-nos, aqui, do alerta de Castel (1998, p.26) sobre o emprego inadvertido do termo “exclusão social”. Tratamos mais detidamente esta questão no capítulo 3.

⁸⁶ Para a discussão sobre adensamento da sociedade civil, a partir do surgimento de diversos movimentos sociais, mormente a partir da década de 80, ver Gohn (1997). Para a constituição de um setor público não estatal, também chamado “terceiro setor”, ver Fernandez (1994).

2.3.1. As formas da solidariedade

Se partirmos da premissa que o social é relacional somos confrontados com a definição das relações sociais que se constituem no objeto por excelência da sociologia (Touraine, 1976, p.25-30). Nestes termos, como visto anteriormente, toda relação social parece comportar de partida duas dimensões fundamentais, a saber: uma relação de identidade e de alteridade. Se a noção de alteridade implica num hetero-reconhecimento, a noção de identidade nos remete para a discussão das formas suscetíveis de serem assumidas pela solidariedade em diferentes contextos associativos. Assim, correndo o risco da formalização e generalização excessivas, podemos estabelecer a partir de Bajoit (1992) uma tipologia das formas de solidariedade desdobrada da seguinte forma⁸⁷: uma solidariedade funcional, uma solidariedade contratual, uma solidariedade serial e uma solidariedade fusional.

A noção de solidariedade funcional se constitui a partir do conceito durkheimiano de solidariedade orgânica: trata-se de uma solidariedade assentada na diferenciação e complementaridade de funções exercidas no âmbito de um grupo social bem integrado a partir da organização social do trabalho. Já discutimos seus possíveis desdobramentos nas sociedades contemporâneas que extrapolam o universo da divisão social do trabalho *stricto sensu*. Sem embargo, é no prefácio da segunda edição d'A Divisão Social do Trabalho que Durkheim (1995) destaca a importância assumida pelos grupos profissionais – e mais amplamente sob a forma de associações, sindicatos e cooperativas – no âmbito

⁸⁷ Tal tipologia possui apenas uma finalidade heurística e está amparada na teoria sociológica clássica, ou seja, as noções de solidariedade funcional e contratual remontam a Tönnies, Durkheim e Weber. Já, as noções de solidariedade serial e fusional embora tenham sido inspiradas originalmente em Sartre (2002), não conservam o mesmo significado conceptual enunciado n'A Crítica da Razão Dialética. Para maiores detalhes, ver Bajoit (1992).

da organização da vida social e política⁸⁸. Tais associações desempenham um papel fundamental para a vida democrática ao se constituírem em instâncias de mediação entre o Estado e os cidadãos. Ante ao individualismo crescente das sociedades modernas, Durkheim salienta a necessidade dos grupos intermediários para a coesão do tecido social. Ou seja, para além de sua função económica, os agrupamentos profissionais exerceriam uma função moral cujo sentido seria solidarizar o corpo social e moralizar a economia (Durkheim, 1995, p.XVI). O que subjaz a esse tipo de reflexão é a formulação de que a relação social não se constitui apenas como uma relação mecânica ou como um equilíbrio de forças onde são contrapostos interesses materiais ou vontades pactuadas, mas antes como uma relação moral plena de obrigações recíprocas (Chanial, 2001).

A noção de solidariedade contratual está ancorada na conceptualização, operada por Tönnies (1996), da sociedade contratual⁸⁹ – *Gesellschaft*. A associação constitui-se na forma mais racional para a concretização de objetivos individuais e coletivos o que conduz ao pacto, ao acordo, ao contrato coletivo. Pensada nestes termos, a associação não deixa de estar inserida no âmbito da axiomática característica do individualismo liberal que percebe a sociedade partir dos acordos contratuais efetivados entre indivíduos livres, cuja liberdade termina sempre onde se inicia a do outro. Pode-se inclusive admitir, em termos weberianos, o conceito de um agir societário que pode ser determinado seja em função dos fins que persegue, seja em função de valores éticos que balizam a

⁸⁸ Por vezes somos confrontados com uma interpretação crítica da formulação durkheimiana dos grupos profissionais que lhe atribui uma nostalgia velada das corporações do Antigo Regime, e, até mesmo, que esta chegou a inspirar teoricamente o corporativismo fascista. Tal crítica desconhece o fato de que a hipótese das corporações profissionais só ganha sentido no âmbito da questão inaugural proposta por Durkheim, qual seja, a articulação entre indivíduo e solidariedade e mesmo entre individualismo e socialismo. A esse respeito, nos valem as palavras de Marcel Mauss: “*Durkheim sempre pensou, desde o começo de suas pesquisas, que a solução do problema do individualismo e do socialismo consistia em estabelecer entre a anarquia individualista e o poder esmagador do Estado, uma força intermediária, o grupo profissional.*” (1999, p.350).

⁸⁹ A dimensão contratual está baseada também na noção de contrato social de Rousseau: nestes termos, trata-se de “*trouver une forme de association qui défende et protège de toute la force commune la personne et les biens de chaque associé, et par laquelle chacun s’unissant à tous n’obéisse pourtant qu’à lui-même et reste aussi libre qu’auparavant? Tel est le problème fondamental dont le contrat social donne la solution*” (2001, p.56). Para uma crítica do vínculo social a partir do contrato, ver Sue (2001, p. 48-54).

associação. No agir societário podem coadunar-se, portanto, uma ação estratégica e uma ação motivada a partir de convicções e valores ideológicos.

A noção de solidariedade serial possui similaridade com o conceito durkheimiano de solidariedade mecânica, ou seja, há pouca diferenciação entre os membros de uma coletividade e sua semelhança está assentada na partilha de uma moralidade e valores comuns, que configuram a consciência coletiva que irá coalescer os laços sociais. Para Bajoit (1992), quando as relações de solidariedade são seriais o grupo está integrado a partir da submissão de seus membros a uma autoridade cuja dominação pode ser tradicional, carismática ou racional-legal. A série constitui-se num coletivo caracterizado pela possibilidade de justaposição, pela natureza intercambiável de todos os seus membros. Sua unidade, coesão e permanência são heterônomas, ou seja, não derivam de uma identidade coletiva constituída pelos membros do grupo, mas irá depender essencialmente de sua adesão a algum poder carismático capaz de infundir alguma mística, bem como o respeito por suas capacidades fora do comum.

A noção de solidariedade fusional está fundada, sobretudo, na práxis e na ética da convicção. Aqui, as individualidades se fusionam na comunidade, são amalgamadas pelo grupo ante uma situação extraordinária. A solidariedade do grupo em fusão se distingue da solidariedade serial: sua unidade não é assegurada pela dominação carismática, mas por um projeto totalizador. A coesão social do grupo em fusão não é tributária da interdependência de papéis, nem tampouco da submissão a algum tipo de autoridade carismática. Trata-se de um tipo de solidariedade que demanda por um ideal, por uma causa e cujo engajamento e vínculos solidários persistem apenas enquanto um propósito for conjurado, ou seja, apenas enquanto durar a ação. Assim, no momento que os propósitos do grupo são alcançados, as relações de solidariedade decorrentes da fusão tendem a se degradar, sendo então substituídas por um outro tipo de solidariedade se o grupo perdurar.

Segundo Bajoit (1992), as relações de solidariedade perduram também por conta de mecanismos de controle social exercidos reciprocamente no interior de

cada grupo. Com efeito, o controle social no registro de uma solidariedade funcional é assegurado pela interiorização das normas no curso dos processos de aprendizagem e socialização. Há um controle normativo exercido por todos sobre cada um no seio do grupo social para além da deliberação coletiva a partir de uma instância reguladora constituída por algo como um regimento interno; no registro da solidariedade serial, o controle está atrelado à dominação carismática. Por vezes, quando o carisma é rotinizado⁹⁰ a prevalência deste tipo de solidariedade dispensa mesmo a intervenção direta da liderança existente. Já, a solidariedade contratual é assegurada por um tipo de controle social instituído pelo grupo. Tratam-se das regras acordadas por todos que participam do grupo no sentido da regulação das atividades em comum. Tal compromisso com a manutenção das regras instituídas de forma legítima se constitui na fonte das relações de solidariedade que caucionam a permanência do grupo social. A legitimidade da regulação social provém da deliberação coletiva e da forma reflexiva pela qual as normas foram fixadas. Na solidariedade fusional, o coletivo é unificado pelo projeto e os vínculos solidários são preservados através da ação. Ou seja, é pela ação coletiva que o grupo mantém seus membros integrados, de modo que se pode dizer que a estratégia de controle social aqui implementada é acional, pois é através da práxis individual que o grupo reconhece seus membros e, por conseqüência, o não engajamento de um membro na ação coletiva irá constituir-se num critério para a sua exclusão do grupo. Essa exclusão não irá se configurar como o resultado de uma infração em relação a uma norma ou regra, mas antes no fato de que a recusa em participar das ações coletivas poderá revelar um déficit de integração em relação aos valores e a cultura do grupo.

Para Bajoit (1992), estas quatro formas assumidas tanto pelo controle social quanto pela solidariedade não se configuram apenas num gradiente das relações

⁹⁰ Segundo Weber, “em su forma genuina la dominación carismática es de carácter específicamente extraordinario y fuera de lo cotidiano, representando una relación social rigurosamente personal, unida a la validez carismática de cualidades personales y a su corroboración. Em el caso de que no sea puramente efímera, sino que tome el carácter de una relación duradera – ‘congregación’ de creyentes, comunidad de guerreros o de discípulos, o asociación de partido, o asociación política ou hierocrática – la dominación carismática que, por decirlo así, sólo existió in statu nascendi, tiene que variar esencialmente su carácter: se racionaliza (se legaliza) o tradicionaliza o ambas cosas en varios aspectos.” (1990, p.197-9).

sociais ou em quatro enfoques a partir dos quais elas podem ser percebidas. As relações sociais são tramadas antes pelo conjunto, pelo amalgama destes quatro tipos de solidariedade, porém segundo uma dosagem variada de cada uma. Toda solidariedade efetiva seria constituída, em distintas proporções, pelas diferentes formas assumidas pelas relações de solidariedade⁹¹. Conforme o contexto social, a conjuntura e as circunstâncias que envolvem a organização – ou seja, as relações com outras organizações aliadas, adversárias ou concorrentes – tensões e contradições entre os membros e a direção, exclusivamente entre os membros ou ainda no seio da própria direção da organização acerca da definição daquilo que está realmente em disputa, dos objetivos, das estratégias de luta e mobilização, etc, podem conformar um tipo de solidariedade que será a resultante dos quatro modelos, mas a proporções variáveis segundo um conjunto complexo de variáveis. Por exemplo, a predominância de uma solidariedade funcional sobre as outras formas de solidariedade pode conter uma tendência à *burocratização* da organização. A preservação da organização, com suas normas e funções bem definidas, assim como de seus membros permanentes podem, às vezes, se tornar mais importantes que a persecução dos ideais ou do movimento social que a organização busca apoiar. Mas, se preponderarem vínculos de solidariedade expressando a fusão de todos num coletivo em prol de um ideal, de uma utopia, de modo a engendrar mesmo uma identidade comunitária, iremos nos deparar com uma tendência ao *espontaneísmo* que se traduzirá numa desconfiança face à organização e aos seus dirigentes, bem como por uma forte rejeição às negociações, compromissos ou alianças com organizações ou movimentos situados fora do seu espectro identitário; haverá também uma preferência pela democracia direta e um forte repúdio às delegações de representação. Agora, se a predominância for de vínculos de solidariedade serial engendrados pela adesão de todos os membros de um coletivo a uma liderança carismática, poderemos nos confrontar com uma tendência à *manipulação* das bases da organização. Por fim,

⁹¹ As diferentes formas da solidariedade também podem ser compreendidas a partir da metáfora proposta por Bajoit: “*la solidité d’une corde dépend de la grosseur, du nombre et de la résistance de ses fibres, ainsi que de la qualité de son tressage. Dans la solidarité sociale, (...) les fibres du lien ne sont pas toujours d’une égale résistance, ni toujours bien tressées. Il arrive qu’une forme de solidarité soit nettement plus importante que les trois autres.*” (1992, p.193).

se os vínculos de solidariedade forem essencialmente contratuais haverá uma tendência à *fragmentação* do coletivo quando os acordos pactuados que preservam tais vínculos se romperem em virtude da persecução de interesses discrepantes pelos membros do grupo.

Com efeito, Bajoit (1992) salienta que os vínculos de solidariedade devem ser temperados por suas quatro dimensões. Assim, para não cair no espontaneísmo, um grupo deve estar suficientemente organizado com uma hierarquia interna e uma divisão social do trabalho ponderada para não acabar num processo de burocratização, ao mesmo tempo em que, para não se burocratizar, um grupo deve ser constituído a partir de um projeto. Ou seja, aqui é destacada a articulação entre a mobilização que decorre da solidariedade fusional e a organização que decorre da solidariedade funcional. Nesse sentido, tais dimensões da solidariedade são simultaneamente opostas e complementares. Um movimento ou organização não pode perdurar sem prescindir de uma organização, mas com o tempo ela pode se esclerosar sucumbindo então num processo de burocratização⁹². Da mesma forma, para que não se converta em objeto de manipulação política, uma organização deve primar pela participação democrática para que haja o controle da direção da organização pelas bases. Entretanto, se esta participação for excessiva e, ao mesmo tempo, não for regulada por mecanismos procedimentais, a organização corre o risco de ser paralisada por um processo deliberativo sem fim, o que poderá culminar na cisão da organização. Contrariamente, uma organização deve possuir uma direção e uma hierarquia mínima relacionada à distribuição diferencial de tarefas e responsabilidades. Ou seja, aqui é destacada a articulação entre o *exercício da direção* da organização que deriva da solidariedade serial e o *controle sobre esta direção* que deriva da solidariedade contratual. Tais dimensões ao mesmo tempo em que se opõem também se complementam. Enfim, um grupo terá seus vínculos de solidariedade tanto mais consistentes quanto melhor conseguir articular essas quatro dimensões da solidariedade entre seus membros.

⁹² Tal qual a lei de ferro das organizações teorizada por Michels (1982).

Para um ator coletivo, a organização da solidariedade irá implicar na resolução de quatro questões: definir a delegação da autoridade interna, ou seja, dividir o trabalho, hierarquizar as funções e estipular regras para o funcionamento da organização; definir os objetivos, ou seja, traduzir os *enjeux* da ação coletiva no curto, médio e longo prazo; estabelecer mediações com seus adversários, concorrentes ou inimigos, portanto renunciar ao isolamento e ao sectarismo; e, por fim, acumular e administrar os recursos materiais e imateriais – informações e apoios institucionais (Bajoit, 1992, p.217).

2.4. O fenômeno associativo

A associação tal como a concebemos no presente estudo, ou seja, enquanto resultante da participação voluntária dos indivíduos sem distinções de caráter discriminatório, constitui-se numa invenção moderna. Antes disso, a idéia de associação só era possível no âmbito de uma estrutura social perpassada por privilégios e distinções sociais características das hierarquias inerentes à sociedade estamental do Antigo Regime⁹³. Ela estava ligada às corporações de ofícios da idade média, submetidas a um conjunto de regulamentações, ritos, mística e códigos profissionais que regulavam os processos de admissão, formação e exercício dos ofícios. Não obstante, as práticas associativas modernas, laicas e livres ao mesmo tempo em que se constituem numa crítica a sociedade estamental também não deixam de ser herdeiras das antigas estruturas associativas de antanho. Com o advento da modernidade, o fato associativo ganha novos contornos configurando uma nova forma de ação coletiva. Os

⁹³ Geralmente, se define o ano de 1848 como data emblemática do surgimento do associativismo moderno. E, não é para menos, o primeiro trimestre de 1848 foi pontilhado, como por um rastilho, por uma sucessão de insurreições, motins e revoltas populares que espalharam pela Europa o espectro da revolução social. Ademais, nessa época temos também o amadurecimento político de associações nascidas no bojo da 1ª revolução industrial. Entretanto, deve-se considerar ainda que essas associações deitam suas raízes em antigas tradições associativistas. E, nesse aspecto, existem duas grandes tradições associativistas que remontam ao Antigo Regime: trata-se da tradição romana dos colegas artesões e da tradição germânica da guilda (Meister, 1972, p.49-50).

movimentos sociais que se organizam e assumem alguma forma de institucionalização deixam de ser predominantemente comunitários, ou seja, pré-determinados culturalmente pela tradição, espontâneos na ação, marcados por grande informalidade e com objetivos defensivos e difusos, e assumem cada vez mais um caráter social, ou seja, conscientemente organizados e com interesses e reivindicações definidos de forma planejada. Mas, ao colocarmos em questão as condições de possibilidade teórica do fenômeno associativo, terminamos por nos afastar da evidência da definição vocabular da noção de associação. Tal conceito não se restringe somente ao referente empírico do fenômeno associativo, porquanto, o ato mesmo de se associar termina interrogando diretamente algumas categorias sociológicas fundamentais, bem como seus pressupostos metateóricos.

Nesses termos, essa digressão metateórica pode reconstituir a genealogia da idéia de associação a partir de Bobbio (1996) demonstrando como desde Aristóteles chegando até Jean Bodin e Johannes Althusius a sociedade é percebida majoritariamente enquanto uma associação de associações “naturais”⁹⁴. Para Bobbio, o modelo aristotélico se contrapõe ao modelo jusnaturalista: seu ponto de partida não está baseado num estado de natureza abstrato no qual os homens se encontrariam antes da constituição do Estado, mas numa reconstrução histórica – ainda que imaginária – a partir de uma forma de associação específica determinada historicamente que se consubstanciou na família. Contrariamente, a filosofia contratualista moderna concebe a sociedade não mais a partir de uma coleção de pessoas que desde sua origem estão inseridas nas chamadas associações “naturais” – família, vizinhança – mas, sim a partir de indivíduos singulares que, embora ainda não estejam associados, são capazes de se

⁹⁴ Senão vejamos: segundo Althusius, encontramos na base da sociedade a associação doméstica – *consociatio domestica* – ou a associação de vizinhança – *consociatio propinquorum* –, após as espécies inferiores de sociedades civis – *societates civiles* – que ele designa por colégios. Num terceiro nível encontramos as cidades – *civitates* –, rústicas ou urbanas. Das cidades chegamos as províncias e destas ao *regnum* que corresponde, conforme Bobbio, guardadas as proporções, ao nosso Estado definido como *universalis major consociatio*, ou seja, a mais ampla de todas as associações. Portanto, o reino em si já configura uma associação, mas como os grupos ou associações primárias, ele reúne pessoas – e não indivíduos – definidas por seu pertencimento a linhagens familiares e a comunidades inscritas em contextos históricos e geográficos bem determinados. Caillé (2001), também se apoiou nessa mesma reconstrução genealógica de Bobbio para contrastar os tipos de sociabilidade primária e secundária.

associar. Seu princípio de legitimação é o consentimento, ou seja, a adesão voluntária livre de qualquer tipo de coerção. E, essa adesão deve ser o resultado de uma decisão deliberada, de um ato de vontade em ruptura com qualquer tipo de pertencimento “natural”.

O contratualismo nos remete também à sociologia toquevilliana da associação, cujo fio condutor irá definir-se a partir de um cálculo racional do interesse, senão vejamos: nas páginas d'A Democracia na América dedicadas ao fenômeno associativo Tocqueville vislumbra bem mais que um simples engajamento cívico. Percebe antes as possibilidades e contradições da experiência democrática articulada a partir de dois princípios, a saber, a virtude e o interesse. Partindo do princípio da virtude, tem-se uma sociologia que interpela a vida associativa e a disposição dos indivíduos ante a coisa pública, nos termos mesmo de uma *res publica* cívica. Partindo do princípio do interesse, tem-se uma imbricação um pouco mais sutil, pois, ao verificar a grande capacidade de se associar por razões e motivações diversas, de não encontrar entraves ou obstáculos para constituir associações civis e políticas Tocqueville não deixa de se surpreender com a maneira engenhosa pela qual eram articulados na América o comprometimento com os bens públicos ou com a persecução dos interesses privados de cada um⁹⁵.

É possível perceber, portanto, no contratualismo o contraste entre dois tipos de sociabilidade, cuja teorização terá lugar de forma ampla na sociologia desenvolvida ulteriormente. Estamos tratando aqui das relações sociais que notabilizam a esfera privada por oposição a esfera pública, mas, voltaremos a essa questão mais adiante. Não obstante, podemos avançar a hipótese de que o fenômeno associativo conjugaria a racionalidade derivada da esfera privada com a racionalidade derivada da esfera pública, desdobrando-se, portanto, para

⁹⁵ De modo que se pode considerar na abordagem toquevilliana da associação um paradoxo que inverte a equação de Mandeville: só é possível uma sociedade assentar-se unicamente na persecução do interesse individual de cada um sem degenerar na anarquia ou no despotismo só e somente se houver de um lado, um intenso engajamento cívico e comprometimento com a coisa pública por parte do maior número de cidadãos, e por outro, da presença viva da tradição, da religião e da jurisprudência. Ver Tocqueville (II, 1981, p.157), mas, também Laval (2002). Para a relação entre economia e moralidade, ver especialmente o capítulo 5 de Dumont (2000).

operarmos nos termos de Tönnies (1996), nos interstícios da comunidade orgânica – *Gemeinschaft* – e da sociedade contratual – *Gesellschaft*. Para Simmel (1999), a aproximação do fenômeno associativo só é possível na sua mais ampla generalização enquanto “*ad-sociação*”⁹⁶, ou seja, como movimento ativo em direção à associação – *vergesellschaftung* – para ficar nos próprios termos de Simmel. Assim, não haveria mais do que duas formas de constituir a sociedade, de engendrar o vínculo social onde não existia senão a separação e a hostilidade: ou através da violência e da coerção ou pela “*ad-sociação*”.

Mas, a questão do vínculo social ou o que torna possível as relações sociais demanda também seu princípio estruturante. A primeira resposta a essa questão foi dada pela economia política clássica que consagrou a moral do interesse enquanto princípio natural de toda sociabilidade humana⁹⁷. No seu horizonte, a opção por esse princípio explicativo buscava substituir a cosmovisão religiosa e qualquer tipo de transcendência para conferir sentido e inteligibilidade à ação humana. As relações sociais seriam governadas por exigências estritamente mundanas, individuais e materiais que as ciências do homem poderiam formular, prever e quase calcular. No século XVIII, legitima-se a ficção de uma sociedade na qual as relações sociais obedeceriam às lógicas de maximização dos ganhos e minimização das perdas. Trata-se de uma concepção mítica segundo a qual a sociedade surge do encontro, do somatório de indivíduos atomizados, naturalmente separados, desde sempre autônomos e competitivos. Nesse quadro, a ordem social que emanaria de todos encontros induzidos pelo interesse deve ser considerada como o resultado espontâneo das necessidades e desejos individuais, como a consequência natural da persecução de cada um de seu interesse privado. Uma ordem social na qual cada indivíduo ao perseguir seu

⁹⁶ Conforme a etimologia mesma do vocábulo associação, no qual o prefixo latino *ad* indica: em direção a, aproximação. De acordo com Houaiss (2001), sua origem provém do latino tardio *associo* ou *adsocio*, *as*, *ávi*, *áre* (*ad* + *socius* 'companheiro') 'juntar, unir, ajuntar'; ver *soci-* como elemento de composição de palavras; forma histórica existente por volta de 1532: *asociar*.

⁹⁷ Para o Iluminismo as leis que regiam a sociabilidade humana não emanavam mais dos céus ou de leis divinas: o desencantamento do mundo, os processos de secularização que estão no bojo da modernidade reclamavam novas categorias para o entendimento da ordem social. Ver Hirschman (1977), Touraine (1994, p.24), Boltanski & Thévenot (1991), Laval (2002) e Bianchi (1988).

interesse estaria servindo, sem saber, ao interesse de todos, ao interesse geral. Tal situação é caracterizada, de forma emblemática, pela equação de Mandeville “*vícios privados, benefícios públicos*”⁹⁸.

Mais especificamente, tal princípio se traduziu de forma mais acabada no utilitarismo traçado por Bentham, que como doutrina filosófica implicou uma determinada representação social da natureza humana assentada num pressuposto ontológico⁹⁹, cuja pretensão buscava explicar senão a totalidade o essencial da ação social. Nesse sentido, o utilitarismo propõe uma certa imagem da natureza humana: inicialmente o indivíduo dissociado de qualquer tipo de sociabilidade é caracterizado como um ser egoísta pautado pela busca de seu bem-estar, mas que, ainda, é suscetível às sanções. A expressão *homo oeconomicus* serve bem para caracterizá-lo na medida em que toda atividade, toda instituição e toda relação social podem ser consideradas como essencialmente econômicas, pois são sempre vistas enquanto fonte de utilidade ou objeto de cálculo. Assim, o indivíduo é comandado pelas sensações; sua racionalidade lhe permite calcular as conseqüências e os efeitos colaterais de suas ações que podem ser tipificadas como teleológicas e instrumentais. Trata-se de uma razão contábil que persegue não somente a otimização no emprego dos meios tendo em vista os fins visados, mas também a avaliação e comparação de possíveis fins alternativos. Em suma, a satisfação e a fruição devem ser maximizadas e padecimentos de toda ordem minimizados; trata-se de aumentar o saldo do prazer

⁹⁸ Esta equação formulada por Bernard de Mandeville sintetiza a moral presente na sua “Fábula das Abelhas”, publicada pela primeira vez em 1705 (*apud* Bianchi, 1988, pp.151-163).

⁹⁹ Para além da versão reducionista do utilitarismo proposta por Bentham, existe ainda uma proposição deontológica a partir da qual a vida social não é mais estruturada a partir da oposição entre o bem e o mal, conforme pressupunham as cosmovisões religiosas, o costume ou a tradição moral, mas sim a partir da oposição entre o bom e o mau. Operando a transposição do plano do *ser* para o *dever ser* o princípio de utilidade se converte num princípio ético e político capaz de distinguir e classificar as condutas e as ações segundo as conseqüências e expectativas esperadas. Deontologicamente, o princípio de utilidade implica uma dimensão coletiva traduzida no cálculo da utilidade global ou do maior bem-estar para o maior número de indivíduos. Ao sermos orientados por uma moral utilitarista iremos dirigir nossa ação exclusivamente para alcançar, segundo a fórmula de Hutcheson, “*a maior felicidade para o maior número de pessoas*”. Nesse sentido, o utilitarismo enquanto teoria política normativa opõe-se a qualquer versão do utilitarismo enquanto teoria explicativa da ação social. Para maiores detalhes dessa discussão, ver Van Parijjs (1991, p.32).

ou do lucro tendo em vista a soma final de felicidade ou, de outra forma, o saldo consolidado dos prazeres e das penas nos termos mesmo de uma certa economia política.

No entanto, a sociologia legitimar-se-á nas suas origens como uma reação às formulações doutrinárias do utilitarismo. Suas abordagens estabelecem uma ruptura com o atomismo genético da filosofia social que a precedia. Porém, o utilitarismo não se reduz apenas à sua dimensão doutrinária: ele se traduz também num arbitrário cultural e numa representação social da ação humana que transbordando o senso comum peculiar às interpretações econômicas da sociogênese se manifesta enquanto uma representação social, cujos pressupostos ontológicos estão presentes em maior ou menor grau em várias teorias que reivindicam um estatuto sociológico. Mais especificamente, trata-se de um determinado *modus faciendi*, uma maneira de conceber, de raciocinar, da economia neoclássica¹⁰⁰ que colonizou certas correntes do pensamento sociológico¹⁰¹ de modo a convertê-las progressivamente quase que numa espécie de província lingüística e conceptual da ciência econômica enquanto tal.

Mas, dada a extrema diversidade que pode assumir um objeto empírico a partir de uma fenomenologia das formas assumidas modernamente pelas associações, impõe-se numa primeira aproximação uma definição preliminar. Nesses termos, iremos limitar nossa abordagem para efeito de nossa argumentação ulterior às associações constituídas voluntariamente, organizadas em torno de um objetivo comum mediante procedimentos democráticos de organização interna, tendo em vista a possibilidade de participação de todos os

¹⁰⁰ Ver Trinchero *et alii* (1998).

¹⁰¹ No âmbito da sociologia da ação coletiva, por exemplo, ontologias deste tipo se manifestam nas abordagens de Mancur Olson (1991) e Anthony Oberschall (1995): sua explicação da ação coletiva e dos movimentos sociais carrega consigo noções extraídas do discurso econômico. Para a teoria da Mobilização de Recursos, os movimentos sociais se engajam num mercado de lutas sociais, cujo paradigma de interpretação está assentado em última instância na análise microeconômica do comportamento do consumidor. A compreensão da apatia e das condutas passivas se faz a partir de equações morais, tais como o dilema do prisioneiro ou do argumento do *free rider*. Com efeito, o poder explicativo de tais teorias é restringido pela perspectiva unidimensional da ação estratégica. Porém, como já discutimos anteriormente, as relações sociais não se reduzem somente a essa dimensão. A experiência social resulta antes da articulação ou combinatória em graus variáveis das lógicas da integração social, da ação estratégica e da subjetivação.

membros em todos os cargos do organograma da organização através de eleições, bem como a publicidade de todo processo deliberativo e de gestão patrimonial. Contemplaremos também em nossa definição as cooperativas, desde que sejam constituídas a partir de princípios de autonomia e cooperação¹⁰² (Meister, 1972, p.15).

Ainda que tal definição concorra para circunscrever nosso objeto empírico, é necessária ainda uma caracterização sociológica do fenômeno associativo. Assim, inicialmente, as associações podem ser pensadas teoricamente a partir da justaposição entre o agir comunitário e o agir societário para partir de duas categorias que remontam à teoria sociológica clássica¹⁰³. Aqui, os conceitos de comunidade e sociedade foram formulados para teorizar a transição das sociedades tradicionais para as sociedades modernas. Nesses termos, embora a modernidade tenha sido encarada como uma época na qual o agir societário se desencaixa do agir comunitário, não podemos deixar de constatar a prevalência de princípios comunitários no que tange as sociabilidades que caracterizam as associações¹⁰⁴. Assim, acompanhando Caillé (2001), para além de uma clivagem entre comunidade e sociedade, pensamos que as associações corresponderiam antes a uma realidade sócio-comunitária situada na imbricação de dois tipos de sociabilidade: as sociabilidades primárias e as sociabilidades secundárias segundo uma lógica de integração social. O primeiro tipo de sociabilidade é

¹⁰² Estamos considerando aqui as associações e cooperativas que geram trabalho e renda para seus associados, ou seja, em que a distribuição dos resultados econômicos se efetua entre todos os sócios em função do número de quotas que possuem e que parte dele é reinvestido no empreendimento em decisão democrática resultante de uma assembléia.

¹⁰³ Embora tal conceituação remonte primeiramente à clássica distinção operada por Tönnies entre comunidade e sociedade, aqui estamos discutindo a partir da definição proposta por Weber: *“Llamamos comunidad a una relación social cuando y en la medida en que la actitud en la acción social (...) se inspira en el sentimiento subjetivo (afectivo o tradicional) de los partícipes de constituir un todo. Llamamos sociedad a una relación social cuando y en la medida en que la actitud en la acción social se inspira en una compensación de intereses por motivos racionales (de fines o de valores) o también en una unión de intereses con igual motivación. La sociedad, de modo típico puede especialmente descansar (pero no únicamente) en un acuerdo o pacto racional, por declaración recíproca.”* (1990, p.33).

¹⁰⁴ Aqui, trata-se de relações assentadas sobre algo que cada um reconhece como comum a todos os outros membros a partir dos vínculos identitários e existenciais urdidos na trama diária da vida na comunidade, e a prevalência da associação ou da cooperativa estará relacionada à preservação do bem comum a partir de um engajamento, de uma adesão voluntária à associação (Gorz, 2004, p.131).

primado por um princípio de personalização que enfatiza a prioridade das pessoas¹⁰⁵ sobre as funções que elas cumprem. Já, o segundo tipo de sociabilidade é primado por uma exigência de eficiência e eficácia funcional que se sobrepõe às pessoas encarregadas de desempenhar uma determinada função. Localizadas na junção dos dois tipos de sociabilidade, as associações, conformariam para Caillé (2001), uma sociabilidade *híbrida* que na sua gramática das relações sociais mobilizaria os dois tipos de racionalidade que presidem as sociabilidades primárias e secundárias, respectivamente.

Para Laville (1997), o fato associativo pode ser tratado sociologicamente como um fenômeno situado entre a esfera privada e a esfera pública. Ou seja, se na sua origem as associações surgem para responder a demandas coletivas, a sua simples constituição ultrapassa os limites das sociabilidades produzidas no âmbito dos grupos informais, porquanto ao se formalizar ela termina se inscrevendo na esfera pública. Nesses termos, as associações são confrontadas com a necessidade de justificar¹⁰⁶ suas ações seja em relação ao contexto no qual estão inseridas seja internamente entre seus membros. A questão da justificação está relacionada aqui às lógicas presentes na ação coletiva das associações. Tratam-se de lógicas institucionais dado que elas balizam a ação para além dos limites da sociabilidade primária a partir da qual os indivíduos poderiam talvez, preferencialmente, se orientar. O imperativo da *justificação* é operado no âmbito das interações que produzem os acordos entre os membros que compõem a associação. Constitui-se, por conseguinte, numa abordagem operada nos termos de uma micro-sociologia. Agora, para operar noutro nível de mediação teórica com uma noção correlata, iremos tratar das questões relacionadas à *legitimação* da associação. Na mesma medida, a dimensão institucional da associação pode ser pensada a partir de Touraine (1973) como uma organização capaz de

¹⁰⁵ A discussão dos possíveis desdobramentos de um tipo de sociabilidade caracterizada pela personalização das relações sociais foi desenvolvida no capítulo 1. Para maiores detalhes dessa discussão, ver Mauss (1950), DaMatta (1978) e Duarte (1986).

¹⁰⁶ Segundo Boltanski & Thévenot (1991), as condições de possibilidade de toda ação humana repousam sobre um imperativo de justificação para que sejam coordenadas ações em comum. Ou seja, as pessoas devem justificar seus atos aduzindo princípios de justiça consentâneos aos diferentes espaços sociais em que estão inseridas.

participar do sistema institucional e político de modo a exercer alguma influência sobre as decisões políticas, bem como sobre a elaboração de leis e normas que lhe afetam segundo a lógica de uma racionalidade estratégica. Com efeito, uma associação não pode se restringir, tal qual uma empresa, a uma legitimação fundada apenas na produção de bens e serviços. A própria perenidade da associação irá demandar, em termos de sua legitimação, a produção de relações de solidariedade a partir da elaboração de regras cujo intuito será regular as relações entre seus membros.

Mas, a caracterização do fenômeno associativo como um campo de tensões no qual diferentes racionalidades coexistem e se interpenetram, nos remete também a questão da relação das associações com o Estado e o mercado. Segundo Bernard Eme (2001), o fato associativo está inserido entre um tipo de integração social calcada nas relações de reciprocidade, cuja culminação é a deliberação democrática entre sujeitos iguais e um tipo de integração funcional orientada pela racionalização econômica do trabalho, ou seja, por uma racionalidade instrumental que organiza meios com vista à consecução de determinados fins¹⁰⁷. Aqui, a integração social baseada na interação face a face¹⁰⁸ e na solidariedade dos sujeitos portadores de igualdade jurídica no âmbito de uma associação, e que pressupõe uma autonomia relativa ante as lógicas do Estado e do mercado, está fundada sobre processos de reconhecimento¹⁰⁹ no bojo das relações sociais tramadas na associação. A modalidade específica de reconhecimento operada nas associações se traduz em relações de solidariedade, o que implica um conjunto de valores compartilhados pelos indivíduos associados tendo em vista a persecução de objetivos comuns. Ainda conforme Bernard Eme (2001), muitas associações e cooperativas nos séculos XIX e XX constituíram formas de integração social a partir de comunidades eletivas para defender-se das lógicas sistêmicas, ou seja, resistir aos processos de assalariamento da força de

¹⁰⁷ Estes dois pólos acabam reproduzindo a oposição habermasiana entre mundo vivido e sistema.

¹⁰⁸ As pré-condições para o estabelecimento de uma ordem de interação foram discutidas no capítulo 1. Para maiores detalhes, ver Goffman (1983).

¹⁰⁹ Tal qual a sociologia política do reconhecimento tratada no capítulo 1.

trabalho e as estratégias gerenciais de disciplinamento e controle da classe operária. Esses processos históricos de resistência operária iluminam uma outra inflexão assumida pelo fenômeno associativo, qual seja, a reação das classes trabalhadoras à precarização de suas condições de subsistência e exploração de sua força de trabalho. A integração social dos trabalhadores em associações irá corresponder ao surgimento de novas solidariedades de classe, e, as práticas econômicas levadas a cabo no âmbito dessas associações cooperativas estarão a serviço das estratégias de emancipação econômica e política dos trabalhadores organizados. Aqui, a construção da identidade operária a partir da recusa da extinção dos antigos ofícios, bem como de uma cultura própria, se efetuará mediante o engajamento em novas formas de luta coletiva (Meister, 1972).

Porém, a par desses processos históricos que imprimem no fenômeno associativo o selo da mudança e da transformação social, não se pode divisar neles pura e simplesmente uma ontologia da mudança subjacente à associação. Se forem polarizadas pelo Estado ou por instituições patronais, as associações podem acabar se inscrevendo numa lógica de integração funcional, cujo sentido é apenas gerir as populações marginalizadas através de processos de reinserção produtiva e de moralização através do trabalho. Tratam-se das associações constituídas no bojo de projetos e ações de cunho filantrópico implementadas, mormente por entidades ligadas às classes patronais (Eme, 2001, p.40). Com efeito, a relação que as associações estabelecem com as formas instituídas do poder irá se constituir numa das categorias para se analisar o universo associativo. Nesse caso, o critério da autonomia em relação a tais poderes irá discriminar as associações cuja constituição e formas de sociabilidade predominantes encerram algum projeto de futuro com vistas à emancipação do sujeito.

Essas duas inflexões demarcam um campo de possíveis para as associações, pois elas se encontram numa situação ambivalente configurada pela polaridade entre as duas formas de integração: ou seja, se a integração social que se estabelece nesse espaço segundo lógicas procedurais de deliberação e de reciprocidade, ceder lugar inteiramente a uma integração funcional na qual a

dinâmica da associação termina sendo colonizada pelos imperativos da regulação estatal e da concorrência capitalista dos mercados, a própria existência da associação pode ser colocada em xeque. Isso poderá produzir um alheamento crescente por parte dos membros da associação em relação à coerência e aos fins da organização. A associação será submetida à lógica da heteronomia, ou seja, a natureza, o conteúdo do trabalho e a dinâmica das relações sociais serão determinados não mais a partir de processos de deliberação democrática de todos os membros da associação, mas serão determinados e prescritos de fora (Gorz, 2003).

Há uma certa correspondência entre as noções de integração social e integração funcional e as noções de mundo vivido e integração sistêmica utilizadas por Habermas (1988). Os dois pares de noções se opõem entre si. Integração social e mundo vivido são noções correlatas. Se nos pautarmos pela definição habermasiana, o mundo vivido é constituído pelas relações espontâneas, pelas certezas pré-reflexivas, pelos vínculos que não são postos em dúvida. Ele representa sociologicamente o espaço para a reprodução de três esferas, a saber: a reprodução cultural, a integração social e a socialização que correspondem, por extensão, aos seus três componentes estruturais, quais sejam, a cultura, a sociedade e a personalidade, respectivamente¹¹⁰. Integração funcional corresponde à noção de sistema que, por sua vez, incluiria os domínios das organizações econômica e político-administrativa, respectivamente através do mercado e da burocracia. Nesse contexto, o mundo vivido deve resistir aos imperativos – autopoieticos – dos mercados e dos aparelhos técnico-burocráticos suscetíveis de produzir um conjunto de patologias nas suas esferas de reprodução social¹¹¹. Para além da formulação proposta por Habermas, dos fenômenos de crise na esfera de reprodução social do mundo vivido, Honneth (2002) destaca aquilo que também poderia ser interpretado, segundo nosso objeto de estudo,

¹¹⁰ Aqui, nossa exposição da definição habermasiana dos conceitos de mundo vivido e sistema é um tanto elíptica. Para maior detalhamento, sobretudo sobre o conceito de mundo vivido, ver Habermas (1988, p.195-215).

¹¹¹ Que, segundo Habermas (1988, p.203), no âmbito da esfera da integração social serão traduzidos nos fenômenos de crise de perda da identidade coletiva, de anomia ou ruptura dos vínculos de solidariedade e de alienação.

como patologias de reconhecimento social. Tais patologias se desenvolveriam quando os indivíduos têm o seu reconhecimento denegado, ou seja, quando não são reconhecidos por aquilo que são, fazem, ou aspiram, quando surge um conflito entre a sua experiência da realidade e os padrões normativos a partir dos quais eles são avaliados e julgados. Mas, é justamente pelo fato de que tais normas não correspondem mais à realidade social, que tais indivíduos não conseguem mais corresponder a essas expectativas sociais pelas quais os grupos dominantes estão prontos a reconhecê-los, ou seja, pelo tipo de trabalho, pela profissão, pela conduta moral. O sistema, através de mecanismos autopoiéticos como o mercado e as regulações técnico-burocráticas do Estado, estabeleceu novos padrões de competitividade e produtividade que terminaram bloqueando as próprias possibilidades de inserção e integração social desses indivíduos, ou seja, acabou gerando uma contradição entre aquilo pelo qual eles serão julgados e aquilo pelo qual eles avaliam ter o direito de serem reconhecidos.

Mas, se o mundo vivido termina sendo coisificado por lógicas sistêmicas, não resta espaço para o surgimento de atores sociais capazes de se insurgir contra a sua instrumentalização pelo princípio do mercado. Nestes termos, a compreensão teórica de processos de subjetivação nos quais são revelados, mesmo que de forma embrionária, estratégias de resistência coletiva à sua instrumentalização pelo princípio do mercado, reclama por outro tipo de explicação. A mais profícua, nos termos da discussão desenvolvida até o momento, provém da sociologia da ação. É da perspectiva da constituição do sujeito em Touraine que podemos encontrar elementos para a compreensão dos processos de subjetivação. Segundo Touraine, “*o sujeito é a vontade de um indivíduo de agir e de ser reconhecido como ator*” (1994, p.220). Os três termos dessa equação, a saber, indivíduo, sujeito e ator devem ser definidos a partir de sua relação com os outros. O indivíduo constitui-se apenas no lugar da experiência e consciência pessoais; o sujeito se efetiva no controle e na definição de um projeto sobre a experiência vivida pelo indivíduo para que este se converta num ator imerso em relações sociais suscetíveis de serem por ele transformadas; o ator, por fim, se define pela não conformidade em relação ao lugar que ocupa na

organização social alterando o contexto material e social no qual está situado; ele questiona a divisão do trabalho, os processos de decisão, as relações de dominação e mesmo as orientações culturais hegemônicas. Nesse sentido, a subjetivação se traduz na penetração do sujeito no indivíduo e na transformação deste em ator. Somente, portanto, a transformação dos indivíduos em atores sociais no âmbito do mundo vivido pode opor alguma resistência aos processos de coisificação que derivam das lógicas sistêmicas do mercado e do Estado.

Ao mesmo tempo, considerando as possibilidades de reencaixe das relações de trabalho no âmbito de um conjunto determinado de relações sociais tendo em vista o processo de subjetivação, é razoável também conceber as possibilidades de integração social surgidas no contexto do fenômeno associativo. Ou seja, para além da integração funcional segundo a lógica sistêmica do mercado ou mesmo do retraimento no mundo das solidariedades comunitárias, as sociabilidades *híbridas*, que conforme Caillé (2001), podem caracterizar as associações, terminam se configurando no *locus* desse processo de subjetivação. Assim, superando-se o mundo da instrumentalidade podem se esboçar novas possibilidades de integração social, na medida em que os indivíduos através de sua experiência¹¹² forem capazes de articular as diferentes formas de solidariedade¹¹³ de modo a permitir sua integração social e seu processo de subjetivação.

¹¹² Conforme Dubet (1996).

¹¹³ De acordo com os princípios que podem ser aduzidos pelos atores para justificar sua ação, no caso da vida associativa e cooperativa, estaríamos no cruzamento de quatro lógicas de justificação: o mundo cívico, o mundo doméstico, o mundo industrial e o mundo mercantil. Aventamos aqui a possibilidade de se invocar os princípios de justificação relativos ao mundo cívico na medida em que o sujeito se converta em ator social. Para mais detalhes, ver Boltanski & Thévenot (1991).

3. A economia plural

Introdução

A crise que avassala a economia do país há duas décadas deixa profundas cicatrizes em nossa sociedade: traduzida no fenômeno do desemprego estrutural, ela tem obliterado as perspectivas de uma vida digna para uma ampla parcela da população brasileira. Pochmann (1999), avalia a dramaticidade assumida por este processo ao constatar, por exemplo, que em 1998 o Brasil registrava a quarta posição no *ranking* mundial do desemprego, sendo superado apenas pela Índia, Indonésia e Rússia¹¹⁴. Ademais, também argumenta que nesse período de 20 anos se produziu uma significativa alteração na configuração do desemprego. Dito de outra forma, o desemprego teve seu perfil alterado deixando de ser um fenômeno que atingia predominantemente o mercado de trabalho de jovens, mulheres, negros e indivíduos com pouca ou nenhuma qualificação profissional, para se transformar num fenômeno de natureza complexa e heterogênea que atinge de modo generalizado todos os segmentos sociais, inclusive os de maior escolaridade, bem como indivíduos com experiências profissionais em níveis hierárquicos superiores e elevados padrões de remuneração.

Não obstante, se as últimas duas décadas são avaliadas como “perdidas” do ponto de vista do crescimento econômico e da criação de novos postos de trabalho, o mesmo não pode ser dito quando tratamos da organização da sociedade civil. O aprofundamento dos processos de invalidação social acima referidos associado ao crescente descomprometimento por parte do Estado com a questão social tem sido respondido pelo afloramento no seio da sociedade civil organizada de um conjunto de iniciativas organizadas em torno do princípio da solidariedade. Esta questão também tem se convertido ultimamente em objeto de

¹¹⁴ Ainda conforme Pochmann (1999:5), apesar de representar apenas 3,1% da força de trabalho mundial, o Brasil possuía 6,6% do desemprego no planeta.

um intenso debate de natureza interdisciplinar que, via de regra, tem extrapolado o mundo acadêmico, visto o enorme interesse que desperta nos mais variados setores da sociedade organizada. Sendo identificadas como economia social ou solidária, as práticas de entre-ajuda pautadas pelas noções de solidariedade e reciprocidade têm vicejado em várias regiões do país sendo documentadas por vários autores¹¹⁵. E não estamos tratando de alternativas de inserção produtiva para amplos setores da classe trabalhadora cingidas apenas pela dimensão econômica dos imperativos da subsistência. Como bem destacam, Santos e Rodríguez (2002, p.64), tais experiências podem se revestir de considerável poder emancipatório na medida em que conjugar processos de transformação econômica com processos de ordem cultural, social e política. Tendo como referente empírico¹¹⁶ um sem número de associações surgidas na última década, tal fenômeno pode chegar mesmo a configurar segundo Domingues (1999; 2004), uma nova subjetividade coletiva a partir de implementação de práticas democráticas assentadas no princípio da igualdade.

Entretanto, acreditamos que, apesar da crescente produção teórica acerca deste fenômeno associativo, nos deparamos ainda com um déficit em termos de da reflexão sobre as condições de possibilidade de um objeto empírico representado como uma economia solidária. Sem embargo, para além de uma noção com forte carga semântica, não sabemos ainda como bem definir o surgimento de tal fenômeno associativo no seu conjunto, dada a extrema variedade de experiências e práticas que estabelecem novas sociabilidades e novos valores em setores sociais marginalizados e sem tradição e cultura política associativa. Ademais, o fenômeno associativo tramado no cotidiano de relações sociais caracterizadas pelo risco da dissociação social, constitui-se também enquanto um cenário para o nascimento de novos atores sociais, ou seja, um

¹¹⁵ Tais como (Avritzer, 1997; Gaiger, 1999; 2000a; 2000b; Singer, 1998; Souza, 2000; Tiriba, 2000; Vieitez, 1997).

¹¹⁶ Na região sul do Brasil, para citar um exemplo, proliferam iniciativas desta natureza congregadas através da Central de Cooperativas e Associações Autogestionárias de Economia Solidária do Rio Grande do Sul, recentemente fundada, na Federação das Associações de Recicladores de Resíduos Sólidos - FARRGS, bem como no surgimento de movimentos sociais, tais como o Movimento Nacional dos Catadores de Lixo.

contexto social no qual aqueles que estão à mercê da lógica do mercado são capazes de rebelando-se contra ela, constituírem-se em sujeitos da sua própria existência. Nesse sentido, iremos desenvolver nossa reflexão neste capítulo buscando estabelecer as bases a partir das quais seria possível pensar uma economia não fundada no assalariamento da força de trabalho. Num primeiro momento, discutiremos a lógica da reciprocidade enquanto possibilidade heurística de uma outra economia; para num segundo momento, discutir os conceitos de exclusão social, economia informal, economia popular e as condições de possibilidade de uma economia solidária que configuram uma economia no plural.

3.1. A lógica da reciprocidade

Ainda que estejamos confrontados com a hegemonia do mercado e premidos pela presença de um certo utilitarismo em muitos esquemas teóricos para compreensão da realidade, é possível vislumbrar no âmbito da literatura recente sobre a economia solidária¹¹⁷ novas perspectivas em relação à organização das atividades econômicas atreladas ao advento de um novo tipo de associativismo. Não obstante, para mais além do esquadramento e diagnóstico do referente empírico de uma economia solidária, bem como da reconstrução do percurso teórico que nos conduz a tal noção, é necessário antes discutir os seus fundamentos e condições de possibilidade teórica. Dessa forma, a noção de economia solidária requer uma discussão dos pressupostos ontológicos da sociabilidade que lhe subjaz: nestes termos, se nos atermos ao modo de produção capitalista poderíamos caracterizar suas relações sociais de produção, conforme Marx (1989, p.74), de um modo geral pelo fato de que a redução de todos os

¹¹⁷ Ver Fonteneau *et alii* (1999), Razeto (1999), Laville (2000; 2001), Larraechea *et alii* (2000), Singer (1998; 2000), Gaiger (1999; 2000a; 2000b), Lipietz (2001), Eme (2001).

produtos e atividades a valores de troca requer tanto a dissolução de quaisquer relações históricas de dependência pessoal, quanto à dependência recíproca de todos produtores. Aqui, não só a produção de cada indivíduo é dependente da produção de todos os outros, mas também as transformações de seu produto em meio de vida pessoal passam a depender do consumo de todos os demais. A troca e o valor de troca se constituem no denominador comum destas relações.

Com efeito, para a economia política clássica, cada indivíduo ao perseguir seu interesse privado estaria servindo, sem saber, ao interesse privado de todos, ao interesse geral¹¹⁸. Esta equação abstrata, onde cada indivíduo obstaculiza mutuamente a realização do interesse do outro, ao expressar as relações sociais prevalentes no âmbito do modo de produção capitalista também caracteriza a natureza da sociabilidade predominante nesta formação social. Ou seja, tratar-se-ia neste caso de uma “guerra de todos contra todos”¹¹⁹, implicando conseqüentemente na negação das condições de possibilidade da própria noção de sociedade. Não obstante, tal discussão pode nos afastar da questão principal se não a considerarmos enquanto parte integrante do discurso desenvolvido pela teoria social desde século XVIII. Deve-se considerar neste aspecto, que aquilo que é considerado como “interesse privado” é, desde o início, um interesse socialmente determinado suscetível de ser alcançado somente nas condições fixadas por uma determinada sociedade, estando, portanto intimamente relacionado às condições gerais de reprodução desta sociedade. Tendo isto em vista, a expressão economia solidária surgiria como um paradoxo: pois reuniria num só termo noções a princípio antagônicas no âmbito das sociedades capitalistas, a saber, economia e solidariedade, *per si* a expressão constitui um oxímoro. A questão que surge então, pode ser formulada da seguinte forma: como conciliar de modo coerente estes dois termos? Está questão não tem resposta se permanecermos nos marcos das abstrações da economia política clássica. Entretanto, a contextualização histórica do saber e racionalidade

¹¹⁸ Sobre esta questão ver Bianchi (1988).

¹¹⁹ Segundo a metáfora hobbesiana para exprimir o estado de natureza: “*bellum omnium contra omnes*”.

econômica tratados por Polanyi (1988) a partir da constatação do primado dos princípios da reciprocidade e da redistribuição nas transações econômicas dos habitantes das Ilhas Trobriand,¹²⁰ talvez possa nos ajudar a resolver esta questão. Aqui, a identificação por Polanyi de princípios reguladores das práticas econômicas, relacionadas, por sua vez, a modelos institucionais distintos serve para contextualizar e mesmo se contrapor ao paroxismo da naturalização da distopia da sociedade de mercado, nutrindo por fim, nosso argumento. De um modo geral, Polanyi parte da premissa que a economia de cada sociedade constitui-se no mecanismo a partir do qual os recursos existentes são mobilizados para a satisfação das necessidades socialmente determinadas. Os recursos aqui considerados incluem a terra, o trabalho e o capital e a sua gestão econômica implicará uma interação com a natureza e com grupos sociais assimetricamente constituídos. Não obstante, o modo como tais recursos serão mobilizados não será uniforme, mas irá variar historicamente. Assim, Polanyi elenca quatro princípios pelos quais, ao longo da história, os recursos têm sido produzidos, armazenados e distribuídos para ir de encontro às necessidades sociais¹²¹, a saber: a) *o princípio da domesticidade*: trata-se da produção e armazenamento de bens para satisfação dos membros da unidade doméstica, que se constitui enquanto um grupo fechado. A natureza do núcleo institucional poderá variar: pode ser o sexo como na família patriarcal, o lugar como nas aldeias, ou o poder político como no caso do poder senhorial. Da mesma forma, a forma de organização interna da unidade doméstica pouco importa: pode ser tanto despótica quanto democrática e a dimensão do grupo pode variar consideravelmente; b) *o princípio da reciprocidade*: corresponde a uma relação estável entre vários indivíduos por uma repetição durável do ciclo dar, receber e retribuir. A reciprocidade estando fundada, portanto, sobre esta tripla obrigação opera em prol da manutenção do laço social como fato social elementar, ou seja, neste sentido uma dívida sempre está ligada a uma contra-dívida. Assim, um

¹²⁰ Mais modernamente, cabe lembrar a título ilustrativo as experiências cooperativas de Modena na Itália e Mondragón no País Basco.

¹²¹ Sobre esta questão ver também Holton (1995, p.30).

aspecto essencial da reciprocidade é que tais transferências são indissociáveis dos laços sociais que estabelecem. Desta forma, as relações de reciprocidade jamais são relações despersonalizadas, jamais são relações estabelecidas entre anônimos, pelo contrário, os vínculos sociais estão sempre presentes em maior ou menor medida. A reciprocidade é consideravelmente facilitada pelo modelo institucional da simetria – traço freqüente da organização social dos povos sem escrita. A dualidade inscrita neste modelo enseja o surgimento de relações individualizadas e favorece a circulação de bens e serviços apesar da ausência de registros escritos; c) *o princípio da redistribuição*: trata-se de um princípio segundo o qual a produção de bens e serviços é remetida a uma autoridade que se encarrega de efetuar sua distribuição, o que supõe uma fase de armazenamento e estocagem entre o momento da recepção e da ulterior repartição. Tal processo corresponde a um modelo institucional caracterizado pela centralização, o que requer a existência de uma autoridade, bem como uma divisão do trabalho no curso de relações de poder verticalizadas entre grupos sociais distintos. Estas relações hierárquicas entre um grupo dominante com um grupo dominado se diferenciam conforme os fundamentos do poder político em questão, entretanto, quer se trate da tribo, do poder feudal ou ainda de uma burocracia estatal a redistribuição constituir-se-á sempre numa forma de incrementar o poder político dos grupos dirigentes; e, d) *o princípio da permuta*: constitui um princípio de comportamento econômico que exige um modelo institucional próprio para sua efetivação, a saber, o mercado. Por seu turno, o mercado corresponde ao local de encontro entre a oferta e a demanda de bens e serviços ao final de um ato de troca. A troca pode assumir a forma de compra e venda de mercadorias e a oferta e a demanda se ajustam através de um valor traduzido por um equivalente geral. Tal valor é reconhecido como preço e tal equivalente como moeda.¹²² Exposto desta forma, isto pode parecer um truísmo se não compreendermos o mercado como apenas uma das modalidades institucionais assumidas pelos sistemas

¹²² Cada princípio enseja um tipo, uma modalidade de organização econômica específica. Em conseqüência, segundo tal modelo teórico, os mercados constituiriam somente um dos quatro tipos de sistema econômico, sem dispor de qualquer estatuto privilegiado enquanto expressão de uma racionalidade superior (Holton, 1995, p.31).

econômicos ao longo da história. Entretanto, segundo Polanyi (1988), a dominância deste padrão institucional sobre a organização da sociedade só se consolida plenamente a partir do século XIX¹²³. Ou seja, a sociedade deve ser modelada de tal forma que permita sua regulação pelo mercado, ou noutras palavras, ao invés da economia estar embutida nas relações sociais, serão as relações sociais que estarão embutidas, encaixadas no sistema econômico.

Com efeito, os quatro princípios alinhados por Polanyi (1988) para compreender o processo através do qual os comportamentos econômicos se autonomizam das relações sociais também são úteis para iluminar a sinergia entre o mercado, o Estado e comunidade¹²⁴. Ou seja, a partir dos princípios reguladores do mercado – a permuta –, no Estado – a redistribuição – e na comunidade – a reciprocidade e a domesticidade – seria possível compreender a lógica a partir do qual se estabelece a especificidade e funcionamento de uma dinâmica em termos de práticas econômicas encaixadas na trama das relações comunitárias. Neste sentido, a reflexão de Marcel Mauss (2003a) sobre o paradigma da dádiva também pode jogar um papel determinante no sentido da compreensão das relações sociais tramadas no âmbito de uma *produção simples de mercadorias*. Ou seja, uma relação de troca que acompanha os vínculos de dependência mútua existentes entre as pessoas e os grupos. Uma relação de troca que é expressão de obrigações recíprocas a partir da equação: dar, receber e retribuir num contexto relacional onde as hierarquias são iluminadas, as lealdades confirmadas e as rivalidades postas em movimento. Nestes termos, Sahlins (1977), propõe uma tipologia das relações de reciprocidade baseada na velocidade em que se circulam os bens, na sua equivalência e nas dimensões materiais e mecânicas deste intercâmbio bastante útil empiricamente. Assim, teríamos os seguintes tipos de reciprocidade possível: a) a *reciprocidade generalizada*: se referindo a transações que podem ser classificadas como

¹²³ Contrariamente, Braudel (1998, p.195) argumenta que é possível falar da existência de mercados auto-regulados muito antes do século XIX, pois não se pode de fato falar exatamente em regulação dos preços tal como propõe Polanyi no mundo pré-industrial.

¹²⁴ Segundo Santos (1995, p.77), as três esferas operam segundo uma dinâmica de regulação social.

altruístas, ou de outra forma, como o paroxismo da solidariedade. Correspondem a transações que estão no campo de ação da ajuda efetuada e retribuída somente se possível, configurando, segundo Sahlins (1977), ideal-tipicamente a doação pura. Em sua manifestação extrema, por exemplo, nas sociabilidades primárias a expectativa de retribuição material direta é improvável, no melhor dos casos é implícita. O aspecto material da transação está reprimido pelo social, ou seja, o reconhecimento das dívidas importantes não pode ser reconhecido explicitamente, e, de modo geral, são deixadas de lado. No entanto, isto não significa que as transações efetuadas no âmbito das sociabilidades primárias não sejam capazes de produzir uma contra-obrigação. Porém, esta contra-obrigação não será estipulada tendo em vista prazos, quantidade ou qualidade: aqui, a expectativa de reciprocidade será indefinida. Assim, o tempo e o valor da reciprocidade não só dependem daquilo que o doador doou, como também do que este doador possa necessitar, do momento em que irá necessitar e do mesmo modo do que o receptor pode pagar e quando poderá fazê-lo. O fato de receber bens estabelece uma obrigação difusa de reciprocidade entre o doador e o receptor. Da maneira que uma retribuição pode ser imediata ela também pode não ocorrer jamais. Um bom indicador pragmático da reciprocidade generalizada é uma ação sustentada numa só direção: a eventual ausência de reciprocidade não fará que o doador deixe de doar, de modo que os bens não circulam, mas se movem numa direção favorecendo alguém durante um longo período; *b) a reciprocidade equilibrada*: se refere a um intercâmbio preciso de valores efetuado num curto lapso de tempo configurando-se numa forma de reciprocidade menos pessoalizada que a reciprocidade generalizada. Trata-se, portanto de uma reciprocidade regida por uma racionalidade econômica onde as partes se enfrentam com interesses sociais distintos. Assim, a dimensão material da transação torna-se tão importante quanto sua dimensão social. Um critério pragmático para aferição da reciprocidade equilibrada é incapacidade de se tolerar, de se admitir que as transações se efetuem num único sentido. Assim, é importante reter que nas reciprocidades generalizadas a corrente material, o fluxo das transações estão alicerçados nas relações sociais prevaletentes, já nas reciprocidades equilibradas as relações

sociais baseiam-se unicamente no fluxo, na circulação dos objetos materiais; e, c) a *reciprocidade negativa*: trata-se do comportamento que busca maximizar suas expectativas de ganho sem o dispêndio da devida contra-partida. A reciprocidade negativa constitui-se na forma mais impessoal de intercâmbio onde cada participante procura, a partir de um cálculo utilitário, lograr o máximo e perder o mínimo às expensas de outro. Uma forma popular assumida pela reciprocidade negativa é a prática comum de se regatear na transação de algum bem material até onde for possível. Aqui, a reciprocidade negativa presume toda sorte de engenho e astúcia, ardil e violência configurando mesmo uma moralidade pré-convencional¹²⁵.

A questão que se coloca a partir desta classificação indaga sobre a possibilidade de especificarmos as circunstâncias sociais que condicionam e estabelecem o campo de possíveis para a emergência de uma ou outra forma de reciprocidade. Segundo Sahlins (1977, p.214), o espaço social que separa, que distancia os possíveis participantes das transações concorre para condicionar a modalidade de intercâmbio. Assim, o raio de abrangência, das sociabilidades primárias exerce uma influência decisiva sobre a forma que as relações de reciprocidade virão a assumir. Neste sentido, as relações de reciprocidade inclinar-se-iam para o campo das sociabilidades primárias de acordo com a sua proximidade ou iriam para o extremo oposto de acordo com o seu distanciamento destas relações. Outras circunstâncias também podem condicionar, segundo Sahlins (1977), o formato assumido pelas relações de reciprocidade tais como as hierarquias de parentesco, a riqueza, a necessidade e o tipo de bens transacionados, mas de qualquer forma, subjaz a todas estas situações o fato de constituírem-se numa modalidade particular de intercâmbio distinta daquela praticada no mercado¹²⁶. Temos então uma disposição das relações de reciprocidade segundo um esquema concêntrico: no núcleo mais central da sociedade, o grupo primário, a forma é a da reciprocidade generalizada; indo a

¹²⁵ Uma moral do interesse calcada no cálculo utilitário do que se pode ganhar. Para mais detalhes ver Habermas (1989).

¹²⁶ Conforme Lomnitz (1997, p.204).

direção à periferia e mesmo além dos grupos secundários a reciprocidade será, primeiro, equilibrada; e, por fim, negativa.

3.2. Exclusão social, economia informal e economia popular

A noção de exclusão social é própria de uma época marcada por vários processos de dissociação social que colocam em risco as perspectivas de futuro de amplas camadas da população. Tal noção se impôs como uma espécie de conceito guarda chuva para dar conta de uma fenomenologia da miséria que grassa em várias sociedades, mormente naquelas de capitalismo periférico. Entretanto, o uso corrente deste conceito tem se prestado mais para encobrir do que revelar os vários aspectos nos quais se desdobra a questão social no início do século XXI. Para Boltanski e Chiapello (1999, p.425), a noção de exclusão designando preferencialmente as diversas formas de afastamento da esfera das relações de trabalho assalariado passa a ocupar aos poucos o lugar antes ocupado pela noção de exploração nos discursos correntes que tratam da questão social. A noção de exploração estava referida as relações entre classes sociais mediadas pelo trabalho assalariado. Não obstante, o uso do conceito de exclusão irá alterar sensivelmente a forma pela qual a questão social será representada nos seus discursos, senão vejamos: diferentemente do esquema teórico das classes sociais, no qual a explicação da miséria e do empobrecimento das classes trabalhadoras baseava-se sobre a designação de uma classe – a burguesia, os proprietários dos meios de produção – enquanto responsável por sua exploração, o esquema da exclusão torna possível identificar uma negatividade, sem que, no entanto, se permita passar a uma acusação. Pois, do modo como são colocados os termos da discussão, os excluídos não são vítimas de ninguém, mas resultado dos mecanismos autopiéticos do processo de acumulação capitalista. Assim, a exclusão pode transparecer como um destino e não como o produto das

assimetrias sociais que beneficiam certos grupos sociais em detrimentos de outros. Tal formulação da questão termina por elidir qualquer referência ao conflito, a luta, a disputa pela apropriação desigual dos resultados do trabalho, bem como a distribuição desigual de bens públicos nas sociedades capitalistas¹²⁷.

Já segundo Castel (1995), a heterogeneidade de sua utilização para identificar situações muito diversas tem contribuído para obliterar a especificidade de cada uma. Ou seja, a noção de exclusão social não possui capacidade analítica. Caracterizar algo em termos de exclusão consiste em atribuir uma predicação puramente negativa que nomeia, identifica aquilo que se constitui num déficit, sem, no entanto, especificar no que se constitui tal déficit. Pois, ao repetir a retórica da exclusão nos desembaraçamos da necessidade de analisar o que realmente produz a própria exclusão. De outra parte, descrever algo em termos de exclusão também implica na autonomização de situações limite que só adquirem sentido quando as pensamos enquanto processos. Ou seja, é como se a exclusão social se traduzisse na situação de todos aqueles cujos vínculos sociais foram rompidos ou corrompidos por formas de dominação e sujeição variadas. Tal caracterização até pode se constituir numa primeira abordagem dos problemas que motivam a investigação sociológica, porém deve-se registrar que *per si* tais situações não encerram seu significado em si mesmas. Resultam antes de diferentes processos sociais, de diferentes trajetórias que imprimem seu sentido na situação que produzem, portanto, não se trata de uma situação estanque quando nos referimos à exclusão social.

Com efeito, grande parte das situações de exclusão social revela um processo de degradação social em relação a uma situação anterior. Neste sentido, é possível identificar metaforicamente diferentes regiões ou zonas nas quais os indivíduos estão mais ou menos protegidos de processos de ruptura de vínculos e relações sociais. Pode-se pensar, por exemplo, na relação que alguém pode

¹²⁷ Para Boltanski e Chiapello (1999, p.426), o tema da exclusão esta associado antes a uma tópica do sentimento o que demanda compaixão e solidariedade para com os excluídos, do que a uma tópica da denúncia que demanda pela reparação da desigualdade social. Para os autores, tal acento irá favorecer a apropriação deste tema pelos movimentos de caráter humanitário e caritativo a partir dos anos 80.

manter com o trabalho: que pode proporcionar mais ou menos segurança, maior ou menor capacidade de um indivíduo controlar e planejar seu próprio futuro. As relações de solidariedade podem ser mais ou menos coalescentes dependendo, da mesma forma, do tipo de inscrição do indivíduo ou da posição por ele ocupada em uma dada estrutura social. Os indivíduos identificados como excluídos são justamente aqueles que ocupam a posição mais periférica desta estrutura. No entanto, os processos de reorganização econômica têm concorrido para apagar possíveis fronteiras entre as regiões ou zonas do mercado de trabalho suscetíveis de proporcionar maior estabilidade aos que nela se situassem. Os indivíduos que estão integrados nesta estrutura, que ocupam posições confortáveis neste mercado correm o risco de se tornarem vulneráveis aos imperativos da racionalidade econômica da redução do custo com a força de trabalho. Neste aspecto, as ondas de choque da racionalização surgem no centro e se propagam concentricamente em direção a periferia destes mercados de trabalho. Tais considerações sobre os usos da noção de exclusão são tributárias da advertência de Castel (1998, p.26) em relação ao emprego inadvertido deste conceito. O que procura evitar, por fim, uma visão substancializada dos processos de invalidação social a que estão submetidos os trabalhadores desempregados, bem como a percepção da exclusão social operada a partir de uma *ratio* dualista que presume uma oposição simplista entre excluídos e incluídos¹²⁸.

A persistência de um desemprego crônico (Mingione, 1998) constitui-se apenas num dos aspectos dos processos de reorganização econômica que buscam estabelecer uma nova base técnica para a acumulação capitalista. Ou seja, do ponto de vista do capital, a crise que produz esta reestruturação produtiva configura-se numa excelente oportunidade para a revitalização do sistema em seu conjunto. Ela estabelece um momento propício para que o capital se reorganize a si mesmo e assegure a continuidade de sua valorização. A crise, portanto, tal como se apresenta, constitui-se ao mesmo tempo no problema e solução para a acumulação capitalista. No limite, estaríamos regredindo às condições de gestão do trabalho assalariado presentes no século XIX. Buscando esquadriñar as

¹²⁸ Sobre isto ver também a crítica desenvolvida por Oliveira (1997, p.52-6).

variáveis que condicionam a qualidade e a quantidade do emprego da força de trabalho no capitalismo contemporâneo, Pochmann (1998), identifica cinco fatores explicativos, a saber: *a)* a implementação de políticas macroeconômicas, que influenciam o comportamento da demanda agregada – durante parte do século XX, estabeleceu-se um compromisso político entre capital, Estado e sindicatos, que presidiu nos países centrais um conjunto de políticas econômicas orientadas à garantia de pleno emprego para o conjunto da classe trabalhadora; *b)* a existência de um paradigma técnico-produtivo capaz de estabelecer as condições técnicas de utilização da força de trabalho – neste caso tivemos o fordismo, que enquanto modelo de desenvolvimento industrial jogou um papel importante na manutenção dos níveis de emprego; *c)* a proposição de políticas de bem-estar social, que ancoradas em fundos de financiamento público ou privado, estabelecem garantias mínimas aos cidadãos, condicionando o desenvolvimento econômico, à incorporação da classe trabalhadora na distribuição dos benefícios em forma de um conjunto de dispositivos de proteção social; *d)* a efetividade de sistemas de relações de trabalho, que estabelecem parâmetros para regulação do funcionamento do mercado de trabalho, definindo o grau de concorrência entre os trabalhadores ao fixar a jornada e as condições de trabalho, bem como a remuneração da mão-de-obra; e, por fim *e)* a formulação de políticas de emprego, que podem ter um âmbito nacional, regional ou setorial e buscam incidir sobre os desajustes nas ocupações e rendimentos, bem como em questões relacionadas à qualificação profissional, jornada laboral, condições e relações de trabalho. Tendo isso em conta, o emprego constituir-se-ia numa variável dependente da reação da sociedade face ao fenômeno da subutilização do trabalho. A possibilidade de se ter uma plena utilização da força de trabalho dependeria então do modo, da maneira como os cinco fatores acima elencados são articulados. Esta equação diz respeito então ao campo de possíveis do Estado no que se relaciona a sua capacidade de coordenar a economia formulando e implementando políticas de emprego.

Mas, a crise da sociedade salarial nos remete de imediato à discussão sobre os processos de precarização do trabalho e informalização do emprego nas

sociedades capitalista. Nestes termos, segundo alguns autores (Cacciamalli, 2000; Fonteneau *et alli*, 1999; Larraechea *et alii*, 2000), a noção de “setor informal” foi elaborada a partir de vários estudos desenvolvidos no âmbito do Programa Mundial de Emprego implementado pela OIT em 1969¹²⁹ e esta atrelada aos processos de modernização capitalista. Sua caracterização efetuava-se mediante o seguinte conjunto de critérios: *a*) poucas barreiras para a entrada; *b*) relação capital x trabalho pouco elevada; *c*) técnicas de produção simples; *d*) baixo nível de qualificação formal; *e*) pequena escala de produção; *f*) baixa capacidade de acumulação; *g*) propriedade familiar do empreendimento; e, *h*) participação em mercados competitivos e não regulamentados pelo Estado, dentre outros.

Desde então, o setor informal tem se constituído em objeto de inúmeras análises e políticas de desenvolvimento que buscam tanto submetê-lo à regulação Estatal, quanto estimular o seu crescimento liberto de toda e qualquer espécie de regulação. De forma esquemática, poderíamos classificar as teorias sobre o setor informal em duas grandes categorias: de um lado, as análises tradicionais do desenvolvimento econômico, e de outro, as novas abordagens da questão que colocam em tela as especificidades deste tipo de atividade econômica, bem como suas formas de organização.

Assim, ainda no âmbito das análises tradicionais é possível identificar duas grandes correntes: as análises ortodoxas inspiradas na teoria econômica neoclássica e as abordagens calcadas na corrente estruturalista. (Larraechea *et alii*, 2000; Nyssens, 1994). Dentre as análises ortodoxas, se sobressai a perspectiva proposta por De Soto (1987), que ante a caracterização negativa veiculada pela OIT – que termina assimilando informalidade à pobreza – vislumbrará na economia informal a concorrência pura e perfeita. Ou seja, o setor informal urbano¹³⁰ constituir-se-ia no *húmus* perfeito para o nascimento de uma moderna economia de mercado, que só não se desenvolveria em decorrência dos múltiplos entraves e obstáculos produzidos pelo ímpeto legiferante do Estado. De

¹²⁹ A primeira utilização do termo “setor informal” tem sido atribuída à Keith Hart nas suas missões pela OIT à Ghana e ao Kenya. A noção foi utilizada para se referir ao trabalho não assalariado observado nestes países nos relatórios elaborados por Hart para a OIT. (Fonteneau *et alii*, 1999).

¹³⁰ Algo como um capitalismo de pés descalços segundo o romantismo expresso na visão de Hernando De Soto (*apud* Portes, 1999).

modo que, a única possibilidade de manifestação do espírito empreendedor que singularizaria a natureza humana estaria situada a margem da lei e de toda sorte de regulações. Enfim, para De Soto (1987), o surgimento de uma economia subterrânea – ou setor informal – configurar-se-ia na resposta popular anteposta às rígidas regulações dos Estados latino-americanos.

Todavia, o paroxismo da visão liberal no que tange ao setor informal não conduz ao desenvolvimento capitalista como gostaria de esperar De Soto. Com efeito, segundo Portes (1999, p.32), a ausência de um marco legal estável e de um modo de regulação confiável obstaculiza senão acaba impossibilitando inversões produtivas no longo prazo. Historicamente, os mercados capitalistas não se constituem enquanto fenômenos espontâneos, mas contrariamente como instituições deliberadamente estruturadas e reguladas. Nos termos aqui utilizados, o espaço propício para os mercados capitalistas tem sido historicamente a economia formal, e não o setor informal. Não obstante, os esforços regulacionistas podem se revelar contraproducentes: isto é, a economia informal é suscetível de encerrar também o paradoxo assinalado por Lomnitz (1994), qual seja, no limite a expansão das regras e controles destinados a regular a economia informal pode conduzir a exacerbação da situação que pretende combater. Ou dito de outro modo, a economia formal pode produzir suas próprias situações de informalidade quando é levada ao extremo. Essa conclusão deve, no entanto, ser relativizada, pois é o excesso de regulações associado à incapacidade da economia formal na satisfação das necessidades da sociedade que é capaz de criar soluções e alternativas informais. Diversamente, se a economia formal é capaz de produzir e distribuir os bens e serviços necessários para todos os membros da sociedade as soluções informais tendem a reduzir-se e difundir-se menos. Trata-se aqui, portanto, de um nítido processo de subversão dos fins pelos meios, diferentemente, da postura doutrinária da teoria econômica neoclássica que supõe que qualquer interferência no livre mercado automaticamente dará lugar à informalidade. Neste sentido, Portes (1999), concluí que não são pura e simplesmente a insatisfação com as condições sócio-econômicas e com os controles estatais que geram a informalidade. Ao que tudo

indica, o surgimento em maior ou menor grau da informalidade estaria associado às capacidades, historicamente determinadas, que possuem as diferentes comunidades seja para resistir as regulações estatais, seja para delas se beneficiar. Por sua vez, segundo Portes (1999), tais capacidades estariam na dependência do fato de se no passado às condições de resposta comunitária foram fortalecidas ou solapadas no bojo das relações entre Estado e sociedade civil.

Inversamente, a corrente estruturalista – que se desenvolve, sobretudo, na América latina – insere a problemática do setor informal no contexto de uma existência interdependente de processos técnicos e de relações sociais que correspondem a diferentes estágios de desenvolvimento. Assim, o setor informal seria identificado com o segmento do mercado de trabalho menos produtivo e com as piores remunerações. Dele participariam a força de trabalho excedente excluída do setor moderno da economia. Nestes termos, conforme Cacciamalli (2000), o processo de informalização das relações de trabalho implicaria um processo de mudanças estruturais em curso na sociedade e na economia que concorreria para a redefinição das relações de produção, das formas de inserção dos trabalhadores na produção, e dos processos de trabalho. Derivam desse processo, pelo menos dois fenômenos principais, associados ao mercado de trabalho, quais sejam: a reorganização do trabalho assalariado e ao “auto-emprego”.

O primeiro estaria relacionado a reconfiguração das relações de trabalho nas formas de organização da produção e do mercado de trabalho do setor formal da economia podendo ser apreendidas através de categorias analíticas que dão conta de formas de trabalho assalariado não registrado junto aos órgãos da seguridade social. No entanto, tais relações também podem revelar contratações (legais ou consensuais) sob outras modalidades, como por exemplo, cooperativas de trabalho, empreiteiras de mão-de-obra, agências de trabalho temporário, locadoras de mão-de-obra, prestação de serviços temporários sub-reptícios sob a forma de trabalho autônomo, etc. Esses contratos não se limitariam a uma única forma de organização da produção ou do trabalho, pois estariam contemplando a

totalidade do espaço produtivo de bens e serviços. Não obstante, seriam marcados por uma característica comum, a saber: sua vulnerabilidade, ou seja, a insegurança da relação de trabalho e na percepção da renda; a ausência muitas vezes de qualquer regulamentação laboral e de proteção social, especialmente contra demissões e acidentes de trabalho; o uso flexível do trabalho (horas e múltiplas funções); e freqüentemente salários mais baixos, principalmente para os menos qualificados.

O segundo fenômeno é o auto-emprego e outras estratégias de sobrevivência desdobradas por indivíduos que, por apresentarem dificuldades de ingresso no mercado de trabalho, estariam auferindo renda através de formas de trabalho por conta própria ou em pequenos empreendimentos. De modo geral, tais indivíduos estariam inseridos em ocupações de baixa produtividade. Esse segundo fenômeno deve ser analisado a partir do espaço econômico passível de ser explorado por esses trabalhos, ou seja, pelo espaço econômico não ocupado por empresas capitalistas, e pelos critérios, que definem então o setor informal. Nunca é demais ressaltar que, dentre as características que definem o setor informal, destaca-se o fato essencial de se constituírem em formas de organização da produção que não estão fundadas no assalariamento da mão-de-obra. Assim, tendo em vista as transformações estruturais na produção e nas instituições que estão se verificando num âmbito planetário, nas regiões e localidades, o processo de informalização deve ser associado às diferentes formas de inserção do trabalho que se originam dos processos de reconfiguração das economias nos âmbitos mundial, nacional e local. É nesse sentido que, nos contornos do processo de informalização, podem ser apreendidas tanto inserções relacionadas à determinadas formas de organização da produção, quanto ao trabalho por conta própria e a empreendimentos de natureza diversa, como por exemplo, nas diferentes formas de assalariamento ilegal (Cacciamalli, 2000).

No seu conjunto, estas análises sejam elas ortodoxas ou estruturalistas, estão baseadas sobre uma determinada concepção de desenvolvimento que pode ser identificada com um processo particular de modernização. Ou seja, no mínimo a modernização calcada nos processos de industrialização verificados nos países

de capitalismo tardio. Assim, as estruturas sociais, econômicas e culturais governadas por racionalidades distintas daquela que preside a acumulação industrial serão negligenciadas nas análises sobre o setor informal. Este será tipificado como setor retardatário destinado a regredir e desaparecer sob o efeito do desenvolvimento e crescimento econômico a partir da crescente absorção de mão-de-obra pelos setores mais modernos da economia. (Fonteneau, 1999). Não obstante, várias análises têm demonstrado que mesmo nos países de capitalismo avançado têm-se observado o surgimento de novas formas de pauperização e degradação do trabalho que terminam alimentando a informalidade naqueles países¹³¹.

Desta forma, para mais além de uma discussão desdobrada sob a égide de teorias inspiradas na narrativa da modernização e mais apropriadamente nos termos de uma sociologia da informalidade ou da economia informal, caberia indagar sobre os modos e as lógicas de funcionamento dos pequenos empreendimentos econômicos situados nestes espaços refratários a qualquer tipo de marco regulador. Com efeito, a análise das especificidades de tais empreendimentos não pode ser desenvolvida sem a consideração de seu “encaixamento¹³²” em redes de relações sociais determinadas por um elenco de variáveis, tais como, redes de proximidade – de parentesco, de vizinhança –, relações de gênero, relações de dominação nas dimensões micro e macro de seu entorno, etc. A forma como estas atividades econômicas estão encaixadas num contexto de relações sociais determinadas é capaz de desempenhar uma influência determinante na mecânica das relações de poder presentes na sua lógica e estrutura de funcionamento.

¹³¹ Sobre os processos de informalização do trabalho nos países de capitalismo avançado ver Fassin (1996), Sassen (1998), Leonard (1998) e Ghezzi & Mingione (1990).

¹³² Aqui optamos por traduzir “*embeddedness*” por “encaixamento” e/ou “encaixe”. A sociologia econômica francesa utiliza majoritariamente o termo “*encastrement*”, muito embora também seja aceito o termo “*enchâssement*”. Para mais detalhes ver os trabalhos de Polanyi (1988), Granovetter (1992), Steiner (1999), Swedberg (1994; 1997) e Le Velly (2002).

Nesse sentido, vários autores¹³³ têm dado preferência ao conceito de economia popular para colocar em evidência os protagonistas da atividade econômica ao invés do uso da noção de setor informal. Procuram desta maneira, dar conta de como o encaixe da economia popular em relações sociais determinadas esclarece o seu funcionamento e formas de organização. Assim, Verhelst (*apud* Fonteneau, 1999:166), analisando o contexto africano visualiza duas formas de acumulação de capital coexistindo ao mesmo tempo: a acumulação monetária fundada no valor de troca e uma acumulação relacional fundada na reciprocidade. Os atores sociais que protagonizam tais empreendimentos econômicos investem estrategicamente tempo e dinheiro na constituição de redes de relações sociais no sentido de promover o crescimento de suas “teias sociais”. Suas atividades econômicas não obedecem apenas a lógica mercantil, mas estão embebidas num conjunto de valores que mesclam influências de culturas animistas, calcadas em tradições orais e influências islâmico-cristãs, perpassadas pelos efeitos da colonização ocidental e dos processos de uma urbanização acelerada e desenfreada. De modo que, os atores sociais desenvolvem sua ação sob o influxo de múltiplos registros culturais e segundo seu pluri-pertencimento para satisfação de suas necessidades específicas, bem como para a resolução de seus conflitos. Dessa forma, a mobilização concomitante e oportuna de diferentes registros sociais – redes de parentesco, etnia, filiação religiosa, grupo profissional, pertencimento à associações, etc. – acaba determinando e atribuindo complexidade aos mecanismos de funcionamento das redes sociais na economia informal.

No contexto Latino-americano os estudos sobre economia popular (Nyssens, 1994; Larraechea *et alii*, 2000; Razeto, 1999), também fazem emergir uma dinâmica marcadamente híbrida sustentada pelo cruzamento de uma lógica de redes sociais e de uma lógica mercantil. As redes sociais são tramadas, tecidas a partir das relações de reciprocidade estabelecidas pelos atores sociais que partilham tanto o cotidiano quanto um passado comum. Na maioria dos casos, os grupos capazes de algum empreendimento são preexistentes a própria

¹³³ Ver Nyssens (1994), Larraechea et Nyssens (2000) e Razeto (1999).

atividade econômica objetivada – como, por exemplo, empresas familiares e organizações de economia popular ancoradas em comunidades locais. Tais experiências demonstram que para o funcionamento, para a operação das atividades de economia popular são extremamente valorizados os recursos solidários derivados destas redes sociais, que de resto são também complementares tanto ao trabalho quanto ao capital investido. Nesses termos, Razeto (1999, p.40-1) compreenderá tais recursos solidários derivados da constituição destas redes sociais enquanto um fator de produção suplementar – o “fator C” – que é identificado como a sinergia resultante da cooperação e gestão conjuntas de um empreendimento econômico. Aqui, trata-se dos efeitos tangíveis em termos de eficácia e eficiência econômica produzidos pela cooperação desenvolvida nos empreendimentos de economia popular a partir de seu encaixe em redes de relações interpessoais.

Assim, se por um lado às análises sob a perspectiva da economia popular pecam pela falta de uma definição unívoca sobre o que exatamente as diferencia da economia informal, por outro lado, elas possuem o mérito de colocar em tela os atores sociais engajados na atividade econômica sem lhes negar, no entanto, sua heterogeneidade. Neste sentido, Razeto (1999, p.36-8), propõe uma grelha de análise baseada em dois critérios, a saber: o tipo de atividade efetuada e seu grau de desenvolvimento. No que tange ao primeiro critério, poder-se-ia distinguir cinco tipos de atividades: *a)* as organizações de economia popular: desenvolvem-se a partir de uma comunidade nos domínios do consumo, da produção e da distribuição de bens e serviços. Estas organizações de economia popular surgem da iniciativa de um grupo de indivíduos que buscam satisfazer suas necessidades apoiando-se na exploração de seus próprios recursos e nas práticas de *entreajuda*; *b)* as micro-empresas familiares: são caracterizadas por unidades de produção e/ou comercialização de bens e serviços de tipo familiar – ou seja, o grupo familiar ampliado empregando eventualmente pessoas de fora –; *c)* as iniciativas individuais não estabelecidas e informais: diferentemente das micro-empresas familiares elas resultam da ação e empenho individual para assegurar sua subsistência sem o recurso ou implicação direta de terceiros. Em geral, estão

situadas nos interstícios do mercado, ou seja, na prestação de serviços não contemplados pelo mercado formal; d) estratégias assistenciais: atividades de natureza filantrópica da qual se valem os indivíduos excluídos ou recalcitrantes a sua inserção nos mercados de trabalho¹³⁴; e, por fim, e) as atividades ilegais: aqui são incluídas todas aquelas atividades situadas a margem da lei, bem como das normas culturais socialmente aceitas, através das quais inúmeros indivíduos asseguram sua sobrevivência. Incluem-se aqui, desde a delinqüência de rua, a prostituição até o pequeno trafico varejista de drogas, dentre outros ilícitos.

Considerando a dimensão assumida por cada uma dessas alternativas na resolução dos problemas econômicos, bem como sua estabilidade e permanência no tempo, ou ainda a importância atribuída pelos atores sociais na satisfação de suas necessidades básicas à alternativa escolhida, poder-se-ia definir, segundo Razeto (1999, p.37-8), em conformidade com o segundo critério três níveis de desenvolvimento: a) estratégias de sobrevivência: correspondem as atividades consideradas como transitórias, pontuais ou de urgência e possibilita somente a satisfação das necessidades básicas para assegurar a sobrevivência do indivíduo em termos fisiológicos – estados de subnutrição, inanição, condições de moradia insalubres, etc. –; b) estratégias de subsistência: trata-se de atividades que possuem uma maior estabilidade no tempo e que asseguram a satisfação das necessidades básicas, porém são suscetíveis à intermitência não permitindo que sejam assimiladas como uma opção permanente; e, c) estratégias de crescimento: correspondem as atividades através das quais os indivíduos a partir da cooperação e participação autônoma num empreendimento entrevêm alguma possibilidade de acumulação permitindo a melhoria de suas condições de existência. O emprego da noção de estratégia desdobrado num gradiente de

¹³⁴ Lembramos aqui, seguindo a Lenhardt & Offe (1984), que o processo de desenvolvimento capitalista caracteriza-se por uma permanente mobilização e desorganização das condições de uso da força de trabalho. Para destacar o significado disto, basta assinalar um aspecto deste processo: a dissolução dos antigos ofícios e formas tradicionais de subsistência combinada à introdução de novas tecnologias no processo de trabalho, pode acabar gerando uma postura bastante recalcitrante da força de trabalho para se adaptar à reorganização das condições materiais de valorização do capital. No limite, isso pode conduzir os trabalhadores engolfados por tais processos à situações dramáticas de exclusão e marginalização social.

reflexividade indica a possibilidade dos indivíduos dominarem suas perspectivas de futuro convertendo-se em atores sociais, em sujeitos de sua própria existência.

3.3. A outra economia

Os processos de mundialização da economia, aludidos anteriormente, produziram uma nova paisagem econômica onde o desemprego, a precarização e a informalização do trabalho colocaram em xeque a coesão social das sociedades engolfadas por tais processos. Assim, face ao agravamento da crise social produzida pela reorganização produtiva, Favreau (1999, p.247; 2000, p.130-5) assinala o surgimento de processos de mobilização social se articulando nas economias centrais no hemisfério norte, que através de noções, tais como desenvolvimento local e comunitário e economia solidária acabam ocupando os interstícios situados entre a sociedade civil, o Estado e o mercado¹³⁵. A seu modo, o mesmo fenômeno também se verifica nos países do hemisfério sul: num cenário propício à expansão e crescimento da economia informal surgem iniciativas patrocinadas por movimentos sociais, sindicatos, organizações não-governamentais, intendências e governos municipais, que partindo de uma miríade de experiências diversas fundadas na idéia de empreendimentos autogeridos e auto-sustentáveis economicamente estabelecem as bases para uma renovação do associativismo e do cooperativismo, que de resto passam a constituir não só os primeiros embriões para a conformação de uma economia solidária, mas também a criação de um espaço inédito para a inovação social (Favreau, 1999, p.250).

O tratamento dos empreendimentos econômico-populares em termos de economia solidária pode estabelecer uma clivagem em relação às atividades

¹³⁵ Da mesma forma, Lévesque *et alii* (1999, p.196), também destaca que o surgimento de inúmeras iniciativas de caráter associativista e cooperativista a partir dos anos 70 está associado à crise do compromisso fordista.

econômicas embebidas demasiadamente na trama das sociabilidades primárias. Fenômeno reativo à dimensão assumida pelos processos de exclusão social em diversos quadrantes, a economia solidária emerge como uma nebulosa de iniciativas, estratégias e projetos de reinserção socioeconômica suscetíveis de catalisar inúmeros atores sociais – que vão desde organizações não-governamentais, organizações econômicas populares, chegando até o aparelho de Estado. Difusa e plural, a economia solidária constitui-se num universo compósito, heterogêneo e segmentário fruto da convergência e influxo de um conjunto de tradições políticas e religiosas, implicando, pois numa renovação do cooperativismo e do associativismo. Nestes termos, a economia solidária configura-se antes num *dever ser* do que a expressão orgânica de uma realidade concreta. Não obstante, é possível visualizar no horizonte das experiências de reinserção socioeconômica a conformação de uma ampla rede de empreendimentos cuja malha se estende no leito escavado por organizações da sociedade civil e pelas políticas sociais implementadas pelo Estado¹³⁶. De forma genérica, Laville (1999, p.127), define a economia solidária como o conjunto de atividades e iniciativas, cujo concurso contribui para democratizar a economia a partir do engajamento efetivo dos cidadãos. Mas, como uma espécie de economia plural, a economia solidária poderia ser percebida como o resultado de sua articulação com a sociedade civil no sentido de reencaixar – *réencastrer* – a economia no âmbito de um projeto global de integração social e cultural das camadas excluídas da população.

Não obstante, antes de continuarmos, cabe aqui uma breve digressão conceitual acerca de algumas noções que podem apresentar uma acentuada imbricação e intersecção, mas que, no entanto não devem ser confundidas, pois alguns autores não estabelecem uma distinção conceitual nítida sobre o fenômeno do surgimento de um novo associativismo em vários quadrantes vinculado aos processos de desfiliação social. Assim, tem-se uma terminologia que vai desde a

¹³⁶ Neste sentido, há uma inflexão da noção de “economia solidária” para designar um conjunto de políticas compensatórias implementadas pelo Estado em suas diferentes esferas, bem como por ONG’s com intuito de mitigar os efeitos perversos dos processos de invalidação social produzidos por um desemprego de caráter estrutural.

noção “terceiro setor”, empregada, sobretudo nos Estados Unidos, economia popular, que já discutimos, utilizada por alguns autores debruçados sobre a realidade latino-americana (Razeto, 1999; Nyssens, 1994) e economia solidária, em voga na América latina – especialmente no Brasil – e na Europa (Singer, 1998; Gaiger, 1999, 2000; Tiriba, 2000; Laville, 2000; Defourny, 1999, p.13). Para os efeitos da exposição que segue, poder-se-ia mesmo estabelecer um *continuum* a partir de uma possível imbricação entre as noções de terceiro setor e economia solidária. Entretanto, os conceitos podem carregar consigo determinadas inflexões ideológicas que cabe esclarecer. Assim, antes de discutirmos as condições de possibilidade da economia popular e solidária se faz necessário uma discussão conceitual sobre o conceito de terceiro setor, dado que no seu universo heterogêneo e por vezes calidoscópico também se observa uma dimensão socioeconômica no escopo de atuação de algumas entidades e associações que dele fariam parte¹³⁷.

Desenvolvido originariamente por autores norte-americanos (Salamon *et alii*, 1999), a utilização da noção “terceiro setor”¹³⁸ pressupõe uma abordagem

¹³⁷ Mais especificamente, estamos nos referindo ao trabalho desenvolvido nos EUA pelas *Community Development Corporations*. Ou seja, trata-se de organizações sem fins lucrativos regidas por princípios democráticos constituídas nos anos 60 através da participação de moradores de bairros para o desenvolvimento econômico de sua comunidade. Mais especificamente, tais organizações têm centrado sua intervenção em projetos de renovação e revitalização urbana de espaços degradados e na formação profissional e ulterior inserção econômica de indivíduos atingidos pela exclusão social. Para mais detalhes ver Favreau (2000:105-128). No Brasil também várias organizações não-governamentais elegem o universo da economia popular enquanto espaço preferencial para o desenvolvimento de seus projetos, seja através da ações de assessoria e consultoria à constituição de cooperativas, seja através da promoção de cursos de formação em cooperativismo.

¹³⁸ A proposição do termo *terceiro setor* é atribuída a John D. Rockefeller 3rd. num texto publicado em 1978 para contemplar aquelas instituições que não tinham fins lucrativos e também não pertenciam ao Estado (Oliveira, Miguel D. O protagonismo dos cidadãos e de suas organizações: um fenômeno recente, massivo e global. Extraído da internet: http://idac.rits.org.br/protag/idac_protag_1.html em 11/07/2000). Autores como Smith (*apud* Jerez e Revilla, 1997, p.30), propõem que se pode falar até de quatro ou cinco setores: o terceiro setor circunscreveria o espaço doméstico ou as relações de solidariedade fundadas nos laços afetivos (relações de parentesco ou de amizade). Por conseqüência, a solidariedade que surge em organizações sendo de caráter impessoal constituiria um quarto setor. E, se no setor voluntário se opera uma distinção entre organizações de caráter assistencial e organizações de auto-ajuda se poderia propor a existência de um quinto setor. Todavia, segundo Lipietz (2001, p.15), se nos reportarmos à distinção clássica operada por Colin Clark para visualizar o conjunto da atividade econômica – setores primário, secundário e terciário – o terceiro setor poderia estar reunindo as

“ordinal”, na qual a sociedade é dividida em regiões, campos ou setores de atuação. O referente empírico do conceito pode ser localizado na larga tradição comunitarista norte-americana cujas origens estão associadas a uma cultura política expressa através do voluntariado, do associativismo e de uma intensa atividade filantrópica desenvolvida por uma gama variada de organizações religiosas. Nos anos 60, tal engajamento comunitário ganhou novos contornos através da estratégia de apoderamento das comunidades locais desfavorecidas inspirada, em grande medida, pelo movimento dos direitos civis da população afro-americana que reivindicava sua integração social naquele país. (Favreau, 2000). No Brasil, tal recorte não só vem conquistando crescente legitimidade no âmbito dos setores mais organizados da sociedade civil, mas também vem sendo aceito nas ciências sociais para tipificar a nova modalidade de associativismo não-governamental (Fernandes, 1994; Scherer-Warren, 1999; Gohn, 2000; Coelho, 2000). Na mesma medida, tal recorte ao estabelecer âmbitos de ação distintos e estritos para o Estado e para o mercado, define por exclusão as competências do chamado terceiro setor.

Assim, o primeiro setor seria constituído pelo Estado¹³⁹, cuja ação seria legitimada e organizada no âmbito de um arcabouço legal definido por representantes do povo eleitos democraticamente. Aqui, os partidos políticos também integrariam o primeiro setor, pois o escopo de sua ação estaria voltado à conquista do poder de Estado. O primeiro setor regularia minimamente a atividade econômica – impedindo a formação de monopólios – e implementaria políticas públicas de caráter universal. O mercado, constituindo então o segundo setor compreenderia as organizações econômicas que desenvolvem suas atividades objetivando o lucro – a valorização dos capitais investidos – e seria orientado a partir de uma racionalidade econômica regulada pelo critério da eficácia que busca maximizar ganhos e minimizar custos. Por fim, segundo Jerez

condições para transformar-se no setor quaternário da economia. Sobre essa última possibilidade ver também Laville (2001, p.69).

¹³⁹ Segundo Coelho (2000, p.19), a maior parte dos autores norte-americanos considera o mercado como o primeiro setor e o governo como o segundo, dado que o mercado teria se constituído historicamente antes do Estado. Não obstante, dado a proeminência exercida pelo Estado nas sociedades latino-americanas optamos por defini-lo enquanto primeiro setor.

e Revilla (1997, p.30), não há consenso no tocante a definição do terceiro setor, o que contribui para conferir ao conceito uma grande amplitude: existem desde concepções – em sua maioria de origem norte-americana – que o restringem àquilo que está instituído em termos de associações formalmente registradas, até concepções de autores latino-americanos, que compreendem um amplo espectro associativo contemplando diferentes graus de sociabilidade comunitária dispersas nas redes de relações informais destas sociedades. Com esta amplitude, o conceito de terceiro setor contemplaria cinco grandes grupos numa primeira classificação: a) As formas tradicionais de entre-ajuda constituídas tanto pelas organizações religiosas e de caridade, como pelas redes comunitárias de âmbito local; b) Movimentos sociais para a reivindicação de bens materiais ou simbólicos; c) Associativismo civil, como, por exemplo, associações de bairro, clubes de mães, associações desportivas, culturais ou de lazer; d) Organizações não-governamentais propriamente ditas organizadas em torno de pautas específicas, tais como instituições de fomento à economia popular ou bancos populares; e, e) Fundações e centros de pesquisa em grande parte vinculados à educação.

Porém, ante a genealogia da noção de terceiro setor e ao contexto de sua utilização é difícil não perceber um claro acento liberal numa concepção que pressupõe a partir de uma abordagem ordinal uma visão estrita do que deve ser a atribuição de cada setor. Ademais, tal noção também se coaduna com a substituição por organizações não-governamentais das funções tradicionalmente exercidas pelo Estado¹⁴⁰. Poderíamos mesmo admitir o surgimento de uma nova forma de regulação estatal na prestação de serviços públicos a partir do momento em que organizações do terceiro setor passam a protagonizar tais funções segundo uma lógica concorrencial: ou seja, tais organizações mediante contratos firmados com agências reguladoras prestariam serviços públicos em substituição às instituições estatais. Tais serviços seriam avaliados por uma clientela e os contratos, bem como sua remuneração pagos em função da satisfação dos clientes. Diante de um Estado Providência que teria se tornado disfuncional e oneroso e com a necessidade de manter equilibradas as contas públicas, teríamos

¹⁴⁰ Ver Colozzi e Bassi (1996).

o esboço de uma regulação flexível e a instituição de novos mercados. Nestes termos, a concretizar tal quadro, estaríamos confrontados além do afastamento do Estado da questão social com uma inevitável precarização no tocante a qualidade dos serviços prestados.¹⁴¹

De modo alternativo à noção de terceiro setor, preferimos utilizar a noção de sociedade civil organizada a partir da definição de alguns critérios que possam nos permitir circunscrever melhor esse universo tão variado das organizações não-governamentais que conformam uma esfera pública não-Estatal. Desta maneira, Avritzer (1997) chama a atenção para necessidade de se garantir um *status* público para as associações não-governamentais, pois as mesmas ainda não possuem legitimidade suficiente para que sua intervenção no âmbito das políticas sociais, coadjuvando o Estado, não seja objeto de questionamento político. Noutras palavras, falta às organizações não-governamentais, salvo algumas exceções¹⁴², uma existência racional-legal capaz de garantir um *status* efetivamente público à sua ação. Assim, são propostos alguns critérios que contribuem não só para proporcionar maior legitimidade às associações não-governamentais, mas também para assegurar univocidade ao conceito de terceiro setor. Com efeito, uma associação, organização, entidade ou Fundação seria parte de uma esfera pública não-Estatal caso contemplasse os seguintes critérios: a) livre admissão na associação, ou seja, inexistência de limitações de raça/etnia, de gênero, de renda ou de religião para a participação e/ou filiação a uma determinada associação; b) formas democráticas de organização interna, incluindo a possibilidade de participação em todos os cargos do organograma da organização via eleição, bem como a transparência do processo de tomada de decisões e da administração financeira; c) inexistência do lucro como objetivo; e, d) formas públicas de relacionamento com o Estado e com as organizações

¹⁴¹ Não podemos confundir as ONG's surgidas no bojo dos movimentos sócias com o intuito de assessorá-lo com as ONG's que surgem muitas vezes a partir de iniciativas empresariais e que buscam desenvolver políticas sociais de caráter puramente compensatório. Gohn (2000, p.81), identifica estas novas formas de engajamento através do voluntariado por associacionismo ao invés de associativismo.

¹⁴² Tais como algumas Fundações, Centros de Pesquisa e Universidades.

econômicas pertencentes ao mercado. Essas condições permitiriam o estabelecimento de critérios públicos capazes de distinguir as organizações com interesses universalizantes de outras formas de representação de interesses particularistas – privados –, que reivindicam para si um estatuto público.

Com efeito, a emergência no seio da classe trabalhadora de uma variedade de experiências autogestionárias organizadas em torno do princípio da solidariedade termina por definir novos contornos para a sociedade civil, principalmente no que tange a setores marginalizados que sem tradição e cultura política associativa passam a se organizar. Tal fato tem se constituído numa novidade em termos da mobilização e participação política de parcelas da população segregadas econômica e politicamente. Por um lado, tais experiências revelam uma inusitada capacidade de ação política reivindicando o reconhecimento de direitos e mesmo o questionamento de sua condição de subcidadania, por outro, implicam numa recomposição dos vínculos sociais para além da rede das sociabilidades primárias.

Aqui, a solidariedade não é invocada a partir de um projeto de cunho filantrópico e caritativo desempenhando uma função paliativa face à eventual demissão Estatal em relação às políticas públicas de emprego¹⁴³. Mas, concordando com Lavelle (1999), ela emana de uma miríade de ações coletivas que programaticamente buscam instaurar novas formas de regulação das relações sociais no âmbito local em termos de uma sociabilidade democrática que aos poucos instaura novos valores e princípios éticos que transcendem a eticidade concreta do grupo primário. Exemplo disto são as lutas por reconhecimento e por respeito à dignidade dos catadores de lixo, pela preservação da natureza através da reciclagem do lixo, as campanhas promovidas por gama variada de organizações não-governamentais criticando a exacerbada assimetria das relações econômicas entre Norte-Sul¹⁴⁴ sob a consigna de “um comércio justo,

¹⁴³ Sobre a polissemia da noção de solidariedade ver Lavelle (2001, p.85-6).

¹⁴⁴ Para citar algumas: Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos – ATTAC –, *Friends of the Earth*, *People’s Global Action* – AGP –, *Global Exchange*, *Alliance pour un Monde Responsable et Solidaire*, *Via Campesina*, *International Cooperation for Development*

ecologicamente sustentável, culturalmente digno e socialmente eqüitativo”. No mesmo sentido, surgem também sistemas de crédito solidário – os bancos do povo¹⁴⁵ – com a finalidade de impulsionar os empreendimentos populares no âmbito da economia solidária. Outras iniciativas também são reveladoras do sentido assumido pela economia solidária: estamos nos referindo ao estabelecimento de novos mercados através da constituição de LETS – *Local Employment and Trading System* –, ou seja, a articulação de produtores e consumidores de bens e serviços com vista ao intercâmbio recíproco através do crédito mútuo (Bowring, 1998; Jacquier, 1999; Singer, 1998). Assim, segundo Laville (1999, p.135), se tais atividades acabam configurando uma sociabilidade distinta da prevalente nas redes de parentesco, amizade e vizinhança, é porque estabelecem sua inscrição num espaço público fundado a partir de solidariedades voluntárias e de relações de igualdade entre seus membros. Ou seja, o acesso de tais coletivos à esfera pública acaba reforçando sua identidade cívica na esfera privada.

Assim, consolidando o que discutimos até aqui sobre as experiências e práticas de economia solidária poderíamos ter uma aproximação mais unívoca do conceito. Desta forma, como bem assinala Gaiger (2000b), estaríamos lidando com um fenômeno que apresenta as seguintes características: a) contempla um conjunto de atividades econômicas que surgem como alternativas para um grande número de indivíduos expulsos ou mesmo que nunca chegaram a estar inseridos no mercado formal de trabalho. Tais atividades representam uma renovação do cooperativismo, pois encarnam uma recuperação dos ideais associativistas e mutualistas do movimento operário do século XIX¹⁴⁶. Em sua grande maioria, essas experiências estão estribadas na economia familiar dos setores populares, da qual se constituem numa extensão e onde encontram primariamente seu

and Solidarity, etc. Segundo as estimativas disponíveis as organizações perfiladas sob a consigna de um “comércio eqüitativo” somavam 550 associações de produtores espalhadas em 44 países e envolvendo cerca de 5 milhões de pessoas no hemisfério Sul. (Laville, 1999, p.129).

¹⁴⁵ O crédito solidário foi implementado pioneiramente em Bangladesh por Mohamad Yunus através do *Grameen Bank*. Para mais detalhes ver Jacquier (1999).

¹⁴⁶ Ver também Laville (2000, p.24-9).

substrato e funcionalidade; b) Pela forma como se desenvolve, tais experiências compreendem apenas uma parcela da economia popular dado que nesta grassam os mais diferentes arranjos (informais, ilícitos, etc.), bem como princípios morais de natureza utilitarista obedecendo à lógica da necessidade. Neste sentido, a economia popular se cinge à garantia pura e simples da subsistência marcada pela incerteza e operando segundo uma *ratio* que prima pela satisfação das necessidades básicas mais imediatas sem a previsão do planejamento e controle sobre o futuro. Nestes termos, não há muito espaço nem cogitação para o cálculo de suas perspectivas de acumulação de capital a médio e longo prazos. Diversamente, as cooperativas surgidas no bojo dos processos de reestruturação econômica da década de 90 perseguem a eficácia e eficiência de seus empreendimentos econômicos a partir da cooperação e efetiva participação democrática de todos os seus membros na autogestão. Assim, a viabilidade financeira do empreendimento, bem como o planejamento e a definição de estratégias de mercado se estabelecem como condição para a superação da mera subsistência e garantia da sustentabilidade econômica; e, c) Por fim, as experiências de economia solidária englobam um conjunto diverso de iniciativas econômicas surgidas, mormente durante a década de 90 que inclui desde bancos cooperativos, redes de comércio e moeda social, até uma variedade enorme de cooperativas e associações que através do desenvolvimento de uma atividade econômica autogerida e auto-sustentável buscam constituir-se em atores sociais portadores ao mesmo tempo de uma crítica global à sociedade capitalista e de um projeto cultural vertebrado pela idéia da possibilidade de uma produção de bens e serviços eqüitativamente justa e ecologicamente sustentável, bem como de trocas justas entre os países de capitalismo avançado e os países em desenvolvimento¹⁴⁷. A institucionalização das experiências de autogestão segundo parâmetros racional-legais, conforme a proposição de Avritzer (1997) para a delimitação de seu universo empírico, pode ser visualizada no quadro a seguir:

¹⁴⁷ Conforme também Bowring (1998), Mance (1999) e Brown et Adam (1999).

Quadro comparativo das disposições legais que caracterizam as cooperativas e associações no Brasil:

Cooperativa	Associação
Definição técnica normativa	
Sociedade civil/comercial sem fins lucrativos cuja finalidade é desenvolver e desenvolver atividades de consumo, produção, crédito, prestação de serviços e comercialização de acordo com os interesses dos participantes e cooperantes.	Sociedade civil sem fins lucrativos cuja finalidade é defender os interesses dos cidadãos associados, buscando estimular a melhoria técnica, profissional e social dos associados.
Condições legais	
Sua atuação está assegurada na Constituição (artigo 5º, incisos XVII a XXI, e artigo 174º, § 2º), no Código Civil e na Lei 5.764/71 (Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto-Lei 5.452/43).	Sua ação está assegurada pela Constituição (artigo 5º, incisos XVII a XXI, artigo 174º, § 2º), no Código Civil.
Formação, patrimônio e capital social	
Só poderá formar-se tendo um mínimo de 20 pessoas. Seu patrimônio será constituído por quotas partes ou pode ser formado por doações, empréstimos e/ou outros processos de capitalização. A disponibilidade de capital social facilita o financiamento junto às instituições financeiras.	Pode formar-se tendo no mínimo 2 pessoas. Seu patrimônio será formado por taxas pagas pelos associados, por doações, fundos e reservas. Como não possui capital social, a inexistência do mesmo dificulta a obtenção de financiamento junto às instituições financeiras e órgãos de fomento.
Representação	
Enquanto organização pode representar seus associados em ações coletivas do seu interesse.	Os associados também podem ser representados em ações coletivas pela associação. Politicamente são representadas por federações e confederações.

Participação, processos deliberativos e escopo de atuação	
<p>Quem decide são as assembleias de sócios, onde cada pessoa representa um voto. O escopo de atuação se restringe aos objetivos da cooperativa.</p>	<p>As decisões são tomadas na assembleia geral, onde cada pessoa tem direito a um voto. Seu escopo de atuação limita-se aos objetivos da associação e são de inteira responsabilidade de seus associados.</p>
Responsabilidades	
<p>Os resultados financeiros assim como as dívidas são responsabilidades dos associados. Sua divisão é realizada conforme de negócios dos associados. Existe ainda a destinação compulsória de 10% para os fundos de reserva e 5% para os fundos educacionais. Os dirigentes são remunerados mediante retiradas mensais – pro labore –, cujo valor é definido pelas assembleias.</p>	<p>Os dirigentes da associação não tem direito à remuneração pelo exercício desta função, porém podem receber reembolsos pelas despesas realizadas relativamente ao cargo que ocupam. Assim, sua remuneração deverá ter origem nas atividades desempenhadas conjuntamente com os outros associados. As possíveis sobras das atividades econômicas realizadas pela associação não são divididas entre os sócios, mas aplicadas na própria associação.</p>
Tributação	
<p>As cooperativas não recolhem imposto de renda sobre suas operações financeiras com os associados, porém ele deve haver imposto recolhido na fonte sobre as operações realizadas com terceiros, bem como pagar taxas e impostos decorrentes de sua atividade econômica.</p>	<p>As associações devem fazer anualmente uma declaração de isenção dos imposto de renda.</p>
Dissolução	
<p>É definida em assembleia geral ou mediante processo judicial. Neste caso é nomeado um liquidante.</p>	<p>É definida pela assembleia geral ou mediante intervenção judicial realizada por representante do ministério público.</p>

Fonte: Albuquerque (2003, p.17-19).

4. A gramática da ação nas cooperativas de produção

Introdução:

A chamada crise da sociedade salarial, que se evidencia de forma nítida na reestruturação econômica e nos processos de reorganização e flexibilização das condições de uso da força de trabalho que acometeram a economia mundial, mormente na última década do século XX¹⁴⁸, tem engendrado estratégias defensivas por parte dos sindicatos e da classe trabalhadora no sentido da preservação de suas condições materiais de subsistência. Tais estratégias têm se configurado na constituição de cooperativas como alternativa para assegurar o trabalho e a geração de renda para o contingente de trabalhadores engolfados por esses processos de reorganização das bases de acumulação capitalista.

Por seu turno, a formação de cooperativas de trabalhadores também reaviva no imaginário dos movimentos sociais da classe trabalhadora as virtualidades emancipatórias do cooperativismo. Tal potencialidade chega mesmo a ensejar uma controvérsia teórica¹⁴⁹ sobre as possibilidades concretas das cooperativas se constituírem num avanço efetivo em termos da democratização do trabalho e autonomia dos trabalhadores a partir da eliminação das antigas hierarquias que caracterizavam a gestão das empresas em questão e da criação de novas solidariedades operárias. De outra parte, a possibilidade do trabalho

¹⁴⁸ Deixando um saldo marcado por inúmeras falências e concordatas de empresas situadas nos setores menos dinâmicos da economia, pela precarização das condições de emprego e pelo surgimento de uma população economicamente sem condições de “empregabilidade” segundo os novos parâmetros de produtividade e competitividade da economia mundializada. Ver Pochmann (2001).

¹⁴⁹ Tal controvérsia remonta aos debates levados a cabo no seio do movimento socialista no século XIX sobre as potencialidades emancipatórias do trabalho autogestionário no âmbito das cooperativas de produção. O paradigma do cooperativismo contemporâneo se constituiu a partir da experiência das cooperativas de trabalhadores que surgiram na Inglaterra no ano de 1844 em Rochdale, nas proximidades de Manchester. Para mais detalhes desta discussão, ver Santos & Rodríguez (2002) e Lima (2004).

autogestionário também é vista como uma contrafação democrática, como mais um item da panóplia patronal para flexibilizar e reduzir os custos da mão-de-obra. Todavia, cremos que tal controvérsia é no mínimo pouco frutífera do ponto de vista da compreensão das relações sociais tramadas nestas formas de organização social do trabalho. Inversamente, preferimos indagar em que medida as cooperativas de trabalhadores investigadas se conformam em laboratórios de experimentação e inovação social tendo em vista novos padrões de sociabilidade distintos daqueles que caracterizam as relações de poder nas empresas capitalistas tradicionais. E porque não vislumbrar também, para além de velhas polêmicas em odres novos, o surgimento de novos processos de transformação gradual, suscetíveis de estabelecer enclaves alternativos de solidariedade no próprio seio do capitalismo, segundo mesmo os termos utilizados por Santos *et alii* (2002, p.30).

Face aos processos de dessocialização que se revelam no horizonte de um desemprego estrutural, a participação numa cooperativa pode se configurar numa alternativa concreta para a geração não somente de trabalho e renda, mas também para constituir relações de solidariedade mais efetivas, pois, devem-se mesmo questionar as solidariedades fabris características da sociedade salarial. Para Gorz (2004), o vínculo social que se estabelece entre os trabalhadores no âmbito das relações de trabalho assalariadas tem se caracterizado antes por sua fragilidade do que pela densidade das relações de solidariedade. Principalmente se considerarmos as novas estratégias empresariais de gestão da força de trabalho que tendem a precarizar mais e mais as relações de trabalho. De forma concreta, os trabalhadores se deparam com um cenário marcado pela permanência de situações mais precárias de emprego que se abatem sobre o contingente majoritário, desqualificado e instável da classe trabalhadora. Compelidos a aceitação de relações de subcontratação, baixos salários e a longas jornadas laborais, os trabalhadores são absorvidos por um processo de racionalização assentado na segmentação e na flexibilização das condições de uso de sua força de trabalho. Não estamos tratando aqui, apenas de relações trabalhistas que se precarizam, mas também da alteração da própria base técnica

de produção a partir da implementação de novas tecnologias organizacionais¹⁵⁰, que concorre para transformação de cada operário no princípio de sua própria sujeição, no âmbito de uma organização do trabalho que individualiza os controles e engendra a interiorização das prescrições de uma produção em fluxo tenso. Sob tais condições o vínculo que surge atrela os trabalhadores nas relações sociais de produção enquanto meras engrenagens do processo de produção capitalista. Em tal situação, o pertencimento possível deriva mais de um vínculo empregatício impessoal e precário e de uma homogeneização das condições de trabalho, que aos poucos cede lugar para formas de inserção laboral cada vez mais heterogêneas, do que de um emprego estável para a vida.

Numa época em que as divisões e estratificações societárias deixaram de ser representadas a partir da oposição entre aqueles que estão acima e aqueles que estão abaixo passando a ser pensadas a partir daqueles que estão dentro e daqueles que estão fora¹⁵¹, os temas da inclusão e integração social e das relações de solidariedade ganham projeção e legitimação social. Nestes termos, a perspectiva de se ter um trabalho será cada vez mais percebida, segundo a expressão de Castel (1998, p.24), como um suporte privilegiado de inscrição dos indivíduos na estrutura social. Contudo, o trabalho está deixando de ser uma fonte de coesão social, na medida que o desemprego crônico evidencia o aumento do déficit de “lugares” passíveis de serem ocupados nesta estrutura social. Os lugares, que consubstanciados em empregos implicavam numa utilidade social e reconhecimento público (Castel, 1998, p.529). Assim, se aos poucos, vislumbramos o enfraquecimento dos vínculos e sociabilidades derivadas do trabalho assalariado, do trabalho como mercadoria, resta indagar sobre o tipo de solidariedade engendrada nas cooperativas de produção que surgem no bojo de

¹⁵⁰ Inspiradas nos métodos japoneses de organização do trabalho e da produção tal como o *just-in-time/kan-ban*.

¹⁵¹ Trata-se antes de uma representação corrente do senso comum, entretanto, sociologicamente não podemos conceber algo como que fora do social. Podemos, isto sim, admitir aqueles que se encontram dentro e aqueles que se encontram fora de determinados mercados de trabalho, ou seja, tratam-se de situações nas quais são ocupadas posições diferentes em relação à existência de possíveis privilégios estatutários decorrentes, por exemplo, de qualificações e competências profissionais bastante específicas, mas, porém de modo algum se configuram em universos separados.

uma crise marcada por processos de dessocialização e invalidação social que acompanham um desemprego de caráter estrutural.

No que segue, iremos focar duas cooperativas de produção procurando analisar num primeiro momento a configuração das lógicas de ação que se estabelecem nestas empresas autogestionárias. Ou de modo mais específico: iremos analisar o tipo de relações de solidariedade; a gramática dos conflitos sociais dos trabalhadores em cooperativas de produção; e, por fim, a construção da identidade dos trabalhadores associados nas cooperativas de produção. Trata-se de organizações formadas voluntariamente, articuladas em torno de propósitos comuns definidos através de procedimentos democráticos de organização interna, tendo como premissa a possibilidade de participação de todos os membros em todos os cargos da estrutura associativa mediante eleições, bem como a publicidade de todo processo deliberativo e de gestão patrimonial.

4.1. Apresentação das cooperativas

O processo que resultou na constituição da cooperativa A teve início com a crise que se abateu sobre a metalúrgica Vogg na segunda metade da década de 90 do século passado. Confrontados com a insolvência da metalúrgica – fundada em 1947 e que no seu apogeu chegou a empregar em torno de 500 trabalhadores –, no final de 2000, após quatro meses de paralisação para receber salários atrasados, um grupo de 103 trabalhadores assumiu a fábrica mediante a constituição de uma cooperativa como solução ao litígio trabalhista entre os antigos proprietários e os trabalhadores. Ao invés de obterem os créditos relativos aos seus direitos trabalhistas, os trabalhadores obtiveram na audiência na Justiça do Trabalho a possibilidade de gerir a unidade produtiva. Neste processo, o Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas exerceu um papel preponderante no apoio

à criação da cooperativa A, pois desde o início da mobilização, principalmente através de trabalhadores da empresa que faziam parte da direção do sindicato, esteve a frente das negociações com os antigos proprietários da empresa e com a Justiça do Trabalho envidando esforços através de seus advogados para a formalização da cooperativa, bem como, para a gestão da massa falida junto ao Tribunal Regional do Trabalho¹⁵². O papel do Sindicato foi determinante não só na proposição da alternativa de constituição de uma cooperativa para evitar a desapareção dos postos de trabalho, mas também na manutenção da mobilização e concomitante convencimento e persuasão dos trabalhadores de que esta era a melhor opção ante o simples fechamento da empresa e conseqüente perda do emprego. Na época em que realizamos as entrevistas, entre agosto e setembro de 2003, a cooperativa contava com um efetivo de 130 associados e preparava-se para uma auditoria com vistas à obtenção do certificado ISO 9000 critério exigido para a participação dos editais de compra de equipamentos dos fornecedores de empresas como a Petrobrás. No curto prazo, através da obtenção deste tipo de certificado de fabricação de equipamentos submetidos a padrões de qualidade e desempenhos estritos, a Cooperativa A buscava ampliar sua carteira de clientes e no longo prazo adquirir o terreno arrendado onde se encontra instalada a fábrica. Situada na cidade de Canoas¹⁵³ a cooperativa A atua no ramo metal-mecânico, produzindo bens de capital para a indústria petroquímica, siderúrgica, química, de geração de energia elétrica e construção civil. Dentre os equipamentos que produz destacam-se os de caldeiraria pesada, torres de transmissão e geração de energia elétrica, vasos de pressão pra celulose, petroquímica, refinaria, estruturas metálicas, etc.

O processo que culminou na criação da cooperativa B guarda semelhanças com aquele do qual originou-se a cooperativa A, como de resto com muitas das cooperativas surgidas na última década¹⁵⁴. Seus primeiros passos foram dados a

¹⁵² De modo que a cooperativa A constituiu-se na primeira cooperativa do país a ser formalizada no âmbito de uma instância da Justiça do Trabalho.

¹⁵³ Região Metropolitana de Porto Alegre.

¹⁵⁴ Conforme Valle (2002).

partir de meados da década de 90 quando a Companhia Geral de Indústrias, fundada em 1914, começou a manifestar os primeiros sinais da crise que culminou com a decretação de sua falência em outubro de 2001. A partir do momento que os trabalhadores tomaram conhecimento da situação pré-falimentar da empresa, que chegou no seu apogeu a empregar em torno de 2200 trabalhadores, deflagrou-se uma intensa mobilização por parte dos trabalhadores empregados na antiga Companhia Geral de Indústrias com o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Porto Alegre para constituir a cooperativa, o que acabou ocorrendo em março de 2002. Durante este período, o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos, a exemplo do que ocorreu com a cooperativa A, também foi decisivo para criação da cooperativa, mormente através da influência exercida pelo sindicato sobre os trabalhadores da empresa. Nesta época a antiga Geral contava então com um efetivo de 650 trabalhadores. Quando foram realizadas as entrevistas, entre junho e agosto de 2003, a cooperativa possuía um efetivo de 230 trabalhadores e atualmente ela ocupa a massa falida da antiga Companhia Geral de Indústrias localizada na cidade de Guaíba na região metropolitana de Porto Alegre. A gama de produtos fabricados pela cooperativa B distribui-se entre fogões a lenha e a gás, aquecedores de água e fundição de ferro e sua escala de produção pode atingir a capacidade produtiva mensal de 5000 fogões a lenha e 6000 a gás, 2000 aquecedores de água e fundição 300 toneladas de ferro. A transformação da antiga empresa em cooperativa embora tenha produzido alterações profundas no tocante à revisão das hierarquias que sustentavam a estrutura de poder na empresa, não chegou a modificar a divisão da fábrica nos setores através dos quais seus produtos são produzidos. Assim, a linha de produção da cooperativa B se subdivide entre os seguintes setores: matrizaria, pintura, esmaltaria, estamperia, preparação, linha de montagem e fundição. Em 2003 a cooperativa estabelecia como objetivos imediatos, de um lado a obtenção do selo do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro para a viabilização da produção de fogões a gás, de modo de incrementar sua linha de produtos, bem como sua carteira de clientes, e de outro a obtenção de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social -

BNDES para capital de giro, aquisição de matérias primas e modernização tecnológica. No longo prazo, seu propósito é a compra de parte do terreno onde está instalada na cidade de Guaíba¹⁵⁵.

4.2. A configuração das lógicas da ação

Em grande medida a ação social pode ser percebida a partir de um princípio de integração social traduzido em termos de interiorização do social. Da mesma forma a identidade também é forjada no curso de processos de socialização primária que dão a medida da adesão subjetiva a expectativas sociais que são atualizadas constantemente nos processos de interação social. Tais experiências estão de tal forma amalgamadas subjetivamente que chegam a configurar uma espécie de segunda “natureza”. Como já visto anteriormente, para Dubet (1996), a integração social constitui-se numa das lógicas da ação a ser gerida pelos atores no âmbito de sua experiência social. Aqui, como em Thompson (1987, p.10), será através de sua experiência que o indivíduo irá se impregnar das tradições, hábitos, costumes, valores e moralidade referentes ao seu universo. Mas, o termo interiorização, talvez seja demasiado forte para expressar, dar conta do fato de que não se trata apenas de absorção, mas também de invenção e um processo no qual são reelaborados os significados de valores culturais presentes na trama diária das relações sociais. O modo pelo qual tal experiência é apropriada culturalmente pelos trabalhadores concorreria para o autor, para configurar aquilo que poderíamos definir como consciência de

¹⁵⁵ Mais recentemente, em agosto de 2004, a cooperativa A associou-se à cooperativa B e mais duas outras cooperativas de produção, uma de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais e outra de Criciúma, Santa Catarina para a constituição da Rede Nacional de Cooperação Industrial S.A. – RENACI, cujo propósito será aumentar a competitividade das cooperativas para a produção de vagões ferroviários para o mercado nacional. (Gazeta Mercantil, 26/08/2004, p.15).

classe¹⁵⁶. Por seu turno, a conformação da identidade dos trabalhadores contribui também para a constituição de relações de solidariedade, cuja função será cimentar os laços do grupo social. E a percepção de tais relações pelos trabalhadores será mais intensa nos períodos de crise. Os seguintes depoimentos expressam a consciência dos trabalhadores acerca da solidariedade de classe:

“Nós fizemos arrecadação na nossa categoria de alimentos; várias vezes, levar alimentação, levar caminhão de alimento lá pra distribuir pros funcionários ali. Que era uma forma também de no mínimo a gente garantir um grupo de pessoas pra gente ir discutindo ali. E a questão da solidariedade, acho que isso foi importante, porque toda nossa categoria comentava um processo de cooperativa que a gente tava organizando ali. Eu costumo dizer,...foi uma das coisas boas que eu fiz na minha vida no movimento sindical foi aquilo ali...” (Dirigente sindical, 50 a. – Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas)

“É por isso que eu penso, o peão tem mais solidariedade porque ele é um lutador, um sofredor. É, aquela pessoa que só quer ajudar, só quer trabalhar, nada mais. Olha eu duvido que tenha mais solidariedade; já deu pesquisa e eu concordei com a pesquisa, a solidariedade tá na parte mais pobre da população...” (Membro da direção da cooperativa A, 53 a.)

E a consistência destes vínculos sociais poderá ser percebida a partir de diferentes tipos de relações de solidariedade, as quais poderão ser caracterizadas pela preponderância de uma forma de solidariedade sobre as demais. Assim, teríamos a seguinte tipologia: a solidariedade funcional, a solidariedade contratual, a solidariedade serial e a solidariedade fusional. Partindo de uma rápida recapitulação destas noções, lembramos que a solidariedade funcional é definida a partir do conceito durkheimiano de solidariedade orgânica: ou seja, as relações de uma solidariedade derivam da diferenciação e complementaridade de funções

¹⁵⁶ Sem o peso, portanto de qualquer viés historicista, tal como se pode encontrar nas formulações clássicas deste conceito como, por exemplo, em Lukács (1974) quando opera com as noções de classe-em-si e classe-para-si.

desempenhadas no interior de um grupo social integrado a partir da divisão social do trabalho. A solidariedade contratual esta relacionada a um cálculo racional de que a associação se configura na estratégia mais adequada para a concretização de objetivos individuais e coletivos o que é suscetível de produzir a aliança, o acordo, o contrato coletivo. A solidariedade serial constitui-se a partir da possibilidade de justaposição e substituição de todos os membros de um grupo. Eles constituem uma série e sua união e coesão são heterônomas, ou seja, dependem menos da identidade forjada no seio do grupo do que de sua crença em uma autoridade cuja dominação pode ser tradicional, carismática ou racional-legal. Por fim, a solidariedade fusional está baseada essencialmente na ação de um grupo em fusão legitimado por uma ética da convicção. Aqui, a solidariedade fusional se diferencia da solidariedade serial: sua coesão não terá como fiador alguma das formas de dominação que cimentam a solidariedade serial, mas será assegurada por um projeto totalizador. Em conseqüência, quando os objetivos do grupo são alcançados, os vínculos sociais inspirados na ética da convicção irão se degradar sendo então substituídas por um outro tipo de solidariedade se o grupo perdurar. Para Bajoit (1992), as relações sociais resultam da trama destes quatro tipos de solidariedade entrelaçados, entretanto, conforme proporções variadas de cada tipo de solidariedade segundo o contexto social e as circunstâncias que envolvem a organização.

Mas, a identidade dos atores também deve ser percebida a partir dos recursos mobilizados no curso das interações sociais, pois como observa Bourdieu, o habitus não se constitui somente num sistema de disposições estruturado e estruturante a partir do qual o indivíduo interioriza o exterior e exterioriza o interior, mas é também um capital utilizado enquanto recurso que possibilita a persecução de interesses e a definição de estratégias na medida em que os atores elejam seus fins. Para citar apenas mais um exemplo, mas noutra perspectiva teórica, nos reportamos ainda ao modelo de ação dramática de Goffman (1985), cuja racionalidade também está assentada num paradigma de

ação teleológica quando os atores mobilizam seus recursos identitários nas relações sociais em que estão envolvidos¹⁵⁷.

Assim, em termos da racionalidade estratégica dos atores em relação a sua adesão a uma organização ou grupo social estaremos nos apoiando, na exposição que segue, em Bajoit (1992, p.145). Desta forma, de modo ilustrativo, podemos configurar a seguinte tipologia no que tange a racionalidade dos atores ante sua adesão a uma cooperativa de produção. Com efeito, a primeira opção que surge em relação a uma cooperativa pode ser definida enquanto um compromisso¹⁵⁸, como um engajamento em relação ao projeto de formação das cooperativas. Trata-se de uma opção caracterizada pelo envolvimento ativo em relação aos valores e mesmo a um eventual projeto ideológico subjacente à constituição das cooperativas. Trata-se ainda de vínculos que unindo os trabalhadores às cooperativas forjam uma identidade e mesmo uma ligação emocional a este projeto. De modo geral, o compromisso firmado tacitamente decorre daqueles trabalhadores que ao longo de sua trajetória profissional tiveram algum tipo de participação sindical. Podemos incluir também nesta categoria aqueles trabalhadores que desde o primeiro momento estiveram à frente das mobilizações que culminaram na criação das cooperativas. Há, por fim, aqueles trabalhadores cujo compromisso e participação na cooperativa envolve sua família passando a assumir quase o caráter de uma herança a ser transmitida ao filho escolhido para ocupar seu lugar. Assim, um exemplo característico da postura em relação às cooperativas que presume um compromisso ativo pode ser visualizado na seguinte fala de um trabalhador:

‘No tempo que se trabalhava com patrão você saía de casa sem um compromisso, não tava nem aí; e hoje você sai de casa com um **compromisso**, com responsabilidade. O trabalho aqui é mais artesanal cada um faz o seu trabalho e não pode fazer outro que não vai saber fazer. Se o presidente conscientizar todos os sócios da responsabilidade

¹⁵⁷ Para uma abordagem crítica do modelo de ação dramaturgica ver Habermas (1987, p.131-136).

¹⁵⁸ Segundo Goffman (1996, p.148), a participação numa organização implica de partida compromisso e adesão.

que ele tem, o resultado vai ser melhor pra qualquer empresa não só pra cooperativa. Se houver um comprometimento de todos, você vai ver um ajudando o outro e isso a gente ainda não tem. Alguns já entenderam... O problema que sendo velho demais é ruim de botar na cabeça e o novo é mais rebelde, não tá nem aí, então você tem que pegar um pessoal de fora pra dar um curso que aí eles aprendem.”
(Associado, 54 a. – Cooperativa A)

A segunda possibilidade de ação estratégica em relação as cooperativas pode ser definida em termos de protesto, Aqui, temos a situação de quem aderiu e se comprometeu inicialmente com a formação da cooperativa, mas que, no entanto, demonstra uma postura crítica em relação aos rumos tomados posteriormente pela cooperativa, bem como pela forma como ela bem sendo gerida pela direção. Existe, portanto, um certo descontentamento em relação aos dirigentes e sua crítica é dirigida às opções, às escolhas assumidas e suas possíveis conseqüências em termos do futuro da própria cooperativa. A protestação pode questionar até a própria legitimidade dos trabalhadores que ocupam os cargos de direção da cooperativa buscando promover mudanças para que desta forma a cooperativa volte a conciliar meios e fins segundo este tipo de avaliação. Aquele que protesta não rompeu ainda com o projeto da cooperativa, mas busca antes redefinir seus rumos. De modo geral, as posturas de protestação são marcadas pelo seguinte discurso:

*“A cooperativa surgiu de um projeto político muito bem articulado e que sensibilizou muitos setores da sociedade, pois isso aqui foi quase exemplar E aí se articulou todo esse processo e até começar a cooperativa eu diria que foi quase um sucesso, **a grande dificuldade da cooperativa foi daí pra frente, ou seja, ao invés de ter um projeto visando muito mais à viabilidade de um aspecto técnico e econômico, a cooperativa não saiu daquela fase anterior a sua abertura, ela continuou política, etcetera e tal, subestimando isso aí. Ao invés da obrigatoriedade de saltar de um momento político-social para um técnico-econômico com rapidez, inteligência e clarividência, nós não saímos; então hoje se enfrentam muitos problemas por causa disso***

aí. Por exemplo, a maior dificuldade que nós temos aqui foi a elaboração de um planejamento financeiro de caráter técnico-econômico, ela não teve isso até agora. Porque isso possibilitaria um controle de alavancagem de recursos disponíveis e de produção. Tudo deveria ser alavancado pela viabilidade da cooperativa, porque esses programas de cultura, de recursos humanos, isso tudo acaba depois sendo de certa maneira resolvido com certa naturalidade...”
(Associado, 58 a. – Cooperativa B)

A terceira possibilidade, presente desde o início, é diametralmente oposta à cooperação e ao compromisso e pode ser definida como uma estratégia unilateral de defecção, como um abandono em relação ao projeto da cooperativa. Neste caso, a adoção desta alternativa teria implicado na saída e na recusa a participação da cooperativa. Mas, ante esta possibilidade extrema e considerando o campo de possíveis relativo as opções de inserção social existe ainda uma quarta possibilidade que se evidencia numa atitude resignação. Trata-se de uma postura inversa a protestação, pois ao mesmo tempo em que traduz uma certa apatia em relação à cooperativa, procura tirar algum proveito da situação, extrair alguma vantagem antes de optar pela defecção. Neste sentido, esta postura pode ser definida como um pragmatismo na medida em que o ator não adere e não se identifica mais com os objetivos da organização. Ele antes “explora o sistema” se furtando, se subtraindo ao comprometimento com as questões coletivas. Tal atitude se revela de forma explícita na seguinte fala:

“Eu estou aqui, primeiro porque foi a única porta que me abriram. Tem três circunstâncias que tu não consegue emprego: falta de experiência, que era meu caso, falta de escolaridade e se não for essa, é pela idade. Eu caí nessa pela experiência. Eu estou aqui não por obrigação, mas eu penso que aqui não é meu chão. Eu estou estudando, me preparando porque também vou enfrentar o que enfrentei aqui: falta de experiência. Então, quando estiver em certo semestre, tchau. É só pra pegar experiência.” (Associado, 28 a. – Cooperativa A)

Sem embargo, a racionalidade estratégica também está presente no registro da ação coletiva. Neste aspecto, competem entre si na explicação das ações coletivas e dos movimentos sociais diversas abordagens teóricas¹⁵⁹. Não obstante, a partir de Touraine (1973), partimos da premissa que ator é formado essencialmente pelo conflito e pelo reconhecimento daquilo que está em jogo. Assim, conjugando os princípios de *identidade*, *oposição* e *totalidade* poderemos ter, ideal-tipicamente, a medida da reflexividade dos atores. Trata-se antes de uma análise combinatória a partir da qual poderemos nos deparar com um ator social desde sua mais acabada expressão configurada num movimento social quando, por exemplo, os três princípios estão presentes, o que, porém pode corresponder também a visão demasiado idealizada do que viria a ser um movimento social, até a ação coletiva no seu estado mais incipiente. Não obstante, a correlação de tais princípios é ainda muito útil para a análise de outras configurações da ação coletiva em termos de projeto. Ou seja, a combinação de tais princípios entre si é capaz de esclarecer não somente os diferentes níveis de reflexividade e coordenação da ação coletiva, mas também pode definir os contornos assumidos pela lógica da subjetivação.

Pois, os atores não se resumem apenas aos seus pertencimentos nem aos seus interesses. No registro da subjetivação, os atores podem se definir como sujeitos a partir da reelaboração das representações de si que lhes são propostas pelo social. Tal processo não resulta de uma representação ancorada numa definição ontológica de como deva se constituir o sujeito, mas antes dos processos de socialização e construção identitária no curso de suas trajetórias individuais confrontados com os conflitos e ante a alteridade de sua situação de classe. Aqui, reiteramos que os atores só são reconhecidos enquanto tais na medida em que se constituem em termos de projeto, ou seja, controlando sua experiência vivida e tendo como perspectiva a possibilidade de sua transformação. No caso de nosso objeto de investigação iremos encontrar a ação coletiva desenvolvida no segundo nível de projeto, ou seja, onde os elementos da tríade

¹⁵⁹ Extrapola os limites da presente argumentação uma exposição das várias correntes teóricas que se debruçam sobre a análise da ação coletiva. Para tanto, ver Gohn (1997), especialmente os capítulos II e III.

identidade, oposição e totalidade estarão correlacionados aos pares. Bem entendido, estamos operando aqui quando nos referimos às cooperativas e mesmo as associações¹⁶⁰, ao nível do sistema organizacional. Não se trata, portanto, de uma ação coletiva que irá inflectir ao nível da historicidade buscando estabelecer algum tipo de hegemonia a partir do controle das grandes orientações societárias, mas antes de uma modalidade de ação coletiva encetada por organizações, tais como as cooperativas de produção ou ainda as associações, cujo escopo máximo de intervenção será o sistema institucional e político. De modo geral, sua ação buscará, neste aspecto, o reconhecimento social e político de um lado, através da proposição e alteração de dispositivos legais que visam desimpedir a organização dos trabalhadores em cooperativas e associações, e de outro, através da definição de políticas públicas consubstanciadas na obtenção de, por exemplo, de linhas de financiamento junto a organismos financeiros governamentais, em políticas de desenvolvimento nos termos de uma economia solidária ou ainda na definição de políticas de reciclagem de resíduos sólidos¹⁶¹. Mais especificamente, a ação desenvolvida pelas cooperativas de produção implica também num movimento político mais amplo, no qual os sindicatos revisam suas estratégias ante os processos de reestruturação econômica e estabelecem ações defensivas para evitar o desaparecimento de postos de trabalho com a simples liquidação judicial de empresas em situação falimentar. Voltaremos a esta questão mais adiante.

Mas, porque diagnosticamos que as cooperativas de produção se encontram no segundo nível de projeto? Porque os trabalhadores das cooperativas de produção são capazes de afirmar sua identidade, ou seja, têm consciência e orgulho daquilo que são da mesma forma que sabem pelo que lutam e se mobilizam, configurando sua ação, desta forma, a partir também do segundo elemento do par combinatório, qual seja, o princípio de oposição. Constituem desta forma forças de reivindicação cujo móbil principal é a preservação do trabalho ou de, modo geral, uma luta pela preservação de sua

¹⁶⁰ Que iremos tratar no capítulo 5.

¹⁶¹ No caso específico das associações de catadores de lixo.

dignidade enquanto trabalhadores.¹⁶² É claro que neste processo de construção identitária persistem muitas ambivalências caracterizadas pelo nível de comprometimento dos trabalhadores com o empreendimento, com a sua identificação com os valores que balizam a nova forma de regulação das relações sociais no âmbito da cooperativa e, por fim, com a ruptura de sua auto-imagem enquanto trabalhador assalariado e a constituição de uma nova representação de si como cooperado.

A definição das lógicas da ação que estamos configurando nos registros da integração e pertencimento social, da ação estratégica e da subjetivação pode ser visualizada sinteticamente na figura abaixo:



¹⁶² Tal diagnóstico expressa antes um tipo-ideal. Poderemos encontrar ainda em muitas situações apenas a conformação da identidade, ou seja, os trabalhadores são capazes de definir o que são, mas não contra quem ou contra o quê eles se batem e nem aquilo que é capaz de legitimar sua ação. O que os configuraria então apenas como grupos de pressão.

4.2.1. Entre a solidariedade funcional e a solidariedade contratual

O trabalho pode ser percebido de várias formas¹⁶³. De imediato, podemos abordá-lo a partir de cinco registros possíveis, quais sejam: como categoria epistemológica, antropológica, econômica, jurídica e sociológica. Como categoria epistemológica, o trabalho revela sua dimensão cognitiva materializada no agir instrumental através de produção de coisas e objetos manufaturados. Tal modo de intervenção é passível de refutação e verificação empírica mediante a avaliação de seu êxito ou fracasso¹⁶⁴; como categoria antropológica, o trabalho desempenhou um papel fundamental nos processos de constituição da espécie, pois através dele o homem ao transformar a natureza transforma-se a si mesmo; como categoria econômica o trabalho se constitui em meio para produção de riqueza e utilidades sociais; como categoria jurídica o trabalho se constitui em suporte de direitos que configuram estatutos, cujo não reconhecimento é passível de demandas e litígios judiciais; como categoria sociológica o trabalho se configura sociologicamente, como possibilidade de reconhecimento social e fonte de solidariedade. Pode-se mesmo afirmar que a identificação de uma sociedade do trabalho, a despeito de uma possível visão substancializada do social que tal assertiva possa encerrar, se constitui quase que num truísmo sociológico.

Mas, há que se considerar aqui as solidariedades que derivam do universo fabril que estabeleceram as condições de possibilidade mínimas para que os trabalhadores se convertem num ator coletivo, condição para a mobilização em torno dos processos de conquista de direitos trabalhistas. Estes implicam no reconhecimento social de um estatuto e mesmo de um tipo específico de cidadania social relativa ao mundo do trabalho. Ao mesmo tempo o trabalho

¹⁶³ O termo está carregado de significações morais e religiosas: enquanto castigo pelo pecado original; como meio de redenção para a salvação eterna; como instrumento de moralização. Sua etimologia remonta, segundo algumas versões, ao vocábulo latino *tripalium* que, de instrumento de trabalho utilizado pelos camponeses na antiguidade foi convertido pelos romanos num instrumento de tortura (Le Petit Larousse, 2001).

¹⁶⁴ Para maiores detalhes sobre o modelo da ação dramaturgica, ver Habermas (1982, p,45-59).

também é reconhecido como instância de produção coletiva, como resultado de uma práxis coletiva que transcende a particularidade dos trabalhos realizados por indivíduos concretos. Tal reconhecimento associa-se, por outro lado, a conceptualização do trabalho enquanto trabalho abstrato, ou seja, como o reconhecimento da atividade laboral como trabalho em geral independentemente das formas particulares que assume. Para além de sua conversão em mercadoria, a conceptualização do trabalho enquanto trabalho abstrato também concorre para que o trabalho surja como uma atividade pública coletiva fazendo com que o trabalhador ocupe, através dos seus organismos de representação o espaço público. O reconhecimento no âmbito das relações sociais de produção também conforma identidades, o que também produz as variantes de solidariedade resultantes de uma divisão social do trabalho. Tal categoria desempenha, desta maneira, um papel central na organização da existência individual. Nestes termos, o trabalho pode implicar em um certo tipo de coerção moral, num dever ser, numa relação social plena de obrigações recíprocas que terminam solidarizando os grupos sociais.

Entretanto, as relações de trabalho assalariadas engendram um vínculo social caracterizado pelo disciplinamento do trabalho fabril a partir do alheamento dos trabalhadores em relação aos meios de produção. Desta forma, o possível compromisso moral em relação ao trabalho que deveria constituir-se num dever ser dos trabalhadores em cooperativas de produção recentemente formadas parece conter uma certa dissonância moral, ou seja, o engajamento de alguns trabalhadores em relação à cooperativa parece guardar alguns resquícios que ainda reportam a ação dos trabalhadores ao passado do trabalho servil e disciplinado que obedecia à lógica da utilidade econômica, a partir da qual adquiriria seu significado. Tal é o sentido que podemos depreender na fala de uma trabalhadora das cooperativas investigadas:

“Eu torno a te dizer que o pessoal tá um pouco perdido então os que sabem mais vão passando pra outros, mas a intenção é que todos cresçam juntos. A cooperativa é muito boa porque tu tem um certo... tu tem que ter consciência que tu

tem um horário a cumprir como numa empresa normal, pois se você não vir vão precisar de você, tu vai fazer falta não tem quem te substitua, então tu tem que ser o mais pontual possível...ela meio que se mistura com uma empresa normal, só que tu tens mais livre acesso, digamos assim que tu é um pouquinho dono, e como todo dono de negócio tem que tá sempre em cima. Então, eu adorei, acho muito interessante, eu já trabalhei em empresa privada e... até trago um pouco da privada pra cá, porque antigamente tava um pouquinho bagunçado, mas tu tem mais...tu não precisa estar todo tempo prestando conta mas tu tem que ser consciente do que tu faz porque mais tarde aquilo pode vir a te prejudicar e quem tá na tua volta, então assim fica mais fácil de você trabalhar.” (Associada, 36 a. - Cooperativa B)

Com efeito, o senso de obrigação e uma moral do compromisso parecem diluir-se quando em confronto com a cultura de trabalhador assalariado interiorizada muitas vezes ao longo de uma trajetória profissional que alcança a aposentadoria de vários trabalhadores associados às cooperativas. O senso da hierarquia está fixado, gravado na história e na experiência de trabalhadores que encontram dificuldade no processo de readaptação a nova estrutura de relações surgida com a conversão da empresa em cooperativa. Ao mesmo tempo, o sentimento de desconfiança de alguns trabalhadores habituados a um tipo de sociabilidade caracterizado por uma reciprocidade negativa¹⁶⁵ os impede de perceber a possibilidade de um outro tipo de sociabilidade pautado por relações de reciprocidade não regidas pela troca impessoal. Ou seja, numa situação marcada pela predominância de uma reciprocidade negativa o indivíduo busca de um lado maximizar, incrementar suas expectativas de ganho, e de outro minimizar seus custos eventuais. Trata-se de uma forma impessoal de intercâmbio característica das relações de trabalho assalariadas, nas quais a prevalência do cálculo utilitário é capaz no limite de configurar uma moral calcada preponderantemente no interesse. Tal situação pode ser ilustrada na fala de um diretor da cooperativa A:

¹⁶⁵ Ver Sahlins (1977).

*“Então tem limites e as pessoas não aceitam os limites. Ainda tem pessoas que vivem no modelo antigo, de que o chefe é o chefe, fulano é o fulano e assim por diante, eu faço a minha; não pode ser assim. Então essa é uma diferença grande que tem que é a mudança de comportamento das pessoas, as pessoas têm que aceitar e entender o processo, não adianta, eu aceitei tranqüilo, mas sai dali não entendi nada, mas tu só entendeu, tu não aceitou o processo, tu não conseguiu assimilar a diferença que tem da antiga empresa pro atual modelo. Então o atual modelo é bom, mas você tem que sair atrás, tem que buscar alternativas, tem que ter conhecimentos, tem que buscar; em primeiro lugar, a confiança do colega, do sócio, tu tem que ter confiança, tu tem que ter certeza e tem que ter garantia do negócio. Garantia do negócio é o grupo organizado. Então hoje em dia é difícil organizar o grupo, ele se torna muito difícil porque você vê, nós começamos no primeiro ano com 1 milhão e meio; o faturamento, já no segundo ano; 5 milhões, então teve um crescente só que aí gera uma desconfiança das pessoas não acreditar no processo e nas pessoas que tão. Então esse processo ele é cruel; ele é lento e cruel porque você tem que tá toda hora mostrando pras pessoas de que você é honesto, de que você aderiu; vestiu mesmo a camiseta da sua empresa e a gente tem que passar por isso, nós temos que ter; a gente que tá na ponta da direção da cooperativa tem que passar por várias coisas, tem que entender as pessoas, tem que entender o efeito que o modelo causa às pessoas. **Primeiro; a desconfiança; tem que romper com isso, tem que começar a buscar formas de acabar com esse tipo de desconfiança que não tem ninguém roubando, segundo; tem que tá, as pessoas tem que tá já preparadas pro dia do amanhã; porque hoje nós temos 5 milhões, amanhã nós podemos ter 10 milhões como podemos ter 1 milhão, como podemos ter nada; então isso tem que gerar... É um arco-íris onde as cores se juntam ali e dão aquele belo exemplo de unificação das cores, então nós temos que pensar assim; de que nós temos que tá unificado e preparado pra entender o processo todo. Então esse é um trabalho que nós temos começando a desenvolver com as pessoas; já temos desenvolvendo, como é orçado um equipamento, quantas horas tem pra terminar, se passou da tal hora orçada é prejuízo, se for menos já é lucro...”***

“o cooperativado ele tem que ser cooperativado internamente; no dia-a-dia nosso aqui, e lá fora. Lá fora ele tem que falar conectado com nós aqui dentro, falar bem da

Cooperativa, a família dele em que tá ciente, tem que tá feliz também por ter conseguido se engajar nesse processo porque o processo é rico; ele é muito rico. Num país onde tem esse desemprego enorme; você ter oportunidade de lutar pelo seu dia-a-dia; seu ganha-pão é privilégio hoje, hoje a gente pode dizer que nós estamos sendo privilegiados hoje com isso. Então o trabalhador, ele tem esse momento de reflexão de que tem momentos de que tá bom, tem momentos que já não tá legal, quando não tá legal que já tão metendo a mão. Então esse é o grande desafio nosso; é o grande problema que nós achamos até hoje, a gente conseguiu; lá no meio da base mesmo a gente conseguiu identificar ele. Que as pessoas não confiam nas pessoas ainda, (...) nós estamos hoje com 95% já equilibrado nesse processo aí de grau de confiança...” (Presidente da cooperativa A, 48 a.)

Mas, as relações de solidariedade se estabelecem e permanecem ao longo do tempo juntamente com mecanismos de controle social que irão variar segundo a preponderância deste ou daquele vínculo de solidariedade. Assim, nas cooperativas investigadas, dadas suas características relativamente à forma de organização do trabalho, dos processos produtivos e das competências e qualificações requeridas nos deparamos com uma preponderância das relações de solidariedade funcional e contratual em detrimento das solidariedades serial e fusional. Muito embora, a reorganização de alguns processos de trabalho a partir do rearranjo dos fluxos e das cadeias produtivas pelo menos numa das cooperativas investigadas tenha passado a demandar uma certa polivalência dos trabalhadores no sentido de se engajarem nas diferentes fases do processo de produção, não podemos falar propriamente de uma justaposição e possibilidade de intercambialidade de funções no âmbito da divisão social do trabalho operada na cooperativa, o que, por conseqüência não nos permite conceber a predominância de alguma solidariedade de tipo serial. Na mesma medida, embora se possa admitir que a mobilização dos trabalhadores no processo de lutas que culminou na criação das cooperativas tenha engendrado alguma ética da convicção, forjando neste instante, um grupo em fusão – circunscrito, porém, a uma pequena parcela de trabalhadores mais engajados no sindicato da categoria

durante –, não podemos também conceber a persistência para além daquele período de efervescência política de uma solidariedade de tipo fusional. Superado este momento inicial, a solidariedade fusional logo cede lugar a outras formas de solidariedade.

Assim, nas cooperativas de produção a trama dos vínculos sociais será assegurada primeiro pela predominância das relações de solidariedade funcional, cujo controle normativo exercido reciprocamente por todos trabalhadores da cooperativa estará calçado tacitamente num compromisso moral em relação à produção e a organização do trabalho. As obrigações que derivam deste comprometimento para com o coletivo de trabalhadores podem ser visualizadas na fala de vários trabalhadores de ambas cooperativas:

“... nós temos que ganhar na produção, e ganhar na produção é a base da organização. É que todos tem que fazer sua parte. Eu sempre digo assim, que o soldador ele não pode ser só o soldador hoje. Hoje, nesse modelo ele não pode ser só o soldador. Soldador, além dele soldar, ele tem que tá reunido nos grupos, nas equipes deles, dando idéia, vendo qual é a melhor forma, vendo qual é a melhor forma de posicionar seu equipamento, como é que vai ser feito, tão gastando aqui, tão deixando eletrodo muito grande, quê que tão fazendo. Ele tem que deixar de ser só soldador, ele tem que ser o cara responsável também e buscar pra ele o compromisso de que ele faz parte do processo; ele vai responder também se não sair na hora certa, desde o ajudante; ajudante também tem que ter todo esse comportamento e esse diferencial, por isso que eu digo assim; ele não pode ser só o ajudante, ele vai ter que ser o cara que vai sentar no grupo e vai discutir a forma melhor que ele acha também de que a encomenda vai sair na hora certa..” (Presidente da cooperativa A, 48 a.)

“Trabalhar em cooperativa é outra coisa. Tem gente que numa firma estabelecida, trabalha mais lento. Se terminou a peça hoje, terminou, senão termina amanhã. Na cooperativa não, quanto mais rápido, melhor. Nós temos que trabalhar dessa forma.” (Associado, 57 a. – Cooperativa A)

“tem o encarregado que a função dele é distribuir o serviço. Claro que é que nem o encarregado de outra firma, porque tem que ter; porque daí eu não vou poder sair lá do meu serviço pra ir procurar algum desenho enquanto que tem o encarregado ali. Então quer dizer que é tudo como função, tem o Membro da direção da cooperativa A, 53a. lá que é o João; a função dele é caminhar aí e acertar negócio de serviço e essas reunião com os outros sindicatos e outras coisa, então isso aí é com ele; que é a parte do Presidente, então a função dele é essa. E o financeiro é o que lida com o dinheiro, daí tem que resolver tudo, que é o que passa mais trabalho realmente é esse. E o (...) que é o que pega todos os serviços, que tem bastante conhecimento em todo Brasil e até internacional; ele é que pega o serviço. Então cada um tem a sua função...”(Associado, 53 a. – Cooperativa A)

“...aqui nós vencemos só na união. No começo, quando a gente queria começar a montar a cooperativa, como tinha dificuldade. Tinha que deixar de lado, até colocar na mente das pessoas o que é uma cooperativa, como é que a gente ia fazer, o que a gente ia vencer, porque o povo é assim: quando nós trabalhamos numa firma privada a nossa visão é fechada, não conseguimos ver lá na frente. Hoje nós já vemos tudo. Eu já vejo coisa melhor na frente. Quando nós tivermos o ISO na mão nós vamos disputar com empresas grandes, porque nós temos capacidade, nós temos profissionais, nós estamos bem no mercado por causa da empresa. Só não podemos pegar diretamente na concorrência por causa do ISO... Aqui não tem décimo-terceiro, se eu vou pra rua eu vou sem nada. Mas numa empresa talvez eu não ganhe o que eu ganho aqui. Aqui eu tenho 15 dias de férias, tenho participação de lucro, nunca aconteceu, mas pode acontecer de dar R\$ 3.000,00. Tu perde de um lado mas ganha de outro. Numa empresa não, ninguém te respeita, tem que baixar a cabeça e trabalhar. Aqui não. Tu quer ir no banheiro, ninguém fica te incomodando. Hoje a minha visão abriu. Quando eu era do sindicato, a gente fazia muita reunião pra abrir a cooperativa, eu sentava com ele e não tinha uma fé muito grande. Hoje eu participo das coisas, há futuro pra mim. É por isso que eu aposto na cooperativa.” (Associado, 42 a. – Cooperativa A).

Mas, a consciência das obrigações recíprocas entre os trabalhadores das cooperativas que cimentam suas relações de solidariedade confere também um

novo sentido ao trabalho que decorre não somente da interdependência derivada das especializações e diferenciações funcionais, mas também do senso de um projeto comum endossado pelos trabalhadores na sua adesão à cooperativa. Tal é o que podemos depreender dos depoimentos que seguem:

Claro. Eu sou soldador, mas se não tiver solda pra mim, não vou ficar de braços cruzados, eu vou ajudar outra pessoa. Antes, soldador era soldador e tá acabado. Hoje não, faz uma coisa, faz outra, ajuda o colega.” (Associado, 42 a. – Cooperativa A)

“Cooperativa é ajudar um ao outro, e não dizer que não porque a tua função é outra. E um procura ajudar o outro. Por quê tirar o couro só de daquele? Um ajuda o outro, é assim que funciona.” (Associada, 34 a. - Cooperativa B)

“Sinceramente, me sinto assim, digamos, mais responsável até do que antes... É porque antes tinha que chegar, bater o cartão e ir trabalhar, e os outros decidirem por ti, e chegava tal mês, tal dia e o teu salário tava na mão. Hoje é diferente, é mais batalhado, tem que se virar mais do que antes... Em vista do que era antes aqui na Geral, é melhor. Pelo meu ponto de vista pessoal, o relacionamento hoje com as pessoas aqui dentro é bem melhor do que naquela época, porque naquela época não tinha uma ligação direta, era muito dividido. Chão de fábrica era chão de fábrica, administração era administração, e hoje é diferente. O negócio é mais íntimo, não tem aquele negócio de tanta burocracia, de passar pelo fulano.” (Associado, 34 a. – Cooperativa B)

“No tempo da indústria, como a gente era funcionário, eu na época era programador e fazia a minha programação de produção, atendia a parte de almoxarifado e me resumia naquilo ali, porque eu ficava incumbido de resolver aquilo ali e era cobrado pra cobrar aquilo ali. Eu era pago pra desempenhar aquela função e não podia me estender além porque já tinha alguém lá pra resolver. Hoje, na cooperativa, eu faço a parte da área de materiais, que ficou comigo, então é recebimento, controle de material, pagamento de programas, mas se eu quiser me estender um pouquinho, embora já tenha gente fazendo aquilo que eu quero ajudar, eu posso fazer que eu sou bem aceito dentro do grupo, um

ajudando o outro, e antes, na companhia, era diferenciado. O teu setor é esse e tu ficas aqui, lá é aquilo que vai desenvolver, então não vamos misturar as coisas. Hoje nós podemos misturar porque o pensamento é voltado a um objetivo só, a um coletivo, então por isso que melhorou. A gente quer expressar uma idéia e é livre, e não fica pro encarregado ou pro supervisor resolver ou dar a idéia. A gente pode expor nossa idéia com mais amplitude. A gente pode fazer um teste também, a gente põe uma idéia, vamos elaborar, por em prática, expor pro pessoal e ver que achou.” (Associado, 49 a. – Cooperativa B)

Para alguns trabalhadores a participação na cooperativa implicou numa ruptura com o alheamento em relação ao trabalho, que por vezes, caracteriza a disposição atitudinal de trabalhadores assalariados em empresas privadas. Uma ruptura que poderia indicar o surgimento de uma nova “mentalidade” segundo a expressão de um entrevistado ou ainda de um novo *habitus* em relação ao trabalho, cujos contornos podem ser visualizados nas seguintes falas dos trabalhadores:

“A visão de uma cooperativa e uma empresa privada, é que na empresa privada tu vai trabalhar, eu faço minhas oito horas, bato meu cartão, meu patrão que me manda, me paga. Se tiver serviço eu faço, se não tiver, no fim do mês meu patrão te que me dar meu salário. Só. Aqui, eu sou soldador, mas se não tiver solda pra mim eu vou ajudar outro colega. Isso é cooperativa, união, nós temos que pegar junto, porque quanto mais rápido nós pegarmos e acabarmos o serviço bem feito e entregarmos pro cliente é ponto pra nós. E isso é a maior vontade da gente, todo mundo ter essa mentalidade, apesar de uma minoria ainda tem aquela, são muito antigos, tem anos, mas a maioria já pensa diferente... O que é que acontecia antes? Se eu não terminava um serviço, o patrão era obrigado a me dar o salário do mês, mas na cooperativa não, nós temos que trabalhar junto porque a cooperativa é minha, se eu atrasar o serviço eu vou atrasar o meu salário e o de todos, porque tu é dono da cooperativa, tu tem que segurar também, não pode se escorar no fulano. Eu faço a minha parte e ele faz a parte dele e ambos são vencedores.” (Associado, 42 a. – Cooperativa A).

“Ser uma cooperativa é que todo mundo tem que fazer o serviço pra poder ganhar, então a participação tem que ser desde a direção até o último empregado lá que varre, todos tem que participar e tem o direito igual de discutir; porque a gente discute e o que a gente discute aqui é em assembléia, qualquer coisa que tiver de errado; se reúne todo mundo e diz - Tem isso, isso e isso, o quê que vocês acham, quem é que vota contra, quem é que vota a favor; então as coisas são decididas tudo no grupo, apesar de ter um conselho de ética, de saúde, disso, daquilo, mas realmente quem decide mesmo é a assembléia geral. Então acho que devagarzinho a gente vai conseguindo... Cada um faz sua função, mas o problema é o seguinte; se eu tiver carregando uma peça que tá muito pesada tu tem que me ajudar também a carregar, porque a gente é dono tudo da mesma peça e quer ver aquela peça pronta, é assim que deve funcionar...”
(Associado, 53 a. – Cooperativa A)

Entretanto, ao lado das obrigações e engajamento em relação ao trabalho características das relações de solidariedade funcional, encontramos também no âmbito da lógica da integração e pertencimento social, um outro tipo de solidariedade marcada, sobretudo, pelo contrato. Mais que um simples contrato, trata-se aqui de pactuar uma regra, de modo a instituir uma nova forma de regulação social entre os membros das cooperativas. Mas, trata-se também de uma solidariedade de tipo contratual produzida por um cálculo que pondera o campo de possíveis e os recursos disponíveis diante da necessidade de se efetuar uma escolha. Não obstante, tal asserção pode nos levar a confundir a racionalidade subjacente ao contrato com a racionalidade estratégica: pois enquanto esta última pondera os interesses com o intuito de maximizar ganhos e minimizar perdas, a primeira invocará a regra para afirmar sua legitimidade e confirmação de sua validade. Da mesma forma, enquanto a última irá projetar o futuro a partir da permanência e estabilidade das regras, condição mesma para a definição do cálculo estratégico, a primeira se desdobrará enquanto um processo de aprendizagem coletiva prevendo mesmo a alteração das regras caso haja necessidade. Tanto numa quanto noutra forma de racionalidade os atores irão perseguir seus interesses se submetendo as regras do jogo, porém a racionalidade estratégica será governada por um princípio de utilidade, enquanto a

racionalidade contratual será governada por princípio de regulação social¹⁶⁶. Neste sentido, a legitimidade da solidariedade de tipo contratual pode ser atestada nos seguintes depoimentos de trabalhadores das duas cooperativas:

“Regras tem no estatuto e no regimento interno. Ali estão colocados os direitos e deveres de cada um, no estatuto, e tem o regimento, que é tipo um resumo do estatuto, que controla o funcionamento da cooperativa. Por exemplo, se o cara roubar ou fizer outra coisa, brigar ou chegar bêbado, qual medida que vai ser tomada. Tem o comitê disciplinar, que até hoje não foi usado... Não precisou ser usado... É, porque quando chegar no comitê disciplinar é porque a coisa já descambou, porque se tem alguma coisa errada tu chega e conversa com o cara numa boa. Pisar na bola o cara pode pisar, qualquer um pode pisar. Mas, tem outros recursos... Pelo regimento tem advertência verbal primeiro, tem advertência por escrito, segundo. Depois tem o comitê disciplinar, terceiro. E depois tem a assembléia ainda pra julgar. Quer dizer, o cara não é afastado assim. Diferente da empresa, na empresa é: “Não vou com a cara daquele sujeito ali, tchau pra ti. Não quero saber. Passa no departamento”... Do regimento, eu fiz parte da elaboração. Nós ficamos reunidos vários dias. Discutimos, acho que em 15 pessoas, que foram escolhidos pra ler, reler e ver se aprovava pra depois passar pela assembléia. Depois foi passado em assembléia, lidos todos os itens, pra ser aprovado. Tinha uma comissão pra ser aprovado primeiro, mas pra ser aprovado tinha que passar em assembléia. Mesma coisa com o estatuto, foi lido todo ele, parágrafo por parágrafo. Ninguém escreveu isso e deu.” (Associado, 34 a. – Cooperativa B)

“É, o Estatuto foi criado, tudo... Existe um Estatuto hoje e é legal. O Estatuto é bem legal, muito bem completo, né? Então, ele foi todas as decisões que a gente tomou... Então, nós começamos, nós começamos a fazer o Estatuto, começamos a criar ele de uma forma. Só que a gente levou dois, três meses para concluir. O que a gente colocou, por exemplo, trabalhar 164 horas ou 166 horas, trabalhar das 8 às 17, não trabalhar sábado nem domingo, se paga hora-extra: se paga hora-extra, vai se bater cartão, não vai se bater cartão... Cheio, vários detalhes para formar, para analisar, para a gente poder colocar no papel e depois que

¹⁶⁶ Para maiores detalhes ver Reynaud (1997, p.29).

foi feito isso aí, a gente botou no papel, sem oficializar, sem nada, a gente fez por todos os cooperados... E se fez uma reunião com eles, uma Assembléia com eles e eles concordaram. Então, o que está no Estatuto hoje, todos concordaram. Então, pode se dizer, por exemplo, que as pessoas que criaram a Cooperativa, os fundadores da Cooperativa, poderia se pensar assim “eles iam criar uma lei”. Não. Tudo o que existe na Cooperativa eles pensaram e construíram. Eles construíram. A gente fez Assembléia, fez reunião, por isso que se demorou dois, três meses para se concluir, para se fechar, porque... Hoje o pessoal diz: “Aqui nós concordamos”. Mas a gente fazia uma reunião hoje, a gente fazia uma reunião e então todo mundo concordava com as coisas, mas mesmo assim a gente não oficializava. Tinha que deixar um dia, dois mais para eles pensarem se realmente era aquilo que eles queriam. Se realmente era isso que eles quisessem ali, aí sim. Aí a gente pode construir devagarzinho. Mesmo assim depois de chegar num limite assim, vamos dizer de uns 70%, tinha umas coisinhas que às vezes não concordavam, tinha que rever de novo. Então foi tudo assim. Se trabalha através do Estatuto, então, se tiver alguma reclamação, alguma coisa, alguma coisa que não concorde, a gente trabalha baseado no Estatuto. Então, tem pessoas que pensam em resolver, em tentar resolver algum problema de uma forma e ela pensa de uma outra forma... “Peraí que não é assim. Isso foi feito um estatuto, ele é assim”. Existem as regras, não existem aquelas pessoas que impõem. Hoje quem impõem, quem cobra nós é o Estatuto. Nós trabalhamos de acordo com o Estatuto. A gente não trabalha assim... Não tem aquela hierarquia de querer alguém mandar, dizer “é assim, assado”. Não. Nós trabalhamos dentro do Estatuto. (Associado, 49 a. - Cooperativa B)

“... porque se não tiver regras, sabe como é. Nosso horário é das sete e meia às cinco horas, não batemos cartão ao meio-dia, é direto. No início não se batia cartão, mas aí começou o fulano chegando as oito, então não deu certo. Vamos reunir todo mundo e vamos optar pelo cartão-ponto de novo, que aí tu tem obrigação de chegar no horário, sete e meia tu bate o cartão, muda a roupa e vai trabalhar. O que vale pra um vale pra todos, e deu certo. Não adianta, as pessoas começam a cair no mesmo erro, como um jogo de dominó. Até eu ia começar a chegar às oito. Então temos regras, horário, entrada, saída. Até quando eu quero sair se tiver compromisso, tem um papelzinho, a gente fala com o coordenador, ele preenche, assina, larga na portaria e vai

embora. Na portaria ele marca a hora de saída, e é descontado. Só se trazer um atestado, dependendo, se aceita. O período vai ser descontado, porque nós mesmos estamos pagando.” (Associado, 48 a. – Cooperativa A)

“Quando a gente recebeu o OK final da abertura da cooperativa, o primeiro passo foi ler o estatuto. Então foi votado artigo por artigo, cláusula por cláusula, lido todo ele, até tem bastante página aqui, pra tu teres uma idéia de quantas horas a gente teve envolvido pra fazer isso aqui, então foi votado passo a passo, e dentro do estatuto nós temos o regime interno, que também ocorreu da mesma forma, votando item por item... A gente tomou conhecimento tanto do estatuto como do regime, que o estatuto é sobre a abertura, os detalhes todos falando sobre o que é cooperativa está aqui dentro do estatuto... E depois com a cooperativa em funcionamento, a gente criou o regime interno através do que vinha acontecendo. Mas pra começar a coisa bem clara, com os cooperativados, que a gente passa de funcionário a ser um participante de todas as fases da cooperativa, tanto do produto a gente é responsável, antes tinha funcionário, infelizmente, que é empregado e não queria nem saber, quer produzir, faz a parte dele. Então ele já muda, hoje ele já tá voltado pra outro pensamento, cuidar mais, porque sai do bolso e aí sente, então a gente criou o regime interno, já de início, que é pra pessoa ficar ciente de que se vier a acontecer alguma coisa, o que deve fazer, se um faz uma brincadeira de mau gosto com o outro, dá um problema aí na produção, a gente cria essas reuniões pra ajudar, pra ver o que a gente pode fazer com ele, ou deixar ele afastado por algum tempo, depende se a razão é muito grave, ou se conversa com a pessoa. Então dentro da reunião se decide isso aí, então por isso o regime interno foi elaborado bem no início pra gente tomar qualquer atitude, se necessário for.” (Associado, 35 a. – Cooperativa B)

Mas, as relações de solidariedade de tipo contratual não deixam de ser perpassadas por outras lógicas, mormente pela lógica da ação estratégica, o que enseja um comportamento ambivalente segundo uma avaliação que se reproduz na fala de alguns trabalhadores:

“Eu acho que a liberdade de trabalhar, todo mundo sabe que tem que trabalhar, apesar de que tem algumas pessoas que

tendo essa liberdade não sabem usar ela, cada um tem o seu compromisso, e sabe o que tem que fazer. Eu acho que mudou pra melhor.” (Associado, 46 a. – Cooperativa B)

“...por causa dessa resistência, dessa cultura antiga, o pessoal tá muito refratário a algumas mudanças, tem muita gente que ainda pensa que tá trabalhando pra um patrão...A assembléia era pra clarear mais essa coisa aí, e deverá ser, mas por enquanto ainda...O pessoal tem que entender que se uma função precisa deslocar alguns funcionários, ele não pode ficar pensando só em si (a minha função é essa e não aquela, o outro que se vire) e isso tem que ser mudado, a gente não precisa contratar mais funcionário é só no momento que estiver precisando uma mão a mais em determinado setor pra entregar um pedido, é só deslocar o pessoal para lá, ir se ajudando.. Então, esse aspecto ainda tem que mudar mais ele carece ainda de muita coisa...tem uns vícios que tem que ser mudados, na verdade tem pessoas aí que não mudaram a forma de pensar, a impressão que se tem é que eles ainda trabalham numa empresa privada, as pessoas tem que ter um pouquinho mais de responsabilidade... De estar mais engajada na cooperativa. É lento, muito lento, não é da noite pro dia que muda uma concepção anterior, mas tem que mudar.” (Associado, 46 a. – Cooperativa B)

*“... se o outro tiver trabalhando por perto tem que ajudar, mas não é esse o pensamento por enquanto, é isso que eu tava discutindo contigo, que ainda nem todos tem na cabeça o que é uma cooperativa, então – Ah, já trabalhei trinta anos na Vogg, daí ela ia fechar, daí eu fiquei aqui dentro pra não perder tudo, daí abriu uma Cooperativa... **Então a expectativa deles era ficar trabalhando pra receber aqueles trinta anos que eles ficaram sem receber.** Então daí agora, com a formação de uma Cooperativa, que é bem diferente, que daí é uma coisa que todo mundo é dono, daí ainda tem gente que tá segurando ainda...”* (Associado, 53 a. – Cooperativa A)

“...se tu olhar pra parte da fábrica, tu vai ver que tem chapa ainda aí com problema assim: eu falei que todo mundo pega junto, mas ali pega uma parte, a outra não pega. Tem pessoas com a mente da antiga Vogg, e nós temos que conversar com eles pra entenderem que a cooperativa é de

todos nós, e todos nós temos parte da cooperativa e todos tem que exercer uma função.” (Associado, 42 a. – Cooperativa A).

Mas, segundo este último entrevistado o processo de adesão à cooperativa parece encontrar mais facilidade entre os trabalhadores mais jovens. Trata-se daqueles trabalhadores, cujas perspectivas de trabalho dependem em grande medida do êxito e continuidade do projeto da cooperativa, diferentemente, portanto, daqueles trabalhadores cuja perspectiva imediata é a aposentadoria e o recebimento dos créditos trabalhistas devidos pela antiga empresa. Assim, tal situação é caracterizada da seguinte forma:

“Muitos já foram embora, eram aposentados, não queriam mais trabalhar... E é onde nós tamos vencendo... Com os mais novos... E, todos que entram vão pra uma sala de treinamento, a gente explica o que é a cooperativa, o que tem que fazer...” (Associado, 42 a. – Cooperativa A).

Mas, a admissão na cooperativa implicará na distribuição de bens sociais, e o primeiro bem, cuja distribuição será discutida e ponderada entre os trabalhadores associados será a própria qualidade de membro da associação. Segundo Michael Walzer (1999, p. 46), a qualidade de membro se constitui num bem primário, cuja definição dos critérios de distribuição poderá repercutir sobre as outras decisões de cunho distributivo de uma associação. Assim, ser admitido como membro de alguma associação pressupõe ao mesmo tempo partilhar obrigações e compromissos morais em relação aos outros associados implicando numa relação social a meio caminho entre uma reciprocidade generalizada e uma reciprocidade equilibrada¹⁶⁷. Sejam mais claros: as relações de reciprocidade generalizada correspondem ao paroxismo da solidariedade. Configuram um tipo de relação cuja contra-obrigação é retribuída somente se possível. Aqui, a moral do interesse, o cálculo utilitarista segundo o qual na relação “uma mão lava a outra

¹⁶⁷ Ver Sahlins (1977).

e duas lavam o rosto”¹⁶⁸ está recalcado pelo social, pois, o reconhecimento das dívidas, de débitos, de favores, enfim do auxílio mútuo não pode ser reduzido a um simples raciocínio contábil, de modo que muitas vezes a contra-obrigação imediata pode ser deixada de lado. No entanto, isso não significa que a contra-obrigação será simplesmente descartada, mas que a expectativa de reciprocidade será projetada para o futuro. Pois, existe entre os membros da cooperativa uma obrigação difusa de reciprocidade que cauciona suas relações de solidariedade. Mas, se as relações que ensejam uma reciprocidade generalizada estão assentadas nas relações sociais prevalecentes, a completa unilateralidade da relação, que caracteriza este tipo de reciprocidade, não será tolerada indefinidamente. É por isso que adquire sentido a existência de uma reciprocidade equilibrada que corresponderá a uma certa isonomia no tocante as obrigações e contra-obrigações que tecem os fios das relações de solidariedade entre os membros das cooperativas. Ser membro da associação corresponde a uma situação de integração social que extrapola o mero vínculo contratual, ou seja, as solidariedades e reciprocidades que se estabelecem entre os membros das cooperativas transcendem a fria letra do contrato de adesão à cooperativa. Porém, sendo já associados, os trabalhadores só podem distribuir esta qualidade de membro aos que estão fora, para aqueles que são estranhos. A seleção de novos associados será realizada então conforme a concepção acerca do significado para a cooperativa que a qualidade de membro encerra, bem como do tipo de cooperativa que se quer formar. Nesse sentido a qualidade de membro associado enquanto um bem social a ser distribuído será fixada de um lado pelas necessidades atinentes ao próprio processo de trabalho, e de outro por requisitos e atributos que definem um perfil do membro da cooperativa. É por isso que cabe falar nos termos de Walzer de um pluralismo de esferas da justiça e de uma igualdade complexa quando nos referimos à política de admissões da cooperativa. Pois, não estamos tratando aqui da definição de um critério universal, tal como a opção pelo princípio meritocrático única e exclusivamente, para regular quem será

¹⁶⁸ A simetria de compensações independentemente de qualquer outro tipo de consideração no âmbito da relação social caracterizaria uma moralidade de tipo pré-convencional. Para maiores detalhes ver Habermas (1989), especialmente o capítulo 4.

aceito ou não, mas de uma esfera de justiça específica constituída pela cooperativa, cuja qualidade de membro configurar-se-á num dos bens passíveis de distribuição. Pois, trata-se aqui de uma qualidade de membro que adquire seu significado enquanto bem social tendo em vista a continuidade do empreendimento, bem como o próprio histórico de engajamento nas lutas e mobilizações que conduziram à formação da cooperativa numa conjuntura de desemprego estrutural. Desta forma, os critérios distributivos não são intrínsecos a nenhum bem em si, mas, são operacionalizados tendo como parâmetro os próprios membros da cooperativa. Isso fica mais claro quando a definição de quem passará a fazer parte pressupõe inicialmente sua indicação por um outro membro já associado, cujo critério de recomendação será perpassado primeiramente pelas relações de solidariedade primárias. Não obstante, tal indicação deverá ainda se “enquadrar” no perfil requerido durante um período determinado. Tal é o que se pode depreender do seguinte depoimento de um dirigente de uma das cooperativas:

*“Bom, antigamente era o normal da Empresa. Põe um anúncio no jornal ou uma placa lá na frente (...) da sua Empresa e precisa-se de soldador. Só que não tem perfil; tô dando o perfil tá – eu sou da solda, eu sou do raio-X; aí ele vai fazer um teste de raio-X, tá; passou (...), esse faz parte do quadro de funcionários da Empresa. Na Cooperativa, nós damos a prioridade; nós vamos precisar de soldador, de caldeireiro e de ajudante, então a gente põe uma circular na Empresa, um edital; nós precisamos de tanto, abre-se o edital pra fábrica, pros **outros sócios indicar alguém**. Aí vem até a direção, cai até o comitê de ética e avaliação, eles olham o **perfil das pessoas**; então esse perfil nós vamos discutindo ele, então **nós vamos modelando o novo sócio no nosso modelo**, ele tem que chegar já trabalhando com esse propósito, com essa idéia de que nós somos um grupo e que ele vai ter três meses de adaptação, ele passando nesses três meses, ele querendo ficar na Cooperativa e a Cooperativa achar que ele vai ficar ele passa a ser sócio, a **se enquadrar**... Ele tem que se sentir dono do processo, ele tem que se sentir o novo dono. Ele tá entrando num grupo de que, a partir do momento que ele entrou no grupo ele não é mais nem menos do que ninguém, ninguém tem que pensar*

– ‘ah, tu entrou ontem, ele entrou ontem’..., a partir do momento que ele é sócio ele vai fazer parte de todos eventos, todas discussões, todas decisões da Cooperativa. Aí entra um fator importante que a gente tá discutindo também, o modelo hoje que a gente quer é exatamente esse de que o trabalhador tem que assumir aquilo pra si, pra que ele vá dar respaldo depois. No caso, a gente contrata as pessoas; e tivemos isso já, a gente contrata a pessoa só que chega num determinado tempo que acha que não é aquilo ali. Se ele acha que não é, ele tem o espaço de 90 dias que ele vai embora. Tem uma cartinha de entrada, coisa e tal. E a partir do momento aquela experiência, aquela adaptação de três meses, tu passa a ser sócio; tu passa a contribuir com a cota parte inicial... Nós tava com R\$ 300,00, nós passamos pra R\$ 600,00, então tu já entra com R\$ 600,00 na cota parte.. (Presidente da cooperativa A, 48 a.)

4.2.2. Entre o compromisso e o pragmatismo ou a gramática da racionalidade estratégica dos trabalhadores em cooperativas de produção

Existe um certo consenso na literatura recente¹⁶⁹ da sociologia do trabalho dedicada ao estudo do movimento sindical de que os processos de modernização produtiva de matriz pós-fordista que se desdobraram ao longo dos últimos 25 anos repercutiram fortemente sobre a capacidade de organização e mobilização do sindicalismo, seja enquanto instituição seja, enquanto movimento social. Um dos referentes empíricos da crise enfrentada pelo sindicalismo pode ser verificado no declínio dos índices de sindicalização, bem como da ação coletiva dos trabalhadores organizados¹⁷⁰. A leitura corrente deste fenômeno sinaliza que a prevalência de um regime de acumulação fordista durante grande parte do século

¹⁶⁹ Ver Ramalho (2000); Rodrigues (1999); Cardoso (1999); Lévesque, Murray & Lequeux (1998); Lapointe (1998).

¹⁷⁰ Os índices de sindicalização declinaram durante a década de 80 nas principais economias ocidentais a exceção da Suécia, do Canadá, da Itália e da antiga RFA. Ver Antunes (1995, p.60); Cardoso (1999, p.163); e, Rodrigues (1999, p.177).

XX, teria favorecido a organização e expansão do movimento sindical, mormente a partir das formas de organizar o trabalho e o processo de produção pressupostas pelo fordismo enquanto paradigma de desenvolvimento industrial. Tratar-se-ia de um contexto fabril favorável ao estabelecimento de uma cultura operário-sindical capaz de forjar identidades coletivas, de estreitar solidariedades de classe, de compor um estilo de vida a partir da homogeneização das qualificações e condições de subsistência da maior parte da classe trabalhadora. Sindicatos fortes e representativos com um formidável poder de barganha nas negociações coletivas com o patronato caracterizaram o mundo do trabalho num tipo de sociedade, cuja predominância de uma condição salarial definia os principais contornos do mercado de trabalho pelo menos para o contingente da força de trabalho situado nos setores mais desenvolvidos das economias urbano-industriais.

Não obstante, tal cenário passou a sofrer profundas modificações com a reestruturação da base técnica de acumulação capitalista com a implementação de novas formas de organizar o trabalho e os processos produtivos marcadas, sobretudo, pela flexibilização das condições de utilização da mão-de-obra, principalmente nas grandes e médias empresas, que de modo geral tem fornecido a base sobre a qual os sindicatos afirmam sua capacidade de representação e inserção no chão de fábrica. A introdução de novas tecnologias organizacionais inspiradas nos pressupostos da produção em fluxo tenso¹⁷¹, a promoção de programas de qualidade associados à reorganização das estruturas hierárquicas, cujo sentido mais geral busca implicar cognitivamente e moralmente os trabalhadores em relação à produção e a empresa teriam concorrido para contornar uma situação que segundo Aglietta (1979, p.98), se fazia presente no fordismo: a linha de montagem taylorista-fordista tinha a tendência de unir os trabalhadores contra a intensificação do trabalho determinada pela gerência. Não sobrava muito espaço, portanto, para que o capital fomentasse divisões internas

¹⁷¹ Tais como o modelo *just-in-time/kan-ban*, que gera uma rede de relações intrafabris onde todos trabalhadores acabam se tornando "fornecedores" e "clientes" uns dos outros, o que de resto engendra uma situação onde cada um monitora e controla a performance dos colegas (Humphrey, 1994, p.156).

no coletivo fabril, bem como posturas de caráter individualistas por parte dos trabalhadores. As mudanças na organização do trabalho e no processo de produção que decorrem da implementação destas novas tecnologias irão engendrar uma situação na qual o controle antes exercido pela gerência passará a ser internalizado pelos próprios trabalhadores gerando nestes uma disposição atitudinal marcada pela adesão aos “valores” da empresa e por uma postura onde a emulação se constituirá num aspecto marcante das condutas e comportamentos individuais. A colaboração dos trabalhadores, que passam a ser identificados como “colaboradores”, estará assentada em mecanismos de barganha que a gerência utiliza para interpelá-los individualmente: trata-se, sobretudo, de um envolvimento estimulado, no qual o escalonamento do salário segundo o tempo de serviço e os bônus por produtividade, configurar-se-ão em verdadeiras "moedas de troca" do engajamento de cada operário em relação à produção (Humphrey, 1994). Na periferia deste mercado de trabalho, a flexibilização das condições de uso da força de trabalho irá configurar-se através de sua precarização, mediante principalmente, a intensificação da subcontratação, do trabalho a domicílio, do ingresso massivo das mulheres no mercado de trabalho, bem como do crescimento do desemprego crônico. No limite tais estratégias gerenciais irão erodir as solidariedades operárias que caracterizaram a classe trabalhadora nos áureos tempos do fordismo.

Não obstante, tal interpretação da crise do sindicalismo a partir do esgotamento de um dado padrão de acumulação capitalista concebido pelo nome de fordismo, pode nos conduzir a uma visão errônea acerca destes processos ao menos por duas razões. A primeira é de ordem ontológica: ao enfatizar a importância das macro-estruturas sócio-econômicas em processos que ainda estão em curso, sugere sua determinação estrutural e retira de cena a ação coletiva dos trabalhadores convertendo-os em meros suportes ou quando muito em expectadores de um processo marcado pelo drama social da diminuição dos postos de trabalho; e, a segunda é de ordem epistemológica: ao enfatizar a tese da fragmentação das lealdades e solidariedades da classe trabalhadora parte de uma visão demasiado mitificada do seu passado representado enquanto uma

época na qual os trabalhadores perfilados em seus sindicatos constituíam-se numa classe-para-si. Para além desta visão idealizada Hyman (*apud* Ramalho, 2000), argumenta que as coisas nunca se passaram de forma tão linear, mas que os sindicatos como organizações carregam consigo uma grande variedade de aspirações, valores e concepção de mundo, de modo que tanto a probabilidade do conflito quanto à do consentimento não estão muito longe uma da outra. Para que a ação coletiva dos trabalhadores seja possível é necessário pelo menos que a combinatória dos princípios de identidade, oposição e totalidade esteja presente. Assim, a construção das expressões de solidariedade mais efetivas sempre demandou uma operação de construção da identidade por oposição às classes dominantes, bem como a consciência dos conflitos que balizavam as lutas de classe nas sociedades industriais. De outra parte Hyman também argumenta que a noção de classe operária se constitui antes numa abstração do que numa descrição ou generalização sociológica. Pois, as classes trabalhadoras têm sido caracterizadas mais pela diferenciação e heterogeneidade e sua possível unidade e coesão é antes algo excepcional do que um traço comum de sua conformação. Quando realizada, a precária unidade das classes trabalhadoras tem se forjado no conflito da mesma forma que as relações de solidariedade entre os trabalhadores se afirmam de forma mais consistente em situações de adversidade. A prevalência de uma representação mitificada das classes trabalhadoras nos impediria de perceber mais objetivamente a própria crise vivenciada pelo sindicalismo.

Neste sentido, um dos desafios propostos ao sindicalismo é configurado pelo processo de desassalariamento da força de trabalho que aos poucos vem drenando o contingente da classe trabalhadora historicamente representado pelos sindicatos. É a avaliação que esta estampada na avaliação de um dirigente sindical:

“Em 78; 79 nós tinha na nossa base na média de 16 a 17 mil metalúrgicos. Só pra ti ter uma noção, hoje nós tamos com 9 mil. Nós tinha uma Maxion que tinha 5 mil trabalhador, fabricava 70; 80 trator por dia. Hoje ela tem 1200; 1300 e fabrica quase 200. Diminuiu mais de 50% da mão-de-obra. Tinha uma Auston que era a antiga Coenza que tinha 1700 trabalhador, hoje tá com 400. Maxiforja tinha 700, hoje tá

com 280. Aí pega uma (LIAS) Metalúrgica que tinha, eu trabalhei 5 anos lá, que tinha mil e poucos funcionários hoje tá com 200. Então esse processo foi violento aqui. E aquela história; não só a modernização das máquinas foram, as empresas foram evoluindo, algum tipo de terceirização também, isso tira muito... fragmenta muito... Foi violento.. Agora de 97 pra cá ela tá mantendo um nível de 9 mil, um pouco mais, um pouco menos. Mas nos anos 80 foi violento. 80 e 83 aqui foi..." (Dirigente sindical, 50 a. – Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas)

Contrapor-se a este cenário pressupõe a elaboração de novas estratégias com propósito de ampliação do sentido da solidariedade para além das fronteiras que a delimitavam no passado de modo a reestruturar a agenda sindical para que os sindicatos possam não só organizar trabalhadores desempregados e trabalhadores associados a cooperativas, mas também representá-los politicamente. Tal é a perspectiva presente no depoimento seguinte:

"nós queremos continuar sócio do Sindicato, só que nós queremos continuar sócio do Sindicato mas participando da vida ativa do Sindicato; na hora de eleição ter que votar. Então o Sindicato tá pra fazer um congresso, congresso da categoria metalúrgica de Canoas pra definir; que o Estatuto não permite, tem que ter uma mudança de estatuto, pra que as cooperativas legítimas façam parte também do quadro de sócio do Sindicato." (Presidente da cooperativa A, 48 a.)

Mas, a ampliação de escopo de atuação dos sindicatos ao conjugar estratégias defensivas com uma linha de intervenção de caráter mais propositivo pode estar representando um processo de transformação do sindicalismo. Ou seja, para Leôncio Martins Rodrigues (1999, p.207), se os sindicatos passarem a exercer funções que hoje são preenchidas por entidades que organizam segmentos populacionais não-assalariados, tais como cooperativas, movimentos sociais policlassistas, associações de bairro, ou ainda ampliar sua agenda política passando a incluir temáticas tais como a defesa ecológica, estaremos ante uma situação na qual próprio fundamento da representação sindical estaria alterado. Tal mudança na direção de atuação dos sindicatos poderia ser percebida também

como uma forma de declínio do sindicalismo segundo a sua conformação tradicional predominante nas sociedades ocidentais.

Não obstante, a própria CUT¹⁷² – Central Única dos Trabalhadores, partindo de avaliações que ponderam as conseqüências das transformações no mundo do trabalho sobre o movimento sindical, tem buscado implementar novas estratégias de intervenção com o intuito de contemplar os trabalhadores associados a cooperativas de produção. Pois, segundo Magalhães & Todeschini (2000), a configuração de uma nova estrutura no mercado de trabalho a partir dos processos de reestruturação econômica estaria criando a perspectiva para o surgimento de novas experiências de geração de trabalho e renda nos moldes de uma economia solidária. O que, no entanto, não deixa de propor questões desafiadoras para o próprio movimento sindical, dado que, tais experiências de auto-gestão podem estar se ajustando a um mercado de trabalho dualizado caracterizado por um núcleo privilegiado de trabalhadores assalariados gozando de um leque de direitos sociais ao lado de um grupo de trabalhadores sem direitos associados às cooperativas. É o que ocorre quando cooperativas são constituídas no âmbito de estratégias empresariais de subcontratação e terceirização com a finalidade de redução dos custos do trabalho. Com efeito, a discussão em torno das questões suscitadas pelos processos de precarização e flexibilização das condições de uso da força de trabalho culminou com a adoção de uma estratégia de cunho defensivo por parte dos sindicatos materializada na criação pela CUT em 1999 de uma Agência de Desenvolvimento Solidário para sustentar a constituição de empreendimentos autogestionários através do assessoramento, apoio técnico e político na formação de cooperativas no âmbito de um projeto de uma economia solidária. Para os sindicatos trata-se de apoiar a formação e a consolidação de um “cooperativismo autêntico” caracterizado pela participação igualitária de todos os trabalhadores associados às cooperativas nos processos de deliberação e gestão destes empreendimentos autogestionários. Neste aspecto, os sindicatos têm desempenhado um papel fundamental no que poderia ser tratado nos termos de uma luta pelo reconhecimento da dignidade e utilidade

¹⁷² Ver Magalhães & Todeschini (2000).

social de trabalhadores, cujos postos de trabalho simplesmente desapareciam não fosse a ação político-sindical no sentido da constituição das cooperativas. Mas, a definição de tal política por parte dos sindicatos filiados a CUT não se procedeu sem fosse objeto de questionamentos acerca da negociação de créditos trabalhistas quando da falência de uma empresa. Pode-se mesmo afirmar que a definição de uma estratégia sindical no qual a hipótese de se apoiar a constituição de uma cooperativa ao invés da simples liquidação judicial de uma empresa resultou de um estreitamento do campo de possíveis da ação sindical tradicional. É o que fica claro a partir do depoimento de um ex-membro da direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e atual presidente de uma das cooperativas investigadas:

*“... movimento sindical hoje ele tem que apontar pra uma coisa, ele tá apontando já, porque nós perdemos uma grande oportunidade em Canoas; que a base é Nova Santa Rita também, da Bicicletas Ferrari. Em 94 nós tivemos o mesmo processo que passou a Vogg, e nós tava tudo pronto pra formar uma cooperativa; Bicicletas Ferrari, tudo pronto, **só que o Sindicato muito dividido numa teoria, numa tese de que não podemos negociar os direitos dos trabalhadores e coisa e tal**, já tava tudo pronto pra fazer uma cooperativa; inclusive o maquinário todo pra distribuir a área em lotes pros funcionários, 260 trabalhadores; **acabou nós perdendo tudo porque nós não chegamos a um consenso. Que tinha um pouco do sindicato, da CUT a visão de que vamos deixar fechar, vamos discutir na falência os direitos dos trabalhadores e não existe isso. A empresa faliu não existe mais direito dos trabalhador nenhum; acabou, isso aí é história. Então, o movimento sindical tem que apontar pra isso, ele tem que correr lá na frente, ele tem que já ter investimentos nesse tipo de modelo pra gente saber que decisão vamos tomar ali na frente. Então acho que o sindicato tem que apontar pra isso, sindicalismo hoje tem que apontar; **ou é melhor deixar falir ou é melhor recuperar a empresa com autogestão, uma nova forma e futuramente comprar que é o que nós queremos fazer aqui.**”*** (Presidente da cooperativa A, 48 a.)

Portanto, a opção de sustentar politicamente a estratégia de apoiar a criação de cooperativas de trabalhadores revela uma nova inflexão política do

movimento sindical que pode ser caracterizada como uma estratégia defensiva por parte dos trabalhadores num contexto de reestruturação produtiva. Mas, se tal inflexão política diz respeito a ação coletiva dos trabalhadores, no tocante à racionalidade dos atores individuais predomina ainda um certo pragmatismo no conjunto das posturas assumidas pelos trabalhadores em relação a sua adesão à cooperativa. Mas, vejamos como podem ser esquadrihadas as posturas individuais dos trabalhadores em relação às cooperativas a partir do que foi recolhido em nossas entrevistas.

A primeira postura que se pode identificar está relacionada ao próprio ato fundador da cooperativa. Trata-se da ação mais engajada e consciente politicamente traduzindo-se naquilo que definimos como um "compromisso político", ou seja, um comprometimento em relação à cooperativa permeado pelo discurso sindical e pela mobilização que conduziu a criação da cooperativa. É o discurso que propõe um nexos, uma coerência entre a ação coletiva mais geral acerca do significado da formação de um empreendimento de autogestão e as condutas individuais dos trabalhadores. É o que está estampado na seguinte fala:

“eu fiz parte da diretoria do sindicato por doze anos, quando deu o processo todo aqui eu era dirigente sindical. Vou dizer pra ti, hoje, nós estamos aqui hoje na cooperativa com toda garra nossa, com toda militância aquela de fazer e acontecer, vou dizer pra ti; 100% é os Metalúrgicos de Canoas que nos deu essa oportunidade, e com a experiência que eu e mais alguns companheiros tem do movimento sindicalista, da luta do dia-a-dia, a gente chegou onde chegou, o sindicato (...) tem gente que não gosta mas eu digo; que é 100%.”
(Presidente da cooperativa A, 48 a.)

A par do compromisso político que detectamos no núcleo fundador e catalisador das cooperativas, teríamos uma segunda figura do comprometimento caracterizada pelos vínculos de solidariedade que se tornam mais consistentes quando confrontados pela adversidade. Trata-se de um discurso que afirma seu compromisso em relação à cooperativa sem estar embedido no discurso sindical.

Não se configura num compromisso fixado a partir de um projeto político do sindicato, mas sim num compromisso moral afirmado a partir das sociabilidades secundárias constituídas no seio da cooperativa. Antes de operar uma separação entre duas dimensões mutuamente referidas a política e moral, a distinção entre dois tipos de comprometimento busca apenas revelar uma nuance sutil no discurso dos trabalhadores. É o que se pode depreender a partir dos seguintes depoimentos:

*“... no caso da cooperativa todos são responsáveis, mudou o **compromisso** da pessoa, a pessoa sabe que nada é conseguido senão pelo esforço do trabalho da pessoa, começando pela cooperativa, e desde o tempo da criação a cooperativa já exigia muito esforço nosso, pois a gente tinha que vir posar aí, mal acomodado, deixar a família, pra não ficar desempregado. E agora, nós estamos aqui batalhando todo dia, e cada dia que a gente sobrevive nessa cooperativa não é fácil. Na empresa a gente atravessava fases difíceis, mas agora também na cooperativa não tem sido nada fácil. Porque tem muito pouco investimento na cooperativa. Melhor, por enquanto nós não temos pra dizer talvez daqui pra diante melhore. Em parte tem sido melhor, porque pelo menos a pessoa sabe o que tá acontecendo, tem... tem, não tem... não tem, e na empresa não, é tudo fechado, a gente não participa daquilo que tá sendo feito.”* (Associado, 39 a. – Cooperativa B)

“Mudou bastante e não o bastante... Bastante porque a organização é outra, as pessoas tem vez e voz, a gente tem que fazer as coisas acontecerem, que antes a gente não fazia, o patrão é que tinha que dar a ordem que a gente tinha que cumprir. E paralelo a isso... não tem que mudar muita coisa porque a gente tem que trabalhar como empresa, tem que ser uma coisa séria, a gente tem que se organizar como cooperativa mas tem que ver como empresa. Com comprometimento organizacional, ético, moral...” (Associado, 53 a. – Cooperativa A)

“Muita gente tá com a vida toda aí dentro, daí significa muita coisa pra eles. Eu estou há pouco tempo, mas pra mim significa grande coisa. O início da profissão, aprendizado, tá tudo começando aqui, fora o resto do pessoal. O meu pai começou como ajudante e hoje é soldador. Aprendeu tudo aqui dentro.” (Associado, 21 a. – Cooperativa A)

“Conhecia a antiga Geral. Eu trabalhei aqui, quando era a Geral aí depois eu entrei com o sindicato porque a Geral não estava pagando. Aí, entramos com o sindicato. Ai, fechou e aí a gente montou uma cooperativa. Aí, eu me interessei em entrar na cooperativa, não só por lucro, por outros também, né? Para a gente ajudar, para não ficar sem desemprego, né? E eu acho que, realmente quando a gente estava montando a cooperativa, a gente tem que acreditar naquilo que a gente quer, né? E também incentivar o próximo, porque no fim iria ficar a maioria do pessoal desempregado. Como o desemprego está muito grande, né? Realmente eu achei que seria uma oportunidade muito grande e também iria abrir serviço para o pessoal, né? Foi isso que me levou a vir trabalhar também.” (Associado, 35 a. - Cooperativa B)

“Pros meus colegas, todo mundo trabalha e espera um dia chegar à aposentadoria. Eu pensava muito na minha aposentadoria. ‘Quando me aposentar, vou fazer isso, isso, isso e isso. Coisas materiais eu consegui, mas não vou trabalhar mais, não vou ser mais empregado, vou fazer isso e aquilo’. Estou aposentado a cinco anos e estou aí. Tenho vontade e vou continuar. Vamos lutar junto pra ver. E a maioria dos colegas também pensa em trabalhar, se aposentar. É um mérito que todo mundo sonha um dia. Acreditamos no Lula... Pro pessoal, o negócio é trabalhar, porque se não trabalhar aqui vão ter que trabalhar na esquina. Pra quem trabalha em metalúrgica, a situação aí fora não está nada agradável, e aqui, pelo menos, o salário de cada um é razoável. Não dá pra se queixar.” (Associado, 48a. - Cooperativa A)

“Antes tu não sabia, não tinha lucro, não tinha nada, hoje não, tu trabalha e sabe por quanto foi orçado, qual o tempo que vai levar. Antigamente tu tinha que trabalhar obrigado. Hoje não, tu está fazendo teu serviço. Eu sou soldador, dá pouco trabalhando, mas se eu quiser pegar um carrinho velho, é meu. Eu sempre digo pro pessoal que aqui é a nossa casa, nós ficamos praticamente o dia todo aqui, eu vou pra casa dar um beijo nas minhas filhas e no outro dia de manhã eu estou aqui. Aqui nós temos que nos dar bem, aqui nós temos que adquirir alguma coisa. Quando nós montamos a CTMC, muitos que tinham vinte, trinta anos, tinham costumes bobos, e a gente não conseguia mudar o pensamento deles, não conseguíamos colocar na cabeça

deles que a cooperativa era pra nosso benefício, era nossa. Muitos tinham o pensamento de pegar o dinheiro atrasado....Muitas cooperativas vêm aqui fazer excursão, passam aqui, vem assistir, isso é bom pra nós. Eu, Nestor, estou agradecido porque daqui eu tiro o sustento da minha família. Então aqui é um mar de rosas? Não. Aqui tem problemas, mas nós podemos resolver os problemas. Nós estamos resolvendo, nós damos solução aos problemas.... Hoje muitas empresas estão quebrando por falta de serviço. Eles podem montar uma cooperativa. Essa aqui é um modelo, muitas pessoas vêm ver, desde cooperativa de calçados. Às vezes o ramo é outro, mas eles querem ver como é que nós começamos, como nós tivemos garra pra começar. Quais são as armas? A união sincera um com o outro. Nós estamos trabalhando com sinceridade, com união, vai pra frente. Nós vamos fazer um ISO, agora nós vamos poder concorrer diretamente. Na época da Vogg nós tínhamos que pegar de terceiros, quer dizer, o primeiro pegava uma bolada, o segundo pegava, e nós pegávamos a migalha. Hoje nós vamos entrar no mercado pra concorrer, é um avanço maravilhoso pra nós. E isso é meu? Não, é de todos aqui dentro que tiveram força, tiveram confiança, colocaram um voto de confiança. Isso é bom, colocam pra fora “eu vou conseguir, eu vou vencer.” (Associado, 42 a. – Cooperativa A)

“Eu acho que a gente tem um caminho bom pra seguir, só que a gente tem que ter muitas mudanças, e uma delas seria o pessoal botar na cabeça que eles tem que participar. Todos aqui. Se está certo ou errado eles tem que dizer, dar mais opinião, estar mais junto, trocar mais idéias, porque às vezes trocando idéias junto com um grupo de pessoas, tu pensa de um jeito e vê que a idéia de outro cooperado tem mais chance de dar certo. E ter mais coragem de dizer sim ou não, e não ficar fechado por achar que não vai dar certo. Porque aqui tem gente muito antiga, com 25, 30 anos de Vogg, que acostumaram a baixar a cabeça e trabalhar, e de tanto eles fazerem isso a gente ficou com uma mão na frente e outra atrás. Muitas vezes tu te obriga a parar e ver o que está errado e o que está certo, se é a melhor maneira ou se tem outra melhor de fazer as coisas.” (Associado, 35 a. – Cooperativa A).

O segundo tipo de postura assumida em relação à cooperativa é caracterizado, como vimos anteriormente, pela crítica em relação à direção das

cooperativas. Existe ainda um compromisso com o projeto da cooperativa, mas as o desencanto, a discordância e as decepções marcam um discurso de protesto, de crítica. O tom de protesto pode ser conferido nas seguintes falas:

“Eu tô frustrado, triste, porque é uma situação triste trabalhar em uma coisa que tu gosta, numa firma pertinho de casa, que tem tudo pra dar certo e, no entanto, é mal-administrada. Infelizmente é isso aí... Se falassem isso há vinte anos atrás iam pensar que é piada, porque na antiga Geral nós enfrentamos várias dificuldades, mas toda semana uns dez ou vinte por cento o pessoal tinha. Agora trabalhando na cooperativa a gente não sabe quando vai receber. A gente não pode fazer uma prestação. Isso é prá maioria da faixa de pró-labore mais baixo. Eu não posso afirmar que a faixa de cinco salários mais alta esteja com o dinheiro em dia. Eu posso até estar cometendo uma injustiça. Agora, eu acho injusto alguns funcionários recebem por semana e outros não. Aí não é cooperativa... Agora parece que, ao invés de ser uma cooperativa, pegar todo mundo junto, o que existe agora é um clima de desconfiança entre os próprios colegas. Um desconfia que o outro recebe em dia, então é um clima de desconfiança, isso aí não tem nada a ver com cooperativa... Porque muita coisa que acontece aqui eu não concordo, então muitas vezes, até pra não entrar em atrito, porque as pessoas que falam pela cooperativa, eles parecem que já tem uma idéia fixa. Então quando alguém tem uma idéia fixa e tá propondo aquilo ali, e mesmo a gente sabendo que tá errado, muitas vezes a gente não pode fazer nada, é um tipo de ditadura, como tem muita coisa que eu não concordo que tá acontecendo, muita coisa errada que eu não concordo, tipo uma cooperativa, o nome já diz tudo. Então eu acho errado muitas pessoas receberem por semana e outras não. Enquanto várias pessoas recebem por semana, outras ficam dois meses sem receber. O último pagamento levou, se não foi dois meses, chegou perto. Quando eu comecei a trabalhar aqui, em outubro, nós ficamos quase três meses sem receber. Fomos receber no fim do ano, entre Natal e Ano Novo. Então, tem muita coisa errada nesse sentido. Eu acho que, por exemplo, se o presidente da cooperativa vai viajar pra Espanha, ele devia comunicar: ‘Estou indo pra Espanha por esse, esse e esse motivo’, ou então fazer uma assembléia pra ver se está todo mundo de acordo que ele vá pra Espanha, o que ele vai fazer lá. Não. Simplesmente, ‘cadê o nosso presidente?’, ‘foi pra Espanha’. Ou foi pra São

Paulo, pra Brasília, como muitas vezes a gente nem sabe onde ele está... Então muitas reuniões eu não faço nem questão de participar porque eu sei que tá errado e se eu falar alguma coisa eu vou me incomodar. A gente tá vendo que tá errado e se a gente vai discutir, vão tentar convencer a gente de uma coisa que a gente tá vendo que tá errado. Pelo que eu sei, a cooperativa começou mal, e tudo que começa mal, termina mal.” (Associado, 38 a. – Cooperativa B)

“Pra mim tá pior, porque a Geral era ruim, mas como está agora, a gente chega a passar 60 dias sem receber dinheiro, a Geral atrasava o pagamento mas nunca atrasava tanto tempo assim e saía os 20%, 10% por mês pelo menos saía, semanal até, e aqui a gente chega a passar 90 dias sem receber. É complicado a gente não pode dizer que tá bom.” (Associado, 39 a. – Cooperativa B)

O terceiro tipo de postura assumida em relação à cooperativa é caracterizado pelo cálculo estratégico na sua forma pura, ou seja, não são ponderados outros valores na definição do curso da ação senão a relação que se estabelece entre meios e fins. Um trabalhador ingressa na cooperativa *“Porque na rua tava ruim, não tinha outro serviço.”* (Associado, 51 a. – Cooperativa B). Aqui, não são invocadas outras razões para justificar a permanência na cooperativa senão a mesma lógica que caracteriza o *free rider*. Raciocínio semelhante é também expresso nos depoimentos seguintes:

“A principio foi devido à idade, o mercado não estava propício eu achei melhor ficar aqui, apesar de que eu já tinha valores a receber, então acho que a cooperativa foi uma boa opção pra mim.” (Associado, 47 a. - Cooperativa A)

“O que eu vejo que a cooperativa representa para as pessoas é um emprego, a opção de ter uma renda, poder ter dinheiro no fim do mês, poder se sustentar. O que eu vejo a cooperativa pra mim, é no sentido de crescimento, poder colocar em prática aquilo que eu considero importante, não só o dinheiro, eu procuro experiência e crescimento, até pra buscar objetivos maiores.” (Associado, 30 a. - Cooperativa A)

“É uma boa alternativa, porque como nós estávamos zerados, ia fechar a empresa, ninguém ia ter salário, nós íamos perder tudo, as nossas indenizações, que nós trabalhamos anos e anos. Toda a minha vida eu trabalhei aqui dentro. Comecei em 68. De repente tu ficar parado, sem nada, é ruim.” (Associado, 57 a. - Cooperativa A)

“A gente vai trabalhar numa empresa e no início tu dá tudo que tem de bom, daqui a pouco tu te atira, não quer mais nada, daqui a pouco é falta, é atestado, e aqui nós temos aquela regra, não tem como a pessoa se afastar, passar vinte, trinta dias fora, encostado. É uma cooperativa, tu tem que trabalhar, ajudar.” (Associado, 48 a. – Cooperativa A)

“É muita diferença cada um pensa de um jeito...Pra mim, eu nem sei explicar...pra mim representa a firma que eu trabalho só... Eu acho que isso aqui é mais pros aposentados...pra nós que semo novo, se tu falar com os guri que tem aí...é o meu ponto de vista, né. E se tu falar com um aposentado daqui, isso aqui é...um ouro pra eles. Pra mim, eu já acho melhor uma firma com carteira assinada.” (Associado, 25 a. – Cooperativa A)

“A principio por uma necessidade de nós tentarmos reaver as nossas perdas funcionais. A empresa Vogg ficou nos devendo e nos foi dado direito de montar a cooperativa e tentar reaver isso aí. E por não ter outro meio de trabalho que não fosse aqui, que a gente precisava continuar trabalhando.” (Associado, 54 a. – Cooperativa A)

“... com o fechamento de fábricas e fábricas, nós íamos ficar aqui, na época, com mais de quatrocentos desempregados. Então, eu posso responder assim pra todos, a cooperativa é o que gera trabalho, mão-de-obra, que é de onde a gente vai poder sobreviver. Então, acho que o objetivo fundamental é a gente ter onde, de manhã cedo sair, e um ponto determinado que lá que eu vou conseguir me manter, ganhar alguma coisa pra sobreviver. Então é voltado à sobrevivência, pros demais e pra mim, pessoalmente... hoje em dia o desemprego é grande, então já que a gente teve essa oportunidade de abrir uma fábrica que fechou e manter-se trabalhando.” (Associado, 46 a. – Cooperativa B)

No entanto, essa postura mais pragmática é objeto de uma reiterada crítica entre os trabalhadores mais comprometidos com o projeto da cooperativa. Ao ser detectada tal postura é rejeitada pelos próprios associados. É o que fica patenteado nas falas seguintes de trabalhadores das duas cooperativas:

*“...eles desconhecem o macro da política eles pensam que a partir do momento que eu esteja empregado eu tenho no final do mês o valor x de salário, tenho isso, tenho aquilo. **Não importa o valor da liberdade, liberdade não é um valor.** Um valor maior; também não dá pra se tirar a razão, é a sobrevivência. E aqui, nas condições que a gente vive hoje, comparado com a empresa do lado; do ponto de vista da sobrevivência, é mais seguro tu trabalhar ali do lado, porque ali do lado é certo que tu chegou pelo menos agora; a não ser que haja uma crise na empresa, mas chegou no final do mês tu tem teu salário, chegou no Banco; tu vai ver o depósito do Fundo de Garantia, se tu for demitido; tu vai ter uma rescisão de contrato; ou seja, culturalmente, a segurança tá ali do lado. Porque o valor da democracia não é um valor, o valor da liberdade não é um valor, entendeu. Então hoje estar aqui muito mais uma condição de sobrevivência por não ter uma outra alternativa do que um projeto de Cooperativa.”* (Presidente da cooperativa B, 29 a.)

“eles prefeririam estar trabalhando numa empresa de carteira assinada recebendo no final do mês, serem alienados, tirarem isso aqui daqui botar aqui, tirar daqui botar aqui e pronto, entendeu. Do que eles terem que pensar, se preocupar, ir para casa ou ter alguma idéia ou darem alguma idéia, entendeu. Tudo é uma cultura... de empregado que a gente fala, uma cultura de empregado. E a gente não pode culpar eles pois tudo isso para eles é novo, é como eu te falei, é um processo gradativo, aos poucos tu vai tentando mudar o pensamento deles, mas eu posso te dizer que tem algumas pessoas aqui que nunca vão mudar o pensamento, entendeu.” (Membro da direção da cooperativa B, 26 a.)

“Eles entendem como se tivessem trabalhando com patrão, e não é assim que funciona. A Cooperativa tu tinha que se importar com todos os serviços, querer saber porque aquele

tanque lá tá parado, porque aquelas peças não tem nenhum soldador soldando; então seria um jeito de todo mundo demonstrar que era dono, entende;... Ah, porque que as peças tão parada ali. Todo mundo se importando ia ser uma coisa bem mais movimentada do que só dez ou doze se importar e o resto... Quando começou, nós já tamo 50% nesse ponto aí, mas até o fim do ano nós esperamos chegar; vamos dizer, a 80%, todo mundo se importando com o que tá fazendo.” (Associado, 53 a. – Cooperativa A)

“prá ser sincero ainda tem pessoas aí que (...). Tem pessoas que imaginam assim que nós temos patrão. Na realidade a gente não tem patrão, patrão aqui mesmo é nós... mas com o tempo a gente vai levando... Tem pessoas que dizem assim; que quando chega o final do mês ele quer saber de receber o dinheiro dele, claro que todos nós queremos receber nosso dinheiro, mas isso aí a gente tem que tá ciente que se nós não produzir aqui dentro eu na vou ter o patrão pra me pagar, se aqui a gente divide os lucros; é pra ser assim, dividir os lucros e os prejuízos também.. Mas, tem gente aqui, é complicado falar, mas tem colegas aqui que a gente nota que parece que tem dificuldade de assimilar a coisa, ou não quer assimilar...” (Associado, 56 a. – Cooperativa A)

“Tem muita gente que acha que aqui não é cooperativa, que é a Vogg ainda; porque tem muita gente antiga aí dentro que tem cabecinha de porongo, não entra na cabeça. Daí teve auditoria interna e teve gente que disse: Prá que fazer isso aí, que não adianta, porque firma tal fez e quebrou...; eles tem que colocar uma coisa na cabeça: tem que tentar, não adianta dizer que não conseguiu sem ao menos ter tentado. Pra mim, a cooperativa representa... assim ..a gente trabalha tranquilo, é uma boa, foi uma mudança...porque não tem dono, todo mundo é dono, e muita gente não se acostuma com isso muita gente tem que ser mandado...Aí começa a dar pra trás a gastar material, porque tu tem que se conscientizar de uma coisa tu tá gastando o material, mas tu mesmo vai ter que pagar, tu vai tá trabalhando pra pagar esse tipo de coisa.” (Associado, 21 a. – Cooperativa A)

“é muito difícil tu mudar uma cultura de um cara ...tu queira ou não, não é discriminação, mas o cara que tem um pouco mais de instrução ele entende melhor qualquer processo que seja colocado para ele, ele entende melhor. E aqui nós

*temos 48 pessoas analfabetas trabalhando nessa fábrica..A idéia do cooperativismo é tu criar emprego e trabalho e renda exatamente para pessoas nesse nível que **no mercado de trabalho formal estão totalmente descartáveis**. Então aqui dentro é um processo diário de conversa, de cursos, para as pessoas entenderem porque uma cooperativa e o processo todo que engloba uma cooperativa no seu trabalho diário, entendeu. É essa uma das idéias do trabalho...” (Membro da direção da cooperativa B, 26 a.)*

Neste último depoimento nos deparamos com aquilo que pode ser interpretado nos termos de uma patologia de reconhecimento social. Ou seja, quando determinados indivíduos são discriminados socialmente tornam-se objeto um reconhecimento recusado, pois não são reconhecidos por aquilo que são, fazem, ou aspiram. Existe nestas situações um confronto, um conflito entre a sua experiência da realidade e os padrões normativos a partir dos quais eles são avaliados e julgados. Mas, é justamente pelo fato de que tais normas não se coadunam mais com a realidade social, que tais indivíduos não conseguem mais corresponder a estas expectativas sociais derivadas dos padrões culturais dominantes a partir dos quais algo é percebido, é reconhecido, é respeitado pelo tipo de trabalho que desempenha, pela profissão que exerce, pela qualificação que possui e pela conduta moral que leva. Mas ocorre que os mercados de trabalho através de mecanismos autopoiéticos tais como os imperativos de valorização constante do capital associado as desregulações estatais estabeleceram novos padrões de competitividade e produtividade que terminaram bloqueando as próprias possibilidades de inserção e integração social destes indivíduos, ou seja, se produziu uma contradição entre aquilo pelo qual eles serão julgados e aquilo pelo qual eles avaliam ter o direito de serem reconhecidos. Tal situação é revelada com lucidez no seguinte depoimento de um trabalhador:

“Eu vejo o seguinte: se tu fores na fábrica, vai ver muitas pessoas de certa idade. Uma vez eu conversei com um caldeireiro, e ele veio parar aqui por que as outras empresas não aceitavam a idade que ele tinha. A cooperativa, pra eles, está sendo um escape pra fugir de uma realidade lá fora. Pra alguns é isso, e posso dizer que pra grande maioria. Porque

se lá fora tu vês essa competitividade muito grande, tem que ter escolaridade, cursos, experiência, há muitos novatos entrando porque não tem oportunidade lá fora porque não tem experiência. Aqui dá-se oportunidade pra eles crescerem. Eu sou um exemplo, entrei pra fábrica, trabalhei lá e fui subindo. Se eu entrasse numa empresa e me dessem oportunidade, ia acontecer a mesma coisa. Mas é como eu tava conversando com a telefonista. Ela é mais nova, foi contratada agora pra ficar no lugar da outra telefonista que está de licença. Ela fez estágio, terminou o segundo grau e perdeu o estágio. Aí foi procurar emprego e não deram oportunidade porque não tinha experiência. Ela falou uma coisa que me chamou atenção, de quê valeu todo aquele tempo que ela teve de estagiaria se não conta tempo? Eu disse que assim como ela está aqui com a carteira sem assinar, e lá fora vão te pedir comprovante e ela não vai ter, eu estou no mesmo caso. Eu estou há dois anos aqui mas minha carteira está limpa. Se for analisar desse ângulo, nós estamos no mesmo barco. Mas se for analisar de outro ângulo, conhecimento temos. Trabalhamos numa empresa, e essa empresa devia ser uma realidade que não mude das empresas lá fora. Queira ou não queira nós temos experiência, mas não temos como comprovar na carteira. Agora o meu ponto de vista da cooperativa. Eu acredito que é o maior presente que todos os cooperativados têm, porque quem está gerindo isso são eles, com a união, cada um coopera com um pouquinho seu, e essa união gera um montante, ou seja, a cooperativa não se faz de uma pessoa só, se faz de todos. E eu acredito que é a maior oportunidade que as pessoas tem de demonstrar: 'Nós podemos fazer, não precisamos de uma pessoa pra ficar mandando em nós. Se nós trabalharmos, nós podemos crescer'. Isso é uma realidade que mostra que não precisa ser só uma pessoa pra dizer que tem que fazer isso, aquilo, regar eles. Isso mostra a oportunidade que eles e nós temos. Agora, como uma empresa, tem-se todas aquelas regalias, mas eu acredito que é um presente pra gerir isso. A cooperativa, vamos dizer que seja uma prova pra eles e pra nós que se nós batalharmos, nós conseguimos." (Associado, 28 a. – Cooperativa A)

4.2.3. A construção da identidade

Como já vimos anteriormente, os processos de diferenciação social que caracterizam as sociedades contemporâneas ensejam uma multiplicidade de modo de inserção e pertencimento social do indivíduo, o que termina por refletir sobre a conformação da identidade do sujeito produzindo descontinuidade e fragmentação da sua experiência individual. Ou seja, trata-se de uma situação na qual os atores passam a adotar vários pontos de vista, configurando sua identidade a partir de diferentes perspectivas. Nesse sentido, conforme Dubet (1996), pode-se tratar a afirmação identitária a partir de três registros principais, quais sejam, a integração social, a ação estratégica e os processos de subjetivação. No primeiro registro, a identidade pode ser percebida enquanto uma construção social, na qual o indivíduo incorpora sua experiência vivida no curso dos processos de socialização primária e secundária definindo quase que uma espécie de segunda natureza. Trata-se, portanto, de uma identidade que pode ser pensada como uma incorporação de um *habitus*, ou seja, como a absorção de um conjunto de disposições sociais oriundas não apenas da família ou da extração de classe, mas também do conjunto dos sistemas de ação com os quais o indivíduo cruzou ao longo de sua vida. No registro da ação estratégica, a identidade é construída pelos atores como um recurso, num contexto no qual a sociedade é percebida como um espaço concorrencial nos termos mesmo de um mercado ou de mercados de trabalho quando se trata da construção de identidades profissionais. O ator irá definir sua identidade em termos de um estatuto a partir do qual é capaz de mobilizar recursos expressos em capital simbólico ou atributos relacionados a sua posição e suscetíveis de classificá-la em relação ao conjunto das outras posições existentes em mercados de trabalho externos ou internos. Por fim, no registro da subjetivação, a identidade será entendida mais como uma possibilidade, cujo pressuposto é configurado a partir de um distanciamento crítico assumido pelo sujeito em relação à integração e a ação estratégica. Dado que, o

sujeito não pode ser reduzido somente à interiorização do social, nem tampouco à perseguição de interesses, é necessário conceptualizá-lo também a partir de uma dimensão emancipatória caracterizada pelo engajamento com modelos culturais alternativos capazes de definir novos padrões de socialização primária e secundária, bem como de individuação contrapondo-se desta forma a modelos culturais dominantes.

No âmbito das cooperativas de produção, iremos nos deparar com a construção de novas identidades a partir do momento em o compromisso com o projeto de autogestão é afirmado. Não obstante, para alguns trabalhadores o sentimento de ser assalariado ainda permanece. Seus vínculos de solidariedade em relação à cooperativa são predominantemente de tipo contratual e assumem antes uma disposição pragmática do que um engajamento e comprometimento ao cooperativismo autêntico que embasa o projeto coletivo. Para ilustrar tal postura selecionamos a seguinte fala de um trabalhador:

“O que eu sinto é que eu admiro o pessoal por se organizar, batalhar e conseguir formar a cooperativa. Mas agora a sensação é como se eu tivesse trabalhando em qualquer outra empresa. É realizar um trabalho pra qualquer outra empresa que eu estivesse trabalhando, realizar um trabalho bem feito, visando resultado.” (Associado, 25 a. – Cooperativa A)

Contrariamente, também se pode constatar que a identidade com a antiga empresa, ou seja, a identidade de trabalhador assalariado é colocada em cheque no curso do processo de constituição das cooperativas de produção. Os trabalhadores afirmam sua identidade ao sentirem orgulho daquilo que são a partir da própria experiência das mobilizações que antecederam a criação das cooperativas. A memória afetiva deste processo de lutas, a preponderância solidariedade do grupo em fusão que cimentava os vínculos sociais contribui para forjar uma nova identidade que não é mais a identidade de trabalhador assalariado, mas sim a identidade de um trabalhador associado a uma cooperativa

de produção. São “donos” da produção e se sentem co-responsáveis em relação aos processos de trabalho e produção da cooperativa. A auto-estima que decorre deste envolvimento contribui também para o reconhecimento da utilidade social destes trabalhadores devolvendo-lhes sua dignidade quase que perdida ante a situação a que foram confrontados com a perspectiva de perda do emprego. A opção para muitos destes trabalhadores seria a economia informal, o trabalho incerto e mal remunerado, em suma, a perda de controle sobre uma existência caracterizada pelo acaso, pela contingência. A possibilidade de participar da cooperativa regulando direitos e obrigações também estabelece nos termos de uma solidariedade contratual uma espécie de cidadania fabril, tal como será evocada nas fala que seguem mais abaixo. Tal como poderemos constatar nos seguintes depoimentos de trabalhadores:

*“Eu trabalhava na antiga empresa Geral e eu tinha conhecimento do projeto que tavam fazendo da cooperativa, e através disso quando tava tudo pronto eu recebi o convite pra participar. Nos últimos tempos a gente vinha já numa **crise de identidade** muito grande, porque a empresa não oferecia muita coisa pra nós e já existia esse espírito de fazer uma cooperativa, a gente tava com os salários atrasados, não tinha perspectiva nenhuma, e se unindo seria melhor.”* (Associado, 57 a. – Cooperativa B)

*“É, mudou... Melhor, a gente se sente mais orgulhosa de si mesma, a gente tá numa cooperativa, eu nunca esperava...”. Fiquei contente mesmo. A gente se sente orgulhoso, se sente à vontade, é **sinal que a pessoa é útil**. É um orgulho. Eu digo pras crianças: “A mãe sabe montar e desmontar um fogão...”* (Associada, 34 a. – Cooperativa B)

“Aqui, no nosso caso, que não foge das outras cooperativas, a gente está sendo uma classe que sempre tentou, que o espírito mesmo da cooperativa é tu te sentir dono do teu próprio negócio, então aquela classe trabalhadora que existia na companhia antes, a gente se sentia aqui dentro como um trabalhador profissional. No meu caso eu me sentia profissional na minha área. Hoje eu me sinto mais à vontade, já não levo tanto pro lado profissional, levo mais pelo lado competitivo da própria cooperativa porque eu posso me

manifestar mais, eu posso me estender mais um pouquinho pra citar uma idéia, desenvolver minha própria idéia. A gente ficou mais cidadão aqui dentro, porque tu tem mais liberdade de expressão, mais liberdade de atingir um objetivo e tu conseguir pelo menos metade, coisa que antes não ocorria. Ficou mais aberto pro lado cidadão. Acho que o termo cidadão seria o termo certo, que é o que todos fazem, ficar mais à vontade.” (Associado, 49 a. – Cooperativa B)

“Sinto por que sempre participei das épocas de greve, trabalhei numa greve, sempre que foram cortados meus direitos eu participei, sindicato, movimento do PT, então acho que se justifica...Já aconteceu de a gente fazer mobilização lá na Coca-Cola, do pessoal se tocar prá auxiliar...” (Associado, 34 a. – Cooperativa B)

“A cooperativa representou manter essas pessoas com emprego pra garantir seu sustento e que essas pessoas podem dar continuidade a tudo aquilo que elas sabem fazer...por que do contrário muita gente não ia ter o que fazer...Mas alguns de nós até poderia trabalhar em outro lugar, mas como muita gente tinha uma vida dedicada à Geral e viu a firma quebrar e depois ficou orgulhosa de ver a firma virar cooperativa e se reerguer.” (Associado, 46 a. – Cooperativa B)

“Com certeza. É muito importante isso. A gente se sente, como a gente costuma brincar, agora não somos empregados, somos donos. Entre aspas, porque o prédio, o chão da fábrica, nada é nosso, mas a produção é. É uma estima ver o caminhão levando embora o trabalho que tu fez. Tá entrando dinheiro. Vale a pena.” (Associado, 48 a. Cooperativa A)

Os processos de deliberação democrática através das assembléias também contribuem para o senso de co-responsabilidade, para ressaltar que o êxito do empreendimento de autogestão está atrelado ao compromisso dos trabalhadores em relação à cooperativa. Conforme os seguintes depoimentos a participação cauciona os vínculos de solidariedade do empreendimento:

“Muito, porque através das assembléias, a gente tendo uma chance de participar, assim... Pra tu teres uma idéia, eu não pensava em voltar a estudar, isso nem passava na minha cabeça. Eu quis pra falar melhor, melhorar o vocabulário, crescer junto, porque a gente espera que isso aqui dure muitos e muitos anos...” (Associado, 35 a. – Cooperativa A)

“Sim. Eu sou muito a participação. Acho que se a pessoa não participa, ela não colabora, não se compromete, e na cooperativa tem como tu desenvolver isso melhor. Acho que existe uma identificação, na minha forma de tentar colocar as coisas em prática e a forma como funciona uma cooperativa.” (Associado, 30 a. – Cooperativa A)

4.3. Os regimes de interação: da hierarquia à igualdade

A postulação de um regime de interação pressupõe a definição de uma gramática política da interação caracterizada pela predominância de relações sociais mais verticais ou mais horizontais. Prevê ainda a conceptualização de uma ordem de interação, cujas características podem ser assim resumidas: a) a exigência de reciprocidade; b) duas formas de identificação, a saber, uma classificação a partir de categorias de pertencimento coletivo e outra a partir de atributos individuais; e, c) previsibilidade e estabilidade para a interação social (Goffman, 1983). No contexto constituído pelas cooperativas de produção, caracterizado pela autogestão e por processos decisórios que pressupõem a participação de todos os associados, a principal demanda em termos das relações sociais tramadas no interior das cooperativas será pelo reconhecimento aos direitos e obrigações de cada um, definidos no regimento interno da cooperativa. Ressalte-se que não se trata aqui somente de vínculos de solidariedade funcional e contratual, cujo sentido se resume a coalescência das relações sociais nas cooperativas de produção, mas, de perceber também as relações de solidariedade enquanto um modo de reconhecimento recíproco entre os associados às cooperativas a partir de um conjunto de valores compartilhados tendo em vista à

persecução de objetivos comuns. As relações de reconhecimento aqui consideradas se traduzem, sobretudo, em consideração e estima social recíproca por parte dos trabalhadores que pertencem a uma cada cooperativa a partir mesmo das características e atributos pessoais que os diferenciam entre si. Pois, não estamos tratando de um reconhecimento assentado somente em princípios abstratos e universais, mas num tipo de reconhecimento que surge das relações de solidariedade privilegiando, deste modo a eticidade concreta de determinados grupos sociais. Nesse aspecto, existe uma equação entre estima social e o princípio igualitário que pode ser disposta da seguinte forma: quanto mais a eticidade concreta do grupo social estiver descentrada e quanto mais prevalecer uma sociabilidade horizontal em detrimento de possíveis ordenações hierárquicas, tanto mais a estima e consideração social assumirão um formato individualizante, dando vez deste modo a relações de natureza simétrica.

Desta forma, podemos identificar nas duas cooperativas pesquisadas uma transição de um regime de interação hierárquico para um regime de interação igualitário a partir mesmo da forte crítica dos trabalhadores às relações de mando que caracterizavam as empresas das quais as cooperativas foram criadas. As hierarquias formais que prevalecem dizem antes respeito à própria divisão de tarefas existente. Vejamos o que fica patente na fala dos trabalhadores quando indagados sobre a permanência das relações hierárquicas:

“O coordenador foi eleito, porque geralmente é o encarregado que era antes, mas hoje não tem autonomia como era antes. O patrão chamava o encarregado pra dentro e xingava: ‘Tem que fazer isso, isso e isso. Pega o Nestor e manda ele fazer. Xinga ele.’ Hoje não, ele chega e pergunta: ‘Dá pra fazer tal coisa?’, não é mais como antigamente. Pode chegar pro coordenador e dizer: ‘Será que não é melhor assim?’, tem um diálogo. Antigamente mandava fazer e pronto. Por isso que eu digo que a cooperativa que é montada por colegas de trabalho, com união, vai pra frente. Mas onde um começar a puxar pra um lado e outro pra outro, a cooperativa não vence.” (Associado, 42 a. - Cooperativa A)

“Era pior... Era pior porque aí tu não tinha acesso a nada, não tinha direito, entendeu... Tu tinha que acatar, não tinha direito a opinião. A diferença é essa, Uma coisa é tu sê meio sócio ou tu sê empregado, é diferente. No tempo da Vogg, a gente não ia ter opiniões pra fazer uma assembléia e decidi uma coisa. Pra decidir eles iam lá, arriscavam e decidiam.”
(Associado, 54 a. - Cooperativa A)

“Não, que eu saiba acho que não existe, o que é pra um é pra todos. Ah, sim; existe o presidente, o vice...aqui dentro da administração, do meu ponto de vista, nós somos tratados com indiferença... por causa que nós somos da área da fábrica tudo...porque a gente tá com a roupinha suja, eles passam reto nem olham. Na assembléia, muita gente daqui de dentro não participa.. mas, eu acho que assembléia é para todos.. aí quando tá na hora de ir embora e eles nem aparecem por lá, batem o cartão e “picam a mula”, daí o cara tem que ficar, porque eu posso ficar e eles não podem ficar, aí eu acho que isso aí é ruim, e já foi discutido...tá começando a melhorar, mas não tá 99,9%.” (Associado, 21 a. – Cooperativa A)

“O pessoal, quando é empregado em uma firma que tem patrão, é uma coisa. E quando não tem patrão, tu é o patrão. Eu sou patrão também, sou o dono da empresa, eu tenho que procurar fazer minhas obras o mais rápido possível pra nós entregar e botar o dinheiro aqui dentro. Isso tem que ser o pensamento de cada um, e na realidade tem pessoas que demoram a chegar... Eu tenho que fazer isso o mais rápido possível porque não tem patrão pra ir no banco pegar dinheiro pra pagar os funcionários no fim do mês, e eu que tenho que aprontar isso aqui pra fazer dinheiro, entregar pro cliente pra ele nos pagar pra gente dividir o dinheiro.”
(Associado, 57 a. – cooperativa A)

“Não existe mais, é uma maravilha. Mas, na antiga Geral era bem diferente... Tinha supervisor e encarregado. O supervisor ia a todas as reuniões e passava pro encarregado, e o encarregado é que ficava aqui. Era muito difícil... Era muito triste. A gente tomava mijada na frente dos outros colegas, que vergonha. E cobrança, cobrança, aí o pessoal se revoltava. Mas eu sempre fui pacífica. Eles queriam produção e não tinha pagamento, então o pessoal parava com os fogões à lenha, e não adiantava o supervisor sapatear na volta, não adiantava cobrar. E como naquela época a gente ganhava por semana, na sexta-feira eles diziam que não tinha pagamento, os antigos, quando era 3

horas, paravam toda a Geral, toda a fábrica. Todo mundo se sentava, até eles resolverem dizer que dia ia sair o pagamento. E tu não podia trabalhar junto porque podiam até te dar uma martelada, aí tu tinha que ficar parado junto com eles, não podia nem encostar o dedo num fogão, era proibido. E agora que é cooperativa não adianta fazer greve. Não adianta parar. E faltavam e enlouqueciam aqui. Se tu faltar, não vai receber...” (Associada, 34 a. – Cooperativa B)

“Antes, se tu tivesse que ir num departamento conversar com um cara 10 minutos, tinha que pegar um passe de circulação, marcar tua hora. Se tivesse que ir ali no DRI, onde eu trabalhei, tinha que pegar um passe e marcar tal hora, assinar. Até tinha raras exceções, se o cara fosse mais velho, a empresa até deixava passar, dependendo do humor, dependendo do cara que estivesse ali, eles deixavam passar. Mas o peão não. Esse não podia. Tinha certos absurdos, que só enxergavam o lado deles, estavam errados, mas não enxergavam que estavam errados. Podia fazer 10 coisas certas. Se fizesse 1 errada, eles te julgavam por aquela coisa errada que tu fez.... Hoje é diferente, pelo menos no tratamento que eu tenho com o pessoal é ótimo. Todos de igual pra igual, não tem aquela coisa de estar numa posição maior. Tanto que antes tinha 2 refeitórios, o refeitório B e o refeitório A do outro lado. Tinha 2 tipos de refeição, uma era mais barata e a outra era mais cara, com sobremesa. Aqui era com bandeirão e lá era com pratinho, guardanapo. Era bem discriminada a coisa, bem dividida... Pra tu ter uma idéia, lá o almoço era 4 vezes mais caro que aqui e praticamente a comida era a mesma, a diferença era pouca, lá tinha sobremesa, era mais limpinho. O arroz e feijão era a mesma coisa, a carne era mais à vontade, se quisesse comer 2, 3 pedaços de carne tu comia. Aqui era só 1.” (Associado, 34 a. – Cooperativa B)

“Antes tinha bastante repressão, tinha gancho, tinha isso, tinha aquilo. Hoje não. Por exemplo, nesse setor que nós trabalhamos, o Moacir, que até está doente, não pode vir, ele não repreende ninguém, ele é igual a nós. Não tem esse negócio de gancho, isso não existe em cooperativa. Até hoje a gente não tirou nenhum daqui ainda. Todos que entraram tão aí até hoje. Muitos andaram saindo, porque dá uma crise que chega a passar dois, três meses sem sair todo o pagamento, como já aconteceu no verão passado, muitos não agüentaram, arrumaram outro emprego e saíram.” (Associado, 44 a. – Cooperativa B)

“Olha cara, isso aqui era um quartel, tinha disciplina militar mesmo... com o antigo dono era regime militar, crachazinho no peito... Se eu tivesse conversando com um colega ou fumando um cigarro era rua, muito horrível... Hoje não, a gente trabalha aqui todos tem consciência que tem que trabalhar, agora tem um orientador pra orientar o cara, mas ninguém manda na gente.” (Associado, 40 a. – Cooperativa B)

“Mudou, antes era empresa a gente só cumpria as ordens, fazia o que eles determinavam; hoje não, se não tiver muito serviço num setor e tu pode ajudar outro, tu pode fazer, naquela época não, tinha que ficar naquele teu setor.” (Associado, 46 a. – Cooperativa B)

A mudança nas relações de poder a partir da instituição de uma nova forma de regulação, de um novo ordenamento das relações entre os trabalhadores a partir do primado da idéia de direitos iguais concorre para afirmar a solidariedade entre os membros das cooperativas. Pois, as decisões em relação ao trabalho devem ser negociadas entre aqueles que pertencem ao grupo. Se os trabalhadores passam a ter mais autonomia em relação aos processos de trabalho e produção, a heteronomia do mercado segue sendo a coerção que define os limites de seu campo de possíveis. Segundo a avaliação dos dirigentes das cooperativas:

“A cooperativa é na verdade uma empresa; a gente vê o nosso negócio, a nossa empresa, a nossa cooperativa como uma empresa, porque se você não vê como uma empresa você vai cair naquele maldito modelo antigo de cooperativa... então a gente tá vendo ela assim de que nós trabalhamos com hierarquia aqui dentro, só que a hierarquia ela tem os direitos iguais; onde é que é os direitos iguais; eu tenho direito ao voto, tu vai ter teu direito ao voto, então todos tem direito ao voto, então é resolvido ali. Mas a hierarquia pra coisa andar, ela é o presidente, é o vice, é o secretário, na produção já é o gerente industrial, já é o coordenador, já é o subcoordenador, assim por diante, já é o caldeireiro, já é o ajudante, já é o soldador. Existe essa hierarquia porque tu tem que manter ela, só que o modelo já é diferente, o modelo você não resolve ela sozinho. Você diz – ‘ah, eu não quero

assim', o modelo antigo tu fazia, eu não quero assim, deu. Hoje não, 'eu não quero assim' mas tem que chamar o grupo; - eu acho que nós temos que mudar assim, se o grupo vê que a proposta ela é viável e vai render; tranqüilamente, caso contrário... Tem a equipe (...), tem o líder da equipe; que os outros seis vão se retratar a ele, e ele vai se retratar ao coordenador dele, que o coordenador dele vai se retratar ao gerente industrial, e o gerente industrial vai passar pra direção, pro administrativo pra contabilizar as horas e tudo. Então é uma engrenagem que ela tem que andar.”
(Presidente da cooperativa A, 48 a.)

*“O problema era que; aliás esse é o maior valor que a gente conquistou aqui nessa fábrica é o valor da liberdade. Todo mundo aqui é livre pra trabalhar, claro que tem que cumprir com o que foi acordado; livre naquele sentido, não tem ninguém te vigiando, ninguém te fiscalizando, ninguém mandando o que tu em que fazer. Tu sabe o que tu tem que fazer então é uma questão só de organizar o processo, o resto vai... Mas eu vou te dizer o seguinte; nós tamos trabalhando aqui há um ano, um ano e meio; a dificuldade ainda continua em eles perceberem que tem liberdade. Isso ainda é notório. Tem setores que é menos, tem setores que é mais, agora é difícil romper com isso... tem setores, que eu vou e dar um exemplo, o setor de matrizaria; o setor que fabrica matrizes aqui dentro da fábrica; nesse setor são quatro profissionais, **não tem hierarquia** ali entre eles, eles mesmo que organizam, claro que; direcionado a partir de uma política de metas conversada, anterior e que é; digamos assim, orientada pelo departamento de engenharia, mas entre eles, eles organizam o processo de trabalho. Claro que isso não tem haver com hora, horário a gente tem prá todo mundo aqui dentro da fábrica, tem haver com a própria organização deles ali; o quê que faz primeiro, o quê que faz depois; enfim, não há uma cobrança de ninguém diária; há uma cobrança de metas, no final do mês cada um tem que responder pela sua parte de fazer o serviço bem feito.”*
(Presidente da cooperativa B, 29 a.)

Mas, o resquício das antigas hierarquias que conformavam uma identidade pessoal submissa e subserviente ainda se manifesta nas práticas de alguns trabalhadores que percebem na nova direção das cooperativas a imagem de novos patrões. Habitados a um tipo de gestão paternalista, característica da

condução familiar das antigas empresas há pelo menos três gerações, alguns trabalhadores relacionam sua inserção e pertencimento social à proteção daquele que manda. Assim, para alguns trabalhadores:

“em primeiro lugar, aqui entre nós não tem chefe, né? A gente trabalha todo mundo em acordo. Claro, que para uns aqui, eles acham assim que o coordenador é o que manda. Alguns pensam assim. Mas, não é assim. Mas, no pensamento deles, existe. Então, até de repente, você está falando comigo, de repente você já falou com outros aí, de repente já tem a situação inversa.” (Associado, 35 a. – Cooperativa B)

“porque tinha gente aqui dentro que já tava acostumado a ser mandado, era trinta anos aqui dentro baixando a cabeça quando o chefe chegava... uma criatura robotizada.. Hoje não, mas resiste mais e isso é normal... estranharam um pouco, mas aí a gente fez também um curso de cooperativismo prá inseri na cabeça do pessoal como é que funcionava, que tem que ser solidário com o colega, que tem que economizar, a luz e o ventilador, por exemplo, se não tá usando apaga, mas tudo isso pra inserir na cabeça do pessoal...” (Associado, 40 a. – Cooperativa B)

“É tem gente ainda aqui dentro da fábrica que ainda acha que é empregado e que acha que o presidente da cooperativa é o dono da cooperativa, isso também tem aqui dentro. Agora, a gente tenta quebrar com isso o tempo todo, mas, é um processo complicado de se quebrar isso.” (Presidente da cooperativa B, 29 a.)

“antigamente tinha o supervisor tinha o encarregado e agora é só nós Agora o supervisor tem o nome de orientador, mas ele existe mais é nos setores de produção para orientar o pessoal e coisa e tal. Mais ainda tem gente que acha que tem que ser mandada e o orientador não, ele pensa que ele tá ali só pra orientar, pois falta iniciativa do associado em fazer por si só.” (Associado, 51 a. - Cooperativa B)

“Eu acho melhor a cooperativa, porque antes a Geral a gente tinha chefe, daí ficava aquela coisa, quando tem um chefe que fica mais do lado de um funcionário que de outro, um funcionário fica protegido do chefe, daí o peso vai tudo na

outra. E na cooperativa não, todo mundo é igual.” (Associada, 35 a. – Cooperativa B)

“O pessoal aqui tá demorando nessa área, a dificuldade da pessoa entende, porque é uma pessoa que sempre foi mandada, acostumada a dominação, é capaz de esperar até vim ver e dizer pra pessoa o que ela tem que fazer. A gente tá batalhando pra ver se consegue levantar essa cooperativa, e investir mais matéria-prima pra poder fazer e atender os compromissos. Nem todos participam, alguns não vão, mas sempre vai mais da metade e muito poucos falam. E é muito importante a pessoa ir, porque saber de terceiros é ruim, fica mais difícil, é sempre melhor a própria pessoa ouvir por mais dificuldade que ela tenha de entender.” (Associado, 39 a. – Cooperativa B).

“Eu avalio essa melhor. Essa nossa direção, pra nós, tá sendo melhor que a anterior. Pelo menos essa aí não tem como ludibriar, e a outra teve. Nos ludibriou, nos enganou. Enganou todo mundo, tanto é que por uma dessas razões foi montada a cooperativa. Pelo engano deles a todo mundo, o pessoal se revoltou, se sentiu roubado.” (Associado, 54 a. - Cooperativa A)

As particularidades dos processos de trabalho que caracterizam as duas cooperativas estabelecem diferenciações no tocante a nova estrutura de cargos e salários instituída após a criação de cada cooperativa. Uma das cooperativas produz bens de capital sob encomenda, o que demanda uma força de trabalho especializada num ofício artesanal com qualificações tácitas e formais adquiridas ao longo de uma carreira profissional¹⁷³. Na outra cooperativa o processo de trabalho é organizado com vistas à fabricação de bens de consumo em série com níveis de qualificação bem distintos ao longo de todas as fases do processo

¹⁷³ Com relação à questão das qualificações é importante destacar a abordagem desenvolvida por Jones & Wood (1984): trata-se de salientar, a singularidade dos chamados conhecimentos tácitos, ou seja, aquele conhecimento que não sendo passível de formalização é fundamental à realização de qualquer trabalho. Ou seja, deve-se operar uma distinção entre "skill" e "knowledge": muito embora sejam conceitos relacionados, eles diferem entre si. "knowledge" contempla o entendimento de um processo ou a informação num nível abstrato, tais como aqueles que podem ser transmitidos de um a outro indivíduo de forma igualmente abstrata. Assim, o conhecimento é explicitamente racionalizado em termos formais, tal como o percebemos nas ciências e na tecnologia. Já os "skills" compreendem um conjunto de experiências práticas que envolvem não apenas a aquisição de algum saber, mas também o domínio em maior ou menor grau de aptidões naturais e regras implícitas de operação.

produtivo. Nestes termos, a estrutura de cargos e salários de cada cooperativa busca contemplar tais especificidades. É o que dão conta os seguintes depoimentos:

“(...) os níveis salariais a gente manteve porque, como esse modelo, ele mantém a hierarquia, então não tem como você; o nosso processo ele é diferente de uma cooperativa de calçados, um trabalho repetitivo você pode igualar as retiradas de cada um; eu ganho 500 o outro lá na ponta também ganha 500, porque consegue fazer isso, porque trabalha numa produção em seqüência, nós aqui não. Porque seria injusto um soldador profissional ganhar a mesma coisa que um ajudante. Então esse é um desafio nosso, esse é um desafio de que nós temos funções diferenciadas; soldador A, soldador B e soldador C, é 1,2 e 3... Também, é o caldeireiro 1,2 e 3, o ajudante 1, 2 e 3. Pra quê? Pra que as pessoas se sintam útil por que eles façam e que nós tamo trabalhando com a idéia de formação profissional das pessoas, tem um projeto aí; tamo desenvolvendo ele pra começar a qualificar e requalificar os sócios; desde a solda, desde o desenho, desde a montagem; enfim, o processo todo.” (Presidente da cooperativa A, 48 a.)

*“Nós temos hoje **cinco faixas salariais, sendo que a mais elevada é de mil e quinhentos reais. Depois é de mil, seiscentos e oitenta, quatrocentos e vinte e trezentos e vinte.** Nós pagamos transporte, alimento, pra efeito de desconto de INSS. A gente pagava autônomo, mas devido a essa reforma, o governo achou melhor as cooperativas também prestarem contas, então pra se ter um ponto de partida foi criada a faixa de salário, que é pra descontar isso aí, e a participação no INSS. Então, esperando sempre que no final do ano a gente tenha lucro, aí sim é dividido em partes iguais. Digamos que no final do ano tenhamos duzentos empregados. Tivemos lucro, a gente fechou o ano sem estar no vermelho, aí nos preparamos pro próximo ano, compramos alguma coisinha, pagamos água, luz, tudo, e sobrou quinhentos mil reais, pegamos e dividimos em partes iguais, quer dizer, é um lucro que todos tem no final do ano, não tem débitos, não tem nada. A gente até pode ter férias, mas se der uma baixa de produção, aí pra amenizar a folha de pagamento, a gente sai de férias, senão toca direto. A nossa meta é pegar os pedidos, e tendo matéria-prima, não deixar de atender os clientes.” (Flávio 49 a – Cooperativa B)*

“Aqui eles não querem que fale em salário, é pró-labore, mas a gente tem costume de dizer salário. Aqui tem cinco faixas de salário. R\$ 318,00 (R\$380,00) a primeira faixa, depois R\$ 418,00, (R\$501,00) R\$ 680,00 (R\$816,00) R\$ 1000,00 (R\$1200) e R\$ 1500,00. só que eles aumentaram 20% mês passado, agora eu não sei o valor certo de cada faixa, eu sei da minha mas das outras eu não sei. Quem ganhava R\$ 1500,00 mais 20%, dá quase R\$ 2000,00.(R\$1800,00) parece que são oito pessoas que ganhavam R\$ 1500,00.” (Associado, 44 a. – Cooperativa B)

A definição do plano de cargos e salários busca estabelecer uma mediação entre a antiga estrutura e a conformação de uma nova na qual a tendência à equalização dos salários se inscreve no horizonte futuro de cada cooperativa. Nesse sentido, os trabalhadores discutem sua possível mudança no futuro:

“Isso nós tamo discutindo nos cargos e funções, plano de carreira também; o ajudante não pode ser ajudante pro resto da vida, ele vai ter que se moldar também e entender o processo e tem que deixar de ser ajudante e.., eu ainda tenho um sonho; daqui uns dez anos ainda, todo mundo ganhar igual aqui dentro, que eu imagino que nós não vamos mais ter ajudante nesse processo, de que o soldador vai fazer o papel do ajudante; o ajudante é o cara que; tá vendo esse barulhinho da lixadeira, é o cara que pega na lixadeira. Então, imagino que daqui a dez anos esse cara que tá mexendo na lixadeira, ele vai ser montador, vai ser um caldeireiro, vai ser um cara que vai tá apto e preparado a pegar as funções, pra que eles não precise de ajudante, todos vão tá igualado a ele, porque a Cooperativa é assim. E ainda temos o nosso, dentro hoje da Cooperativa, tem ainda pessoas; principalmente soldador, que acha que ele é só soldador, terminou de soldar ele cruza os braços e fica parado, o processo não pode ser assim, ele tem que pegar a lixadeira, tem que mexer aqui, tem que mexer ali, tem que fazer e acontecer; se não acontecer ele não vai receber. Então esse.., o mais difícil que eu achei até hoje é a mudança de comportamento das pessoas, as pessoas aceitar...” (Presidente da cooperativa A,48 a.)

“Depois que passou a ser cooperativa, nesse sentido não. Sempre quando a gente quer alguma coisa, quer melhorar, vou citar o pró-labore, que é o que a gente ganha no mês, a gente parou e o que aconteceu? Não se fez manifestação,

não se fez pressão, não se fez nada porque a gente sabe da situação nossa dia a dia. Cada um está ciente daquilo que está fazendo e o que está acontecendo, que é passado. Tem um probleminha, basta tu querer que é informado. Então a gente fez uma reunião com a comissão, pra se discutir o que se podia fazer em termos de aumentar o nosso ganho dentro daquelas faixas que foram criadas. Então, como o nosso capital é pouco, a gente tem pouca matéria-prima, tem bastante pedido, a gente não tem recursos, a gente não vai dar um aumento agora de salário. A gente pegou, de um modo geral, pra o bem de todos, aumentou o nosso pró-labore em vinte por cento pra todos, visando futuramente na melhoria da cooperativa, a gente excluir a faixa de trezentos e vinte reais e deixar da de quatrocentos e vinte pra cima. Nós demos vinte por cento pra todos pra poder amenizar um pouco, até a situação vir a melhorar e dar condição pra gente melhorar no decorrer do período. Então não teve manifestação nenhuma, a gente apenas comentou, a gente comentava no sentido de ver o que se podia fazer pra melhorar nesse aspecto, então se criou a idéia de fazer isso aí, a gente fez uma reunião, conversou, e achou que dava pra fazer isso aí, e fizemos. Sem criar tumulto, manifesto, tudo na paz, que é uma coisa que melhora bastante pra gente negociar.” (Associado, 49 a. – Cooperativa B)

Entretanto, para alguns trabalhadores mesmo a estrutura de cargos e salários definida após a criação de cada cooperativa é motivo para crítica e protesto. O acento de tal postura crítica é dado em favor da proposição de uma estrutura mais igualitária a partir da redução dos próprios níveis salariais que terminam concorrendo para a reprodução de uma estrutura hierárquica criticada pelos trabalhadores entrevistados. Nesses termos, alguns trabalhadores argumentam:

“Nós temos pré-elaborado por faixas: soldador, caldeireiro, nós temos tudo um padrão 3, um, dois, três... E todos eles são especificados que o um é tanto, o dois é tanto e o três é tanto...Cada faixa tem o seu salário: presidente, vice-presidente, RH, o engenheiro.. Todos eles tem pré-determinado o salário. Aqui nós não temos salários nós optamos por bancar uma retirada fixa, que em cooperativa isso não é normal, as cooperativas tiram por percentual,

tirando todos os gastos ficam o faturamento que deveria ser dividido para todos em partes iguais, mas se eu falar isso aqui ele me botam pra correr, porque a cooperativa é pra ser assim, sem diferença de função. Porque um cargo depende do outro, pros engenheiros poder ganhar tem que ter os outros pra produzir, para a firma os dois são iguais, na minha opinião isso deveria ser assim em partes iguais... Por exemplo, o meu salário é o teto máximo depois de mim só o presidente e vice ganham mais que eu, mas a minha queixa é dos outros que eu preciso: eu preciso do ajudante, eu preciso do faxineiro, eu preciso de todos eles. A minha função depende deles... Então, porque eu tenho que ganhar mais se eu preciso deles pra fazer a parte deles que eu não vou fazer.” (Associado, 54 a. – Cooperativa A)

“Não sei, só sei que são cinco faixas de salários, e eu acho que prá uma cooperativa não devia ter tantas faixas de pro-labore, eu acho que três faixas seria suficiente. Não sei porque tem cinco faixas eu acho que é pela qualificação provavelmente no futuro por mim isso mudaria.” (Associado, 45 a. – Cooperativa B)

Não obstante, as críticas em relação a persistência de hierarquias derivadas das diferenciações salariais só podem surgir num contexto onde os trabalhadores podem protestar sem o receio de retaliações. Tal é o que fica claro a partir dos seguintes depoimentos:

“O que mudou é que a gente tem mais participação, no tempo da outra a participação era mais restrita, mais fechada, e agora é mais aberta ao diálogo.” (Associado, 57 a. – Cooperativa B)

“Existe, todos participam e aqueles que querem participar das coisas podem participar, é aberto pra falar, mas eles escolhem sempre quem tem mais estudo pra organizar.” (Associado, 38 a. – Cooperativa B)

“O que mudou mesmo é a liberdade que a gente tem, tu pode chegar e dizer coordenador eu preciso ir lá no centro... tranqüilo pode ir. Se tu puder vir tu dá uma ligada.. Não é aquela coisa de bater cartão e ser rigoroso, isso não existe mais... Isso quase todos enxergam... é uma coisa evidente,

mas, tem gente que não quer ver isso aí.” (Associado, 40 a. – Cooperativa B)

“(...) então aqui nós somos todos iguais, eu não me sinto diminuída deles, não tenho vergonha deles porque eles são iguais a mim (...). Ele é igual, a pessoa só tem um respeito mais por eles decidirem as coisas de acordo. Então fica aquele respeito, mas eu não me sinto diminuída de chegar neles, porque eles também pagam o mesmo que eu, tudo é igual.” (Associada, 34 a. – Cooperativa B)

“Sim, aqui a gente tem mais liberdade, mas com responsabilidade. Essa liberdade é importante pra mim, um exemplo disso é que a gente tem liberdade de tomar decisão quanto a um serviço, mas sempre visando o bem estar da cooperativa.” (Associado, 45 a. – Cooperativa B)

“Mudou, teoricamente as pessoas tem mais liberdade de expressão, todo mundo tem que trabalhar é evidente, isso aqui é uma cooperativa, mas em conjunto; isso é um ponto positivo da cooperativa, das pessoas poderem opinar, mostrar alguma coisa que antes não era possível... A liberdade é importante pro coletivo porque muitas vezes tu deixa de extrair alguma coisa boa de alguém, não é que ele seja tolhido em demonstrar o que ele quer dizer, é que há um acanhamento ao natural numa empresa privada, não em todas, mas tem bastante disso então numa cooperativa o que se prega é que todo mundo tem o direito de externar aquilo que pensa ou mesmo de fazer alguma coisa pra melhorar o todo. O sistema de cooperativa é mais democrático.” (Associado, 46 a. – Cooperativa B)

Ao mesmo tempo, embora o princípio da igualdade também seja percebido e valorizado pela maioria dos trabalhadores associados às cooperativas, o mesmo não se traduz numa participação mais intensa e equilibrada nas assembleias, ou seja, numa sociabilidade mais horizontal entre os trabalhadores das cooperativas. Senão vejamos a perspectiva dos trabalhadores sobre as assembleias:

“No início nós fazíamos quatro assembleias por mês, uma assembleia por semana; porque? Por quê que nós fazíamos isso?... Chegou o momento da assembleia mesmo apontar – olha, tá sendo muitas horas perdidas em assembleia pra definir quase que nada; só pra dizer que a galinha botou o

ovo e coisa e tal, e vamos comprar um detergente pra limpar o banheiro ou a cozinha. Então a assembleia mesmo apontou, vamos começar a fazer duas assembleias por mês, então nós tá mantendo hoje; duas assembleias mensal, e tem as assembleias extraordinárias; no caso, vamos comprar um carro ou investir aqui, ou deu uma problema gravíssimo; chega na assembleia extraordinária, convoca ela e debate ela e define, e todos tem direito a voto, prá investimento, prá contratação de novos cooperados, toda decisão básica ela é na assembleia. O que for definido pra Empresa é na assembleia.” (Presidente da cooperativa A, 48 a.)

“A assembleia é importante porque todo mundo debate, tu coloca o teu problema, eu coloco o meu, e lá dentro, entre quatro paredes, ele vai ser resolvido. Na assembleia, tu derruba ou tu apóia, a assembleia é maioria, como nós tivemos o caso de um rapaz... Teve um problema aí, e deram quinze dias de gancho pra ele. Ele é esquentado, e depois andou discutindo e deram quinze dias pra ele. Depois vieram pra assembleia pra excluir ele porque já passou por quatro problemas. Daí ele pediu pra eu divulgar a causa dele, e na assembleia eu conversei com o pessoal e pedi um voto de confiança pra ele, que é um pai de família, trabalha também, às vezes tem um problema em casa, isso acontece.” (Associado, 42 a. – Cooperativa A)

“Às vezes passa mais de mês sem fazer assembleia, geralmente a gente discute problemas nas assembleias, algum negócio pra se fechar, empréstimo, aí é feito essa assembleia pro pessoal decidi se concorda ou não. Mas, geralmente a maioria não participa, vamos supor que a metade participa; tem uns que não participam muito, geralmente ficam só ouvindo. As assembleias funcionam, mas tem muita gente que não tá muito por dentro, não tem tanta noção das coisas, tem alguns que é só pra fazer presença. Se quiser pode opinar, é aberta a palavra pra quem quiser, pode reclamar e discutir não tem problema, cada pergunta tem que ter uma resposta, se as pessoas quiserem perguntar elas podem. Às vezes discutem, fora da assembleia entre si, e quando chegam na assembleia não colocam em prática aquilo. Eu participo muito pouco, porque na hora de colocar em prática eles não colocam, eles já sabem que eu não participo. O meu voto eu vou lá e falo depois com eles digo o que eu penso direto.” (Associada, 43 a. – Cooperativa B)

“Por uma necessidade da gente se manter informado e reivindicar, discutir... tu chega numa assembléia tu sabe o que tu quer... tu pode falar o que tu quer.. tu discute se tu acha que não tá certo tu diz eu acho que não é bem por aí...então tem todo esse processo de liberação...”
(Associado, 40 a. – Cooperativa B)

“(...) a assembléia sempre é convocada pela coordenação e a gente participa opinando o que for proposto, por votação. Assunto financeiro, assunto de interesse da classe, tudo que for para... um balanço de conta, um programa de investimento, qualquer assunto que seja para o grupo... todos tem direito de participar, só não participa quem não quer, algumas pessoas falam mais que as outras, outros preferem escutar, só falam quando tem dúvida..” (Associado, 57 a. – Cooperativa B)

Aqui, a noção de igualdade é corroborada por todos na medida que o acesso às oportunidades de igual participação é assegurado a todos associados. Não obstante, os resquícios da gestão paternalista da força de trabalho ainda se fazem presentes na omissão e deficit de participação de alguns associados expresso em seus depoimentos. De qualquer modo, a igualdade estatutária advinda com a constituição da cooperativa tende a predominar estabelecendo uma nova relação de reconhecimento recíproco entre os trabalhadores não mais fundada em pressupostos de distinção hierárquica, mas calcada em princípios de participação democrática.

5. A gramática da ação nas associações de catadores e a experiência da democracia

Introdução:

Os chamados processos de invalidação social dizem respeito a uma parcela cada maior de trabalhadores que não atendem mais aos requerimentos dos novos parâmetros de produtividade e competitividade que acompanham os processos de globalização das economias nacionais. Se por um lado, tal fato remete para os processos de dissociação de trabalhadores, que antes pertenciam a uma dada estrutura produtiva, revelando desta forma uma crise das formas de inserção social assentadas no assalariamento da força de trabalho, por outro, diz pouco acerca daquele contingente de trabalhadores que nunca pertenceu a alguma economia organizada, que nunca possuíram um emprego formal, que nunca chegaram a ter um registro formal e por conseqüência direitos trabalhistas reconhecidos. Esses, sempre estiveram desfilados e seu estatuto os remeteu a uma condição próxima a de párias sociais vivendo uma situação de subcidadania. O resultado econômico de seu trabalho se perde na grande nebulosa da economia informal não fazendo parte das contas da contabilidade nacional.

Sua origem remonta a dois processos excludentes, a saber: em primeiro lugar está associado à constituição de um mercado de trabalho livre no Brasil na transição da ordem escravocrata à ordem competitiva; e em segundo, ao êxodo rural decorrente da expulsão de trabalhadores do campo que se segue à modernização capitalista do país na segunda metade do século XX. Tais processos conjugados produziram uma espécie de subclasse habitando a periferia das grandes cidades do país. Para tais indivíduos o desemprego crônico naturalizou-se, habituando-os a estratégias variadas de subsistência a partir da ocupação corrente de subempregos. Aliados das condições mínimas de cidadania para uma vida decente, esses trabalhadores vieram a ocupar zonas periféricas do

espaço urbano formando favelas marcadas quase sempre por um deficit generalizado de políticas públicas.

Dessa forma, nos deparamos com uma situação na qual mal podemos conceber algo em termos de uma sociedade salarial no Brasil¹⁷⁴, dado que um dos aspectos assumidos pelo fenômeno do desemprego no país tem consistido no desassalariamento da força de trabalho que de algum modo ocupava uma posição “privilegiada” no mercado de trabalho *vis-à-vis* a população submetida ao subemprego e a economia informal. Não obstante, tal processo vem concorrendo para uma profunda mudança na estrutura ocupacional do país, senão vejamos: entre a abolição da escravatura no século XIX¹⁷⁵ e a oitava década do século XX, houve um crescimento contínuo do emprego assalariado, com pequenas exceções devido a conjunturas recessivas no período de 1929 e 1932, e depois entre 1980 e 1983. Assim, sempre que havia um incremento da produção, a geração de empregos formais era superior à geração de outras formas de ocupação. Com efeito, conforme Pochmann (1999; 2001), salta aos olhos a comparação entre os períodos de aumento do número de trabalhadores assalariados e de desassalariamento da força de trabalho: para exemplificar, no decorrer das décadas de 40 e 70, para cada 10 postos de trabalho gerados, 8 eram de empregos assalariados, dos quais 7 com carteira assinada. Contudo, nos anos 90, a cada 10 empregos gerados, somente 2 são assalariados, porém sem registro formal.

Assim, se a questão da inserção social através do trabalho ganha evidência nos dias de hoje é porque somos confrontados com as fraturas de uma sociedade que sequer chegou a incorporar ao longo dos processos de modernização capitalista a grande parcela dos trabalhadores que disputam entre si as oportunidades precárias situadas nas franjas de um mercado de trabalho cada vez mais seletivo. Mas, o que resta para este contingente de trabalhadores cuja exclusão é algo permanente e que nunca tiveram contato mesmo com a cultura do

¹⁷⁴ Que poderia engendrar-se no país com a expansão do emprego assalariado no bojo do projeto de industrialização nacional deflagrado com a Revolução de Trinta.

¹⁷⁵ Para o surgimento do trabalho formalmente livre no Brasil, ver Kowarick (1994).

trabalho assalariado? Tal questão remete para o surgimento na década de 90 do século passado do fenômeno do surgimento de várias experiências de organização associativa de trabalhadores da economia informal¹⁷⁶ com vistas num primeiro momento, de prover meios de subsistência através da geração de trabalho e renda; e num segundo momento, reveste-se de um caráter sócio-político ao constituir novos atores sociais reivindicando o reconhecimento de seus direitos sociais. Mais especificamente, estamos tratando do processo de constituição de associações de catadores de materiais recicláveis em várias cidades do país durante a última década. Trata-se, portanto, da organização de setores da população urbana marginalizada, cujo movimento associativo parece ir à contramão dos processos históricos de dominação política através da patronagem e do clientelismo a que estas populações estavam submetidas. Ademais, com a constituição das associações de catadores nos deparamos com uma recomposição das relações de solidariedade, ou seja, para aqueles indivíduos cuja vinculação social restringia-se ao universo das sociabilidades primárias desenha-se um novo campo de possíveis, no que tange a configuração de sociabilidades secundárias, de um novo tipo de relação social caracterizada pela norma impessoal, pela igualdade e pela democracia.

No que segue, iremos investigar duas associações de catadores de materiais recicláveis procurando analisar, tal como operamos quando abordamos as cooperativas de produção, a configuração das lógicas de ação que se estabelecem nestas associações. Ou mais especificamente: iremos analisar o tipo de relações de solidariedade; a gramática dos conflitos sociais dos trabalhadores em associações de catadores de materiais recicláveis; e, por fim, a construção da identidade dos trabalhadores vinculados a cada associação. Trata-se também, a exemplo das cooperativas de produção, de organizações constituídas voluntariamente, mobilizadas em tese em torno de objetivos comuns definidos mediante processos democráticos de organização interna, tendo como pressuposto a possibilidade de participação de todos os membros em todos os

¹⁷⁶ Carroceiros e carrinheiros avulsos cujo trabalho consistia na coleta e reciclagem do lixo; mulheres ocupando formas variadas de subemprego; jovens que encontram na associação a primeira experiência de trabalho.

cargos da estrutura associativa mediante eleições, bem como a transparência de todo processo decisório e de gestão dos recursos e bens coletivos da associação.

5.1. Apresentação das associações

Localizada na zona leste de Porto Alegre entre as vilas Bom Jesus e Mato Sampaio, a Vila Pinto conforma um aglomerado de quase 9 mil pessoas¹⁷⁷. Foi nesta comunidade que surgiu a primeira associação de catadores de lixo que visitamos – que identificaremos doravante como associação A –, com o propósito inicial de operar sobre a questão da violência contra as mulheres promovendo conscientização sobre seus direitos. A estratégia encontrada para se contrapor ao código corrente da violência doméstica a que as mulheres estavam sujeitas foi à busca da constituição de uma alternativa de trabalho e renda. Considerando-se os recursos passíveis de serem mobilizados por estas mulheres no sentido da geração de renda, a possibilidade viável sinalizava para a organização de uma associação voltada para a reciclagem de materiais recicláveis, o eufemismo corrente para a coleta e triagem de lixo. Desta forma, por iniciativa de uma liderança comunitária, organizou-se um primeiro núcleo de mulheres pautadas pela discussão de suas condições de vida e principalmente pelos conflitos domésticos. Sua vida era marcada por dois tipos de violência: o espancamento e os maus tratos perpetrados pelos maridos na esfera doméstica e o risco da violência sexual sofrida pelas mulheres quando transitavam pelo espaço urbano da vila. Ao mesmo tempo a vila era dominada pelo tráfico de drogas, que se por um lado significava uma alternativa de subsistência para muitos¹⁷⁸, também

¹⁷⁷ Segundo estimativa do “Mapa da Irregularidade Fundiária de Porto Alegre” - PMPA-DEM HAB, 1998.

¹⁷⁸ As mulheres podiam trabalhar como “aviãozinhos” do tráfico.

implicava na imposição da lei do mais forte com a proibição de circular pelas ruas a partir de determinados horários da noite.

Grande parte do trabalho de cooptação e convencimento das mulheres foi desenvolvido pela liderança comunitária instrumentalizada pelo saber jurídico adquirido durante a realização de um curso de formação de Mulheres Promotoras Legais Populares ministrado por uma ONG¹⁷⁹. Desta forma, legitimada pela questão ecológica da reciclagem do lixo e num processo de apoderamento das mulheres vitimadas pela violência doméstica, foi constituída a associação A em meados de 1996. O passo seguinte consistiu na mobilização deste coletivo de mulheres junto ao Orçamento Participativo para a construção de um galpão de reciclagem, bem como na formalização da associação como um entreposto para a coleta seletiva de lixo dos caminhões da prefeitura municipal de Porto Alegre através do órgão encarregado desta tarefa, o DMLU – Departamento Municipal de Limpeza Urbana. Na época em foram realizadas as entrevistas, a associação A reunia em torno de 120 pessoas, sendo que deste total 80% eram constituídas por mulheres percebendo uma renda média mensal entre R\$150,00 e R\$ 200,00.

Além de sua função primordial que é gerar trabalho e renda para seus membros, a associação A também desenvolve outros trabalhos de caráter comunitários tais como proporcionar ocupação para adolescentes que acabaram, em parte, assumindo o trabalho que era feito pelas mulheres no tráfico de drogas. Deste modo, diariamente, durante um turno, um grupo de mais ou menos 30 crianças participa de curso de artesanato transformando os materiais recicláveis em objetos de decoração. Outro projeto é desenvolvido em parceria com a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre – Ospa -, no qual em torno de 350 crianças participam de oficinas de canto e a tocar instrumentos de percussão num espaço construído ao lado do galpão. Existe ainda na associação a um telecentro, cuja finalidade é proporcionar curso de informática, bem como acesso à internet aos moradores da comunidade.

¹⁷⁹ Trata-se da Organização Não-Governamental Themis – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero.

A segunda associação de catadores de lixo investigada – que designaremos doravante como associação B – está localizada no Loteamento Cavalhada. Este loteamento constituiu-se a partir de um assentamento de famílias retiradas da antiga Vila Cai-Cai considerada então zona de risco pela Prefeitura de Porto Alegre, e nele vivem cerca de 1220 famílias o que totaliza algo em torno de 4000 pessoas. A unidade de reciclagem constituída pela associação iniciou suas atividades no final de 1996, como forma encontrada para proporcionar às famílias deslocadas uma atividade de geração de trabalho e renda. No período em que foram realizadas as entrevistas trabalhavam na separação dos resíduos sólidos trazidos pelos caminhões da coleta seletiva do DMLU¹⁸⁰ da Prefeitura de Porto Alegre 52 pessoas, das quais em torno de 80% era constituído por mulheres e cujo trabalho além da triagem consistia também em prensar os resíduos e enfardá-los para a comercialização. Neste trabalho, há um revezamento nas diversas atividades, sendo que todos os participantes são aptos a realizarem todas as tarefas, o que já chegou a gerar uma renda mensal em torno de R\$360,00 para os associados. Na época em que as entrevistas foram realizadas¹⁸¹ os trabalhadores desta associação estavam recebendo em torno de R\$180,00 mensais em decorrência da concorrência deflagrada pela figura dos atravessadores – pequenos empresários de ferro-velho – que com seus caminhões e caminhonetes recolham o lixo reciclável de madrugada antes mesmo dos carroceiros e carrinheiros¹⁸², bem como dos próprios caminhões do DMLU da prefeitura de Porto Alegre.

A associação também ligada ao MNCR – Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, movimento social organizado nacionalmente desde junho de 2001 e empenhado na luta pelo reconhecimento dos direitos sociais dos catadores e, sobretudo, promovendo a organização de associações de catadores a partir do princípio de “independência de classe”. Uma das questões presentes no discurso do MNCR esta relacionada ao reconhecimento do “*direito a*

¹⁸⁰ Departamento Municipal de Limpeza Urbana da Prefeitura de Porto Alegre

¹⁸¹ Entre os meses de setembro e outubro de 2003.

¹⁸² Os carrinheiros são catadores de lixo que perfazem um roteiro diário tracionando um pequeno carro de estrutura metálica construído artesanalmente no qual recolhem o lixo reciclável.

cidade”, traduzido no acesso ao trabalho, moradia, saúde e educação para as famílias dos catadores de lixo. Tal relação da associação com este movimento social implica numa forte ideologização e politização das questões relacionadas à reciclagem de resíduos sólidos, bem como dos processos de exclusão e discriminação a que estão sujeitas às populações que dependem da triagem destes resíduos para sobreviver. Neste aspecto, algo que chama atenção na regulação das relações sociais destas associações, e que iremos abordar mais adiante, diz respeito à formulação de uma “base de acordos”¹⁸³, ou seja, trata-se de uma base normativa que estabelece não somente as regras internas de convivência entre os membros da associação, mas define também o escopo de intervenção política nos termos de um engajamento do conjunto de todos os associados em outros movimentos sociais sob a justificativa da solidariedade de classe.

A associação do Loteamento Cavahada, a exemplo da associação da Vila Pinto, também desenvolve atividades culturais, tais como tem uma banda de Rap, um time de futebol e um grupo de teatro que dá palestras sobre a importância de separação e tratamento do lixo, para preservação do meio ambiente. Além, de participar coletivamente apoiando outros movimentos sociais, participam também da associação do bairro e do Orçamento Participativo para o qual já elegeram um conselheiro.

¹⁸³ Vide Anexo 2

5.2. A lógica da integração social: entre a solidariedade serial e a solidariedade fusional

Dadas as características do trabalho de triagem de resíduos sólidos, ou seja, o mesmo não se constitui num processo de trabalho com grande diferenciação em termos das tarefas que o compõem, as relações de solidariedade que podem predominar nas associações de catadores de lixo são de tipo serial. Lembramos que a noção de uma solidariedade serial é correlata do conceito durkheimiano de solidariedade mecânica, e, neste sentido, a comunidade pode partilhar uma moralidade e valores comuns, de modo a configurar, o que poderíamos chamar de uma consciência coletiva que coalesce os vínculos sociais. Quando predominam relações de solidariedade seriais o grupo estará também integrado a partir da aceitação, do consentimento de seus membros em relação a uma forma de dominação que, como veremos a seguir, nos casos investigados é de ordem carismática e de ordem racional-legal. Bem entendido, a série pressupõe um coletivo marcado pela possibilidade de substituição, pela permutabilidade de todos os seus membros. O que irá manter o grupo coeso será ou o carisma de uma liderança ou a legitimidade de uma “base de acordos” capaz de regular suas relações sociais. Tal situação se manifesta diferentemente nas duas associações pesquisadas: na primeira associação, a da Vila Pinto, existe uma acentuada dependência de todos os associados em relação a uma liderança comunitária que literalmente “construiu” a associação a partir de um processo pessoal de conscientização e politização decorrente da realização de um curso de formação de promotoras legais populares promovido por uma ONG¹⁸⁴. Sua participação no movimento comunitário e de mulheres culminou na constituição da associação de catadores da Vila Pinto enquanto estratégia de geração de trabalho e renda de modo a proporcionar uma alternativa de subsistência às mulheres vítimas da violência doméstica então moeda corrente naquela comunidade. Buscando na

¹⁸⁴ Trata-se da ONG *Themis* - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero.

questão ecológica o mote legitimador a associação foi constituída enquanto um “centro de educação ambiental”. O seguinte excerto da entrevista realizada com esta liderança comunitária dá o tom deste engajamento:

*“em 95 me convidaram pra mim fazer parte do movimento de mulheres na preparação da Conferência Mundial de Beijing que foi em 95. A preparação era assim, tu tinha que fazer as preparatórias, era aqui em Porto Alegre, depois em algumas cidades do Rio Grande do Sul, depois foi em Mar Del Plata que era o Latino-Americano; então tinha conferências regionais, nacionais; até chegar o dia da Conferência de Beijing; então tinha preparatórias pra tirar um grupo de delegados e aquele grupo que ia. Depois tinha que levantar, captar recursos pra poder levar tantas mulheres inscritas pra Beijing; e eu comecei a fazer parte então. Quando nós chegamos na Conferência Latino-Americana, nessa preparatória, eu descobri que a grande Mato Sampaio; que é essa região, era o segundo bolsão de miséria da América Latina; a ONU apontava como o segundo bolsão de miséria. E aí eu comecei a ver que eu estava aqui, como que pode, quê que eu vou fazer agora. E escutei lá nessa Conferência a história do beija-flor, pela primeira vez escutei a história do beija-flor; não sei se tu conhece. Era um beija-flor que vendo uma enorme floresta pegando fogo; ele identificou lá no fundo um açude e ele ia com seu biquinho pegava um bocadinho de água e ia lá e soltava em cima daquela floresta, e aí um urubu andando pra lá e pra cá gritava pro beija-flor – ‘palhaço, quê que tu tá fazendo; tu acha que esse pouquinho de água vai conseguir apagar esse enorme incêndio, tu não vai conseguir, tu ainda vai arriscar morrer queimado, olha o teu tamanho, olha o tamanho do teu bico pra esse enorme incêndio’. Mas o beija-flor mais consciente e tranquilo do que ele tava fazendo respondeu pro urubu – ‘olha, eu posso não conseguir apagar o incêndio, mas eu não vou ficar parado e sem fazer nada só vendo a floresta... eu quero fazer a minha parte.’ E aí eu identifiquei naquele momento que a grande floresta pegando fogo era a grande Mato Sampaio, não era o fogo aquele que o beija-flor via, **mas era o fogo da discriminação**, de toda uma série de dificuldades, **da violência, da falta de direito de transitar; do ir e vir das pessoas**, e eu queria ser aquele beija-flor. Porque eu sabia que a comunidade era muito grande e aí eu ficava meio – mas se eu não conseguir atingir todo mundo, aí vão dizer...’Não vou conseguir, é muita coisa pra fazer’. Mas*

quando eu escutei a história do beija-flor eu disse assim – ‘bem, se eu não conseguir fazer tudo, que eu pelo menos eu faça a minha parte.’ E comecei assim, a chamar um exército de beija-flores e comecei a ver também o quê que era aquele beija-flor com aquela gotinha naquela floresta. Se tivesse muitos beija-flores nós iríamos conseguir apagar o incêndio; um beija-flor não ia apagar, mas se fosse muitos beija-flores com certeza ia formar uma chuva e uma chuva apaga um incêndio numa floresta. Então eu tinha a incumbência, sabendo daquela história, identificando aquela história e me colocando dentro daquela história eu tinha por obrigação de ir buscar mais gente prá compor esse exército e consegui. Vim, então com toda minha humildade, com olho no olho; que eu acho que isso que move hoje, as pessoas tão muito habituadas a não se olharem, não se perceberem e comecei então a fazer um trabalho... E fiz uma pergunta pra oitenta mulheres, num papel; o quê que nós mulheres moradoras da Vila Pinto podemos fazer pra inibir a violência. E o resultado, que aí depois um pessoal da PUC fez um estudo, o resultado dessa pesquisa deu que nós só podemos sair dessa situação se tivermos uma alternativa de renda. Porque hoje o tráfico, a submissão, a violência; nós passamos por tudo isso, esse sacrifício que nós fazemos é pra manter o sustento da nossa família, dos nossos filhos. Infelizmente nós nos sacrificamos a esse ponto pra poder manter o sustento da família.” (Presidente da associação A, 52 a.)

Mas, se a capacidade de mobilização e agenciamento desta liderança comunitária foi fundamental para a constituição da associação da Vila Pinto, há que se registrar de outra parte sua notável ascendência sobre os demais membros da associação configurando mesmo em termos ideal-típicos uma forma de dominação carismática que constitui, por sua vez, o fundamento da solidariedade serial já aludida anteriormente. O seguinte excerto de sua entrevista é esclarecedor a respeito:

*“Aí tudo a gente foi combatendo, a discriminação social era muito forte e agente foi combatendo aos pouquinhos; às vezes avançava bastante, daqui a pouquinho a gente tinha que recuar. Mas a tudo a gente empregava humildade, vamos ser humildes, porque esse lugar foi... e a fé. Esse lugar; gente, eu tenho certeza que foi Deus que escolheu pra nós, tem um propósito pra nós nesse lugar; nós fomos escolhidos. **Então deixava a gente envolvido numa***

mística assim, dizendo que nós somos os salvadores do planeta; nós viemos pra essa terra, nós não viemos pra sofrer, Deus não fez o sofrimento, não existe castigo, somos nós mesmos.” (Presidente da associação A, 52 a.)

Na segunda associação investigada, localizada no Loteamento Cavahada, nos deparamos com uma situação diversa. De um grupo de famílias que trabalhavam com a reciclagem de lixo na antiga vila Cai-cai constitui-se a associação como alternativa de geração de trabalho e renda para uma parcela do contingente de trabalhadores desempregados daquela comunidade após seu reassentamento no Loteamento Cavahada. Com a constituição da associação os catadores desta comunidade percorreram uma trajetória caracterizada pela ampliação dos níveis de organicidade associativa em âmbito estadual e culminando na participação em junho de 2001 do 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis reunindo de catadores de lixo a moradores de rua¹⁸⁵. Resultou deste primeiro encontro nacional de catadores de lixo a fundação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR. Segundo sua declaração de princípios, o objetivo primordial deste movimento social é auto-organização - com democracia direta - dos catadores de lixo baseada na “independência e solidariedade de classe”. Tal descrição busca ressaltar a conformação de um projeto totalizador que irá se constituir num dos suportes das relações de solidariedade que caracterizam as associações vinculadas a este movimento social. Tais relações de solidariedade são predominantes em determinados momentos, principalmente aqueles marcados pela ebulição e efervescência que caracterizam a ação coletiva em períodos de mobilização e conflagração social. Trata-se aqui da solidariedade do grupo em fusão baseada na ação direta e na ética da convicção. O grupo em fusão subsume as individualidades amalgamando-as na práxis e coesão não é devida à dominação carismática, mas caucionada por um princípio de totalidade a partir do qual se define aquilo que está em jogo no curso de um conflito social. No entanto,

¹⁸⁵ Tal movimento de organização dos catadores de lixo já possui expressão latino-americana com a realização em janeiro de 2005 do IIº Congresso Latino-Americano de Catadores de Materiais Recicláveis em São Leopoldo – RS.

os vínculos de solidariedade de tipo fusional perduram apenas enquanto durar a ação. De modo que, a partir do momento que os objetivos do grupo são alcançados as relações de solidariedade fusional tendem a ser substituídas por um outros tipos de solidariedade.

“A princípio antes de vir pra cá a gente já discutiu sobre oportunidades de emprego. Naquele tempo se pensava muito em tá empregado, carteira assinada... Então a gente começou a fazer um curso de formação que era pra tá atuando dentro de uma unidade porque... Porque que tinha que tá fazendo esse curso de formação? Porque cada um trabalhava por si ou em famílias, organizados em famílias. E quando tu vai começar a trabalhar numa única estrutura tu tem que fazer uma formaçãozinha porque? Porque aqui tu vai ter um conjunto de regras, vai tá vivendo em comunidade; respeitar o companheiro. É diferente de tu tá trabalhando sozinho, atuando sozinho... Bom, então através disso, foi se montando então esse estatuto, regimento interno, registro de associação, a eleição e tal; então nosso primeiro passo foi dado... De nós tá fundando a associação, o regimento interno e o estatuto. Então, a partir dali, a gente só começou a tá crescendo. Essa unidade aqui ela tinha capacidade pra 38 pessoas... Que era uma única estrutura que era o prédio que tá lá, o maior. Esse prédio com 38 pessoas e tal. Então a gente começou a tá... Botamos 38, botamos 40, ficou muito apertado e a gente começou a se bater, era duas pessoas a mais e aquela estrutura a gente tinha acostumado a tá trabalhando com no máximo 38 e tal. Mas, porém muitas pessoas passando necessidade no loteamento. Sendo que no loteamento são mais de 300 desempregados e aqui na unidade no máximo caberiam 38. Então havia necessidade de tá criando um corpo maior do que o que a gente tinha construído de associação. Então começou a se discutir então pra tá formando uma federação. E dentro do Estado do Rio Grande do Sul várias associações também. E a gente não tinha esse contato. Então, já em 98 pra 99, a gente fundou a federação, Federação das Associações de Recicladores de Resíduos Sólidos do RS; a FARRGS, com dois erres. E agrega hoje 33 associações no Estado todo.” (Associado, 24 a. – Associação B)

Não obstante, considerando a forte inserção comunitária das associações de catadores de lixo percebemos nelas, a partir de Caillé (2001), uma realidade sócio-comunitária marcada por dois tipos de sociabilidade, a saber: as sociabilidades primárias e as sociabilidades secundárias operando segundo uma lógica de integração social. O primeiro tipo de sociabilidade é caracterizado por um princípio de personalização a partir do qual há a prioridade das pessoas sobre as funções que elas cumprem e o segundo tipo de sociabilidade é caracterizado pela exigência de eficiência e eficácia funcional independentemente de quem irá desempenhar uma determinada função. Situadas na imbricação dos dois tipos de sociabilidade, as associações de catadores de lixo conformariam neste sentido uma sociabilidade híbrida ao conjugar os dois tipos de racionalidade que ordenam as sociabilidades primárias e secundárias respectivamente. Nestes termos, as seguintes falas de trabalhadores pertencentes a cada associação ilustram sua percepção acerca dos vínculos de solidariedade:

*“Acho que é importante, eu posso estar ajudando o próximo. Estes dias tinha um senhor que estava passando mal, e, aí, uma colega minha... a gente viu ele saindo no portão, daí, eu disse: “Ana, o seu Antônio tá passando mal, vamos levar seu Antônio em casa.” Aí, levamos ele em casa, e ele não é nada nosso, é apenas colega. Eu acho que **a amizade é a coisa mais importante que tem**. Amanhã ou depois, ele pode ajudar uma amigo meu.”* (Associada, 33 a. – Associação A)

*“Porque era o único meio que eu tinha de ganhar o dinheiro e porque depois a gente quando entra aqui pra dentro, a **convivência** pega, né? Então, a gente acaba se acostumando com os colegas, com o trabalho, então, a gente acaba ficando, ficando porque gosta, né?... Eu fico aqui porque gosto, porque eu adoro trabalhar aqui.”* (Associado, 25 a. – Associação A)

“Eu me sinto bem, porque eu gosto e também porque eu estou perto de casa, né? Eu posso ir em casa ver meu filho, se ele tá bem, se tá ruim. E aqui a gente tem várias oportunidades, né? Se tu tá trabalhando, daí o teu filho tá doente, tu precisa levar no médico, chega aqui tu conversa, eles te entendem, tu pode ir pra casa a hora que tu quiser,

né? Depois tu paga, né? Pelo menos, naquela hora, tu tá liberado, tu pode ir embora. E, em outros serviços, longe, tu não tem como fazer isso, né? Que daí já é diferente, né? Aqui já não. **Eu também gosto das pessoas** aqui, adoro todo mundo, me dou bem com todo mundo, eu gosto de trabalhar aqui... E, prá mim **a convivência** é importante... porque quando eu estou em casa no fim de semana que eu não trabalho, eu sinto falta, porque aqui tu tem com quem conversar, tu te diverte. Se tu tá triste, tu entra qui dentro, tu já te distrai. Então, aqui é como se fosse tua casa, né? Uma casa... Daí tu entra e fica à vontade. E eu sinto bastante falta quando eu não estou trabalhando. Eu estou em casa, eu sinto falta. Prá mim foi muito bom, melhorou bastante. Quando eu vim pra cá, fiquei mais comunicativa.” (Associada, 25 a. – Associação A)

“Era muito louca assim, fazia o que vinha na minha cabeça, azar se eu fosse me arrepende depois. Não, hoje eu paro e penso. Se eu tenho uma coisa para fazer eu digo: ‘Olha, não vou fazer isso, vou falar com a Marli ou com as gurias’. A Xuxa me dá umas idéias, aí eu falo, aí ela me diz: Não Elisângela, não é sim. Aí eu digo: ‘Não, é assim mesmo.’ Eu estive numa situação com meus filhos e meu marido, aí eu já tava tonta a fim de me sumir. Aí, eu cheguei um dia e não aguentei e desabei, a aí, as gurias disseram: ‘Calma, calma.’ Aí eu falei isso, isso e isso. Vou sumir, e a Marta disse: ‘Não é assim, não é assim.’ Perdi assim uma manhã toda, perdi um tempão. Aqui não é só patroa, **aqui a gente tem amigos**, e a gente tem que saber conquistar o espaço. Se pedem, se eu puder ajudar, se estiver ao meu alcance.” (Associada, 25 a. – Associação A) 4 filhos.

“... **são irmãos aqui dentro**. A gente conversa, já disseram que sou filha da Marli, porque a gente conversa muito, conta os problemas de dentro de casa, ela conseguiu psicólogo pra nós, é uma família, com briguinhas, mas toda família tem.” (Associada, 26 a. – Associação A)

“Acho que está melhor. Com mais calma, aqui a gente é tudo amigo, não é só um serviço, que a gente vem, trabalha e deu. Um ajuda o outro. Se eu tenho um problema, vem uma colega e conversa. Todo mundo tenta ajudar ao outro, isso é importante aqui dentro. Por isso que as pessoas entram aqui e não querem sair, ficam anos aqui dentro. Essa é a diferença de lá fora. Lá fora nem todas as pessoas são assim. Tá numa firma, cada um faz seu serviço e deu. Aqui não. Aqui não é uma firma, mas é um lugar onde a gente

*ganha dinheiro e **tem bastante amizade**... Acho também que é o companheirismo, que todos que trabalham aqui passam a mesma coisa, não é “um é rico, outro é pobre”, todos são iguais, todos tem um mesmo sofrimento, as mesmas dificuldades, então um tenta ajudar o outro. Um se põe no lugar do outro por passar ou ter passado aquele problema. E as pessoas são mais amigas, mais colegas.” (Associada, 22 a. - Associação A)*

“Bem. Eu era diarista, aí fiquei desempregada. Pra começar eu acompanhei aqui desde o projeto e as reuniões. Foram dois anos de luta da Marli pra que isso aqui se concretizasse. Mas aí quando ficou pronto eu fui fazer faxina. Depois de um ano eu vim trabalhar aqui. Daí, trabalhando aqui, a minha vida mudou totalmente. Porque trabalhar aqui não é só “questã”(sic) do lixo, né? A gente trabalha o humano, o lado humano, trabalha a “questã”(sic) da mulher, então aqui eu cresci muito como mulher, como pessoa, como dona-de-casa, porque eu comecei a ajudar mais nas questões financeiras. E mais agora com a “questã”(sic) do trabalho do adolescente, os adolescentes que a gente tem aqui. Então aqui pra mim significa, olha nem sei te dizer o quanto, é muita coisa.” (Associada, 41 a. – Associação A)

*“Porque eu já trabalhava, só que eu nunca parava. Aí, eu me separei do meu ex-marido e não tinha quem me dar um apoio, daí eu vim trabalhar aqui, né? Eu gosto de trabalhar, eu sempre trabalhei em casa de famílias, daí eu vim pra cá, porque eu precisava e aqui é bom, **é uma família aqui também**. Eu adoro aqui, tu tem tudo, tu te dá bem com os outros.” (Associada, 23 a. – Associação A)*

As solidariedades primárias preponderam na definição das relações de solidariedade da primeira associação, segundo mesmo, os depoimentos acima. No entanto, na segunda associação as relações de solidariedade são polarizadas pelas sociabilidades secundárias marcadas, sobretudo, pela existência e domínio pelos associados de uma “base de acordos” que estabelece as regulações mínimas de sua convivência. Senão vejamos:

“Bom, a associação desde que se formou é isso. Só que daí existe dois se confrontando; a questão da violência e a questão da associação. Nós, enquanto Associação nunca nos intimidamos com a violência. Enquanto nós, Associação,

nós somos um corpo único; aonde, se vai mexer com um dos companheiros, vai mexer com todos. Então a questão é..; eles se respeitam. Então os próprios, esses que são perdidos, tem as mães, tem os tio, tem os irmão que trabalham dentro da Associação. Nem todos são bandidos.” (Associado, 24 a. – Associação B)

“eu sei como foi difícil pra montar isso, a gente ter uma instrutura mais correta, de ter a organização do pessoal, de uma coisa que é bem diferente do que trabalhar sozinho e de repente trabalhar em grupo. Aquela pessoa que estava acostumada a sair pra rua, porque a maioria das pessoas iniciaram a Associação... A maioria não, praticamente todos eram catadores de rua, eram pessoas que puxavam carrinho, carrinho ou carroça, mas eram pessoas que catavam na rua. Então, **cada um tinha aquela idéia individualista e daí pra ti conseguir (sic) fazer todo mundo pensar no conjunto é difícil**. Mas, foi bom... Foi bom. O primeiro salário que receberam aqui desanimou todo mundo: R\$ 15,00. Era pouquinho. Depois, com o tempo, foi subindo. Chegou, teve épocas aqui, que a gente chegou a tirar quinhentos e poucos.” (Associada, 44 a. – Associação B)

“Primeiro lugar tem que ter... A gente tem o Regimento Interno, aonde todos os associados respeitam esse Regimento, que a gente chama de Bases de Acordo. Então, ali tem tudo o que tu pode, o que tu deve fazer aqui dentro e o que tu não deve. Faz coisa errada, tem as punições. Em segundo, a gente tem free lancers que são associados temporários, no qual a gente dá oportunidade para a pessoa, somente da comunidade. Eles trazem as fichas ali e tal e são numeradas as fichas, e conforme os números, eles são chamados. Se algum associado, por desrespeitar as Bases de Acordo, ter que ir para rua, a gente chama um dos associados temporários, que respeitaram as Bases de Acordo. Olha, até, o comentário que o meu marido me fez: ‘sai daquele lugar, pelo amor de Deus, sai dali, vai para um lugar aonde tu tenha a carteira assinada, aonde tu tenha teus direitos.’ Mas o que é que adianta eu sair daqui aonde eu me sinto bem, **aonde eu tenho pessoas que eu conheço, pessoas pelas quais eu posso contar**, para ir para um lugar aonde eu não conheço ninguém, aonde de repente alguém pode me apunhalar pelas costas! Entendeu? Eu adoro meu trabalho, eu nunca pensei em trabalhar com o lixo, adoro meu trabalho, se alguém falar mal daqui eu já defendo, entendeu? Não admito que falem mal da nossa

Associação. E... É minha vida. Eu não tenho pretensão nenhuma de sair daqui. Por mim vou ficar velhinha, de bengala trabalhando aqui. Tudo bem que a gente não tem os direitos, não tem coisas assim. Se eu fico doente, eu vou para o hospital, sempre tem um ou outro me dando uma força, aqui de dentro. Com a comunidade eu não posso contar tanto como eu posso contar com as pessoas aqui de dentro, entendeu? Por exemplo, aqui dentro nós temos tipo uma mania e seria **um ato de solidariedade**. Morre um associado, a gente pára tudo, paramos tudo, não trabalhamos durante aquele dia, durante o outro dia. Isso também está na Base de Acordos. A pessoa que teve o ente querido morto, a gente vai, a gente pára tudo, entendeu? Para enterrar, ir no velório e todo mundo vai para lá e apóia. Meu vô faleceu há pouco tempo atrás e foi feita a mesma coisa. Todos pararam o trabalho, deixaram o cesto. Se o cesto tivesse alto, deixavam ali do jeito que estava. Mas ninguém tinha condições de continuar trabalhando. Porque era um ente querido não só meu, não só como da minha família, mas de todos aqui dentro. Vamos supôr outra coisa: a gente tem a cesta básica aqui dentro, temos o vale, temos o nosso salário no fim do mês, nem sempre o nosso salário no fim do mês é “aquela coisa”, pela qual tu possa pagar tuas contas e ainda sobrar um dinheirinho para ti. [risos] Ultimamente, eu, ultimamente, estou trabalhando só pelas contas. Mas tu tem a cesta básica pelo qual eu não preciso me preocupar com cesta básica no fim do mês, que eu sei que vai chegar, que eu sei que eu vou ter, entendeu? No meio do mês, eu estou precisando de alguma coisa, ‘pô, cada meu dinheiro, gente, eu vou receber só no fim do mês!’. Lá vem o vale da quinzena, entendeu? Isso ajuda muito as pessoas aqui dentro. Pode até ter aqui dentro uma ou outra que de repente reclama de barriga cheia, para te ser bem sincera, mas é muito raro isso. Muito raro. As pessoas acham que aqui dentro todo mundo está contente. E nós temos pessoas que já tiveram passagem pela polícia, pessoas que já foram drogadas, pessoas alcoólatras, que bebem. Temos drogados, tem aqui dentro também, enquanto estão para fora, fora do horário de serviço. Agora, a partir do momento que entram aqui para dentro a história é diferente. É uma Associação, mas do meu ponto de vista não é uma Associação é uma família. Eu tenho irmãos, tenho pais, tenho três, quatro mães, três, quatro pais aqui dentro, vários irmãos. É assim, isso aqui é uma família e não uma Associação.” (Associada, 20 a. – Associação B)

“Nós somos iguais a uma família, temos união, todo mundo junto, não temos problema nenhum. Eu gosto de trabalhar aqui e digo que isso aqui foi a melhor coisa que me aconteceu. O serviço foi o melhor que eu já trabalhei. Eu fui carrineiro três anos.” (Associado, 32 a. - Associação B)

5.2.2. As lutas por reconhecimento: a gramática dos conflitos sociais dos trabalhadores das associações de catadores de lixo

Uma análise das relações sociais que ensejam a recusa ou a atribuição de respeito e auto-estima, nos termos uma sociologia política do reconhecimento, pode se constituir num esquema interpretativo seja para a compreensão da lógica da integração social, seja para o entendimento dos conflitos que perpassam as sociedades contemporâneas. Aqui, a questão do reconhecimento de determinados conflitos sociais não deve ser abordada de modo a restringi-la a sua dimensão sócio-econômica. Ou seja, muitas vezes a questão do reconhecimento está ligada às aspirações de determinados grupos sociais, cujas reivindicações não podem ser interpretadas somente a luz do paradigma econômico da redistribuição. Pois, tais questões podem demarcar um tipo de injustiça de natureza cultural ou simbólica referida a padrões sociais de representação, interpretação e comunicação dominantes. A sujeição a padrões culturais de interpretação e comunicação aviltantes, o reconhecimento recusado – que ocorre quando há uma certa opacidade às práticas representacionais, comunicativas e interpretativas de uma cultura e o desrespeito – presente quando se é submetido à difamação e humilhação pelas representações públicas ou nas interações cotidianas configuram formas de dominação e opressão que repercutem sócio-economicamente nas condições de vida de amplos extratos da população brasileira. Em tais situações, a desigualdade sócio-econômica e o reconhecimento recusado encontram-se imbricados correspondendo à abordagem que Charles

Taylor (1998) propõe para esta questão ao afirmar que uma das formas de reconhecimento características das sociedades contemporâneas está calcada no princípio da *dignidade* e corresponde a expansão gradual e paulatina dos direitos sociais segundo as conjunturas político-econômicas e contextos históricos particulares de cada país.

No Brasil, a seletividade de seu processo de modernização¹⁸⁶ contribuiu para a reprodução da desigualdade em ampla escala no que se relaciona ao acesso da maior parte da população à provisão de bens públicos gerando desta forma uma condição de subcidadania. Tal condição é tratada por Wanderley G. dos Santos (1998), como uma cidadania regulada, correspondendo a um sistema de estratificação ocupacional definido pelas normas legais. Ou seja, são considerados cidadãos todos aqueles indivíduos que se encontram inseridos em algumas das ocupações reconhecidas e definidas legalmente. A ampliação do estatuto de cidadão seria possível através da adição de novos direitos beneficiando determinadas categorias profissionais em detrimento de outros segmentos sociais. Nestes termos, o não reconhecimento de sua ocupação implicará ser remetido a uma condição de subcidadão, o que, por seu turno, será coroado pela marginalidade, pelo trabalho incerto e precário, pela habituação à informalidade, enfim, pela naturalização de trajetórias que caracterizam processos de discriminação e exclusão social.

Nestes termos, o recente reconhecimento da ocupação de catador de lixo com a descrição e regulamentação de sua atividade no âmbito da Classificação Brasileira das Ocupações – CBO 2000 pode contribuir para romper com a invisibilidade social dos trabalhadores em associações de catadores de lixo, bem como dos próprios catadores independentes nos dados estatísticos oficiais sobre a População Economicamente Ativa – PEA –. O reconhecimento da atividade de catador de lixo além de implicar no reconhecimento público de uma ocupação, pode contribuir também para a conformação de uma identidade coletiva, questão que será desenvolvida mais adiante.

¹⁸⁶ Ver Souza (2000).

Com efeito, o engajamento nas associações de catadores de lixo se inscreve num processo de uma luta por reconhecimento, nos termos em que a questão é abordada por Charles Taylor (1998) e Axel Honneth (2002)¹⁸⁷. Assim, nos deparamos com uma gramática de motivações que mobilizam indivíduos vítimas de processo de opressão e discriminação indexados, mormente pelas categorias de classe social, gênero, e etnia, mas que ao se constituírem em uma forma de não reconhecimento tornam opacas e invisíveis quase que naturalizando tais modos de opressão e dominação. Vejamos nos seguintes depoimentos como esta questão é representada pelos trabalhadores das associações de catadores:

“É dar serviço práς pessoas que precisam e principalmente pras que não tem oportunidade, como pessoas que já passaram pela cadeia. Aqui tem um monte, a maioria dos homens cumpriu alguma pena nos presídios, depois que sai da cadeia é difícil de arrumar serviço, então ela pega pra eles não se atirarem de novo nessa vida, roubar, matar, o CEA foi montado pra isso, pras pessoas que tem dificuldade.” (Associada, 22 a. – Associação A)

“É o pessoal, assim, realmente não valorizava. Porque antes era só o lixo a “questã”(sic), a reciclagem. Então o pessoal tem muito preconceito com o lixo, agora está mais conscientizado do quê que é o lixo, o que é a separação e o que representa para o mundo né? Mas no começo a gente era muito criticado, muito desvalorizado, agora já não, o pessoal já tá mais conscientizado. Eu mesma não sabia o valor, o que era reciclar.” (Associada, 41 a. – Associação A)

*“É isso que nós estamos lutando para terminar. O que é que acontece? Assim, eles, as pessoas quando vêem um carroceiro parado, ele não pode ir além do portão, porque às vezes são até ‘corridos’. E isso, a gente está tentando mostrar para as pessoas que temos pouco espaço para isso na verdade. Pouco espaço para falar sobre isso, mas a gente está tentando mostrar para eles **que não somos marginais**. Nós somos aquelas pessoas tentando uma maneira de sobrevivência. E a melhor maneira que a gente achou é esta: valorizando o lixo, valorizando o meio-ambiente, que as pessoas não se dão conta que a gente faz isso daí, cada*

¹⁸⁷ Tal como visto no capítulo 1.

sacolinha que a gente abri ali é uma árvore que a gente está ajudando a poupar o meio-ambiente. Estamos ajudando o futuro que hoje, as crianças a terem um ar melhor no futuro. Nós estamos ajudando os rios a serem despoluídos, nós estamos ajudando todo tipo de meio-ambiente e semos (sic) tratados como marginais. Quem é que ganha a fama de tudo isso? A Prefeitura. Então, nunca vai chegar até nós essa fama se não nos fizermos presentes. Se nós não fazer (sic)... Gritar: 'oh, estamos aqui, nós fizemos isso aí.' E isso nós estamos buscando.” (Associada, 37 a. – Associação B)

“Hoje, na verdade, existem pessoal que ainda costumam dizer (sic) que, além do lixo orgânico, tem o reciclável e também o lixo humano. Eu acho um absurdo isso sair da boca de um ser humano. Porque somos, temos sim capacidade de chegar em qualquer lugar desde que nós queira (sic) e nós possa (sic) mostrar que nós queremos isso. E nós temos oportunidade de fazer e também dar oportunidade para outras pessoas de caminhar do nosso lado. E não nós na frente dessas pessoas. A partir do momento que eu chamar essa pessoa, por mais precária que seja, de lixo humano, eu estou dizendo que aquela pessoa não pode andar do meu lado. Eu estou dizendo que tenho que estar sempre um passo à frente. Eu estou tratando eles como inferior a mim. E, nós aqui no Cavahada, tentamos mostrar aqui dentro e levar para as pessoas que eles não têm que se diminuir para ninguém. Então, eu sempre deixo claro para todos o pessoal daqui, que eles têm que ter orgulho deles mesmos. Eu acho que se a pessoa não se acreditar, se a pessoa não ter orgulho em si mesma, se a pessoa se julgar um lixo humano, a pessoa está se diminuindo e ela só tem a tendência a diminuir o auto-astal dela e não seguir em frente. E isso é ruim. Por mais que ela seja uma anciã, por mais que ela tenha 70 anos ou por mais que ela tenha um aninho, a gente sempre tem o que aprender com essa pessoa. E isso a gente sempre procura passar dentro da nossa Associação, de qualquer lugar que a gente está em grupo conversando. Isso é uma coisa que... As pessoas têm que ter direito a voz. As pessoas têm que dizer 'olha pra cá, eu estou aqui, me enxerga aqui que eu também quero falar, eu tenho direito'.” (Associada, 38 a. – Associação B)

“De reconhecimento mundial dos catadores, mostrar que eles são seres humanos. Esses são os nossos objetivos.” (Associada, 40 a. – Associação B)

“O princípio da nossa história começou na beira do Rio Guaíba, na antiga Vila Cai Cai, atrás do Estádio do Inter. Então ali era uma população muito pobre. Aqueles que são excluídos dos excluídos. Os excluídos são aqueles que tem trabalho e tal, que ganham pouco, mas mesmo assim conseguem sobreviver. Aqueles excluídos dos excluídos são aqueles que não tem nem o que comer. Só vivem de doações. Então a partir dali se vivia do lixo, que hoje já não é visto mais como lixo; é material reciclado, já se trocou a palavra; se encontrou no lixo um modo de sobrevivência. Aí começou uma organização, pequena organização que é primeiro um da família começar a puxar material e depois a família se organizar e a família toda começar a coletar o material... Depois, criamos a associação que é o lugar pra tu ser o protagonista da tua própria história...” (Associado, 24 a. - Associação B)

“Como é que eu vou te dizer, assim: quando eu puxava carrinho na rua, simplesmente, se puxava carrinho pra sobreviver, né? Aí era um meio pra ganhar dinheiro. Juntava o papel, vendia e pronto. Depois que a gente ingressou na Associação, através dos cursos que a gente teve, saber como é feito o plástico, de onde vem, como é feito o vidro, o papel... Então, a gente tem uma idéia ecológica, uma idéia bem diferente daquela idéia de só trabalhar com isso pra sobreviver. É uma coisa mais ecológica, tu está vendo que está fazendo um bem fazendo isso. Porque, tu vê bem, o plástico, o plástico, o vidro são de fontes que não são renováveis. O papel tudo bem, tu planta uma árvore e em oito, dez anos tu pode fazer, tirar a celulose e fazer novamente outras aparas de papel. Mas o plástico já não. Não tem como tu plantar petróleo pra fazer plástico. Não tem como tu plantar areia pra tu fazer o vidro. Então a idéia é bem diferente hoje. Já tem mais uma, a gente já... Depois que a gente trabalha um tempo assim na Associação, fazendo cursos, tu vendo da onde, sabendo da onde vem aquele material que tu está trabalhando, tu fica com uma idéia diferente. **Já não tem mais aquela idéia de só trabalhar pra sobreviver. É bem diferente.**” (Associada, 44 a. – Associação B)

“Por exemplo, agora no dia 7 tem o **grito dos excluídos**, né? Então, o que a Coordenação vai decidir é: todos têm que ir (sic), isso que a Coordenação tem que decidir. **Quem não ir vai levar dois dias de falta**, digamos. Tu vê, vai levar o dia

perdido mais um dia. O dia que não foi e mais um dia. Essas coisas, essas coisas mais simples a Coordenação pode decidir. Agora, já aonde partir pra qualquer uma outra coisa que seja para o bem de todos, todos tem que decidir.” (Associada, 44 a. – Associação B)

*“Bom, hoje, a gente está... Bom, a gente sempre... Nós temos um **Movimento Nacional dos Catadores de Materiais recicláveis**, né? **No caso, foi esse movimento que foi para Brasília para reivindicar a regulamentação da profissão.** E a gente sempre ajuda outros movimentos sociais, no caso. Hoje nós estamos em uma luta juntamente com o MTD, que é o Movimento dos Trabalhadores Desempregados. A gente também, geralmente, está junto com o MDM, Movimento dos Moradores de Rua, que hoje estão na Padre Cacique. Hoje eles já têm uma Associação lá. Mas existem várias reivindicações. Quando o MTD, a gente está, foi com... fez uma passeata de Gravataí, as pessoas de Gravataí também, se não me engano, a Porto Alegre até. Todas as Associações e o MTD junto, com filhos, tudo. Nós paramos a Associação, fomos prá lá, três, quatro dias... Foi o que a gente levou pra vir de lá pra Porto Alegre. Fomos para frente do Palácio para reivindicar recursos, trabalho para o pessoal. **Não adianta tu ter vontade de trabalhar e não ter trabalho.** Então a gente tem muitas, participa de muitas outras coisas. Se, por exemplo, a gente participa do Orçamento Participativo, traz melhorias para Vila. Não é só, só a Associação. Porque nós somos da Associação, mas também fazemos parte da comunidade, nós também fazemos parte dessa cidade, nós também fazemos parte do grupo dos excluídos no caso. Então, não é só a Associação, é um conjunto, é tudo, é muito maior, não é só... também não é só Porto Alegre, não é só Rio Grande do Sul, entende? É muito maior do que isso. Tu chegando aqui, tu olha esse galpão aqui, é uma coisinha pequenininha, mas isso aqui é só um grãozinho de areia. Agora, nós aqui, juntando, junto com esses outros grãos de areia que tem aí, faz muita diferença. Então, toda vez que alguém necessita e que a gente sabe que a luta é uma luta digna, a gente vai e auxilia.”* (Associada, 44 a. – Associação B)

*“Privatização do lixo é o seguinte: nós somos catadores, então, **quais são os nossos direitos?** Ter o lixo na Associação. Se eles privatizarem o lixo, o que nós vamos fazer? Que vai ser dos catadores? E, também, o que vai ser da natureza, se eles fizerem isso? A gente pensa, os nossos*

*jalecos são verdes, não só por ser um jaleco, não isso de 'vida e cidadania' na frente só pra fazer propaganda. Os catadores, em geral, de todo esse planeta Terra aí, eles não defendem só o trabalho deles, como a natureza em geral. Então, a gente se preocupa não só com bens de gente, mas com bens de todos que não estão nem aí com a gente. Muitas vezes, a gente sai na rua tem pessoas que têm nojo, sabe? Se a gente sai assim com o jaleco, mostrando o que a gente faz, ah, já ficam com aquele olhar, aquele olhar chato, aquela coisa assim... **Discriminando os catadores.** Se tu vai fazer uma coisa na rua, muitas vezes pra ir no banco aqui pra depositar algum dinheiro no banco, o pessoal vai assim [aponta para a roupa]. Já ficam assim olhando meio de baixo pra cima, sabe? Agora, se eu saíu desse jeito, pra olharem de baixo pra cima; se eu saíu toda arrumadinha, toda bonitinha... Ficam 'bahhh!' Entendeu? Isso que eu acho errado. Porque a gente está fazendo bem não só pra gente como pra essas pessoas também. Eu acho que tinha que ter menos discriminação e mais apoio para os catadores, porque, afinal de contas, a gente está reivindicando os direitos deles também: o direito à natureza, o direito ao ar puro, direito a uma vida decente pra eles também."*
(Associada, 20 a. – Associação B)

O sentimento de exclusão está estampado na fala dos trabalhadores das associações, o que concorre para estabelecer uma inflexão política configurada nas lutas por reconhecimento levadas a cabo por pelo menos uma das associações investigadas, o que dá um pouco da ação coletiva destes trabalhadores. Mas, o que dizer no tocante à racionalidade individual destes atores? Podemos dizer que há uma oscilação de uma postura mais pragmática predominante na primeira associação – porém, fortemente embebida num tipo de sociabilidade primária caracterizada pela personalização das relações sociais – para um acentuado comprometimento na segunda associação. Tal compromisso é temperado pela participação em outros movimentos sociais, bem como por uma certa ética da convicção que mobiliza os trabalhadores neste engajamento, pelo menos aqueles mais próximos ao núcleo fundador e dirigente da associação. Mas, vejamos como são esquadrihadas as posturas individuais dos trabalhadores em relação às associações a partir de seus depoimentos:

“Porque é perto de casa, eu não precisava gastar passagem e é uma oportunidade na vida da gente de aprender coisas novas, porque antes eu não trabalhava, ficava só em casa e aqui pelo menos se acontecer alguma coisa com alguma criança nossa, é perto de casa, não precisa tá gastando passagem nem nada.” (Associada, 33 a. – Associação A)

“Porque onde eu fui procurar serviço, não achava. Aí eu não tinha outra opção, ou eu pegava e trabalhava aqui ou ficava em casa.” (Associada, 20 a. – Associação A)

“Tem gente que precisa e tem gente que gosta de trabalhar aqui... Eu gosto e preciso... Eu gosto de trabalhar aqui e preciso trabalhar, o serviço na rua não tá fácil pra procurar, melhor ficar aqui, do que ficar passando necessidade. Saio, só se aparecer alguma coisa melhor, aí sim. Porque aqui é bom, por um lado e é ruim porque não tem carteira, mas é bom porque tu tá no meio de pessoas que tu gosta.” (Associada, 25 a. - associação A)

“Muitas pessoas acreditavam assim: ‘ou trabalhando sozinha, individualmente é melhor’. E eu trabalhava, acreditava nisso, que individualmente para mim seria melhor, teria mais lucro, mais ganho. Mas a partir do momento que eu comecei a conviver com as outras pessoas e dividir o espaço com outras pessoas, eu acho que hoje eu não viveria trabalhando sozinha. Hoje estamos em 52 pessoas trabalhando aqui, conquistamos mais esse prédio aqui, que é para material hospitalar, junto com a Avipal e o Zaffari. Já temos a conquista da Associação, temos também a nossa creche comunitária aqui do outro lado.” (Associada, 37 a. – Associação B)

*“Fonte de renda, esse é o ponto principal, independência, somos independentes, aqui a gente é independente, a gente só depende da coleta seletiva, o resto é com a gente. **Organização, sempre. União, sempre.** Se tiver que se tocar (sic) de acontecer alguma coisa, com qualquer um dos associados, se unem todos e vão lutar a favor do associado e contra a pessoa que está fazendo mal para o associado. Se tocar de bater panela lá na frente da Prefeitura, porque eles não estão querendo dar os nossos direitos, vai todo mundo junto bater panela, entendeu? Esses são nossos*

objetivos... A gente procura sempre fazer valer os nossos direitos aqui dentro, sempre, sempre, sempre. E a gente sempre conseguiu, graças a Deus, tudo o que a gente queria.” (Associada, 20 a. – Associação B)

5.2.2.1. A lógica do respeito e a esfera pública

O reconhecimento de direitos e por consequência do estatuto de cidadão nas sociedades modernas, republicanas e democráticas se consubstancia, como já vimos, na noção universalista e igualitária de dignidade. Tal noção parte do pressuposto de algo que é comum a todos os seres humanos e que concorre para a institucionalização da igualdade através de definição de direitos consubstanciados no conceito de cidadania. Neste sentido, a implementação de políticas sociais, busca equalizar direitos, atenuar desigualdades e evitar estratificações perversas configuradas na distinção entre cidadãos e subcidadãos. Ao mesmo tempo, o princípio da dignidade se reporta à esfera pública e as sociabilidades secundárias que a caracterizam.

A lógica do respeito está referida antes de qualquer coisa a uma relação social de reconhecimento entre aqueles que participam da interação social, bem como uma tensão entre os princípios de hierarquia e igualdade. Para escapar da definição de respeito característica do senso comum nos valem da abordagem proposta por Pharo (2001) que irá compreender tal noção a partir de uma definição operatória. Assim, o respeito poderá ser definido enquanto relação social a partir da limitação da liberdade de ação de um indivíduo de modo a não atingir algo a que se confere valor – seja, a reputação, a estima social, a moralidade, a honra ou a dignidade – por ele reconhecido em alguém ou em um

objeto, ou ainda no valor que uma outra pessoa ou grupo social atribui a um objeto.

Mas, o discurso em torno do respeito aos direitos civis e políticos pode se constituir numa mera ficção jurídica sem o estabelecimento das condições materiais para o seu exercício. Ou seja, a institucionalização dos direitos sociais só se efetiva historicamente a partir das pressões das classes trabalhadoras e é no âmbito da ampliação desta esfera dos direitos atribuídos historicamente que Honneth conceberá as lutas por reconhecimento, ou seja, os conflitos derivados uma experiência de reconhecimento recusado ou de desrespeito materializam disputas em torno do conteúdo material, bem como do alcance social do estatuto de uma pessoa de direito. Neste sentido, a experiência do reconhecimento formal de uma ocupação, por exemplo, pode traduzir para os grupos sociais marginalizados o reconhecimento público de seus direitos enquanto indivíduos moralmente imputáveis. O que, por seu turno, contribui para estabelecer sua condição de pertencimento como membros de uma sociedade que compartilha com os demais membros os mesmos direitos. Mas, a questão que subjaz a abordagem de Honneth (2002) está ligada ao fato concreto de que o reconhecimento é mais sentido pela sua ausência do que pela sua presença. Ou seja, tal noção só é percuciente epistemologicamente na sua forma negativa. O mesmo também é válido para uma fenomenologia do reconhecimento, dado que tal conceito é verificável empiricamente apenas em termos de déficit, de falta, de recusa, De modo que, são as representações sociais da experiência de desrespeito que irão permitir inferir em que termos se constituem a auto-estima, o auto-respeito e o desrespeito que podem derivar tanto do reconhecimento, quanto de sua recusa.

De outra parte, nos termos das relações de reconhecimento social existe também um arbitrário cultural que privilegia as normas que constituem a identidade masculina em detrimento de uma identidade feminina. O que termina contribuindo para remeter as mulheres a uma condição subalterna. Mas, não estamos tratando somente da violência simbólica, mas principalmente das múltiplas formas de violência doméstica a que as mulheres são vitimadas. Tais

situações de invalidação social irão repercutir no déficit de participação das mulheres na esfera pública, o que poderá ser constatado nas falas das mulheres ao exporem a resistência anteposta por seus maridos a sua participação nas associações. Vejamos como tais questões são expressas na fala de uma dirigente de uma das associações de catadores de lixo:

*“as pessoas tratavam a violência com a maior naturalidade e aquilo apavorava muito a minha família que não tava acostumada, eu resolvi vir então trabalhar; **nos chamava a atenção a falta do respeito com os direito das pessoas.** Então eu fiz, (..) surgiu numa reunião do Orçamento Participativo a oportunidade de fazer um curso...”*
(Presidente da associação A, 52 a.)

E ainda:

*“O **reconhecimento da comunidade** quando eu vejo que aqui nos fundos tem uma série de materiais, uma série de coisas; e não tem cerca, não tem um cercado, que eu vejo que a comunidade; se não reconhecesse isso como seu ela com certeza; não teria um vidro inteiro, isso aqui não seria do jeito que é. Então eu acredito que a gente vai construindo com humildade; desculpa, por favor, vamos lá, se de repente a gente enfiou o cara onde não devia; simplesmente com toda humildade, desculpa, por favor, não foi por querer, vamos recuar; e essas pessoas não tão habituadas, com esses valores que a gente tá resgatando, as pessoas não tão habituadas dentro da Vila, ninguém tá habituado a dizer por favor, desculpa, não foi por querer, **o respeito**; não tão acostumados. Então essas são as nossas armas. Hoje nós não precisamos mais usar revólver... Então tu dizer – ‘tá, mas então me diz aqui’, eu ando sempre com a Constituição – ‘me diz aqui na Constituição que artigo é que está te beneficiando pra ti tirar o meu direito, então’ – tá, tudo bem, a senhora entra; e aí eu vou de porta em porta, vou ganhando alguns espaços.”* (Presidente da associação A, 52 a.)

Ao mesmo tempo, o recurso à moralidade presente na reivindicação por respeito invocada por esta última liderança se configura num recurso fundamental para a afirmação e reivindicação dos direitos destes segmentos sociais. Da

mesma forma, a demanda por respeito acaba configurando uma resposta prática às relações sociais de dominação tanto em relação à violência doméstica, quanto na reivindicação de reconhecimento social de sua existência enquanto setor organizado da população pelo Estado, bem como demais estratos sociais dominantes no sentido da luta por dignidade.

“(...) nós moramos com uma insegurança total, a gente sai todos os dias de casa com medo das coisas; o tiroteio, a violência, os estupros, **falta de respeito**; isso nós não tínhamos lá em Alegrete, o que nós tínhamos era ter que sair uma vez por ano por causa da enchente, mas aqui a gente sai todos os dias, todos dias tem alguma coisa; a gente dorme apreensiva, não dorme direito, fica preocupada quando alguém sai pra rua achando que não vai voltar.... Mas, foi interessante eu conhecer os direitos porque nas primeiras aulas de direito eu me identifiquei também com uma mulher vítima de violência. E identifiquei que a violência que eu sofria tava ali na Constituição que não precisava ser só tapa na cara; mas que a discriminação, toda uma série; a desconfiança, uma série de outras; a psicológica, a violência psicológica também era um fator capaz de ser denunciado e eu comecei então a socializar aquilo que eu conhecia; eu comecei a socializar com as outras pessoas.” (*Presidente da associação A, 52 a.*)

“Bom, mas mesmo assim, a gente já tinha dado um salto de catador informal pra associação, de associação pra federação e a gente necessitava então de ter uma instância que fosse maior do que isso. A instância em nível nacional. Então, através disso a gente começou a tá se articulando com os companheiros de Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro; e em 2001; em junho de 2001, a gente organizou e fez o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis que reuniu cerca de 3000 catadores e 2000 moradores de rua pra gente tá discutindo, trocando experiências e aplicando na prática todo o que a gente ia tirar de lá. E a partir dali se criou então uma instância maior que é o Movimento dos Catadores de Materiais Recicláveis, o MNCR. E dali a gente tirou um corpo que seria o corpo de; como é que eu posso dizer, representação do movimento. A

*gente não tem essa de tá tendo dirigente dentro do movimento. Existe os que tão organizando, não se tem um nome maior porque **não se existe hierarquização dentro do nosso movimento**. E a partir daí nós tava buscando projetos em nome de algumas entidades, mas em benefício dos catadores. Então o movimento cresceu. Eu hoje; um passo maior do movimento é nós tá organizando os catadores de rua, associando eles nas associações pra tá; eles, deixando essa vida de escravo que levam hoje e tá trabalhando junto com a associação. Esse é o trabalho maior no movimento que a gente tá buscando e outro é o **reconhecimento da profissão** que a gente já conquistou, hoje já é reconhecido pelo.” (Associado, 26 a. – Associação B)*

5.2.2.2. A lógica do respeito e a esfera privada

Remetida à esfera doméstica, a lógica do respeito pode revelar uma gramática da honra dando conta da significação social que tal noção pode assumir nas sociedades contemporâneas. Se em épocas pré-modernas a questão da construção da identidade dos indivíduos constituía-se a partir das posições estatutárias diferenciadas que conformavam as relações sociais de reconhecimento determinadas a partir das posições ocupadas pelos indivíduos na estratificação social destas sociedades, nas sociedades contemporâneas a noção de honra enquanto relação de reconhecimento social irá tipificar especialmente as sociabilidades que se verificam na esfera privada. Ou seja, no universo das sociabilidades primárias, as relações sociais tendem a ser caracterizadas por uma forte assimetria. A distinção de cada posição – definida pelo lugar ocupado nas relações de aliança e filiação e pela valorização hierárquica diferencial segundo o gênero masculino ou feminino nesta relação hierárquica – esta relacionada à construção e preservação da honra que se configura no valor a partir do qual cada família se percebe e é percebida no seio de uma comunidade pelas outras

famílias. Deste modo, o respeito à honra configura um conceito relacional e coletivo que delimita um agrupamento social, um grupo de pessoas concretas e não indivíduos abstratos. Portanto, a honra de alguém irá depender de sua postura ante ao conjunto hierarquizado de regras as quais esta submetida. Concretamente, a honra masculina e a honra feminina estão relacionadas e seu lugar será a esfera privada. Desta forma, por exemplo, a eventual desonra da mulher estará associada à ruptura com os valores que preservam uma identidade feminina sacralizada no âmbito da família e hierarquicamente sujeita ao poder masculino. Na mesma medida a manutenção da honra masculina estará remetida aos limites entre a esfera privada e a esfera pública estando ligada a sua função de provedor enquanto chefe de família.

Assim, a honra não se configura apenas numa relação de reconhecimento expressa na noção de respeito, mas também num capital social a ser preservado traduzido por um conjunto de signos bem visíveis derivados de uma estrutura social desigual e hierárquica. Ou dito de outra forma, se por um lado às solidariedades familiares e comunitárias se constituem num elemento gerador de integração social, por outro, deve-se reconhecer suas coerções, principalmente no tocante a questão de gênero. As seguintes falas ilustram a lógica do respeito no espaço privado:

“E eu me separei, quando me identifiquei vítima de violência, também; da discriminação do meu ex-marido, de dizer que eu saía pras reuniões, que eu não ia na reunião, que eu ia me encontrar com alguma pessoa, ele também via as outras mulheres, os traficantes que inviabilizavam os espaços das outras mulheres e que não inviabilizavam os meus e aí ele já começou a dizer que eu tinha caso com algum traficante que às vezes os traficantes me esquentavam as costas e eu comecei a reverter aquilo em ato de violência, ao invés de tu ficar dizendo isso porque tu não me apóia, porque tu não enxerga as coisa (sic) que eu tô fazendo, - Ah, porque tu não fica em casa, não lava as roupa dos teu filho, olha as roupa tudo no tanque, olha só..., cadê minha comida. E aí eu comecei a colocar as coisa; tu fica em casa o dia todo, tu não pode cuidar das criança; eu estou lá limpando a Vila pra o dia que elas tiverem já com idade suficiente pra andar de

bicicleta que elas tenham as ruas, que elas tenham direito de andar de bicicleta. Não estejam hoje que nem eu, que nem minha família que é de adultos que se enfiam debaixo da cama quando começa o tiroteio; mas que o tiroteio comece acabar dentro da Vila, e eu tô fazendo isso. Então eu achava que ele ao invés de ajudar, colaborar, ele me tratava; e por muitos anos eu achei que aquilo era um pouco normal; muito embora eu seja essa pessoa perceptiva eu comecei a ver assim – mas não é possível, eu não faço nada errado, e como é que eu tô sempre justificando dizendo – mas tu tava na rua, tu tava assim, tu tava fazendo isso e aquilo; - não, mas eu te juro por Deus nosso Senhor, eu não tava, eu tava fazendo... E aí eu ficava dizendo tudo que eu fazia; o que a maioria das mulheres até hoje fazem e que eu sou uma grande incentivadora de fazer o contrário; não justifica, se justificou eles já querem mais e mais, você te desgasta, te cansa e não te leva a nada, tu acaba ainda tomando um tapa na cara e ainda desgastada de tanto falar, justificar coisa que tu não fez. Então quando eu me separei eu tive mais facilidade de fazer tudo, porque aí não tinha que prestar conta pra ninguém, eu ia em todas as reuniões, meus filhos bancavam o gasto da casa e eu comecei então a ir atrás e infelizmente no momento que eu me separei eu comecei a enfrentar algumas dificuldades dentro da Vila; das próprias mulheres, as que não tinham coragem, talvez as que quisessem fazer as mesmas coisas que eu fazia, então elas eram as primeiras; quando um marido; um homem chegava em casa – ‘tu não é a terça parte que a Marli é, se tu fosse, se a Marli tivesse mais parceira garanto que’...” (Presidente da associação A, 52 a.)

Na fala seguinte, da mesma liderança comunitária, se evidencia uma lógica do respeito em tensão com as hierarquias que conformam o espaço doméstico naturalizando a violência:

“Uma das lutas foi o, porque o estupro nós fomos campeões aqui, até 96 nós éramos os campeões do estupro; e uma das lutas que as mulheres todas compraram foi a violência, e a doméstica era pior às vezes. A violência doméstica era aquela que todo mundo achava ‘ah, porque é homem mesmo; tem que deixar’. Eu lembro uma vez que uma menina ficou grávida do padrasto e aí a menina veio aqui falar comigo pra mim ir lá falar com a mãe dela, que ela queria fazer um aborto e eu fui lá falar com a mãe dela – Não, ela tem medo, tem que ficar grávida mesmo; porque

olha só, ela sabe que ela tem um padrasto, que o padrasto dela é tarado; a mulher esposa do padrasto; fica com esse shortzinho, olha o shortzinho que ela anda. Hoje ela é nossa aqui, mas olha só a cultura que as pessoas tinham antes de achar que aquilo era normal. Isso foi uma luta muito grande das pessoas que sabiam que aquilo não era normal, de começar a convencer as outras de ver aquilo como uma coisa horrorosa. Que nem hoje a gente vê o tratamento da AIDS, que ainda nós somos os campeões em AIDS, como é que a gente vai fazer com que essa gurizada, com que as pessoas comecem a usar camisinha; passem a usar isso como uma coisa elementar na sua vida, a proteção contra a AIDS, e a gente fala na camisinha, em AIDS, em sexo, em orgasmo, tesão; com a maior naturalidade e todos esses assuntos considerados tabus antes; porque a primeira vez que eu abordei um assunto desses eles disseram – ‘ah, como a Marli é bagaceira’, disseram ai que horror. Gente eu trouxe camisinha, nós temos comprimido, a gente pode ir no PSF, vai no SUS, vai em tudo que é lugar, na Secretaria da Saúde, eu vou buscar; me dêem o número, o nome do comprimido que eu vou pegar; não precisa vocês – ah, não tomei comprimido, não tinha dinheiro pra comprar, não é. Hoje a gente já brinca, brinco com os guris – oh guris, chegou camisinha mas só tamanho grande, aí eles tudo se atiram na camisinha pra dizer que eles tem o maior do mundo. – oh, o tamanho pequeno não veio, nem o mini, só veio GG; aí eles – ah Marli, é comigo mesmo. Então a partir do momento que a gente fala isso com a maior naturalidade, que hoje eles falam, **isso não é falta de respeito aqui**, eles dizem – oh Marli, hoje tem um baile aí, tem GG aí, tem camisinha GG? Antes era um horror, a primeira vez que eu trouxe, que nós fizemos uma conversa eu trouxe um pênis de borracha do GAPPA; fui lá e pedi, meu Deus, eu fui mal falada assim, vagabunda; as mulheres me chamavam de vagabunda. Ah, tudo bem, deixe que eles falem, hoje é natural; hoje as associações me convidam pra mim ir lá fazer uma conversa; - Marli hoje nosso tema, qual é o tema de hoje? É o orgasmo. – Ah ótimo, vamos lá falar de orgasmo. E não vou lá falar no sentido científico do orgasmo; eu falo no sentido nosso, como é que nós sentimos, quê que é, que sensação tu sente, se tu sente, mas porque que tu não sente, o quê que tem que sentir. Eu levei uma turma de mulheres; a Ester Grossi uma vez – Ah, Marli, á passando um teatro lá no São Pedro e a gente quer levar muitas mulheres; muitas mulheres que se encantaram quando viram no teatro e todo mundo fala isso e eu digo – mas porque aqui vocês se encantaram mas eu chego lá na Vila, falo a mesma

coisa que as atrizes aqui falam e vocês acham um horror, me chamam de bagaceira.” (Presidente da associação A, 52 a.)

E a constituição da associação é percebida como estratégia de subsistência para as mulheres ante sua dependência em relação ao poder masculino. Tal é o que se destaca nos depoimentos seguintes:

“Eu acho que, mais ou menos, é o que eu acho de mim, né? Todas aqui cresceram, todas aqui melhoraram, todas aqui já discutem, todas aqui participam de qualquer reunião, sabe? Debatem. Inclusive as mulheres passaram a conhecer o seu direito como mulher. Antigamente, antes de existir o CEA, a maioria das mulheres apanhavam na cara porque não tinham onde trabalhar. E, a partir do momento que elas vieram pra cá, não só tiveram oportunidade de trabalhar e ajudar financeiramente, como começaram a aprender os seus direitos, né? Que o homem não tem que bater na cara, não tem que xingar. Então, a mulher se fortaleceu, né? E isso acontece com quase todas nós.” (Associada, 41 a. – Associação A)

*“Ah, eu acho que a minha vida mudou. Aprendi muita coisa, um pouquinho cada dia, a gente aprende bastante coisa. Eu me sinto outra pessoa, eu me sinto feliz. Eu tenho meu dinheiro, **não dependo do meu marido**, posso comprar o que eu quero. Chego aqui e digo que não tenho dinheiro, as gurias me dão um valesinho. Eu acho que a gente depender da gente mesmo é uma grande coisa.” (Associada, 33 a. - Associação A)*

“É que as mulheres não sejam maltratadas pelos maridos.” (Associada, 30 a. - Associação A)

“Diziam que dava muita briga, confusão, muita fofquinha, eu tava sempre metida em confusão, briguinha, ciúme de mulher com o marido da outra.... Só dá fofoca, confusão.... Uma fofoca da vida da outra, mas nada que dê cadeia... Mas, eu apanhava do meu marido...’ Hoje, sou separada, me separei... Foi assim, quando eu comecei a trabalhar aqui ele disse: ‘O que que tu quer trabalhar no meio do lixo, tu não precisa disso.’ Mas ele não dava nada também. Aí eu disse que ia ser independente e queria trabalhar pra poder sustentar meus filhos. Comecei a trabalhar e ele achou que eu não devia trabalhar, me batia muito e eu disse: ‘Agora

mesmo é que eu vou trabalhar.’ E fiquei, e ano passado eu mandei ele embora. Começou a bater nos meus filhos, sempre brigando com as minhas crianças, aí mandei embora... Mas, atualmente estou com um companheiro.” (Associada, 26 a. – Associação A) 6 filhos

“Ontem teve um atrito e eles já acham que nós somos umas pessoas dominadas, porque os homens que são maridos das minhas colegas não gostam da presidente do galpão porque acham que ela é uma pessoa que tá levando as mulheres pra um mau caminho. Brigam em casa por causa dela. Pegam raiva da Marli por causa das mulheres e ela passa coragem pras mulheres. Mostra que elas não têm que ficar só cuidando de filho, só na frente do fogão e não se cuidar, se arrumar, se pintar ou sair um dia que for. Daí as mulheres começam a fazer isso e eles falam que aqui é um antro, que elas entram aqui e se perdem. Mas elas não se perdem, elas se acham mesmo, se reconhecem. Eu trabalho aqui todo esse tempo e nunca deu problema nenhum de falar que anda com fulano, com sicrano. É que tem mulheres que ficam muito tempo com os maridos dentro de casa achando que são os únicos homens que vão gostar delas, vão morrer com eles, daí elas saem, e aqui dentro, como tem bastante homem solteiro, se interessa por uma, elas também se interessam, só que a Marli sempre botou em reunião, quer namorar com alguma mulher mesmo ela tendo filho o homem tem que estar consciente que vai pegar ela e os filhos, jamais ela fala pra pegar a mulher e deixar os filhos com o marido, e daí é onde acontece. A mulher vê que em casa ela está sendo agredida e aqui dentro tem um colega, porque começa muito como colega e depois vê que tem interesse, que tá dando valor pra ela, ela larga o marido e fica com a outra pessoa. Acontece. Agora parou um pouco, mas antes acontecia e é onde eles falavam que é a perdição, que entram as mulheres casadas e saem solteiras.” (Associada, 22 a. – Associação A)

“têm maridos que não gostam muito. Eu, no começo, briguei muito com meu esposo, pra poder ficar aqui. Eu já sei por mim. Briguei muito com ele pra poder está aqui até hoje. Às vezes ele diz: ‘Porque tu não sai de lá, porque de certo tu tem alguém lá’. Eu digo: ‘Não, não é.’ É porque eu já estou acostumada aqui dentro. Então, aí, não tem um motivo assim.” (Associada, 30 a. – Associação A)

Como pôde ficar patenteado nos depoimentos acima, a participação na associação concorreu para romper com um determinado padrão cultural caracterizado pela dominação masculina no âmbito das sociabilidades primárias. A possibilidade de constituir novas relações sociais, de forjar um tipo de sociabilidade secundária no qual as hierarquias são reconfiguradas, a partir do questionamento da tutela masculina propõe uma nova inflexão á lógica do respeito em direção ao reconhecimento do princípio da dignidade e mesmo do princípio da autenticidade expresso no entendimento de que cada um de nós possui uma maneira própria de viver a vida que deve ser experimentada de modo original e autêntico.

5.2.3. A construção da identidade

Temos abordado a questão da identidade a partir da configuração de três registros fundamentais, quais sejam: o registro da integração social, o registro da ação estratégica e o registro da subjetivação. No âmbito do primeiro registro, a identidade dos trabalhadores em associações de reciclagem de lixo se conforma a partir dos modos de inserção social predominantes nos curso dos processos de socialização. Neste caso, a conformação da identidade é mais nítida na primeira associação, pois tendo em vista que as associações são constituídas em sua maioria por mulheres, a admissão pode implicar na ruptura com as formas de sujeição preponderantes na esfera doméstica com a assunção de uma identidade de gênero. Esta questão é desenvolvida numa das associações a partir da discussão de direitos com o intuito de romper com as formas de discriminação e invalidação social das mulheres ainda presentes na comunidade. Entretanto, tal inflexão na definição de uma identidade de gênero permanece restrita nesta associação à redefinição das sociabilidades primárias, ou seja, trata-se de um movimento em direção ao espaço doméstico da comunidade, não engendrando

formas de ação coletiva que sejam indexadas por outras categorias que não a de gênero tendo em vista mesmo a extrapolação do universo da comunidade. Tais questões também são objeto de discussão na segunda associação, entretanto, ao invés de nelas ficar encerrada, há a definição da identidade no âmbito da racionalidade estratégica. É nestes termos, que os trabalhadores desta associação reivindicaram o reconhecimento de sua identidade enquanto catadores, justamente para demarcar sua condição ante a outros possíveis termos de identificação marcados por uma aceção mais "neutra" ou mesmo técnica de sua ocupação. É interessante notar a representação que uma catadora faz sobre a palavra "trabalhador": segundo seu entendimento seriam trabalhadores todos aqueles que possuem um salário fixo, o que de fato não contempla a figura daqueles que vivem ao sabor da incerteza numa situação extremamente precária. Assim, os catadores ao afirmarem sua identidade perseguem o reconhecimento de sua dignidade, bem como a própria condição de cidadão, que do ponto de vista dos direitos sociais lhes é negada.

Poder-se-ia relacionar ainda a teorização acerca do reconhecimento social com a afirmação identitária presente nas lutas levadas a cabo pelos catadores organizados nas associações de reciclagem de lixo. O que clama por reconhecimento nestes termos seria a identidade cultural específica de determinados grupos sociais. Pois, o reconhecimento recusado se consubstancia na depreciação de tal identidade pelos indivíduos pertencentes aos grupos sociais dominantes e por conseqüência dano moral infligido aos indivíduos pertencentes ao grupo social subalterno. A proposição da identidade de catador de lixo se inscreve num movimento que busca corrigir os efeitos nocivos e prejudiciais na auto-imagem dos trabalhadores em associações de reciclagem de lixo mediante a refutação do eventual conteúdo pejorativo desta imagem projetada pela representação cultural dominante. Mas, tal reivindicação de uma identidade como a de catador passa ao largo de uma política identitária, pois não estamos tratando aqui propriamente da afirmação de identidades coletivas, mas antes, conforme Fraser (2003), do reconhecimento de um estatuto social. Ou seja, trata-se de uma determinada ordenação das relações sociais resultantes de padrões culturais

institucionalizados que configuram um estatuto depreciado para alguns indivíduos e grupos sociais face aos indivíduos pertencentes aos grupos sociais dominantes nas interações sociais estabelecendo desta forma um regime de interação hierárquico. Neste sentido, o reconhecimento recusado não implica necessariamente na depreciação e deformação de uma identidade coletiva, mas, sim a sujeição e discriminação social, ou seja, o impedimento da participação igualitária na vida social. A reparação deste tipo de patologia social demanda uma política de reconhecimento, o que não significa uma política identitária. Tal reivindicação de reconhecimento busca rever o processo de invalidação social presente num determinado estatuto social atribuído, para desta forma superar a discriminação e violência simbólica procurando recolocar determinados indivíduos, no nosso caso específico, os catadores de lixo, reconhecidos de maneira distorcida como membros de plenos direitos de uma sociedade que os avilta e despreza. Ou, dito de outra forma, com a reivindicação pelo reconhecimento de uma ocupação, enquanto catador de lixo, procura-se revisar as condições sociais que relegam determinados indivíduos a uma condição de subcidadania de modo a possibilitar sua participar no mesmo patamar de igualdade dos outros cidadãos.

Assim, a questão do reconhecimento a partir do estatuto social demanda a avaliação dos padrões culturais institucionalizados que definem os contornos da posição social ocupada pelos indivíduos. Nas situações em que tais padrões configuram os indivíduos como pares, com as mesmas condições de participar no mesmo patamar que os demais na vida social, então estaremos diante de um reconhecimento recíproco e, portanto, de um regime de interação igualitário. Entretanto, quando nos deparamos com padrões culturalmente institucionalizados que definem alguns indivíduos como estando numa permanente condição de déficit, como subalternos ou marginais ou ainda imperceptíveis conforme as representações sociais dominantes, por consequência, como algo passível de menoscabo, de descrédito e depreciação na comparação possível com os membros plenos na interação social, então estamos diante do reconhecimento recusado e de uma subordinação estatutária. Nesse sentido, os depoimentos que

seguem ilustram a lógica da subjetivação dos catadores de lixo das duas associações pesquisadas:

“(...) a discriminação social pelo fato de eu ser mulher; que é muito difícil a gente trabalhar pela discriminação; que mulher não sabe fazer, aí o fato de eu ser mulher pobre isso já multiplica um pouco a discriminação; o fato então de eu ser mulher, pobre e negra isso a gente multiplica por sete e o fato de eu ser mulher, pobre, negra e moradora da Vila Pinto isso então cria algumas barreiras que a tudo eu abro com a Constituição, abro com exemplo. Ninguém hoje pode dizer que a gente não fez coisas, que eu não tô fazendo alguma coisa que as pessoas hoje se orgulhem... Assumi eu como Marli; traz pessoas então uma identidade de mulher... É, de mulher que sabe o que quer, que sabe lutar, que conhece os direitos, que tem a cabeça erguida, porque eu digo – gente, quando a gente caminha muito com a cabeça enterrada a gente não percebe o valor que um olhar tem e pessoas que caminham de cabeça baixa sinaliza que é um perdedor e nós não somos perdedores, nós somos vencedores; nós vencemos uma série de barreiras por isso que nós temos sempre que andar de cabeça em pé, porque todo mundo andando de cabeça em pé vai possibilitar vocês verem a amplitude de um caminho que a gente tá.. .Então (...) da poesia que ninguém mais tá acostumado a ouvir poesia, e esse Centro Cultural é um programa assim que não é específico mais pros adolescentes, quem buscou isso foi as mulheres; as mulheres todas me intimaram – não, não vamos fazer a creche agora, que o primeiro programa ia ser a creche. Eu disse, não vamos fazer a creche porque aí quem tá no turno da tarde cuida das crianças do turno da manhã e do turno da manhã cuida das crianças do turno da tarde; 6 anos nós não temos preocupação, a preocupação são os adolescentes que tão na mão-de-obra do tráfico, são os (...); porque nós saímos e eles entraram direto. Então nós precisamos criar um espaço pros adolescentes. Então isso é uma busca, que hoje elas estão todas aqui também inseridas; tem uma sala de costura que todo mundo buscou, hoje elas já fazem também aula de informática.” (Presidente da associação A, 52 a.)

“Porque muita gente entrou aqui de um jeito meio tímido, né? Que sofria violência, uma coisa assim... E de tantas reuniões que a gente fazia, e como aqui a maioria é mulher, né? Então, quem vence sempre, né? A prioridade sempre,

aqui dentro, é das mulheres. Então, elas ficavam mais vaidosas, mais mandonas. Eu acho que sim, acho que mudou, acho que ajudou bastante a mudar a auto-estima.” (Associada, 25 a. – Associação A)

“Ah, elas nos chamam de lixeiras, que mexe no lixo, um monte de coisas, mas não dou tanta bola, eu não dou bola, a gente trabalha porque a gente precisa... No caso a gente que limpa os lixos que eles mandam.” (Associada, 20 a. – Associação A)

“Vejo numa boa, pois melhora nossa auto-estima, a gente que é mulher tá sempre apanhando em casa. Sai pra trabalhar, é um privilégio trabalhar aqui. Adoro trabalhar aqui e se não me botarem na rua não saio, e se me botarem eu tento voltar... As mulheres, quando entram aqui são tão feinhas,(sic) depois começam a se arrumar, ficam mais bonitas, começam a sair, porque não saíam, ir a baile, passear. Elas mudam muito aqui. As identidades mudam as auto-estimas delas.” (Associada, 26 a. – Associação A)

“Deu muita coragem pra elas. Eu não sou uma, mas tem muitas delas que são espancadas, com medo, e uma passa pra outra a experiência de vida, fala em assembléia, mas depois que eu entrei aqui eu vi que com a Marli dando depoimento, as outras tiram proveito, se a minha colega é mulher como eu e não aceita apanhar do marido e reage eu vou fazer a mesma coisa. É uma força que passa de uma mulher pra outra sem perceber, mas foi reconhecido isso porque foi mostrado pra gente. E tem algum valor não é como o marido chega dizendo que tu não presta e ela fica quieta num canto. É mostrado valor pra mulher. É isso que a gente conversando vê que a maioria passa. Teve bastante mulher que apanhava, o marido não deixava se pintar, não deixava sair. Hoje, quando tem festa, essas mulheres que não podiam sair nem se pintar são as que vêm mais arrumadas e pintadas e vem com os filhos. E se os maridos dizem que não vão vir elas dão um pau nos maridos e vem.” (Associada, 22 a. – Associação A)

“É, elas começam a conhecer outro lado delas que elas não tiveram oportunidade... Elas vêem só aquele lado de mãe, de ficar cuidando dos maridos, de não viverem pra elas, e aqui não, aqui é passado que elas tem que viver tanto pra elas quanto pros filhos e pros maridos, principalmente pra elas que vem buscar pra levar pra dentro, então ela que tem que

se conhecer melhor e eles não aceitam isso porque querem mulher submissa... Antigamente, lá no tempo da minha mãe, nem tudo que o homem faz a mulher pode fazer, e hoje em dia não, se o homem sai a mulher tem direito igual. Se ele vai só sair, a mulher também pode sair, porque os dois trabalham a semana toda e tem direito igual, que é a única coisa que nós estamos botando uma lei. Chega em casa e diz que pode sair mas no fim de semana que vem fico em casa. Muitas fazem assim. Meu marido fala que vai sair na sexta-feira eu falo que fico em casa cuidando dos meus filhos, não quer sair comigo tudo bem, mas sábado eu vou sair, vou na casa de uma amiga, às vezes não é muito pra festa, é uma vai na casa da outra, sabe, final de semana, conversa, até porque conversa muito de serviço, vê o que que tá achando, e quando vem trabalhar expõe também o que passou no final de semana. Mas os homens não aceitam, eles querem que eles saiam sexta, sábado e domingo e a mulher fique sexta, sábado e domingo em casa e ainda não pode fazer cara feia, tem que ficar contente. Muitas aceitavam isso, agora não.” (Associada, 22 a. – Associação A)

“Porque aqui é assim, se entra uma mulher aqui no galpão meia fraca, fragilizada que o homem bateu, porque o filho judia, a gente ajuda, a gente se une, a gente conversa, a gente explica, a gente fortalece e as mulheres saem daqui mais fortes. Todas as mulheres que trabalharam aqui saem diferentes, como a gente costuma dizer: ‘nosso povo é diferente’... Diferente porque cresce como pessoa, como mulher, sabe falar, sabe se defender, conhece seus direitos, conhece o direito dos filhos, sabe ir numa escola e discutir, conversar com o professor. Um exemplo: eu tive um problema com um filho meu esses dias, adolescente, né? Veio querendo incomodar e o professor pegou e discutiu com ele. Aí, eles vieram me cobrar do mau comportamento do menino, né? Tá tudo bem, tá certo, cobro que me chame, mas e o professor que falou um nome pro guri, um palavrão, como é que vocês agem com o professor que errou com um aluno, sabe? Então, elas ficam já meio: ‘opa, como é que tu sabe que o professor tem que ser cobrado?’ Tem que ser cobrado sim. Então ele não tem condições, ele não tem perfil pra lidar com adolescente. Tudo isso a gente aprende, então, a gente realmente se torna diferente. Antes, eu ia pra sala de aula, me chamavam pra fazer queixa de um filho meu, eu baixava a cabeça e chorava, hoje em dia é diferente, por isso que as mulheres daqui são diferentes.” (Associada, 41 a. – Associação A)

“Pra mim tudo de bom, quando entrei aqui aprendi muitas coisas que eu não sabia, é muito bom, muito maravilhoso, não tem nem palavras de tão bom que é pra mim. Aprendi muitas coisas, porque como eu era casada e apanhava muito, passei muito trabalho, entrei pra cá mudou muito a minha vida.” (Associada, 25 a. – Associação A)

*“Nós estamos tentando, como eu falei, a gente não tinha uma noção do que era trabalhar juntos e estamos tentando mudar a cabeça das pessoas que hoje trabalham individualmente para trabalhar junto com nós (sic). É que na verdade, hoje um catador de rua é visto como um marginal. E eles estando com o EPI [Equipamento de Proteção Individual], ele estando bem equipado, ele vai ter livre acesso de entrar dentro de uma casa e, se sumir alguma coisa, a pessoa vai saber onde procurar ele, se botou alguma coisa fora do normal no lixo, vai saber onde encontrar ele. Então, na verdade, o que a gente quer? A gente não quer que eles continuem sendo um catador de rua, e sim um catador aonde tem um núcleo aonde eles possam chegar e dizer: “Eu sou dali, eu faço parte dali”. Isso é muito importante, assim, **porque morador de rua, na verdade, não existe morador de rua, existem aquelas pessoas esquecidas.** É isso que a gente está tentando resgatar hoje. Nós temos um Movimento, na verdade, ele está fazendo um trabalho em vários pontos da cidade, começando lá pela entrada da cidade, na Castelo Branco, aonde a gente está tentando mudar o conceito das pessoas e mostrar para eles como não é aquilo que eles estão pensando, que um catador de rua tenha que ficar catando na rua e seja explorado pelos intermediários. Eles têm como trazer o material deles para dentro de uma Associação e ganhar a mesma coisa que nós. Não que o nosso lucro hoje seja imenso, devido de que muitos intermediários pegando o material de caminhão na rua estão tirando o nosso sustento, mas como é que nós vemos isso? A gente vê que é uma maneira de eles tentarem nos puxar para o lado deles, mas unidos, com a formação do Movimento, tentando puxar esse pessoal, e estamos conseguindo, a gente vai mostrar para eles que não vamos ficar nas mãos deles. Nós somos fortes também. Nós temos... Tudo o que eles têm, nós também temos. A única coisa que eles têm a mais é um caminhão, mas isso aí nós temos como buscar, nós vamos buscar verba, vamos buscar apoio, ajuda de outras pessoas. E como existem bastante*

peessoas dizendo assim que como: “Ah, eu acredito que vai mudar... Vamos mudar aquilo ali!”. Então, eu acho assim, que essas pessoas que muito criticam hoje a gente, vai poder colocar essas pessoas do nosso lado e mostrar como eles ao invés de criticar, se eles fizessem alguma coisa, hoje estaria bem melhor, com certeza.” (Associada, 37 a. – Associação B)

Na fala seguinte, a mesma catadora afirma sua identidade a partir da distinção em relação àqueles que são trabalhadores assalariados:

“Somos catadores. A gente nunca usa a palavra ‘trabalhadores’, quem trabalha, na verdade, trabalhador, ele tem um salário fixo, e nós não. Nós somos catadores, nós nos identificamos como catadores, nossa profissão é essa. A gente está conseguindo e vamos conseguir com certeza colocar isso aí futuramente até provar para todo mundo como isso é uma coisa que dá certo.” (Associada, 37 a. – Associação B)

“A princípio a **nossa identidade** foi assumida enquanto **catador de material reciclável**. Então antes existia selecionador, triador, reciclador, catador, recolhedor; um monte de nomes. Pra cada região é um nome. A gente fez um estudo; o corpo técnico que o movimento tem, foi feito um estudo onde foi passado que a gente descobriu o que significa cada nome. Coletor é aquele que só coleta, triador é aquele que só tria, é muito isso. E o reciclador não é esse que tá aqui botando a mão, triando e tal...Esse é o catador. Porque ele coleta o material de qualquer forma; ele coleta o material, tria mesmo que seja pela Prefeitura, mas é coletado, ele vai tria o material, ele vai comercializar em fábricas o material. E aquele; o reciclador pega os fardos e transforma; esse é o reciclador. E a gente então assumiu enquanto cadeia nacional o de **catador de material reciclável**. E, prá nós tá fazendo uma classe diferente, uma classe social diferente de outras, buscando opiniões próprias, buscando envolvimento próprio, autonomia, tudo, tudo o próprio movimento tá fazendo.” (Associado, 24 a. – associação B)

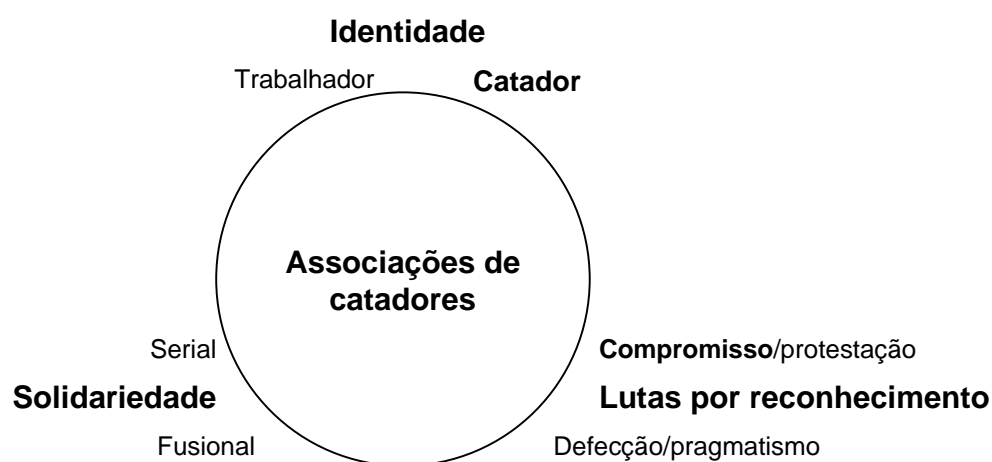
“Muitas pessoas acham que por tu estar trabalhando no meio do lixo... Pra mim isso aqui não é lixo, entende? Eu me sinto

*bem aqui. Eu sempre costumo dizer, geralmente, quando as pessoas perguntam: ‘tu gosta de trabalhar aí?’ Eu gosto. Eu estou fazendo a minha parte, se cada um fizesse a sua parte como eu estou fazendo aí, eu acho que nós teríamos um mundo bem melhor. Nós não teríamos essa bagunça, esse lixo urbano, esse ar poluído que existe hoje, essas enchentes que, choveu um pouquinho, tudo que é boca-de-lobo está entupindo, por quê? Por causa do papel, do plástico, das coisas que vão ali pra dentro, por as pessoas não fazerem a sua parte, não pegar e não separar isso, não guardar ali pra ir pra uma associação, ou que seja um ‘carrinho’ que passe e leve. Eles não fazem isso, eles simplesmente vão passando, vão atirando e deu, ou largam em um terreno que não tem ninguém, terreno vago coisa assim. Eles não se interessam, eles não se importam no que vão deixar amanhã depois, qual é o mundo que eles vão deixar para as futuras gerações, para os próprios netos, netas deles. Eu acho que se cada pessoa se interessasse um pouquinho, seria bem diferente. Se cada um fizesse a sua parte, no caso, **por isso eu valorizo meu trabalho.**” (Associada, 44 a. – Associação B)*

“Existe. Bom, a gente já foi até Brasília porque nós queremos a regulamentação da nossa profissão. Nós queremos que isso seja aceito como uma profissão. Que não seja uma coisa excluída da sociedade, que seja uma coisa incluída. Não é porque a maioria não tem estudo ou coisa assim ou porque a gente trabalha no meio do lixo que isso não é uma profissão. Isso é uma profissão tão digna como a de um médico. Um médico trata com os doentes, nós estamos tratando com o meio-ambiente. Então nós também somos os doutores. Na nossa profissão nós também somos, com estudo ou sem estudo, nós também somos.” (Associada, 42 a. – Associação B)

Recapitulando a configuração das lógicas da ação, podemos apresentá-las sinteticamente através da figura que segue logo abaixo, na qual são ressaltadas as formas de integração e inserção sociais predominantes nas duas associações investigadas, ou seja, a solidariedade fusional que resulta da efervescência produzida pela mobilização e engajamento nas lutas sociais e a solidariedade serial derivada da ascendência carismática exercida por uma liderança

comunitária sobre uma das associações, e, no âmbito da racionalidade estratégica, as lutas por reconhecimento de segmentos sociais marginalizados e discriminados socialmente. Neste aspecto, trata-se da reivindicação pelo reconhecimento de um estatuto social afirmado a partir do comprometimento individual dos catadores principalmente quando se trata da segunda a associação¹⁸⁸, pois, quando de trata da primeira associação¹⁸⁹ constatamos uma a presença de certo pragmatismo no campo de possíveis de algumas das catadoras entrevistadas. Assim, tem-se a seguinte configuração:



Ao mesmo tempo, a análise do reconhecimento recusado contribui também para revelar regimes de interação hierárquicos que se reproduzem através de padrões culturais institucionalizados historicamente, e cuja presença se manifesta quando a relação social é condicionada de modo a impedir a participação igualitária. Os exemplos de tais práticas se distribuem em formas variadas de

¹⁸⁸ Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis do Loteamento Cavalhada.

¹⁸⁹ Centro de Educação Ambiental.

estigmatização social e denunciam quanto a interação social pode ser regulada por um padrão cultural institucionalizado que constitui algumas categorias de indivíduos como aceitáveis outras como discrepantes em relação a norma. É o que pode ser ilustrado com a seguinte fala:

*Muitas vezes, a gente sai na rua tem pessoas que têm nojo, sabe? Se a gente sai assim com o jaleco, mostrando o que a gente faz, ah, já ficam com aquele olhar, aquele olhar chato, aquela coisa assim... **Discriminando os catadores.** Se tu vai fazer uma coisa na rua, muitas vezes pra ir no banco aqui pra depositar algum dinheiro no banco, o pessoal vai assim [aponta para a roupa]. Já ficam assim olhando meio de baixo pra cima, sabe? (Associada, 20 a. – associação B)*

Por conseguinte, o não reconhecimento implica quase que na interdição para alguns indivíduos do próprio estatuto da cidadania na medida em que não podem exercer seus direitos plenamente participando nas interações sociais no mesmo patamar de igualdade que os outros cidadãos. E quando isso ocorre se configura uma forma de injustiça social passível de demandar a reivindicação pelo reconhecimento da igualdade ou da diferença. É neste sentido, que para Fraser (2003), a política de reconhecimento deve desinstitucionalizar os padrões culturais que impedem a participação igualitária ensejando as condições para torná-la possível. Nestes termos, o reconhecimento tratado a partir do modelo de estatuto ao concentrar-se nos efeitos das normas institucionalizadas sobre as capacidades de interação e não numa identidade coletiva reificada.

5.3. Os regimes de interação: entre a hierarquia e a igualdade

Existe entre as associações investigadas uma acentuada diferenciação em relação aos regimes de interação predominantes. Na primeira associação, as relações sociais permanecem acentuadamente pessoalizadas. Se a participação das mulheres na associação concorreu de algum modo para desnaturalizar a violência doméstica que marcava o espaço doméstico rompendo em parte com os valores que a legitimavam, não se pode afirmar que tal participação não esteja carregada das hierarquias que caracterizam as sociabilidades primárias. Pois, como está estampado nos vários depoimentos de membros desta associação, que seguem logo abaixo, há uma nítida dependência deles em relação à presidente da associação, que é vista encarnando uma figura materna e protetora não somente contra o despotismo masculino, mas também contra o mundo abstrato e impessoal das normas e leis situado além da comunidade onde se enraíza a associação. Aqui, a definição proposta por Dumont (1999), de hierarquia enquanto uma relação social onde há o englobamento do contrário está presente nas representações das relações tramadas na associação feitas pelas catadoras. Pode-se dizer que prepondera nesta associação uma sociabilidade híbrida marcada por um regime de interação hierárquico. As seguintes falas ilustram tal situação:

“todas são obrigadas a participar... São obrigadíssimas. E hoje, já houve numa sexta-feira de eu não poder fazer a reunião porque tinha uma agenda e aí eles me cobraram – Não, não, a nossa reunião tem que ser uma coisa religiosa, tem que ser respeitada, nós não podemos abrir mão. Hoje eles já querem reunião, não passam sem reunião. Porque o quê que a gente discute numa reunião? A gente discute todos os problemas que a gente enfrentou, se enfrentou problemas na semana e discute na reunião, não pode discutir separadamente. Ninguém pode levar pra casa ou levar pra Vila ou levar pro resto da comunidade problema que tem que ser discutido aqui. Então se guarda e na sexta-feira se

discute. Se discute – olha Marli, acontece o seguinte; quem coordena a reunião geralmente sou eu; acontece o seguinte, o fulano lá falou nome feio pra mim e como isso não tá no regulamento, no regimento interno eu aconselho que a gente pense que providência vai tomar com ele.” (Presidente da associação A, 52 a.)

A predominância da liderança da associação estabelece uma forte assimetria em relação aos demais associados. É o que se pode depreender da seguinte fala:

“Eu boto prá rua se o caso for muito grave, dá um gancho de três dias pra pessoa refletir; e quando a pessoa ela terminou os três dias, ela refletiu, ela tem que dizer o que ela refletiu, ela tem que dizer em que momento tu pensaste no trabalho que tu levaste três dias sem ganhar nada, tu levaste três dias só brincando, só aproveitando que tu não tava vindo trabalhar; em que momento tu refletiu sobre o que tu fez? E aí a pessoa tem que dizer – olha, eu refleti o seguinte; fiquei pensando que quando eu tô aqui o meu filho não fica sem isso,..., eu tive problema em casa, eu não podia vir aqui pra alguém me auxiliar, comecei a pensar; às vezes me deitava ficava pensando se eu ficasse sem esse trabalho como é que ia ser, ficava querendo que o tempo voltasse atrás pra mim não ter feito aquilo que eu fiz. Tem outros que dizem assim – fiquei com vergonha dos meus vizinhos por que os meus vizinhos começavam ‘ué, não foi trabalhar hoje?’ e aí eu fiquei com medo que eles achassem ‘bem, virou vagabundo’. Então tem uma série de reflexões que eles dizem no grupo e que sucedem às vezes; quem já tomou o gancho diz assim: ‘realmente, foi bem assim que eu pensei também, bem assim que eu refleti, que legal que ele teve..; eu não tive coragem de dizer como é que foi minha reflexão mas agora que ele tá dizendo eu vou dizer exatamente isso; eu senti vergonha dos meus vizinhos quando eles disseram assim, escondi da minha mãe quando cheguei em casa que a minha mãe perguntou – quê que tu tá fazendo essa hora em casa, eu disse assim – ah não, me senti com dor de cabeça, aí já veio a mãe correndo com o comprimido e eu fiquei mal, tive que tomar o comprimido pra não dizer pra mãe que era mentira minha”. (Presidente da associação A, 52 a.)

“Eu, pra mim, a Marli, ela já não é mais a ‘presidenta’ (sic), ela é uma mãe pra gente. Que a gente chega ali e pergunta: “Ai, Marli, precisamos de alguma coisa assim (pausa), um dinheiro pra comprar gás. Ela tira da bolsa e dá pra gente. Sabe assim... Natal faz festa, ela ajuda com cesta básica, (...) o que ela pode ela faz por nós, é tipo uma mãe, já nem é mais uma ... que nem dizem que ela é “patrona”(sic), ela já é mais uma mãe, eu pelo menos me sinto como uma filha dela, não pelo sobrenome que é igual, né, mas a convivência que a gente tem com ela.” (Associada, 33 a. – Associação A)

Quando indagados sobre o regimento interno da associação, as respostas mencionam os pequenos conflitos, as relações de gênero e uma lógica do respeito articulada em torno do reconhecimento que deriva das próprias relações de solidariedade que caracterizam os vínculo sociais nesta associação.

“Até porque quando não funciona a gente cobra. Mas a maioria das vezes, os homens é que não cumprem, porque as mulheres são mais pontuais. O regimento é não chegar atrasado, coisa assim que não me lembro, mas a maioria das mulheres cumpre. Mas, os homens acham que isso é coisa de mulher, que nós é que temos que cumprir ordens, que eles não precisam, mas aí é chamada a atenção. Eles ficam com vergonha e ficam uma semana ou duas andando na linha. Mas, agora até que eles melhoraram um pouco. E eles sempre passam vergonha porque a gente chama eles de vagabundos, eles não querem trabalhar, porque a gente tem que tirar bombona e eles ficam conversando, e depois que a gente faz nosso serviço o resto é com eles. Não é pesado o serviço, é só ficar ali na prensa. A gente fica de pé reciclando, tem mulher que fica o dia todo de pé e eles ficam caminhando pra tirar bombona, que é pesado e tudo, mas eles não tem tanta força, eles não ficam gestantes, não tem problema nenhum.” (Associada, 22 a. - Associação A)

*“Ele... O CEA tem várias partes... Tem vários motivos aqui... A gente não pode dizer nome, não pode ofender o colega, se a gente ofende o colega, ou a gente vai pra rua, ou pega três dias em casa sem ter direito de pagar. É assim nosso Regimento.... **Porque tem que ter respeito.** A gente tem*

muito respeito aqui entre nós. Que depois do portão, tem problema nenhum, quando tiver dentro do portão pra cá a gente tem que todo o direito.” (Associada, 30 a. - Associação A)

Diferentemente desta última associação, a associação do loteamento Cavahada é caracterizada por regime de interação igualitário. Isso fica patente nos depoimentos recolhidos dos catadores pertencentes a esta associação. A ênfase colocada na participação, bem como uma postura infensa as hierarquias que definiam a própria relação da presidente da associação da Vila Pinto estabelece um posicionamento crítico em relação as relação de poder e mando suscetíveis de caracterizar um espaço social marcado pela desigualdade e pela escassez material. De outra parte, esta associação constitui nas palavras de seus associados uma “base orgânica” do MNCR, o movimento nacional dos catadores de lixo. Tal alinhamento político se traduz, em termos da regulação das relações internas da associação, na definição de uma “base de acordos”, cuja função não se resume à regulação dos conflitos internos, tal como observado na primeira associação. Mas, trata-se antes de um documento político que busca estabelecer a autonomia, a participação avessa a todo tipo de hierarquia e a democracia direta como pressupostos da organização das associações ligadas ao MNCR. Tal documento distribuído a todos os associados contribui, nos termos de uma pedagogia política, para socializar os catadores que ingressam nesta associação numa cultura política de intenso engajamento e solidariedade de classe em relação a outros movimentos sociais com os quais a associação enquanto “base orgânica” do MNCR mantém relação. Nestes termos, esta associação não se constitui apenas numa estratégia de subsistência para os moradores do Loteamento Cavahada, mas, numa forma de nucleação política de um segmento da população urbana marginalizada e discriminada socialmente. A “base de acordos” joga desta forma um papel chave para converter estes trabalhadores,

cuja trajetória ocupacional é caracterizada por um processo de desfiliação social, para utilizarmos a expressão de Castel (1998), que acompanha toda sua existência, em atores políticos. Na sua maior parte, nunca tiveram registro formal de trabalho, e antes do reconhecimento de sua ocupação, sequer eram contabilizados no contingente da população economicamente ativa do país. As seguintes falas ilustram tal situação:

“E a partir do momento que eu faço alguma coisa errada eu sou chamado dentro da coordenação onde a coordenação; - companheiro, tu tem a base de acordos em casa, não preciso nem te dizer o que vai acontecer contigo. Ele automaticamente, ele mesmo se faz sua autopunição; que é pra não se gerar conflitos. Entre eu ser o presidente e pegar e tá mandando em ti e tá dizendo – olha, tu tá três dias de suspensão, coisa da minha cabeça. É uma pilha de coisa que o povo lá fora; que eu digo lá fora, quando tu á rançado aqui dentro do escritório discutindo com esse companheiro, porque os catadores tão lá fora, pra que esse companheiro também saber o que tá acontecendo. Então automaticamente eles vão entrar; lá fora já sabe o que vai acontecer aqui dentro. Então a gente só na assembléia geral fala o quê que aconteceu com o companheiro e tal; questão de bebida, álcool, droga, a questão de brigar, palavrão, não trabalhar, corpo mole; tudo isso pega dentro das bases de acordo. Então agora, ficou bem mais fácil as nossas discussões, acabou as intrigas e tal, de um tá contra o presidente ou pegar e dizer – Ah, vou matar, acontece isso (...) e é uma preocupação a mais contra o coordenador. O presidente da Associação tem que se preocupar com atividades externas, questão de representação, discussão política e tal...” (Associado, 24 a. – Associação B)

“todos se transformam em instrutores, catadores e instrutores de catadores e vão tá explicando pra eles o que é base de acordos. Se eles concordam com tal coisa, se eles não concordam, se eles não sei o quê; o quê que é o princípio, o objetivo do movimento, pra quê que serve o movimento, se é isso que a gente quer, se não é, se o movimento tá indo errado, vamos apoiar, coisa assim... Tem as pessoas que são pra isso, pra tá fazendo isso. E daí, a partir daí, eles mesmo entendem, - Tá, não colabora; é o seguinte, tu quer ser do movimento agora que a gente é movimento, agora

*que a gente vai atuar enquanto movimento. Quem não quer ser do movimento a gente não obriga. Ele vai entender, vai Ter o princípio e o objetivo, vai ler o que é, pra quê que serve. O princípio e objetivo é pra nem eu mesmo pegar e fugir do meu rumo. Eu ir lá pra lua e tá querendo mandar em todo mundo, pra isso que existe. Ele vai ler. Se ele não souber alguma coisa a gente vai explicar, a questão de trabalho, questão de moradia, questão de saúde, **questão de ser um ator político**, de ser um cidadão, **de ter seus direitos reconhecidos**... Tudo isso então a gente vai tá injetando nesses companheiros nossos...” (Associado, 31 a. – Associação B)*

“Primeiro lugar tem que ter... A gente tem o Regimento Interno, aonde todos os associados respeitam esse Regimento, que a gente chama de Bases de Acordo. Então, ali tem tudo o que tu pode, o que tu deve fazer aqui dentro e o que tu não deve. Faz coisa errada, tem as punições. Em segundo, a gente tem free lancers que são associados temporários, no qual a gente dá oportunidade para a pessoa, somente da comunidade. Eles trazem as fichas ali e tal e são numeradas as fichas, e conforme os números, eles são chamados. Se algum associado, por desrespeitar as Bases de Acordo, ter que ir para rua, a gente chama um dos associados temporários, que respeitaram as Bases de Acordo.” (Associada, 20 a. – Associação B)

O sentimento contrário às estruturas hierárquicas se evidencia nos depoimentos que seguem:

*“Na verdade, assim, se for para nós termos um patrão, nós vamos ter um patrão lá fora, onde ele vai nos pagar um salário e não dentro de uma Associação. Então, a gente não quer ter patrão. **Não queremos ter e não queremos ser patrão**. Não ficamos na mão de compradores. A gente pode trocar de compradores a hora que nós quisermos. Não temos prensas de compradores, a gente procura sempre lutar para ter as prensas da própria Associação. Então, se a gente não quer ter lá fora, se a gente quisesse realmente ter um patrão, a gente iria trabalhar puxando material na rua e levando para um certo lugar. Já que é uma Associação nós temos que garantir que vai continuar sendo uma Associação. Nós temos*

que acreditar nisso. E a maneira de acreditar nisso é não implantando de maneira nenhuma um patrão aqui dentro e nem tentando ser um patrão. É tentando achar a solução, discutir todos juntos e resolver se é viável, se é a melhor maneira de agir.” (Associada, 37 a. - Associação B)

“Então, hoje, isso aí é uma coisa que ninguém acreditava, como eu disse, nem mesmo os catadores de rua acreditavam que isso fosse dar certo. Como deu certo, como hoje existem nove Associações dentro de Porto Alegre, oito Associações vivendo independente... Nós aqui somos independentes, **não dependemos de patrão nenhum**. Então, em cima dessas oito Associações dá para se discutir, assim, até dentro das próprias Associações, às vezes, tenta ter um patrão, alguém tenta se manter como patrão, alguém tenta se manter com intermediário, alguém tenta dizer ‘você fazem o material, como eu estou fazendo a comercialização e eu tenho que ganhar mais’, ou ‘eu tenho uma reunião para ir, eu tenho que ganhar mais.’ Isso é patrão, isso, na visão dos catadores, isso é patrão, isso não pode acontecer dentro das Associações. Mas como existe também aquela pessoa que pode chegar e dizer assim: ‘se vocês tomarem as atitudes que vocês tem que tomar...’ Porque aqui todo mundo tem a visão: ‘colocaram nós aqui na direção, eles podem chegar lá e tirar.’ Essa é a visão aqui da Cavalhada, da Restinga também. A gente trabalha com a cabeça do pessoal assim. Mas existem Associações aonde eles acham assim: ‘Bah! Se sair de presidente, como é que vai ser? Se sair vai levar tudo o que colocou lá dentro. Aquilo lá não é da pessoa. Aquilo lá não é nosso, aquilo é daquela pessoa.’ Na verdade não existe isso... A gente está tentando mostrar para as pessoas como catador não tem que ter patrão, catador tem que ser independente, tem que ter orgulho do que faz. E isso existe. Tem como nós fazermos isso aí. Tem como fazer. É só as pessoas abrirem um pouquinho a mente e não ter medo. No fundo, o principal motivo do catador é que ele não tem escolaridade, eles são pessoas que não têm como conseguir emprego em outro lugar. E aí, o que é que acontece? Eles têm medo de... Eu como presidente chegar ali e botar eles para rua e eles não terem aonde trabalhar. Isso não existe. É só eles quererem e se unirem que não existe. Eles mandam, eles trabalham por conta própria, eles têm que ter o salário deles, eles não têm que pagar 10% para ninguém, eles têm que ser independentes.” (Associada, 37 a. - associação B)

“Então isso, primeiro se teve a idéia de quando a gente trabalhava só. Trabalhava só, vendia com o atravessador, aquele atravessador muitas vezes era dono do próprio carrinho da gente, então ele se tornava um patrão que mandava na gente e depois disso a gente organizou-se em associação, onde associação não existe patrão, não existe quem manda. Existe alguém que é o que vai coordenar e esse mais ou menos é o que vai tá fazendo, mas cada companheiro vai fazer porque aquele é o trabalho não porque alguém tá mandando. Então, através disso, essa foi a nossa... a gente criou a Federação justamente com isso. O coordenador da Federação; que atualmente sou eu, o coordenador da Federação não é mais que um associado da Associação. Nós somos a mesma.” (Associado, 24 a. – Associação B).

*“Nós implantamos agora dentro da nossa Associação as bases de acordos. A **base de acordos** então é; a primeira é o princípio dos objetivos do movimento que é pra nós não fugir muito do quê que é o movimento, porque senão a gente começa a ter informações demais e acaba nós crescendo o olho, nós querendo ser uma associação maior que as outras ou eu querer ser mais poderoso. Então nós temos um princípio de objetivo que é quando dá algo errado, que seja lá no Ceará; aquele companheiro que tá errando lá ele já é sabido aqui no Rio Grande do Sul, aqui em Porto Alegre e através disso nós fizemos ações pra esse companheiro não ser mais o representante de lá ou aquele ser afastado do movimento até ele entender pra quê que serve. Então aqui tu coloca tudo... Pra quê que é a questão? Porquê que a gente luta? Tudo é colocado aqui, tem o símbolo do movimento... É o conjunto de regras que tu mesmo coloca o quê que é. E aqui então a gente parou por três meses, uma hora por dia pra nós tá discutindo sobre o que...” (Associado, 24 a. – Associação B)*

*“aqui dentro, dentro da associação, eu pra mim, **eu não vejo hierarquia**. Todo mundo ganha a mesma coisa, se tem uma decisão para tomar, todo mundo toma a decisão junto. Não existe essa história de presidente manda, não. Ele não manda aqui. Ele é um sócio igual a eu (sic) ou qualquer pessoa. Na realidade, o problema, o que ele tem a mais do que eu, é que ele tem mais incômodo, porque tudo que acontece vai pra ele. Então eu não acho, eu não vejo como hierarquia. Não existe aquela diferença entre a Coordenação*

e os outros associados, porque, porque ele trabalha junto com a gente , ele, ela, se for uma mulher, vai trabalhar na mesa, vai puxar, vai trabalhar na prensa; se for homem vai puxar bambona, vai trabalhar na limpeza ou tanto faz, né? Ou vice-versa. Então, não existe, não existe diferença. A única diferença que tem é que eles têm todos os problemas da Associação nas costas.” (Associada 44 a. – Associação B)

*“Não. O pensamento não só meu como de todos aqui dentro é o seguinte: a Associação foi criada para não termos um patrão. Tem até algumas Associações, que não vem ao caso, que existe **patrão** [acentua a palavra]. Aonde patrão é o que ganha mais, (...), e os que pegam no pesado, que trabalham no cesto, ganham uma miséria de R\$ 150,00 por mês. **Aqui dentro não existe patrão**, a gente só se organiza, a gente só respeita, se é certo. Que nem eu falei a pouco, a gente tem a nossa opinião, tem voz de poder pra falar, que achou que é errado, fala independente da reação da pessoa.” (Associada, 20 a. – Associação B)*

“E a partir dali se viu então uma primeira regra que era: como é que seria a partilha; a divisão dos ganhos. Então, assembléia geral; tudo passa por assembléia geral e a assembléia geral decidiu então de que todos os ganhos seria divididos em partes igualitárias, iguais. Mesmo o presidente, o tesoureiro ou um simples associado, todos iriam ganhar a mesma.. O presidente e o tesoureiro teriam sim, uma tarefa a mais que era a de representar a associação e fazer as contas pra fazer a divisão, a partilha. Essas seriam as únicas tarefas que teriam a mais, mas não ganhariam por isso.” (Associado, 24 a. – Associação B).

Se o indivíduo configura-se apenas no suporte da experiência e consciência pessoais, o sujeito se constitui no controle e no trabalho de elaboração de um projeto sobre a experiência vivida pelo indivíduo de modo que este se converta num ator inserido em relações sociais passíveis de serem transformadas. Em conseqüência, o ator se constitui antes na inconformidade em relação ao lugar em que ocupa na organização social buscando mudar o contexto material e social no qual vive. Um ator social questiona a divisão do trabalho, os processos decisórios, as relações de poder e os padrões culturais hegemônicos. É nesse sentido, que

para Touraine (1994), se pode falar de um processo de subjetivação expresso na imersão do sujeito no indivíduo e na conversão deste em ator. Guardadas as proporções relativamente às mediações necessárias à mudança social, as falas que seguem expressam a vontade de alguns catadores da associação ligada ao movimento social de se transformarem nos sujeitos de sua própria história:

“A gente tem mudado a consciência de todos de aqui dentro da Associação. Até porque, quando foi fundada a Associação até o ano 2000, a gente estava aqui só para trabalhar e ganhar um dinheirinho no final do mês. Agora não. Agora a gente visa a trabalhar, melhorar nossas condições de vida e melhorar a condição de vida dos catadores que estão na rua. E melhorar também a natureza. A gente trabalha como ‘agente ambiental’.” (Presidente da associação B, 22 a.)

“Gerenciar a própria casa deles, eles têm capacidade de gerenciar a vida deles, eles têm capacidade de dizer: ‘Eu vou trabalhar, vou lutar para amanhã eu estar no lugar do meu patrão’. Não sendo patrão de alguém, mas estar lá do lado dele, estar lutando para isso. Então é isso. Este é o objetivo do Movimento, este é o objetivo do Cavahada, este é o objetivo da Federação: mostrar para as pessoas que elas são capazes de fazer e que elas não têm que ficar paradas esperando por ninguém, porque, na verdade, assim nós não somos... Quem anda amarrado, quem se diz aonde tem que pastar são os cavalos, os cavalos sim que andam amarrados, nós não. Nós somos seres humanos, temos decisões próprias, opiniões próprias. Por mais não alfabetizado que seja, por mais humilde que seja, por mais que não tenha aonde morar, por mais que não tenha o que comer, por mais que não tenha ninguém por perto, ele pode dizer: ‘Eu vou sair dessa. Hoje eu estou sozinho aqui, amanhã eu vou estar no meio da multidão’. E se for preciso para isso invadir uma rádio, invade a rádio, pega o microfone, dá um grito lá dentro. Acho brabo que alguém que está sozinho, precisando invadir uma rádio, pegar o microfone de supetão e alguém vai lá tirar. Não tira! Então, as pessoas têm o direito de fazer isso. Elas têm o direito de entrar em qualquer lugar e mostrar que podem, mostrar que tem que olhar para elas e mostrar que elas podem conseguir o que aquela pessoa conseguiu, que ninguém nasceu

sabendo. Essa história aí de que eu nasci com tudo na mão é história, todo mundo lutou para ter alguma coisa. Esse, na verdade, é o nosso objetivo, é o que a gente tenta mostrar para as pessoas. Mostrar que ser humano é ser humano.”
(Associada, 37 a. – Associação B)

Assim, esse processo de subjetivação se equaciona em três termos, a saber: indivíduo, sujeito e ator definidos na relação recíproca que estabelecem entre si. É nesse sentido que podemos admitir que uma possível transformação dos indivíduos em atores sociais no âmbito de suas vivências comunitárias e tendo como horizonte normativo uma “base de acordos” discutida e apreendida por todos os associados, pode desempenhar algum papel em termo da constituição de algum tipo de resistência aos processos de coisificação que derivam das lógicas sistêmicas do mercado e do Estado que terminam se abatendo sobre as cabeças dos trabalhadores envolvidos com a reciclagem de lixo.

Conclusão

A partir das análises desenvolvidas nos capítulos anteriores culminamos com as seguintes considerações a título de conclusão deste estudo. De início, fomos movidos pela indagação original sobre as condições de possibilidade do princípio meta-social da igualdade – permanentemente contestado pela trama das relações sociais – em cooperativas de produção e associações de catadores de lixo. Reiterávamos a questão sobre como trabalhadores de origem social tão diversa quanto aqueles que participam da constituição de cooperativas de produção, ou seja, tratam-se de trabalhadores metalúrgicos pertencentes a uma cultura operário-sindical, e aqueles trabalhadores que se engajam na formação de uma associação de catadores de lixo, ou seja, tratam-se de trabalhadores que, na maior parte dos casos, sequer teve um registro formal de trabalho ao longo de sua vida, se confrontam com a experiência da democracia. Partíamos do pressuposto de que neste processo haveria uma ruptura com as sociabilidades primárias articuladas em torno de um princípio hierárquico em direção à constituição e consolidação de sociabilidades secundárias articuladas em torno de um princípio isonômico. Neste processo, constatamos que tal ruptura não ocorre, mas que se estabelece principalmente no caso das associações de catadores de lixo um tipo de sociabilidade híbrida a meio caminho entre as sociabilidades primárias e as sociabilidades secundárias, tal como tratado por Caillé (2001). Na sua gramática das relações sociais, tal tipo de sociabilidade híbrida coloca em movimento os dois tipos de racionalidade que presidem as sociabilidades primárias e secundárias respectivamente. Ou seja, nos deparamos com a conjugação de um tipo de sociabilidade primado por um princípio de personalização que destaca a prioridade das pessoas sobre as funções que elas cumprem e o outro tipo de sociabilidade primado por uma exigência de eficiência e eficácia funcional anteposto às pessoas encarregadas de cumprir uma determinada função.

Discutimos também as condições de possibilidade da democracia a partir da noção de regime de interação. No âmbito das cooperativas de produção, a maioria dos depoimentos recolhidos sinalizou a passagem de um regime de interação hierárquico para um regime de interação igualitário. Verificamos uma forte crítica em relação às estruturas hierárquicas, bem como ao autoritarismo da gerencial que caracterizavam a gestão das empresas das quais resultaram as duas cooperativas investigadas. Constatamos também que a mudança nas relações de poder entre os trabalhadores com a instituição de uma nova forma de regulação social nas cooperativas de produção, de um novo ordenamento das relações entre os trabalhadores a partir do primado da idéia de direitos iguais contribuiu para fortalecer os vínculos de solidariedade entre os membros das cooperativas, dado que, as decisões em relação ao trabalho passam a ser negociadas entre aqueles que pertencem a um grupo determinado no âmbito do processo de produção de cada cooperativa. Mas, se os trabalhadores passam a ter mais autonomia em relação aos processos de trabalho e produção, a heteronomia do mercado continua sendo a coerção que define os limites desta autonomia. Entretanto, a mudança em relação a determinadas disposições em relação ao trabalho permanece em alguns trabalhadores como um vestígio das antigas hierarquias que definiam uma identidade pessoal submissa e subserviente, - ou, dócil politicamente e útil economicamente -, ainda esta arraigada nas práticas de alguns trabalhadores que vêm na diretoria das cooperativas a própria imagem de novos patrões. Acostumados a uma gestão de tipo paternalista, própria da condução familiar das antigas empresas há várias gerações, alguns trabalhadores relacionam sua segurança e permanência na cooperativa à proteção daquele que supostamente manda.

No tocante a definição do plano de cargos e salários, buscou-se estabelecer uma forma de mediação entre a antiga estrutura e a definição de uma nova estrutura, na qual a tendência à equalização dos salários se inscreve no horizonte futuro de cada cooperativa. Contudo, persiste uma certa insatisfação entre alguns trabalhadores com relação à estrutura de cargos e salários definida após a criação de cada cooperativa. A motivação de tal postura crítica é

desenvolvida em prol da proposição de uma estrutura mais igualitária a partir da redução dos próprios níveis salariais vigentes atualmente que concorrem para a reprodução da mesma estrutura hierárquica criticada pelos trabalhadores.

Mas, discussão em torno dos regimes de interação se estabeleceu a partir de uma sociologia do reconhecimento, no âmbito da qual tratamos da lógica do respeito procurando enfocar através das noções de honra e dignidade os princípios que presidem as sociabilidades verticais com a definição de posições estatutárias e as sociabilidades horizontais. Neste sentido, definimos o respeito a partir de Pharo (2001), como uma relação social de reconhecimento consubstanciada na limitação da liberdade de ação de modo a não ferir valores passíveis de alguma sacralização, tais como, a reputação, a estima social, a moralidade, a honra ou a dignidade, que são reconhecidos em uma pessoa ou em um objeto. Assim, de acordo com o valor atribuído ao objeto reverenciado o respeito poderá envolver ou o reconhecimento de relações hierárquicas ratificando a autoridade ou, de outra parte, a afirmação da igualdade e do princípio da dignidade a partir, por exemplo, da reivindicação pelo reconhecimento dos direitos sociais dos catadores de lixo. Mas, é necessário frisar que a reivindicação por respeito parte das catadoras de lixo não se resume ao reconhecimento de direitos constitucionais, implica antes no respeito a sua condição de gênero no combate contra a violência doméstica.

Subjaz a tal reivindicação por respeito uma crítica a concepção de igualdade baseada até o momento numa concepção universalista deste princípio capaz de restringir o universal a uma categoria específica do gênero humano. Estamos nos referindo a uma concepção de igualdade relacionada à idéia de um cidadão abstrato que absorve a distinção entre o público e o privado. Assim, a ordem pública se constituiria na ordem da razão presidida por princípios universais. Tratar-se-ia do espaço da autonomia e igualdade de todos cidadãos que fazem política; contrariamente, a ordem privada seria formada pelas relações afetivas e pelo domínio da sexualidade definindo um universo mais ou menos irracional dos sentimentos cuja manifestação mais cabal é representada pelas mulheres, pelas crianças, ou seja, pelos indivíduos pertencentes a categorias

desprovidas da faculdade de julgar, de discernir racionalmente e participar do espaço público. Por conseqüência, temos então uma concepção na qual o cidadão será definido e encarnado pela figura do homem público.

Em relação à configuração das lógicas da ação nas cooperativas de produção, teremos no registro da integração, relações de solidariedade se estabelecendo e permanecendo ao longo do tempo ao lado de mecanismos de controle social variando segundo a predominância deste ou daquele vínculo de solidariedade. Desta forma, nas cooperativas pesquisadas, considerando suas particularidades relativamente aos modos de organização do trabalho, dos processos produtivos, bem como das competências e qualificações necessárias constatamos uma preponderância das relações de solidariedade funcional e contratual em detrimento das solidariedades serial e fusional. Com efeito, nas cooperativas de produção a rede dos vínculos sociais será caucionada essencialmente pelo predomínio das relações de solidariedade funcional, e seu controle normativo será exercido mutuamente pelos trabalhadores da cooperativa a partir do de um compromisso moral em relação à produção e a organização do trabalho. Não obstante, a noção das obrigações recíprocas entre os trabalhadores das cooperativas nas suas relações de solidariedade atribui um novo sentido ao trabalho que deriva não somente da interdependência derivada das especializações e diferenciações funcionais, mas também do senso de um destino comum abonado pelos trabalhadores na sua adesão à cooperativa. Contudo, ante as obrigações e engajamento em relação ao trabalho típicas das relações de solidariedade funcional, verificamos no âmbito da lógica da integração, um outro tipo de solidariedade caracterizada, basicamente, pelo contrato. Porquanto, trata-se aqui de estabelecer um pacto, instituindo uma nova forma de regulação social entre os membros das cooperativas. Trata-se ainda de uma solidariedade de tipo contratual constituída por um cálculo que avalia o campo de possíveis e os recursos disponíveis diante de uma escolha. Sem embargo, tal afirmativa pode confundir a racionalidade inerente ao contrato com a racionalidade estratégica: pois, enquanto esta última estabelece um cálculo com o intuito de maximizar ganhos e minimizar perdas, a primeira recorre à regra para confirmar sua

legitimidade, bem como sua validade. No mesmo sentido, enquanto a última irá apostar na permanência e estabilidade das regras, condição mesma para a definição do cálculo estratégico, a solidariedade contratual se desenvolverá como um processo de aprendizagem coletiva podendo prever mesmo a alteração das regras caso seja necessário. Nas duas formas de racionalidade os atores irão em busca de seus interesses aceitando as regras do jogo, entretanto, a racionalidade estratégica será presidida por um princípio de utilidade, enquanto a racionalidade contratual será presidida por princípio de regulação social.

No âmbito da lógica da ação estratégica em relação ao caso das cooperativas de produção, nos deparamos com um dos desafios enfrentados pelo sindicalismo contemporâneo. Tal desafio é constituído pelos processos reestruturação produtiva e de desassalariamento da força de trabalho que vem drenando as bases sindicais contribuindo, desta forma, para a diminuição da representatividade dos sindicatos. Diante desta nova realidade, os sindicatos filiados a CUT têm se empenhado na formação de cooperativas de produção como alternativa para a preservação dos postos de trabalho quando uma empresa entra em falência. Mas, se tal estratégia política diz respeito a ação coletiva dos trabalhadores através dos seus sindicatos, no que tange à racionalidade dos atores individuais, constatamos a existência de um certo pragmatismo no conjunto das posturas assumidas pelos trabalhadores em relação a sua adesão à cooperativa. Ademais, podemos identificar as seguintes posturas: existe um primeiro núcleo de trabalhadores que definimos como orgânico ao sindicato e as cooperativas de produção que pode ser caracterizado por um forte "compromisso político" em relação à cooperativa, ou seja, trata-se de um engajamento em relação à cooperativa marcado pelo discurso sindical e pelas lutas que conduziram a constituição da cooperativa. O segundo tipo de postura que se pode assinalar em relação à cooperativa é tipificado, pela crítica em relação à atual direção das cooperativas. Nesta postura, ainda existe um compromisso com o projeto da cooperativa, no entanto tal compromisso é permeado pelo desencanto, pela discordância, bem como pelas decepções que dão a tônica de um discurso de protesto. O terceiro e último tipo de postura que constatamos em relação à

cooperativa é marcado por uma orientação estratégica, ou seja, não há a ponderação de outros valores na definição da ação senão a relação que se estabelece entre meios e fins. Aqui, as razões mobilizadas para justificar a permanência na cooperativa são as mesmas que caracterizam a lógica do *free rider*.

Em relação às associações de catadores de lixo nos deparamos com a seguinte configuração das lógicas da ação: considerando também as particularidades do trabalho de triagem de resíduos sólidos, ou seja, as tarefas que o compõem não engendram um processo de trabalho com grande diferenciação em termos de funções que o compõem, constatamos que as relações de solidariedade que predominam nas associações de catadores de lixo são de tipo serial. Aqui, a comunidade partilha uma moralidade e valores comuns, configurando, o que percebemos como uma consciência coletiva que coalesce os vínculos sociais. A predominância de relações de solidariedade seriais indica que o grupo mantém seus vínculos coesos, a partir do consentimento de seus membros em relação a uma forma de dominação que, nos casos investigados é de ordem carismática e de ordem racional-legal. O que mantém o grupo coeso na associação dos catadores de lixo da Vila Pinto é o carisma de uma liderança comunitária e o que mantém a coesão da associação dos catadores do loteamento Cavahada é uma “base de acordos”, cuja finalidade é a regulação das relações sociais tecidas nesta associação. Esta situação é bem nítida nas duas associações pesquisadas: na associação da Vila Pinto, há uma forte dependência de todos associados em relação a uma liderança comunitária que literalmente “construiu” a associação a partir de um processo pessoal de conscientização e politização decorrente da realização de um curso de formação de promotoras legais populares promovido por uma ONG; e na associação do loteamento Cavahada, a vinculação a um movimento social urbano abre novas perspectivas de ação de definição identitária.

No que diz respeito à definição da ação estratégica das associações, nos deparamos com a reivindicação pelo reconhecimento de direitos nos termos mesmo da admissão a condição estatutária de uma cidadania regulada segundo a

expressão de Wanderley G. dos Santos (1998). Trata-se aqui da reivindicação do reconhecimento de uma ocupação, a de catador de lixo, como condição para pertencer a um sistema de estratificação ocupacional definido pelas normas legais. Pressupondo-se que são considerados cidadãos todos aqueles indivíduos que se encontram inseridos em algumas das ocupações reconhecidas e definidas legalmente. Contrariamente, o não reconhecimento de sua ocupação significará ser remetido a uma condição de subcidadão, o que, por seu turno, representa a marginalidade, a invisibilidade social, a naturalização da informalidade que irá culminar em trajetórias que caracterizam processos de discriminação e exclusão social.

No tocante, à racionalidade individual destes atores, constatamos uma oscilação entre uma postura mais pragmática predominante na primeira associação¹⁹⁰ – entretanto, muito marcada por um tipo de sociabilidade primária caracterizada pela personalização das relações sociais – e um acentuado comprometimento em relação a segunda associação¹⁹¹. Tal compromisso é caracterizado pela participação em outros movimentos sociais, e por uma certa ética da convicção que mobiliza os trabalhadores neste engajamento, pelo menos aqueles mais próximos ao núcleo fundador e dirigente da associação.

No tocante aos processos de subjetivação contatamos a seguinte dinâmica: enquanto a constituição da identidade dos trabalhadores nas cooperativas investigadas implica na passagem da condição de assalariado para a de cooperado o que demanda antes pela alteração de um estatuto, de uma condição de inserção social, da forma de inscrição social dos trabalhadores mediante o trabalho, a constituição da identidade dos trabalhadores nas associações de reciclagem de lixo opera a admissão num estatuto, pois trata-se daqueles que estão fora, que estão alijados da condição de cidadãos, portanto, construir uma identidade implica no clamor de quem quer fazer parte, de quem procura integrar-se numa sociedade que os hierarquiza numa condição subalterna, numa condição

¹⁹⁰ A associação da Vila Pinto.

¹⁹¹ A associação dos catadores do Loteamento Cavahada.

de pária social, de não pertencimento. Se os trabalhadores em cooperativas revêem sua forma de inserção social, isso acontece porque de algum modo já possuem uma inscrição, uma forma de registro social mediante sua condição de trabalhadores, de indivíduos pertencentes à classe trabalhadora. Estamos nos referindo a metalúrgicos que mesmo com níveis de qualificação variada são portadores de um ofício fabril, de um *savoir-faire*, de uma carteira de trabalho, de certificados de qualificação, de direitos trabalhistas, de uma cultura operária e sindical, de uma identidade construída ao longo de uma carreira, de uma trajetória profissional permeada muitas vezes pelo orgulho que resulta de seu trabalho. Mas, quando nos referimos aos membros das associações de reciclagem de lixo, eles próprios não se percebem como trabalhadores, pois ao longo de sua vida muitos nunca tiveram sequer um registro formal de sua condição assalariada. Nunca foram assalariados estáveis e muitos percorreram uma trajetória errática em busca de oportunidades precárias que surgiam de tempos em tempos. São “changueiros”¹⁹² segundo a expressão de um entrevistado, pois vivem de “bicos” fazendo do biscate sua ocupação principal, ou seja, uma vida ao sabor do imprevisto, do trabalho incerto e mal pago.

¹⁹² Changueiro: o mesmo que changador, ou seja, aquele que vive de changa: trata-se de regionalismo brasileiro (RS) que significa o transporte de carga leve a granel; carreto; biscate; e, cuja derivação por metonímia identifica também o pagamento percebido por esse serviço. Ver Houaiss (2001).

Bibliografia

- AFCHAIN, Jean (2001). **Les Associations d'Action Sociale**. Paris: Dunod.
- AGLIETTA, Michel (1974). **Regulación y crisis del capitalismo**. La experiencia de los Estados Unidos. México: Siglo XXI, 1979.
- ALBERONI, Francesco (1991). **Gênese**. São Paulo: Rocco.
- ALBUQUERQUE, Paulo P. (2003). Associativismo. *In*: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores.
- ALEXANDER, Jeffrey C. (1998). Ação coletiva, cultura e sociedade civil. Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. *In*: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: ANPOCS, Vol.: 13, nº37.
- _____. (2000). **La Reduction**. Critique de Bourdieu. Paris: Les Éditions du Cerf.
- ANTUNES, Ricardo (1999). **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial.
- ARENDT, Hannah (1958). **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.
- AVRITZER, Leonardo (1997). Um desenho institucional para o novo associativismo. *In*: **Lua Nova**. São Paulo: CEDEC, nº39:149-174.
- BAJOIT, Guy (1992). **Pour une sociologie relationnelle**. Paris: PUF.
- BALTAR, Paulo E. de A., DEDECCA, Claudio S. & HENRIQUE, Wilnês (1996). Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil. *In*: **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**. México D.F.: ALAST, nº2:9-28.
- BALTAR, Paulo E. de A. (1998). Abertura econômica e absorção da mão-de-obra no Brasil. *In*: CASTRO, Nadya A. & DEDECCA, Claudio S. (Orgs.). **A Ocupação na América-Latina**: tempos mais duros. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST.
- BANFIELD, Edward C. (1958). **The Moral Basis of a Backward Society**. Nova York: The Free Press.
- BARBOSA, Livia (1992). **O Jeitinho Brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus.
- BARTHÉLEMY, Martine (2000). **Associations**: un nouvel âge de la participations? Paris: Presses de Sciences Po.
- BAUMAN, Zygmunt (2003). **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar.

- BECKERT, Jens (1996). What is sociological about economic? Uncertainty and the embeddedness of economic action. *In: Theory and Society*. Volume 25/6, nº6:803-840, december.
- BELL, Daniel (1987). **Las Contradicciones Culturales del Capitalismo**. Madrid: Alianza Editorial.
- BELLAH, Robert N. *et alii* (1985). **Habits of the Heart**: individualism and commitment in American life. Nova York: Harper and Row.
- BIANCHI, Ana Maria (1988). **A Pré-História da Economia**. De Maquiavel a Adam Smith. São Paulo: HUCITEC.
- BHOWMIK, Sharit (2002). As cooperativas e a emancipação dos marginalizados: estudos de caso de duas cidades da Índia. *In: SANTOS, Boaventura de S. (Org.). Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BOBBIO, Norberto (1992). **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus.
- _____. (1996). **Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna**. São Paulo: Brasiliense.
- BODY-GENDROT, Sophie (2001). Culture et politique. Nouveaux défis. *In: WIEVIORKA, Michel et OHANA, Jocelyne (dir.). La Différence Culturelle*. Paris: Éditions Balland.
- BOLTANSKI, Luc et THÉVENOT, Laurent (1991). **De la Justification**. Les économies de la grandeur. Paris: Gallimard.
- BOLTANSKI, Luc et CHIAPELLO, Ève (1999). **Le Nouvel Esprit du Capitalisme**. Paris: Gallimard.
- BOSCHI, Renato R. (1987). **A Arte da Associação**: política de base e democracia no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ; São Paulo: Vértice.
- BOULTE, Patrick (1991). **Le Diagnostic des Organisations Appliqué aux Associations**. Paris: PUF.
- BOYER, Robert (1992). Alternativas ao fordismo: uma análise provisória. *In: Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra, nº 35:15-51, junho.
- BOWRING, Finn (1998). LETS: An Eco-Socialist Initiative? *In: New Left Review*. London, nº232:91-111.
- BRAUDEL, Fernand (1998). **Civilização Material, Economia e Capitalismo**. Séculos XV — XVIII. São Paulo: Martins Fontes. Vol. 2: Os Jogos das Trocas.
- BROWN, Michael Barrat et ADAM, Sophie (1999). Le commerce équitable dans les échanges Nord-Sud. *In: DEFOURNY, Jacques; DEVELTERE, Patrick et FONTENEAU, Bénédicte (Eds.). L'Économie Sociale au Nord et au Sud*. Bruxelles: De Boeck Université.
- CACCIAMALLI, Maria Cristina (2000). Globalização e processo de informalidade. *In: Economia e Sociedade*. Campinas: IE, (14):153-174, jun.

- CAILLÉ, Alain (1989). **Critique de la Raison Utilitaire**. Paris: La Découverte.
- _____. (1994). **Don, Interet et Desinteressement**. Paris: La Découverte, MAUSS.
- _____. (1998). Nem holismo nem individualismo metodológico. Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, VOL.:13, nº38:5-37, outubro.
- _____. (2000). **Anthropologie du Don**. Paris: Desclée de Brouwer.
- _____. (2001). La société civile mondiale qui vient. *In: LAVILLE, Jean-Louis; CAILLÉ, Alain; CHANIAL, Phillipe et alii. Association, Démocratie et Société Civile*. Paris: La Découverte.
- CARDOSO, Adalberto Moreira (1999). **Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal**. A era Vargas acabou? Rio de Janeiro: Editora FGV.
- CARDOSO de OLIVEIRA, Luís R. (1999). Democracia, hierarquia e cultura no Québec. *In: DADOS — Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: IUPERJ, Vol.: 42, nº1.
- _____. (1999a). Entre o justo e o solidário: os dilemas dos direitos de cidadania no Brasil e nos Estados Unidos. *In: SOUZA, Jessé (Org.). O Malandro e o Protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília: Editora da UnB.
- CARVALHO, José Murilo de (2001). **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CARVALHO, Maria do Carmo B. de (1997). A reemergência das solidariedades microterritoriais na formatação da política social contemporânea. *In: São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: SEADE, V.11, nº4:16-21, outubro/dezembro.
- CASTEL, Robert (1998). **As Metamorfoses da Questão Social**. Uma crônica do salário. Petrópolis, Vozes.
- CASTELLS, Manuel (1996a). **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. (1996b). **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CEFAÏ, Daniel et TROM, Danny (dir.) (2001). **Les Formes de L'Action Collective**. Mobilisations dans des Arènes Publiques. Paris: Éditions de l'EHESS.
- CEFAÏ, Daniel et LAFAYE, Claudette (2001). Lieux et moments d'une mobilisation collective. Le cas d'une association de quartier. *In: CEFAÏ, Daniel et TROM, Danny (dir.). Les Formes de L'Action Collective*. Mobilisations dans des Arènes Publiques. Paris: Éditions de l'EHESS.
- CEFAÏ, Daniel (2001). Les cadres de l'action collective. Définitions et problèmes. *In: CEFAÏ, Daniel et TROM, Danny (dir.). Les Formes de L'Action*

- Collective.** Mobilisations dans des Arènes Publiques. Paris: Éditions de l'EHESS.
- CHANIAL, Philippe (2001). **Justice, Don et Association.** Paris: La Découverte.
- CHESNAIS, François (1994). **A Mundialização do Capital.** São Paulo: Xamã, 1996.
- _____. (1998). A fisionomia das crises no regime de acumulação sob dominância financeira. *In: Novos Estudos CEBRAP.* São Paulo: CEBRAP, nº52:21-53, novembro.
- COELHO, Simone de Castro T. (2000). **Terceiro Setor:** um estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos. São Paulo: Editora SENAC.
- COHEN, Jean L. & ARATO, Andrew (2000). **Sociedad Civil y Teoría Política.** México D.F.
- COLOZZI, Ivo e BASSI, Andrea (1996). I modelli istituzionali di terzo settore: una comparazione internazionale. *In: DONATI, Pierpaolo (A cura di) Sociologia del Terzo Settore.* Roma: La Nuova Italia Scientifica.
- DAMATTA, Roberto (1978). **Carnavais, Malandros e Heróis:** para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- _____. (2000). **A casa e a rua.** Rio de Janeiro: Rocco.
- DEFOURNY, Jacques; DEVELTERE, Patrick et FONTENEAU, Bénédicte (Eds.) (1999). **L'Économie Sociale au Nord et au Sud.** Bruxelles: De Boeck Université.
- DELEUZE, Gilles (1987). **Nietzsche e a Filosofia.** Porto: Rés Editora.
- DOIMO, Ana Maria (1995). **A vez e a voz do popular:** movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- DOMINGUES, José Maurício (1999). **Criatividade Social, Subjetividade Coletiva e a Modernidade Brasileira Contemporânea.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- DUBET, François (1987). **La Galère:** jeunes en survie. Paris: Fayard.
- _____. (1996). **Sociologia da Experiência.** Lisboa: Instituto Piaget.
- _____. (2003). **As Desigualdades Multiplicadas.** Ijuí: Editora da Unijuí.
- DUBET, François & MARTUCCELLI, Danilo (1999). **¿En qué sociedad vivimos?** Buenos Aires: Editorial Losada.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias (1986). **Da vida nervosa:** nas classes trabalhadoras. Rio de Janeiro: Zahar.
- DUMONT, Louis (1967). **Homo Hierarquicus.** São Paulo: Edusp, 1999.
- _____. (1977). **Homo Aequalis.** Bauru, SP: EDUSC, 2000.
- _____. (1985). **Essais sur l'individualisme:** une perspective anthropologique sur l'ideologie moderne. Paris: Éditions du Seuil.

- DURKHEIM, Émile (1893). **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- DUVIGNAUD, Jean (1995). **A Solidariedade**. Laços de Sangue, Laços de Razão. Lisboa: Instituto Piaget.
- EME, Bernard et LAVILLE, Jean-Louis (1994). **Cohésion Sociale et Emploi**. Paris: Desclée de Brouwer.
- EME, Bernard (1997). Aux frontières de l'économie: politiques et pratiques d'insertion. *In: Cahiers Internationaux de Sociologie*. Paris, Vol. CIII:313-333.
- _____. (2001). Les associations ou les tourments de l'ambivalence. *In: LAVILLE, Jean-Louis; CAILLÉ, Alain; CHANIAL, Phillipe et alii. Association, Démocratie et Société Civile*. Paris: La Découverte.
- ESTEVEZ, Paulo L. M. L. (1998). Cordialidade e familismo amoral: os dilemas da modernização. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, Vol.:13, nº36:95-107, fevereiro.
- FARRO, Antimo L. (2000). **Les Mouvements Sociaux**. Diversité, action collective et globalisation. Montréal: Les Presses de l'Université de Montréal, 2000.
- FASSIN, Didier (1996). Exclusion, underclass, marginalidad. Figures contemporaines de la pauvreté urbaine en France, aux États-Unis et en Amérique latine. *In: Revue Française de Sociologie*. Paris, Vol. XXXVII.:37-75.
- FAVREAU, Louis (1999). Économie sociale et mondialisation: une perspective globale. *In: DEFOURNY, Jacques; DEVELTERE, Patrick et FONTENEAU, Bénédicte (Eds.). L'Économie Sociale au Nord et au Sud*. Bruxelles: De Boeck Université.
- _____. (2000). L'économie solidaire à l'américaine: le développement économique communautaire. *In: LAVILLE, Jean-Louis (Dir). L'Économie Solidaire. Une Perspective Internationale*. Paris: Desclée de Brouwer.
- FERES JR., João (2002). Contribuição a uma tipologia das formas de desrespeito: para além do modelo hegeliano-republicano. *In: Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro. Vol.45, nº4:555-576.
- FERNANDES, Rubem C. (1994). **Privado porém Público**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- FLAMENT, Catherine (1991). Associations-réseaux et réseaux d'associations. *In: Sociétés Contemporaines*. Paris: IRESO, nº5:67-74.
- FONSECA, Claudia (2000). **Família, fofoca e honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- FONTENEAU, Bénédicte; NYSSSENS, Marthe et FALL, Abdou Salam (1999). Le secteur informel: creuset de pratiques d'économie solidaire? *In: DEFOURNY, Jacques; DEVELTERE, Patrick et FONTENEAU, Bénédicte*

- (Eds.). **L'Économie Sociale au Nord et au Sud**. Bruxelles: De Boeck Université.
- FRASER, Nancy (1992). Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. *In*: CALHOUN, Craig (Ed.). **Habermas and the Public Sphere**. Cambridge MIT Press.
- _____. (2001). Da redistribuição do conhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista *In*: SOUZA, Jessé (Org.). **Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Editora da UnB.
- _____. (2003). Social justice in the age of identity politics: redistribution, recognition, and participation. *In*: FRASER, Nancy & HONNETH, Axel. **Redistribution or Recognition? A political-philosophical exchange**. London: Verso.
- GAIGER, Luiz I. G. (1999). O trabalho ao centro da economia popular solidária. *In*: XXIII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambú, Mimeo.
- _____. (2000a). Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. *In*: SINGER, Paul & SOUZA, André R. (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto.
- _____. (2000b). A economia popular solidária no horizonte do terceiro setor. *In*: **ISTR'S Fourth International Conference**. Dublin, july.
- GAUTIÉ, Jérôme (1998). Da invenção do desemprego à sua desconstrução. *In*: **Mana**. vol. 4, nº2, p. 67-83.
- GHEZZI, Simone & MINGIONE, Enzo (1990). Beyond the informal economy: new trends in post-fordist transition. *In*: SMITH, M. Estellie (Ed.). **Perspectives on the Informal Economy**. Lanham; New York: SEA University Press of America.
- GODBOUT, Jacques (1998). Introdução à dádiva. *In*: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: ANPOCS, Vol.:13, nº38:39-51, outubro.
- GODBOUT, Jacques T & CAILLÉ, Alain (1999). **O Espírito da Dádiva**. Rio de Janeiro: Editora da FGV.
- GOFFMAN, Erving (1983). El orden de interacción. *In*: WINKIN, Yves (Org.). **Los momentos y sus hombres**. Barcelona: Páidos, 1991. pp.:169-205.
- _____. (1985). **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1988). **Estigma**. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan.
- _____. (1996). **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva.
- GOHN, Maria da Glória (1997). **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola.

- _____. (2000). **Mídia, Terceiro Setor e MST**. Petrópolis: Vozes.
- GORZ, André (2003). **Metamorfoses do Trabalho**: crítica da razão econômica. São Paulo: Annablume.
- _____. (2004). **Misérias do Presente, Riqueza do Possível**. São Paulo: Annablume.
- GOUNET, Thomas (1999). **Fordismo e Toyotismo na Civilização do Automóvel**. São Paulo: Boitempo Editorial.
- GRANOVETTER, Mark & SWEDBERG, Richard (1992). **The Sociology of Economic Life**. Boulder: Westview.
- GRANOVETTER, Mark (2000). **Le Marché Autrement**. Paris: Desclée de Brouwer.
- GUÉRIN, Isabelle (2003). **Femmes et Économie Solidaire**. Paris: La Découverte.
- GUIMARÃES, Nadya Araújo (2002). Por uma sociologia do desemprego. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 17, nº50, p. 104-121.
- HABERMAS, Jürgen. (1987). **Teoría de la Acción Comunicativa**. Racionalidad de la Acción y Racionalización Social. Vol 1. Madrid: Taurus Ediciones.
- _____. (1988). **Teoría de la Acción Comunicativa**. Crítica de la Razón Funcionalista. Vol 2. Madrid: Taurus Ediciones.
- _____. (1983). **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- _____. (1992). **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade. Vol.: II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- _____. (1996). **A Inclusão do Outro**: estudos de teoria política. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- HABERMAS, Jürgen et RAWLS, John (1997). **Débat sur la justice politique**. Paris: Les Éditions du Cerf.
- HARVEY, David (1992). **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola.
- HEGEL, Georg, W. F. (1992). **Fenomenologia do Espírito**. Volume II. Petrópolis: Vozes.
- HIRSCHMAN, Albert O (2000). **As Paixões e os Interesses**. Argumentos políticos para o capitalismo antes do seu triunfo. São Paulo: Paz e Terra.
- HOBSBAWM, Eric (1995). **Era dos Extremos**. O breve século XX: 1914–1991. São Paulo: Companhia das Letras.
- HOLTON, Robert J. (1995). **Economia e Sociedade**. Lisboa: Instituto Piaget.
- HOLZMANN, Lorena (2001). **Operários sem patrão**: gestão cooperativa e dilemas da democracia. São Carlos: EdUFSCar.
- HONNETH, Axel (1992). **La lutte pour la reconnaissance**. Paris: Les Éditions du Cerf, 2002.

- HOUAISS, Antônio *et alii* (2001). **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva.
- IBARRA, Pedro y TEREJINA, Benjamín (1998). **Los Movimientos Sociales**. Transformaciones políticas y cambio cultural. Madrid: Editorial Trotta.
- JACQUIER, Christian (1999). L'épargne et le crédit solidaire dans les pays en développement. *In*: DEFOURNY, Jacques; DEVELTERE, Patrick et FONTENEAU, Bénédicte (Eds.). **L'Économie Sociale au Nord et au Sud**. Bruxelles: De Boeck Université.
- JEREZ, Ariel (Coord.) (1997). **¿Trabajo Voluntario o Participacion?** Elementos para una sociología del tercer sector. Madrid: Editorial Tecnos.
- JEREZ, Ariel y REVILLA, Marisa (1997). El Tercer Sector. Una revisión introductoria a un concepto polémico. *In*: JEREZ, Ariel (Coord.). **¿Trabajo Voluntario o Participacion?** Elementos para una sociología del tercer sector. Madrid: Editorial Tecnos.
- KERSTENETZKY, Celia Lessa (2003). Sobre associativismo, desigualdades e democracia. *In*: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 18, nº53:131-142.
- KHOSROKHAVAR, Farhad (2001). La fin des monoculturalismes. *In*: WIEVIORKA, Michel et OHANA, Jocelyne (dir.). **La Différence Culturelle**. Paris: Éditions Balland.
- KOJÈVE, Alexandre. (2002). **Introdução à Leitura de Hegel**. Rio de Janeiro: Contraponto: EDUERJ.
- KOWARICK, Lúcio (1994). **Trabalho e Vadiagem**. A origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Paz e Terra.
- KRAYCHETE, Gabriel, LARA, Francisco & COSTA, Beatriz (Orgs.) (2000). **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes.
- LAPOINTE, Paul-André (1998). Identités ouvrières et syndicales, fusion, distanciation et recomposition. *In*: **Sociologie et Sociétés**. Vol. XXX, nº2:1-24, automne.
- LARRAECHEA, Ignacio et NYSSSENS, Marthe (2000). L'économie solidaire, un regard sur l'économie populaire au Chili. *In*: LAVILLE, Jean-Louis (Dir.) (2000). **L'Économie Solidaire**. Une Perspective Internationale. Paris: Desclée de Brouwer.
- LAVAL, Christian (2002). **L'Ambition Sociologique**. Paris: La Découverte.
- LAVALLE, Adrián Gurza (2003). Cidadania, diferença e igualdade. *In*: **Lua Nova**. nº59:75-93.
- LAVILLE, Jean-Louis et SAINSAULIEU, Renaud (Dir.) (1997). **Sociologie de L'association**. Des organisations à l'épreuve du changement social. Paris: Desclée de Brouwer.

- LAVILLE, Jean-Louis (1997). L'Association: un champ pour la sociologie économique. *In: Cahiers Internationaux de Sociologie*. Paris, Vol. CIII:335-349.
- _____. (1999). **Une Troisième Voie Pour le Travail**. Paris: Desclée de Brouwer.
- _____. (2000). **L'Économie Solidaire**. Une Perspective Internationale. Paris: Desclée de Brouwer.
- _____. (2001). Les raisons d'être des associations. *In: LAVILLE, Jean-Louis; CAILLÉ, Alain; CHANIAL, Phillipe et alii. Association, Démocratie et Société Civile*. Paris: La Découverte.
- LEONARD, Madeleine (1998). **Invisible Work, Invisible Workers: The informal economy in Europe and the US**. Belfast: Queen's University Press.
- LE VELLY, Ronan (2002). La notion d'encastrement: une sociologie des échanges marchands. *In: Sociologie du Travail*. Vol.44, nº1:37-53.
- LÉVESQUE, Benoît; BOURQUE, Gilles L. et FORGUES, Éric (1997). La sociologie économique de langue française: originalité et diversité des approches. *In: Cahiers Internationaux de Sociologie*. Paris, Vol. CIII:265-294.
- LÉVESQUE, Christian; MURRAY, Gregor et LEQUEUX, Stéphane (1998). Transformations sociales et identités syndicales: l'institution syndicale à l'épreuve de la différenciation sociale contemporaine. *In: Sociologie et Sociétés*. Vol. XXX, nº2:1-24, automne.
- LIMA, Jacob C. (1998). Cooperativas de produção industrial: autonomia e subordinação do trabalho. *In: CASTRO, Nadya A. & DEDECCA, Claudio S. (Orgs.). A Ocupação na América-Latina: tempos mais duros*. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST.
- _____. (2004). O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, vol.19, nº56:45-62, outubro.
- LIPIETZ, Alain (2001). **Pour le Tiers Secteur: l'économie sociale e solidaire**. Paris: La Découverte.
- LIPIETZ, Alain & LEBORGNE, Daniëlle (1988). O pós-fordismo e seu espaço. *In: Espaço & Debates*. São Paulo: NERU, 8(25):12-29.
- LOMNITZ, Larissa A. de (1997). **Cómo sobreviven los marginados**. México DF: Siglo XXI.
- LUKÁCS, Georg (1974). **História e Consciência de Classe**. Porto: Publicações Escorpião.
- MACHADO, Lia Zanotta (1986). Família, honra e individualismo. *In: Anuário Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, nº85:138-151.
- MAGALHÃES, Reginaldo Sales & TODESCHINI, Remígio. (2000). Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. *In: SINGER, Paul &*

- SOUZA, André R. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto.
- MARCHAL, Emmanuelle (1992). L'entreprise associative entre calcul économique et désintéressement. *In: Revue Française de Sociologie.* Paris: CNRS, nº33:365-390.
- MARSHALL, Thomas H. (1970). **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro: Zahar.
- MARTIN, Claude (1995). Os limites da proteção da família. Introdução a uma discussão sobre as novas solidariedades na relação Família-Estado. *In: Revista Crítica de Ciências Sociais.* Coimbra: CES, nº42:53-76, maio.
- MARTUCCELLI, Danilo (1999). **Sociologies de la Modernité.** L'Itinéraire du XXe siècle. Paris: Gallimard.
- _____. (2002). **Grammaires de l'Individu.** Paris: Gallimard.
- MARX, Karl (1989). **Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política** (Grundrisse) 1857~ 1858. México D.F.: Siglo XXI.
- MAUSS, Marcel (2003). Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a noção de eu. *In: Sociologia e Antropologia.* São Paulo: Cosac & Naify.
- _____. (2003a). Ensaio sobre a Dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *In: Sociologia e Antropologia.* São Paulo: Cosac & Naify.
- _____. (1999). **Ensaio de Sociologia.** São Paulo: Perspectiva.
- MEISTER, Albert (1972). **Vers une sociologie des associations.** Paris: Les Éditions Ouvrières.
- MELUCCI, Alberto (1982). **L'Invenzione del Presente.** Movimenti, Identità, Bisogni Individuali. Bologna: Il Mulino.
- _____. (2001). **A Invenção do Presente: movimentos sociais nas sociedades complexas.** Petrópolis: Vozes, 2001.
- MICHELS, Robert (1982). **Sociologia dos Partidos Políticos.** Brasília: Ed. UnB.
- MINGIONE, Enzo (1998). Fragmentação e Exclusão: A questão social na fase atual de transição das cidades nas sociedades industriais avançadas. *In: DADOS — Revista de Ciências Sociais.* Rio de Janeiro: IUPERJ, Vol.: 41, nº4:671-700.
- MOUFFE, Chantal (1994). **Le politique et ses enjeux.** Pour une démocratie plurielle. Paris: La Découverte.
- NIETZSCHE, Friedrich W. (1998). **Genealogia da Moral.** São Paulo: Companhia das Letras.
- NYSSSENS, Marthe (1994). **Quatre essais sur l'économie populaire urbaine: le cas de Santiago du Chili.** Louvain-la-Neuve: Université Catholique de Louvain.

- OBERSCHALL, Anthony (1995). **Social Movements: Ideologies, Interest, and Identities**. Transaction Pub.
- O'DONNEL, Guillermo (1984) ¿Y a mí, que me importa? Notas sobre socialidad y política en Argentina y Brasil. *In: The Helen Kellogg Institute for International Studies – University of Notre Dame – Working Paper n°9*, january.
- OFFE, C. & WIESENTHAL, H. (1984). Duas lógicas da ação coletiva: anotações teóricas sobre classe social e forma organizacional. *In: OFFE, C. (Org.). Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- OLIVEIRA, Luciano (1997). Os excluídos “existem”? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, n°33:49-61, fevereiro.
- OLSON, Mancur (1999). **A Lógica da Ação Coletiva**. São Paulo: Editora da USP.
- PIERUCCI, Antonio F. (1999). **Ciladas da Diferença**. São Paulo: Editora 34.
- PICCININI, Valmíria C. (2004). Cooperativas de trabalho de Porto Alegre e flexibilização do trabalho. *In: Sociologias*. n°12, p.:68-105, jul/dez.
- PHARO, Patrick (2001). **La Logique du Respect**. Paris: Les Éditions du Cerf.
- POCHMANN, Márcio (1998). Desafios e limites das políticas de emprego no Brasil. *In: Ensaios FEE*. Porto Alegre: FEE, v.19, n°1:125-155.
- _____. (1999). O fenômeno do desemprego no Brasil: diagnósticos e perspectivas. CRUB, setembro. Mimeo.
- _____. (2001). **O emprego na globalização**. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo.
- POLANYI, Karl (1944). **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- PORTES, Alejandro (1999). La economía informal y sus paradojas. *In: CARPIO, Jorge; KLEIN, Emilio e NOVACOVSKY, Irene (Comp.). Informalidad y Exclusión Social*. México: Fondo de Cultura Económica.
- PUTNAM, Robert (1997). **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas.
- RAZETO, Luis (1999). Economia de solidariedade e organização popular. *In: GADOTTI, Moacir e GUTIÉRREZ, Francisco (Orgs.). Educação Comunitária e Economia Popular*. São Paulo: Cortez.
- RAWLS, John (2002). **Uma Teoria da Justiça**. São Paulo: Martins Fontes.
- REIS, Elisa P. (1995) Desigualdade e Solidariedade. Uma releitura do “familismo amoroso” de Banfield. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, n°29:35-48, outubro.

- ROSANVALLON, Pierre (1999). **Le Capitalisme Utopique**: histoire de l'idée de marché. Paris: Seuil.
- ROSENFELD, Cinara L. (2004). Autonomia outorgada e apropriação do trabalho. **In: Sociologias. nº12**, p.:202-227, jul/dez.
- ROUSTANG, Guy *et alii* (1996). **Para um Novo Contrato Social**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques (2001). **Du Contrat Social**. Paris: GF Flammarion.
- SAHLINS, Marshall (1977). **Economía de la Edad de Piedra**. Madrid: Akal Editor.
- SALAMON, Lester *et alii* (1999). Nuevo Estudio del Sector Emergente. **Relatório de Pesquisa – Fase II**. Baltimore: Center for Civil Society Studies – John Hopkins University.
- SANTOS, Boaventura de S. (1995). **Pela Mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez.
- _____. (2002). Orçamento participativo em Porto Alegre: para uma democracia redistributiva. **In: SANTOS, Boaventura de S. (Org.). Democratizar a Democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (Org.) (2002a). **Produzir para Viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (Org.) (2003). **Reconhecer para Libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SANTOS, Boaventura de S. & RODRÍGUEZ, César (2002a). Para ampliar o cânone da produção. **In: SANTOS, Boaventura de S. (Org.). Produzir para Viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos (1998). **Décadas de espanto e uma apologia democrática**. Rio de Janeiro: Rocco.
- SARTRE, Jean-Paul (2002). **Crítica da Razão Dialética**. Rio de Janeiro: DP & A.
- SASSEN, Saskia (1998). The informal economy: between new developments and old regulations. **In: Globalization and its discontents**: essays on the new mobility of people and money. New York: New Press.
- SCHERER-WARREN, Ilse (1993). **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola.
- _____. (1999). **Cidadania sem Fronteiras**: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: HUCITEC.
- SCHNAPPER, Dominique (1998). **La Relation à l'autre**. Au cœur de la pensée sociologique. Paris: Gallimard.
- SENNETT, Richard (1999). **A Corrosão do Caráter**. Rio de Janeiro: Record.

- _____. (2004). **Respeito**. A formação do caráter em um mundo desigual. Rio de Janeiro: Record.
- SERVET, Jean-Michel; MAUCOURANT, Jérôme et TIRAN, André (Dir.) (1998). **La Modernité de Karl Polanyi**. Paris: L'Harmattan.
- SIMMEL, Georg (1999). **Sociologie**. Études sur les formes de la socialisation. Paris: PUF.
- SINGER, Paul (1998). **Globalização e Desemprego**. São Paulo: Contexto.
- SINGER, Paul & SOUZA, André R. (Orgs.) (2000). **A Economia Solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto.
- SNOW, David (2001). Analyse de cadres et mouvements sociaux. *In*: CEFAÏ, Daniel et TROM, Danny (Dir.). **Les Formes de L'Action Collective**. Mobilisations dans des Arènes Publiques. Paris: Éditions de l'EHESS.
- SORJ, Bernardo (2000). **A nova sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- SOTO, Hernando de (1987). **Economia Subterrânea**. Rio de Janeiro: Globo.
- SOUZA, Jessé (1998). A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro. *In*: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: ANPOCS, Vol.:13, nº38, outubro.
- _____. (2000). **A Modernização Seletiva**: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: Editora da UnB.
- _____. (2003). **A Construção Social da Subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- STEINER, Philippe (1998). **Sociologie de la Connaissance Économique**: essai sur les rationalisations de la connaissance économique – 1750-1850. Paris: PUF.
- _____. (1999). **La Sociologie Économique**. Paris: La Découverte.
- SUE, Roger (2001). **Renouer le Lien Social**. Liberté, Égalité, Association. Paris: Odile Jacob.
- SWEDBERG, Richard *et alii* (1987). The paradigm of economic sociology. *In*: **Theory and Society**. Vol.: 16, nº2:169-213, march.
- SWEDBERG, Richard (1994). **Une Histoire de la Sociologie Économique**. Paris: Desclée de Brouwer.
- _____. (1997). Vers une nouvelle sociologie économique: bilan et perspectives. *In*: **Cahiers Internationaux de Sociologie**. Paris, Vol. CIII:237-263.
- TABBONI, Simonetta (2001). Il n'y a pas de différence sans inégalité. *In*: WIEVIORKA, Michel et OHANA, Jocelyne (dir.). **La Différence Culturelle**. Paris: Éditions Balland.

- TARROW, Sidney (1994). **Power in Movement**. Social movements, collective action and politics. Cambridge: Cambridge University Press.
- TAYLOR, Charles (1994). **Multiculturalismo**. Examinando a Política do Reconhecimento. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.
- _____. (1989). **As Fontes do Self**. A Construção da Identidade Moderna. São Paulo: Loyola, 1997.
- _____. (2002). **Le Malaise de la Modernité**. Paris: Les Éditions du Cerf.
- TILLY, Charles (1986). **La France Conteste**. De 1600 à nos jours. Paris: Fayard.
- TIRIBA, Lia (2000). A economia popular solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho. *In*: SINGER, Paul & SOUZA, André R. (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto.
- THOMPSON, Edward P. (1987). **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Volume 1: A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- TOCQUEVILLE, Alexis de (1981). **De la Démocratie en Amérique**. Tome 2. Paris: Garnier-Flammarion.
- TÖNNIES, Ferdinand (1996). **Community and Society**. London: Transaction Publishers.
- TOURAINÉ, Alain (1965). **Sociologie de l'Action**. Paris: Seuil.
- _____. (1973). **Production de la Société**. Paris: Seuil.
- _____. (1974). **Pour la Sociologie**. Paris: Seuil.
- _____. (1994). **Crítica da Modernidade**. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1997). **Pourrons-nous vivre ensemble? Égaux et différents**. Paris: Fayard.
- _____. (1997b). Faux et vrais problèmes. *In*: WIEVIORKA, Michel (Dir.). **Une société fragmentée? Le multiculturalisme en débat**. Paris: La Découverte.
- _____. (2001). Égalité et Différence. *In*: WIEVIORKA, Michel et OHANA, Jocelyne (Dir.). **La Différence Culturelle**. Paris: Éditions Balland.
- _____. (2005). **Un nouveau paradigme**. Pour comprendre le monde d'aujourd'hui. Paris: Fayard.
- TOURAINÉ, Alain, WIEVIORKA, Michel et DUBET, François. (1984). **Le Mouvement Ouvrier**. Paris: Fayard.
- TOURAINÉ, Alain et KHOSROKHAVAR, Farhad (2000). **La Recherche de Soi**. Paris: Fayard.
- TRINCHERO, Héctor Hugo *et alii* (1998). **Antropología Económica**. Ficciones y producciones del hombre económico. Buenos Aires: Eudeba.
- VALLE, Rogério (2002). **Autogestão: o que fazer quando as fábricas fecham?**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

- VAN PARIJIS, Philippe (1991). **Qu'est-ce qu'une société juste?** Paris: Seuil.
- VIDAL, Dominique (2003). A Linguagem do Respeito. A experiência brasileira e o sentido da cidadania nas democracias modernas. *In: Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Vol.46, nº2 :265-287.
- VIEIRA, Liszt (2001). **Os Argonautas da Cidadania**. A sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro: Record.
- VIEITEZ, Cândido G. (Org.) (1997). **A Empresa sem Patrão**. Marília: UNESP.
- _____. (2001). **Trabalho associado**: cooperativas e empresas de autogestão. Rio de Janeiro : DP& A. Editora.
- VIENNEY, Claude (1994). **L'Économie Sociale**. Paris: La Découverte.
- WALZER, Michael (1999). **As Esferas da Justiça**. Em defesa do pluralismo e da igualdade. Lisboa: Editorial Presença.
- WARREN, Mark E. (2001). **Democracy and Association**. Princeton: Princeton University Press.
- WEBER, Max (1990). **Economía y Sociedad**. México DF.: FCE.
- WIEVIORKA, Michel et OHANA, Jocelyne (Dir.) (2001). **La Différence Culturelle**. Paris: Éditions Balland.
- WIEVIORKA, Michel (1997). Culture, société et démocratie. *In: WIEVIORKA, Michel (Dir.). Une société fragmentée?* Le multiculturalisme en débat. Paris: La Découverte.
- _____. (2001). **La Différence**. Paris: Éditions Balland.
- _____. (Dir.) (2003). **Un autre monde...** Contestations, dérives et surprises dans l'antimondialisation. Paris: Éditions Balland.
- WUHL, Simon (2002). **L'Égalité**. Nouveaux débats. Paris: PUF.
- YOUNG, Iris Marion (1997). Unruly Categories: a critique of Nancy Fraser's dual systems theory. *In: New Left Review*, nº222:147-160, april-may.
- _____.(2000). **Justicia y Política de la Diferencia**. Madrid: Ediciones Cátedra.
- ZOLL, Rainer (1998). Le défi de la solidarité organique. Avons-nous besoin de nouvelles institutions pour préserver la cohésion sociale? *In: Sociologie et Sociétés*. Vol.: XXX, nº2:1-10, automne.

ANEXO 1

Roteiro de entrevistas nas cooperativas e associações

1. Como e porque você começou a participar da cooperativa? Você participou das mobilização para a criação da cooperativa? Como foi sua participação?
2. Você ajudou a criar a cooperativa ou foi convidado por alguém para dela participar? Você participou do movimento pela criação da CTMC? Como foi esse processo?
3. Você sabe dizer de que forma se dá a admissão na cooperativa? Quais são os critérios e como eles foram definidos?
4. Quais assuntos são decididos em assembléias? Fale sobre suas impressões e experiência na participação das assembléias. Dê alguns exemplos das questões discutidas.
5. Quais assuntos são decididos pela coordenação? Dê alguns exemplos.
6. Você sabe como é formada a coordenação da cooperativa?
7. Você participa das decisões da cooperativa? Caso, **NÃO** participe, porque não participa?
8. Como você se sente trabalhando na cooperativa? O que mudou em relação a empresa anterior? Como você avalia essa mudança?
9. De que forma o trabalho é organizado? Existe algum tipo de planejamento ou, por exemplo, regras e metas de produção a serem cumpridas? Como é definido esse planejamento?
10. Que critérios orientam a distribuição das tarefas? Por exemplo, qualificação, antiguidade, *etc.* houve alguma mudança após o surgimento da cooperativa?
11. Quais as funções que atualmente desempenhas na cooperativa?
12. Quais são os conhecimentos, habilidades, competências e qualificações requeridas para o desempenho do teu trabalho?

13. Elas foram adquiridas em decorrência dos cursos que fizestes ou se relacionam mais à experiência acumulada ao longo dos anos no próprio chão da fábrica?
14. Atualmente, trabalhas em que setor da empresa? Sempre trabalhastes neste setor?
15. Você sabe dizer qual é a nova estrutura de cargos e salários adotada na CTMC?
16. Você conhece o regimento/estatuto da cooperativa? Você participou da sua elaboração?
17. Existe algum tipo de hierarquia na organização da cooperativa? Compare como era antes (na antiga metalúrgica Vogg) e como é agora na CTMC? Se existe algum tipo de hierarquia, como ela está estruturada?
18. Você saberia dizer quais são os objetivos da cooperativa? A que demandas ela busca responder?
19. Você saberia dizer o que a cooperativa representa para os seus membros? E para você?
20. Existe a afirmação de uma identidade (de classe, enquanto trabalhador por exemplo) a partir da participação na cooperativa?
21. Como trabalhadores de uma cooperativa, vocês se mobilizam em torno de alguma luta, reivindicação, *etc.*? Se a resposta da pergunta anterior for **SIM**: contra quem e porquê ela luta?

Anexo 2

BASE DE ACORDOS PARA FUNCIONAMENTO INTERNO DA ASSOCIAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO LOTEAMENTO CAVALHADA

INTRODUÇÃO

A Base de Acordos é o conjunto de regras de funcionamento interno estabelecidas pelos membros da associação em assembléia, que deverão orientar a conduta dos associados no dia a dia do seu funcionamento e em relação ao movimento como um todo.

ÍNDICE

CAPÍTULO 1 - PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DO MOVIMENTO
CAPÍTULO 2 - INGRESSO DE NOVOS ASSOCIADOS
CAPÍTULO 3 - DESLIGAMENTO DE ASSOCIADOS
CAPÍTULO 4 - PONTUALIDADE DOS ASSOCIADOS
CAPÍTULO 5 - FALTA AO TRABALHO
CAPÍTULO 6 - DIREITOS E BENEFÍCIOS DOS ASSOCIADOS
CAPÍTULO 7 - MATERIAIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
CAPÍTULO 8 - OBRIGAÇÕES PROFISSIONAIS DOS ASSOCIADOS
CAPÍTULO 9 - NORMAS DISCIPLINARES
CAPÍTULO 10 - DISPOSIÇÕES GERAIS
CAPÍTULO 11 - ATRIBUIÇÕES DA COORDENAÇÃO
CAPÍTULO 12 - DOS CATADORES DE RUA
CAPÍTULO 13 - DOS ASSOCIADOS TEMPORÁRIOS

Porto Alegre, 10 de Maio de 2003.

CAPÍTULO 1 – PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DO MOVIMENTO

ARTIGO 1º - O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, trabalha pela auto-organização dos catadores em núcleos de base através da constituição de associações, que funcione sem chefes, patrões nem atravessadores, em que a participação de todos os catadores que querem ajudar a construir a luta de seus direitos seja um direito internamente garantido, mas também um dever da pessoa com o grupo, com um critério de democracia direta em que todos têm voz e voto nas decisões, conforme critérios constituídos nas bases de acordo;

ARTIGO 2º - A ação direta popular como princípio e método de trabalho que rompa com a apatia, a indiferença e a acomodação de muitos companheiros(as), que parta desde a construção inicial dos galpões e sua manutenção, não esperando que caia tudo pronto do céu, e até as mobilizações nas grandes lutas contra a privatização do saneamento básico e do lixo, construindo para a preservação da natureza, e pelo reconhecimento e valorização da profissão do catador;

ARTIGO 3º - Garantir a independência de classe em relação aos partidos políticos, governos e empresários, lutando pela gestão integrada de resíduos sólidos com participação ativa dos catadores organizados, desde a execução da coleta seletiva com catadores de rua, até a triagem e o beneficiamento final dos materiais, buscando tecnologias viáveis que garanta o controle da cadeia produtiva, firmando com os poderes públicos parcerias que nos garantam o subsídio financeiros pelo serviço prestado a sociedade, e cobrando das empresas privadas, produtora industrial dos resíduos, o devido pagamento pela nossa contribuição na reciclagem;

ARTIGO 4º - No apoio mútuo com os companheiros(as) catadores, e praticando no dia-a-dia das lutas a Solidariedade de Classe com os outros movimentos sociais, sindicatos e entidades, ir conquistando local para moradia digna para todos, educação, saúde, alimentação, transporte e lazer, pelo fim dos lixões, com a transferência dos catadores para galpões com estruturas dignas, com coleta seletiva que garanta a sustentação de todas as famílias, com creches e escolas para as crianças.

(com base na reunião do dia 20 de setembro e na carta de Brasília)

CAPITULO 2 - INGRESSO DE NOVOS ASSOCIADOS

ARTIGO 5º - A documentação exigida para ingresso de novos associados é:

Carteira de identidade;

CPF - Cadastro de Pessoa Física;

Título de Eleitor;

Nº de inscrição do catador (a) na Prefeitura Municipal - Trabalhador Autônomo na atividade de CATADOR DE MATERIAIS RECICLAVEIS;

Nº do carnê do INSS – Instituto Nacional da Previdência Social;

Atestado Médico,

Atestado de Bons Antecedentes (opcional);

Comprovante de Residência;

Ficha de Associado;

Conta Bancária.

ARTIGO 6º - O novo associado deverá possuir honestidade, responsabilidade ser cumpridor dos seus deveres para com a associação estar de acordo com o seguinte termo de adesão “Ciente de que estou ingressando em uma entidade, tornando-me membro no Movimento de Luta Pelos direitos dos Catadores de Materiais recicláveis, devo participar ativamente das reuniões e ações pelo bem da coletividade, bem como contribuir na luta e solidariedade com os demais movimentos populares”.

PARÁGRAFO 1º - A idade mínima para o ingresso dos associados deverá ser de 18 anos completos;

PARÁGRAFO 2º - Somente poderão ingressar na associação 03 (três) pessoas da mesma família, isto é, que morem na mesma casa;

PARÁGRAFO 3º - Só será reingresso o associado que não tiver promovido brigas com agressões físicas na área da Associação, não tiver portado armas na área de serviço, não tiver lesado financeiramente a associação, não tiver incorrido em roubo ou furto ou especulação nas dependências da associação e não trabalhar alcoolizado ou drogado;

PARÁGRAFO 4º - O ingresso do novo associado deverá obedecer a ordem de uma lista de espera, contendo os nomes e endereços das pessoas interessadas em ingressar;

PARÁGRAFO 5º - O associado deverá passar por um período de experiência de 60 (sessenta) dias na associação na condição de associado temporário, onde este poderá avaliar junto com a Coordenação Executiva e o quadro de associados a efetivação de seu ingresso.

CAPÍTULO 3 – DESLIGAMENTO DE ASSOCIADOS

ARTIGO 7º - O associado pode ser desligado pela assembleia dos associados e não retornar mais como associado quando:

- a) não se adaptar a forma de organização do trabalho ou desrespeitar as bases de acordos construídos pelo coletivo expressas neste documento, coordenado pela Coordenação Executiva;
- b) promover brigas, fofocas, picuinhas ou falta de respeito com a Coordenação, companheiros(as), associados ou visitantes e roubo de materiais da associação;
- c) conduzir armas, estar alcoolizado ou drogado dentro da associação durante o expediente de trabalho;
- d) apresentar desinteresse, baixa produtividade por leviandade;
- e) desistir dos compromissos assumidos em atividades externas;

PARÁGRAFO ÚNICO - No caso do associado desrespeitar os acordos expressos nesse documento no período entre uma assembléia e outra é dever da coordenação executiva promover o afastamento deste associado até a próxima assembléia onde será feito o desligamento.

CAPITULO 4 – PONTUALIDADE DOS ASSOCIADOS

ARTIGO 8º - O associado deverá cumprir rigorosamente com o horário de trabalho, estabelecido pelo grupo de trabalho, participar de todas as reuniões necessárias para aperfeiçoamento da organização do grupo, cursos de qualificação e das mobilizações que visem a conquista de melhores condições de vida e dos direitos dos catadores(as), conforme os princípios da associação, aprovados em assembléia, e coordenado pela coordenação executiva.

- a) O horário de expediente de trabalho na associação é:
08.10 as 12:00 horas
13:40 as 19:00 horas
- b) Registrar no livro de presenças o início e o término do expediente de trabalho;
- c) As atividades programadas pelo grupo mesmo quando realizadas fora do local da entidade contam como parte do trabalho, sendo os custos pagos pela entidade, sem acréscimo de horas extras, e em caso de faltas não justificadas deverão ser descontados.

CAPITULO 5 - FALTAS ÀS ATIVIDADES OU AO TRABALHO

ARTIGO 9º - O associado que faltar ao trabalho ou as atividades previamente programadas, sem justificativa, será descontado na partilha correspondente ao período não trabalhado ou da atividade;

PARÁGRAFO ÚNICO - Os valores referentes às horas trabalhadas dos associados que faltaram ou se atrasaram no decorrer do período de um mês, devem ser devidamente registrados e os valores partilhados igualmente entre os demais associados que não se atrasaram durante o período;

ARTIGO 10º - O associado que não comparecer a um período de trabalho e apresentar justificativa (atestado médico) será remunerado pelo período do atestado, sendo no máximo de 2 (dois) dias;

ARTIGO 11º A necessidade do associado de se ausentar em períodos ou dias de trabalho durante o mês deve procurar comunicar com antecedência para fins de redistribuir o planejamento da produção;

PARÁGRAFO ÚNICO: A falta ao trabalho ou a qualquer outra atividade programada pelo grupo deverá ser justificada para a Coordenação Executiva, imediatamente, após ter ocorrido para ser apresentado na primeira assembléia mensal consecutiva.

CAPÍTULO 6 – DIREITOS E BENEFÍCIOS DOS ASSOCIADOS

ARTIGO 12º - Receber a proporcionalidade de valores da partilha que lhe couber, a qual for gerada através da comercialização dos materiais separados e classificados por todos os associados;

PARÁGRAFO ÚNICO - Todo artigo de valor trazido pelos caminhões da coleta que não for de utilidade para a associação, será sorteado entre as pessoas que se encontram no trabalho no dia;

ARTIGO 13º - Concorrer para a composição da Coordenação Executiva constituída e outorgada, através do voto direto em assembléia, a qual, terá direito a receber os valores distribuídos da partilha como os demais associados, e nada mais;

ARTIGO 14º - Os associados terão direito a receber proporcionalmente doações realizadas por pessoas físicas e jurídicas, desde que as doações sejam para fins de partilha;

ARTIGO 15º - A partilha será realizada no período de 30 (trinta) dias sendo que a planilha será fechada no término do mês um dia antes pela coordenação;

ARTIGO 16º - Participar de reuniões, assembléias e demais atividades em outros locais, representando a associação, recebendo normalmente a sua parte na partilha;

ARTIGO 17º - Apresentar propostas e sugestões para aprimoramento e melhoria da associação;

ARTIGO 18º - Ser informado mensalmente pela coordenação executiva, a situação econômica da associação, através de relatórios apresentados em assembléia mensal;

ARTIGO 19º - Procurar solicitar seu desligamento e afastamento da associação de forma voluntária e espontânea do quadro de associados, com no mínimo uma semana de antecedência;

ARTIGO 20º - O associado terá direito ao afastamento do trabalho por dias com participação na partilha pelos seguintes motivos:

a) Licença maternidade por 15 (quinze) dias após parto, sendo que receberá o equivalente ao período de afastamento;

PARÁGRAFO ÚNICO - Se a associada não estiver em condições físicas de voltar ao trabalho após este período, poderá esta colocar outra pessoa em seu lugar por mais 15(quinze) dias;

- b) Licença paternidade por 3 (três) dias após o nascimento da criança;
- c) Licença de 2 (dois) dias por morte de familiares até 1 0 - grau de parentesco, sendo no máximo 3 pessoas;
- d) Acidente no período de trabalho no interior da associação, constatada a impossibilidade de trabalhar, com os dias de afastamento estipulados mediante avaliação médica;

ARTIGO 21º - O associado terá o direito de gozar de uma folga de 15 (quinze) dias, com participação na partilha sempre que completar 1 (um) ano de trabalho, mais um bônus de R\$ 100,00 (cem reais).

CAPÍTULO 7 - MATERIAIS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS

ARTIGO 22º - Todo associado é responsável pelo zelo e proteção dos materiais, máquinas e equipamentos;

ARTIGO 23º - Antes de ligar as máquinas o associado deverá verificar se ela está em condições de funcionamento, bem como:

- a) examinar a energia elétrica se está dentro da normalidade, manter a limpeza, conservação e pintura dos equipamentos em que trabalha, e encaminhar para manutenção quando necessário;
- b) ao ligar as máquinas, observar se a chave está na posição correta.

CAPÍTULO 8 – OBRIGAÇÕES PROFISSIONAIS DOS ASSOCIADOS

ARTIGO 24º - É dever de todo o associado tratar bem os membros da coordenação, companheiros(as), clientes e visitas da associação, tendo educação, cortesia e bom senso;

PARÁGRAFO ÚNICO - Qualquer dúvida sobre os clientes e visitantes, deverá o associado esclarecer diretamente com a coordenação na ausência dos clientes e visitantes;

ARTIGO 25º - Todo o associado deverá realizar suas tarefas conforme orientações gerais, determinações e escalas estabelecidas pelo grupo, e cobradas pela coordenação, de forma satisfatória, observando sempre a boa qualidade do serviço prestado;

ARTIGO 26º - Participar de eventos promovidos pela associação, bem como de reuniões de assembléia geral ou extraordinária.

ARTIGO 27º - Outros deveres do associado:

- a) Contribuir na elaboração de propostas e no cumprimento das decisões da assembléia geral ou extraordinária de forma soberana;
- b) Respeitar as opiniões de outros associados, buscando a harmonia e a qualificação do grupo;
- c) O associado após o uso das ferramentas deverá entregar em condições ao responsável designado pela coordenação. Se ele estragar os equipamentos por descuido mau uso, o pagamento pelo conserto fica sob sua responsabilidade;

- d) O associado que perder ou extraviar alguma ferramenta de trabalho, deverá pagar o prejuízo para a associação, através de desconto na partilha individual;
- e) O associado deve usar o Equipamento de Proteção Individual (EPI). Aquele que não estiver em condições de usar o EPI deverá comunicar à coordenação para avaliação.

CAPITULO 9 - NORMAS DISCIPLINARES

ARTIGO 28º - Os associados ficam submetidos às normas disciplinares desta base de acordos quando:

- a) colaborar com colegas associados na desorganização da entidade, assim como outros fatos importantes que afetem os interesses da associação;
- b) provocar tumultos, brigas, ou ofensas aos companheiros(as) com palavras de baixo calão, ocasionando desorganização dentro da associação;
- c) divulgar notícias infundadas que venham a comprometer o bom andamento dos trabalhos;
- d) introduzir pessoas estranhas para dentro da associação, durante o expediente de trabalho;
- e) pedir dinheiro ou outros bens para clientes ou visitantes;
- f) não cumprir com os horários de lanche, que e de 30(trinta) minutos, e fiscalizado rigorosamente pela coordenação, e que após este tempo, descontado do associado;
- g) promover a realização de jogos de azar durante o expediente de trabalho, bem como cartas, etc.;

PARÁGRAFO ÚNICO - O não cumprimento das normas disciplinares e de outros estabelecidos nesta base de acordos, ficarão submetidos aos seguintes dispositivos:

1. Advertência verbal;
2. Advertência por escrito;
3. Afastamento por 3 (três) dias úteis de trabalho sem direito na partilha;
4. Desligamento do quadro de associados em assembléia.

CAPÍTULO 10 - DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29º - Os assuntos que foram contemplados por esta base de acordos, serão tratados e solucionados pela coordenação da associação, avaliados pela primeira assembléia consecutiva;

ARTIGO 30º - Para a alteração da presente base de acordos é necessário a realização de uma assembléia geral extraordinária e aprovação por 51% (cinquenta e um por cento) do quadro dos associados, em dia com a entidade, na data da realização da assembléia;

ARTIGO 31º - O associado que estiver em tratamento de saúde, levar o filho ao médico ou for convocado para comparecer à escola, deverá apresentar o atestado comprovando o afastamento para a coordenação, a fim de não ser considerado faltoso, mas devendo programar a saída com antecedência e receber da partilha;

PARÁGRAFO 1º - A coordenação deverá ir na residência do associado para comprovar a incapacidade para o trabalho;

PARÁGRAFO 2º - Em caso de acidente de trabalho, no local de trabalho, o associado receberá auxílio solidariedade, dos demais associados, participando da partilha normal pelo período de máximo de 30 (trinta) dias após esta data deverá buscar auxílio junto ao INSS, acompanhado de um representante da coordenação;

PARÁGRAFO 3º - Se o associado não apresentar atestado, em caso de ter faltado ao trabalho, será descontado, a quantia referente ao tempo correspondente em dobro, por não ter participado da produção, respectiva partilha do período, devendo ser também aplicado os critérios contidos nos artigos 5º, 6º, 7º, e 8º desta base de acordos;

PARÁGRAFO 4º - Ao associado que faltar justificando a falta com atestado médico, somente receberá por 2 (dois) dias de falta mesmo que o atestado seja de mais dias.

CAPÍTULO 11 - ATRIBUIÇÕES DA COORDENAÇÃO

ARTIGO 32º - São deveres da coordenação as situações abaixo:

- a) Promover e efetuar a distribuição dos recursos da partilha para os associados via banco;
- b) Comercializar os materiais com os compradores;
- c) Aplicar e garantir o cumprimento das normas estatutárias e da base de acordos;
- d) Articular e coordenar os trabalhos que deve ser realizado pelos associados através de comissões e coordenações;
- e) Apresentar a prestação de contas para os associados mensalmente em assembléia;
- f) Ingressar e desligar associados de acordo com os interesses da associação, estabelecidos na forma estatutária e na base de acordos;
- g) Participar de reuniões externas, quando for de importância para a associação;
- i) Recepcionar e atender representantes do poder público municipal, estadual e federal, além de outras pessoas e entidades da sociedade civil;
- j) Representar a associação junto à Federação das Associações de Catadores de Resíduos Sólidos do Rio Grande do Sul - FARRGS, e no Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR;
- k) Representar a associação junto às reuniões convocadas pelo Poder Público Municipal;
- l) Organizar coordenações ou comissões com os associados e/ou apoiadores para o desempenho dos seguintes trabalhos:
 - Organização financeira e contábil da entidade;
 - Relações públicas com demais entidades, movimentos, comunidade ou instituições;
 - Propaganda e divulgação das atividades da entidade por meio de boletins, informativo, rádio, TV, jornal, Internet e etc.;
 - Formação política e técnica dos catadores;
 - Comissão de animação e integração sociocultural;
 - Comissão permanente de limpeza e higiene;
 - Coordenação de triagem;
 - Coordenação de organização e controle de estoque;
 - Coordenação de segurança no trabalho;
 - Coordenação geral, que secretaria e faz a articulação entre as demais comissões e coordenações, garantindo registro dos acordos por via de atas;
- m) Manter em dia e atualizada toda a documentação da associação conforme

tabela dos documentos abaixo:

DOCUMENTO	SIM	NÃO
Livro de patrimônio		
Estatutos		
Base de acordos		
Livro de atas da coordenação e da assembleias geral		
Ata da última reunião		
Declarações Federais, estaduais, municipal (Certidão negativa de débito – CND – Federal, Estadual, Municipal, FGTS, RAÍS, Declaração do movimento de caixa anterior, Contabilidade oficial *Tem que ser contador		
Livro de presenças		
Lista de espera		
Controle de estoque		
Livro diário de entradas e saídas (notas fiscais e talonário)		
Folha de planilha		
Contas bancárias (vendas, catadores, etc)		
Pagamento em banco		
Fichas de controle de ingresso, desligamento, advertências e afastamento dos associados		
Filiação junto à FARRGS		
Licença ambiental		
Registro de utilidade pública Municipal, Estadual e Federal		

n) Promover a organização mensal da assembleia dos associados onde deverão ser tratados os temas de interesse comum da associação bem como ser feita a apresentação da prestação de contas do mês;

o) Desenvolver projetos de captação de recursos para promover bem feitorias, obras, aquisições de novos equipamentos, tecnologias para a associação e formação política, administrativa e operacional dos associados.

CAPÍTULO 12 – DOS CATADORES DE RUA

ARTIGO 33º - os catadores de rua são aqueles associados que desenvolvem o trabalho de coleta seletiva na comunidade com carrinhos ou carroças;

ARTIGO 34º - o sistema de partilha para os catadores de rua se dá de forma individualizada sendo que o seu ganho varia de acordo com a quantidade por ele trazido diariamente, podendo o pagamento ser diário ou conforme acordo estabelecido com a coordenação;

ARTIGO 35º - Os catadores de rua tem os mesmos direitos e deveres dos demais associados, adaptados a sua forma de trabalho, devendo participar de todos os

espaços de deliberação, e carregar consigo na rua a identificação de associado e o símbolo da organização no seu veículo;

PARÁGRAFO ÚNICO - Os critérios de organização do trabalho deverão ser definidos pelo grupo, como as rotas de coleta de cada catador, uso de uniformes, bonés, crachás de identificação, conduta em relação a comunidade etc.;

CAPÍTULO 13 – DOS ASSOCIADOS TEMPORÁRIOS

ARTIGO 36º - O associado temporário, durante o período que permanecer como associado, deverá respeitar as regras desta base de acordos como todos os outros associados, possuindo os mesmos direitos e deveres, inclusive direito à voz e voto nas assembléias;

ARTIGO 37º - O associado temporário ao fim de 2 (dois) meses de trabalho, será automaticamente desligado do quadro de associados;

PARÁGRAFO ÚNICO - Seu nome irá para o último lugar na lista de espera, conforme avaliação da coordenação, se seu comportamento for positivo, não tendo desrespeitado nenhum dos itens presentes nesta base de acordos;

ARTIGO 38º - O pagamento do associado deverá ser depositado em conta corrente aberta especificamente para este fim.

PARÁGRAFO ÚNICO - Deverá ser aberto 2 (duas) contas para este tipo de saque, e o cartão magnético ficará sob responsabilidade da coordenação;

Porto Alegre, 10 de maio de 2003.